

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

CARLOS AUGUSTO SOUSA DANTAS

**O TRAFICANTE DE DROGAS NO TELEJORNALISMO POLICIAL E EM SUA
AUDIÊNCIA: *THEMATA*, MEMÓRIA SOCIAL, COLETIVA E COMUM**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
ABRIL DE 2024**

CARLOS AUGUSTO SOUSA DANTAS

**O TRAFICANTE DE DROGAS NO TELEJORNALISMO POLICIAL E EM SUA
AUDIÊNCIA: *THEMATA*, MEMÓRIA SOCIAL, COLETIVA E COMUM**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas

Projeto Temático: Memória, Políticas e Representações Sociais sobre Álcool e Drogas

Orientadora: Profa. Dra. Luci Mara Bertoni

**VITÓRIA DA CONQUISTA –BA
ABRIL DE 2024**

D21t

Dantas, Carlos Augusto Sousa.

O traficante de drogas no telejornalismo policial e em sua audiência:
themata, memória social, coletiva e comum. / Carlos Augusto Sousa Dantas,
2024.

279f.

Orientadora: Dra. Luci Mara Bertoni.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa
de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2024.

Inclui referência F. 256 – 279.

1. Telejornalismo policial. 2. Traficante de drogas. 3. Memória - Representações
sociais. 4. Themata. I. Bertoni, Luci Mara. II. Universidade Estadual do Sudoeste da
Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 070.19

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: The drug dealer in police television journalism and in its audience: themata, social,
collective and common memory.

Palavras-chaves em Inglês: police television journalism; drug dealer; memory; social representations;
themata.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade

Banca Examinadora: Profa. Dra. Luci Mara Bertoni (Presidenta), Prof. Dr. Fábio Mansano de Mello
(Titular), Prof. Dr. João Diogenes Ferreira dos Santos (Titular), Profa. Dra. Maria de Fátima de Souza
Santos (Titular), Profa. Dra. Zeidi Araújo Trindade (Titular).

Data da Defesa: 02 de abril de 2024

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

FOLHA DE APROVAÇÃO

CARLOS AUGUSTO SOUSA DANTAS

O TRAFICANTE DE DROGAS NO TELEJORNALISMO POLICIAL E EM SUA AUDIÊNCIA: THEMATA, MEMÓRIA SOCIAL, COLETIVA E COMUM

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 02 de abril de 2024.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Luci Mara Bertoni – Presidente
Instituição: UESB

Prof. Dr. Fábio Mansano de Mello
Instituição: UESB

Profa. Dra. João Diógenes Ferreira dos Santos
Instituição: UESB

Profa. Dra. Maria de Fátima de Souza Santos
Instituição: UFPE

Profa. Dra. Zeidi Araujo Trindade
Instituição: UFES

gov.br Documento assinado digitalmente
LUCI MARA BERTONI
Data: 03/04/2024 08:47:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ass

gov.br Documento assinado digitalmente
FABIO MANSANO DE MELLO
Data: 08/04/2024 15:24:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ass.: _____

gov.br Documento assinado digitalmente
JOAO DIOGENES FERREIRA DOS SANTOS
Data: 10/04/2024 13:31:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ass.: _____

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA DE FATIMA DE SOUZA SANTOS
Data: 08/04/2024 13:45:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ass.: _____

gov.br Documento assinado digitalmente
ZEIDI ARAUJO TRINDADE
Data: 04/04/2024 09:35:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ass.: _____

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à memória de minhas avós Almira e Áurea.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me permitiram dar início e continuidade ao desenvolvimento dessa tese.

À CAPES, e à FAPESB pelo financiamento desta pesquisa.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, por ter sido a instituição na qual pude construir minha formação, mas também amizades, afetos e memórias.

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade, cujo zelo e profissionalismo de seus funcionários e docentes asseguram a qualidade da estrutura de ensino ofertada a nós discentes, assim como o atendimento de nossas demandas.

À minha orientadora, Profa. Dra. Luci Mara Bertoni, por mais do que sou capaz de me recordar e, no entanto, jamais poderei me esquecer. Suas orientações e ensinamentos me permitiram trilhar os caminhos da pesquisa, nos quais me guiou com paciência e generosidade.

À banca de qualificação, nas pessoas da Profa. Dra. Maria de Fátima de Souza Santos, Profa. Dra. Zeidi Araújo Trindade e Prof. Dr. Fábio Mansano de Mello, por terem aberto janelas quando minhas dúvidas e angústias tornavam obscuro este estudo. Suas valiosas contribuições permitiram a concretização do presente trabalho, mas também dos futuros estudos onde aguardo retornarem à lembrança os aprendizados compartilhados comigo tão cuidadosamente. No mesmo sentido, agradeço ao Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos pelas sugestões, correções e indicações que me permitiram enriquecer este trabalho. Devo à sua atenção e colaboração os frutos dessa pesquisa, resultado dos estudos que empreendi no mestrado, onde também pôde me acompanhar desde a qualificação à defesa. Aos mesmos professores agradeço pela participação na banca de defesa, onde novamente contribuíram para o enriquecimento dessa tese.

À Profa. Dra. Ângela Viana Machado Fernandes pelos aprendizados compartilhados durante a coorientação no curso de mestrado, e à Profa. Dra. Lívia Félix Botelho, dentre outras lições, pela sugestão, na banca de defesa do mestrado, da metodologia de análise de imagens, da qual fiz uso nessa tese.

Aos colegas do GePAD, cujos encontros tornaram mais leve e menos solitário meu percurso acadêmico. As interações e conhecimentos trocados no grupo inspiraram muitas das ideias que agora apresento.

À minha família. Aos meus pais Maria e Marcos, especialmente à minha mãe, pelo carinho e suporte; à minha irmã Gabi por sempre me apoiar e preencher meus dias com

alegria; às minhas tias Joice e Marizete, por serem grandes amigas e por todo o amor que compartilhamos entre nós; ao meu avô Dorlival porque sempre incentivou meus estudos. Ao meu irmão Beto, agradeço por ter sido a minha melhor companhia durante esses anos, assim como pelas revisões, reflexões e sugestões sobre esse trabalho, desde quando apenas começava a esboçá-lo. Um agradecimento aos meus amigos, em especial à Cleiton.

Não era a memória a própria desordem instaurada no sentimento humano?

Nélida Piñon

RESUMO

Os telejornais policiais legitimam a política repressiva direcionada ao tráfico de drogas ilícitas mediante narrativas sobre a punitividade e a seletividade das forças de segurança. Para tanto, recorrem aos conhecimentos de senso comum compartilhados na memória social do país sobre a criminalidade e a pobreza. Considerando a visibilidade midiática de suas concepções, traçamos como objetivo geral dessa tese a análise da memória social, coletiva e representações sociais do telejornalismo policial sobre o traficante de drogas e das memórias comuns de seu público sobre o mesmo objeto. Enquanto objetivos específicos: a identificar e analisar os eventuais *themata* emergentes nas comunicações analisadas. Bem como, analisar a relação entre a memória social e coletiva dos telejornalistas e as memórias comuns de sua audiência. Para a análise do telejornalismo policial, coletamos 143 reportagens sobre o tráfico veiculadas pelos telejornais Brasil Urgente e Cidade Alerta através dos canais desses programas no *Youtube*, e as submetemos à uma Análise de Imagens em Movimento. Para a análise da audiência, coletamos 852 comentários escritos pelo público nas páginas onde estavam hospedadas as reportagens e os submetemos à uma Análise de Conteúdo temática. Enquanto resultados, verificamos o compartilhamento pelos telejornalistas de uma imagem típica do traficante de drogas como sendo homem, jovem, negro e morador da favela, que serve de parâmetro à familiarização do grupo com os sujeitos alvos da suspeita policial. Através da metáfora da “caça” aos traficantes empreendidas pelas polícias, os telejornalistas se familiarizam com o cotidiano das operações policiais e seu caráter desumanizante, de modo a atenuarem a polêmica; ao passo que enaltecem os “caçadores” (policiais). Notamos a construção de uma narrativa clivada, onde o traficante de drogas representa o “perigo” e as polícias a “segurança”, e para a qual concorre o emprego da metáfora “guerra”, utilizada para justificar a “repressão” ao tráfico, através da caracterização bélica dos conflitos entre criminosos ou da própria polícia. Na base dessas representações, identificamos os *themata* natureza/cultura orientarem uma visão naturalista e biologizante sobre o tráfico, passível de ser visualizada na imagem típica do traficante, ancorada em elementos como a cor da pele, na compreensão das favelas como reduto da criminalidade e da atuação policial violenta como “descarte” necessário. A partir da análise dos comentários, verificamos o caráter referencial do quadro de noções e imagens oferecido pelo telejornalismo policial na compreensão do tráfico pela audiência. Ao mesmo tempo em que o público adere as concepções dos telejornalistas, mesclam experiências imediatas às mediadas para contestá-las e reelaborá-las, demonstrando a criatividade implicada na recepção, assim como a heterogeneidade do pensamento social. Suas memórias comuns, consistem na compreensão do traficante como sujeito essencialmente criminoso e descartável e na legitimidade da atuação policial e da “guerra” contra o tráfico, que naturalizam a violência desferida contra os sujeitos “envolvidos”. Também aqui observamos os *themata* natureza/cultura exercerem um papel generativo sobre metáforas que objetivam a imagem do “traficante” como ser abjeto e descartável, como “verme” ou “lixo humano”, e sobre a ancoragem em um arcabouço eugênico e higienista. Notamos ainda como uma antinomia (direita/esquerda) se torna expressiva no pensamento do público, em suas posições face a política de “combate” ao tráfico.

Palavras-chave: telejornalismo policial; traficante de drogas; memória; representações sociais; *themata*.

ABSTRACT

Police television news legitimizes the repressive policy aimed at illicit drug trafficking through narratives about the punitiveness and selectivity of security forces. To do so, they resort to common sense knowledge shared in the country's social memory about crime and poverty. Considering the media visibility of his concepts, we outline the general objective of this thesis to analyze the social and collective memory of police television journalism about the drug dealer and the common memories of its audience about the same object. As specific objectives, we propose to identify and analyze any emerging themes in the communications analyzed. As well as, analyze the relationship between the social and collective memory of television journalists and the common memories of their audience. For the analysis of police television journalism, we collected 143 reports on trafficking broadcast by the television news programs *Brasil Urgente* and *Cidade Alerta* through these programs' YouTube channels, and submitted them to a Moving Image Analysis. For audience analysis, we collected 852 comments written by the public on the pages where the reports were hosted and submitted them to a thematic Content Analysis. As results, we verified the sharing by television journalists of a typical image of the drug trafficker as being male, young, black and resident of the “favela”, which serves as a parameter for the group's familiarization with the subjects targeted by police suspicion. Through the metaphor of the “hunt” for drug traffickers carried out by the police, television journalists become familiar with the daily life of police operations and their dehumanizing nature, in order to mitigate the controversy; while they praise the “hunters” (police officers). We note the construction of a split narrative, where the drug trafficker represents the “danger” and the police represent “security”, and to which the use of the metaphor “war”, used to justify the “repression” of drug trafficking, through the warlike characterization of conflicts between criminals or the police themselves. On the basis of these representations, we identify the nature/culture themes that guide a naturalistic and biologizing view of trafficking, capable of being visualized in the typical image of the trafficker, anchored in elements such as skin color, in the understanding of favelas as a stronghold of crime and violent police action as a necessary “disposal”. From the analysis of the comments, we verified the referential nature of the framework of notions and images offered by police television journalism in the audience's understanding of trafficking. At the same time that the public adheres to the television journalists' conceptions, they mix immediate and mediated experiences to contest and re-elaborate them, demonstrating the creativity involved in reception, as well as the heterogeneity of social thought. Their common memories consist of the understanding of the drug dealer as an essentially criminal and disposable subject and the legitimacy of police action and the “war” against drug trafficking, which naturalize the violence inflicted on the subjects “involved”. Here we also observe the nature/culture themes playing a generative role on metaphors that target the image of the “drug dealer” as an abject and disposable being, as a “worm” or “human trash”, and on anchoring in a eugenic and hygienist framework. We also note how an antinomy (right/left) becomes significant in the public's thoughts, in their positions regarding the policy of “combating” trafficking.

Keywords: police television journalism; drug dealer; memory; social representations; themata.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Referencial de codificação das cenas.....	73
Quadro 02 – Narrativas sobre o tráfico.....	76
Quadro 03 – Cenários.....	77
Quadro 04 – Atores.....	84
Quadro 05 – Caracterização dos “suspeitos” de tráfico.....	88
Quadro 06 – Tráfico associado à outras práticas criminais e/ou violentas.....	120
Quadro 07 – Nomeações do tráfico.....	142
Quadro 08 – Categorias resultantes da análise de conteúdo – 1.....	191
Quadro 09 – Categorias resultantes da análise de conteúdo – 2.....	192
Quadro 10 – Categorias resultantes da análise de conteúdo – 3.....	192

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 O TRAFICANTE DE DROGAS NO TELEJORNALISMO POLICIAL	55
2.1 <i>Themata</i> : uma memória das representações sociais	55
2.2 Coordenadas metodológicas	70
2.3 Memórias e representações sociais de telejornalistas policiais sobre o traficante de drogas	74
2.3.1 Os cenários e os atores.....	74
2.3.2 Relativização da suspeita	93
2.3.3 Naturalização	107
2.3.4 Eficácia policial contra o “perigo” do tráfico	119
2.3.5 Nomeações do tráfico	142
2.3.6 <i>Themata</i> : natureza/cultura	158
3 O TRAFICANTE DE DROGAS NA RECEPÇÃO PELA AUDIÊNCIA	168
3.1 Memórias comuns de experiências mediadas.....	168
3.2 A análise de conteúdo	186
3.2.1 Critérios e procedimentos de coleta	187
3.2.2 Codificação e categorização	188
3.2.2.1 Policiais, guerreiros e heróis	193
3.2.2.2 Do lixo à limpeza: a “esperança” do público no aniquilamento dos “traficantes”	209
3.2.2.3 “Amar”, “desconfiar” ou “contestar a informação”	227
3.2.2.4 <i>Themata</i> natureza/cultura	236
3.2.2.5 Antinomia direita/esquerda	241
4 CONCLUSÃO.....	251
REFERÊNCIAS.....	256

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento dessa tese é resultado das inquietações e estudos desenvolvidos sobre a temática das drogas durante o meu percurso acadêmico. Desde o ano de 2015, após o ingresso no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Políticas, Álcool e Drogas – GePAD, realizei pesquisas sobre a temática, a princípio, sob um enfoque criminológico. Esse enfoque resultava das leituras realizadas durante o curso de Direito na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, a mesma instituição à qual se liga o grupo de pesquisa. Os encontros semanais do grupo para a discussão sobre as drogas nos permitiam observar a complexidade e a polissemia desse objeto, principalmente em razão das diversas perspectivas e abordagens decorrentes da composição interdisciplinar do GePAD (pedagogos, psicólogos, historiadores, juristas etc). Na Iniciação Científica (IC), orientado pela professora doutora Luci Mara Bertoni, estudamos diferentes formas de controle dessas substâncias, tanto lícitas quanto ilícitas. Desta feita, entre os anos de 2015 e 2016, pesquisamos as diferenciações estabelecidas na operacionalização da lei 11.343/2006 entre usuário e traficante de drogas, analisando a sua implicação no fenômeno do expansionismo penal, o processo pelo qual se amplia a tutela penal dos conflitos e se criam novos tipos e “bens” jurídicos penais (SILVA-SÁNCHEZ, 2013). Enquanto entre 2016 e 2017, analisamos o histórico e as políticas que disciplinam o controle do tabagismo.

Esses estudos me permitiram familiarizar com as discussões sobre as drogas, desvelando processos que ainda hoje nos interessam observar nesta pesquisa, como a seletividade das agências encarregadas da aplicação da política de drogas e o controle formal e informal tecido sobre as práticas relacionadas a estas substâncias. Também encontramos nesses estudos o debate sobre o papel das mídias na construção social das categorias de usuário e traficante de drogas. Esta base de estudos me permitiu desenvolver o trabalho de conclusão de curso centrado na temática do traficante nos meios de comunicação de massa, cuja narrativa repercute na legislação de drogas e no combate ao traficante enquanto “inimigo” interno. A mesma base foi igualmente valiosa para a realização da pesquisa de mestrado, desenvolvida no mesmo programa onde, agora, defendo esta tese. Na dissertação de mestrado, também orientada pela professora Luci Mara Bertoni, intitulada **Memórias e Representações sociais de telejornalistas policiais sobre usuários e traficantes de drogas ilícitas**, dava, de certo modo, aprofundamento ao estudo da IC sobre as diferenciações entre uma posição e outra. O grupo dos telejornalistas policiais nos permitia compreender ao mesmo tempo a seletividade policial e midiática.

Conforme constatamos no mestrado, mais do que uma indistinção, ocorre um acoplamento dos discursos diferenciadores do uso e do tráfico sobre a figura do usuário de drogas (DANTAS, 2020). Nesse sentido, verificamos a ocorrência de matérias relacionando o uso de drogas à criminalidade e apresentando casos em que usuários, supostamente em razão do consumo dessas substâncias, ameaçaram ou mataram familiares. Notícias como, **Entenda a relação das drogas com o mundo do crime** ou **Famílias destruídas pelo vício** (DANTAS, 2020, p. 131), constroem uma associação do uso de drogas com a prática de homicídio, apresentando esse consumo como um “mal” que destrói famílias. Quando não responsabilizam as próprias substâncias pelo ato homicida. Como afirma uma repórter do Brasil Urgente: “Por causa dela [a droga] ele cometeu um crime que destruiu uma família inteira, assassinou o próprio irmão dentro de casa” (DANTAS, 2020, p. 132). O binômio médico-jurídico – qualificador do traficante como “criminoso” e do usuário ou dependente como “doente” (OLMO, 1990) – é objetivado, pelos telejornalistas, na figura do usuário a um só tempo doente e criminoso.

Interessava-nos compreender o “embaralhamento” das condutas de comércio e uso dessas substâncias, atividades distintas, que dizem respeito, cada qual, a uma forma específica de se relacionar com as drogas (CRUZ; COSTA, 2021; GRILLO, 2011). A própria legislação tem parte nisso, haja vista a margem de discricionariedade aberta pelo texto legal para a diferenciação dessas condutas e a inclusão entre os verbos caracterizadores do tráfico de ações também características do uso, como “adquirir”, “guardar” e “trazer” drogas consigo (BRASIL, 2003). Para Carolina Christoph Grillo *et al* (2011, p. 144), esse fato “não é uma imperfeição da lei, mas uma consequência da impossibilidade de uma diferenciação objetiva e eficaz”, uma vez que as generalizações legais vão na contramão da complexidade de uma série de casos em que se pode passar, com fluidez, da posição de usuário para a de traficante, sem que a intenção seja de lucro, mas apenas de repassar drogas em auxílio a outros usuários. Assim como a experiência outrora pontual pode ser incorporada ao cotidiano de um usuário que pode passar, então, a se profissionalizar nessa prática. Conforme sustentam Grillo *et al* (2011, p. 144), “as classificações penais são arbitrárias e fundamentam-se em representações das ações criminosas”. Fernanda Cruz e Perla Costa (2021) também pesquisaram a indistinção entre essas personagens, refletida na expressão “ganso”, utilizada no Rio de Janeiro, para designá-las. Os policiais militares do Rio chamam de “ganso” as pessoas que usam drogas ou as comercializam, mas também aquelas que, de qualquer forma, são desprezadas pelo grupo, por simbolizarem a “sustentação” do tráfico e o confronto policial na chamada “guerra” às drogas. Para as polícias, usuários e traficantes podem figurar como personagens indistintas.

Pudemos notar, desde logo, que no telejornalismo policial, antes da avaliação judicial, os indivíduos suspeitos do cometimento de crimes são culpabilizados, passando a compor um perfil criminoso baseado em características que extrapolam os critérios de aferição de crimes e recaem sobre elementos como a idade e a raça (DANTAS, 2020; MONTEIRO, 2020). No mesmo sentido, observou Monteiro (2020) na programação do **DF Alerta**, que entre os indivíduos considerados pelos telejornalistas como “criminosos”, “90% são homens, 70% possuem menos de 29 anos e 76% são negros”. Se antes mesmo de serem ou não julgados como traficantes de drogas, os telejornalistas classificam os suspeitos alvos de sua programação como “bandidos” ou “traficantes” é porque recorrem a certas características e referenciais encontrados em sua memória grupal, a partir dos quais podem compará-los e classificá-los sob tal designação, familiarizando-se com eles (DANTAS, 2020). Elementos como a cor da pele e a classe social compõem tal referencial, corroborando para que um público preferencial seja incriminado por uso ou tráfico de drogas (BATISTA, 2003a; RAMOS *et al*, 2022).

No presente estudo, procedemos um recorte sobre a personagem do traficante. Como pudemos observar no mestrado, apesar de os usuários serem abordados pelo telejornalismo policial a despeito desse meio ser especializado na cobertura de crimes, o que ocorre por meio de sua associação com a criminalidade, a figura do traficante nos coloca mais imediatamente próximos do foco de atenção do grupo (DANTAS, 2020), possibilitando-nos um melhor aprofundamento, mediante o recorte temático, de um olhar concentrado e detido sobre suas particularidades. O problema a ser perseguido nesse trabalho de doutorado resulta dos nossos empreendimentos no mestrado, mas começamos traçando o caminho pelo qual, partindo daquela pesquisa, chegamos ao estado dos problemas e objetivos dos quais agora nos ocupamos.

A princípio, cumpre notarmos que o tráfico de drogas é operado por mais de uma rede envolvendo comerciantes do varejo e do atacado, do qual participam grupos que variam em tamanho, complexidade, lucros e riscos assumidos por seus integrantes (HIRATA; GRILLO, 2019). Trata-se de um comércio dinâmico e segmentar onde os atores e grupos mudam, desaparecem e se ramificam sob novas formas constantemente (HIRATA; GRILLO, 2019; MALVASI, 2017; BARBOSA, 2006). Entretanto, conforme verificamos, o segmento prioritariamente inscrito na pauta do telejornalismo policial é o varejo de drogas,

particularmente, aquele realizado nas favelas¹, com maior destaque nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (DANTAS, 2020).

Diferentes pesquisas sobre o panorama criminal no Rio (HIRATA; GRILLO, 2019; ZACONNE, 2017; MISSE, 1997, 2011) e São Paulo (HIRATA; GRILLO, 2019; ZACONNE, 2017; MALVASI, 2013) sugerem uma estrutura hierárquica semelhante adotada no comércio varejista pobre a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990: no “primeiro nível” se situam os “donos”, seguidos dos “gerentes” – personagens mais próximos na linha de “sucessão” – geralmente, um “gerente” do “branco” (cocaína) e outro do “preto” (maconha); no segundo nível estão os “soldados” (a quem compete a segurança e o porte das armas “pesadas”) e “vendedores diretos” – (“vapores” e “aviões”); no terceiro e último, se encontram os “endoladores” e “fogueteiros” – que, respectivamente, preparam e embalam as unidades de droga e soltam fogos para avisar da chegada da polícia, de inimigos ou de drogas.

Trata-se de uma estrutura que se diferencia exteriormente em relação ao atacado, como também internamente, em relação às posições ocupadas. Os “donos”² e “gerentes”, apesar de compartilharem, por vezes, com os demais integrantes, de uma mesma condição econômica e social, assumem sobre eles uma posição privilegiada na estrutura comercial, não apenas de poder de dominação, mas também quanto à “participação” nos lucros (HIRATA; GRILLO, 2019; ZACONNE, 2017; MALVASI, 2013). Aponta Malvasi (2013, p. 15) que, além da distribuição dos ganhos, a exposição aos riscos também é desigual, pois não são aqueles que mais se beneficiam com o comércio (os donos e gerentes), mas sim os “moleques dos pacotinhos”, em sua maioria adolescentes, quem estão mais sujeitos à repressão policial.

¹ Há um debate em torno da utilização dos termos “favela” ou “comunidade”. Enquanto o primeiro termo (favela) busca significar lugares e habitações marcadas pela precariedade, ausência estatal, descaso público e irregularidades, suscitando os estigmas, mas também a dura realidade de tais territórios e seus habitantes, o segundo termo (comunidade) faz alusão à certo “bem viver” em sociedade e à certa “integração” desses territórios à geografia urbana (SANTANA; SILVA; SOUZA, 2021). Em análise das referidas expressões e do debate sobre as “trocas” de umas pelas outras, Luiz Henrique Santana, Clarice Silva e Emanuel de Souza (2022) verificam como o termo “favela”, ao mesmo tempo que é capaz de mobilizar certos estigmas, busca explicitar a realidade desigual desses territórios em relação ao “restante” das cidades, enquanto o uso do termo “comunidade” é encorajado, sobretudo pelos governos, como um modo de apaziguar ou camuflar tal realidade, “resolvendo” no plano discursivo as carências, a discriminação, a falta de assistência e o tratamento desigual que historicamente relegou às favelas. Ainda que os termos se façam acompanhar de distintas representações e seja seu uso ou contexto de uso aquilo que efetivamente ditará o tom da narrativa sobre favelas/comunidades, a simples mudança discursiva pode redundar em mera adesão ao discurso do “politicamente correto”. Como escrevem os autores, o uso “[...] do termo comunidade é uma tentativa de camuflagem do que o termo favela tem em sua bagagem sócio-histórico-cultural, uma vez que a utilização desse termo traz consigo, além dos pré-conceitos e/ou preconceitos, a segregação social desses locais.” (SANTANA; SILVA; SOUZA, 2021, p. 32). Por essas razões, nessa tese optamos pela utilização do termo “favela”, mantendo o termo “comunidade” nos casos em que os telejornais ou o público assim se referem à tais agrupamentos territoriais.

² O “dono” ou “dono do morro” é o líder do tráfico local no Rio de Janeiro, também chamado de “patrão” em São Paulo (HIRATA; GRILLO, 2019).

A criminalização coagula-se também sobre o “estica”, um pequeno revendedor de droga, que não necessariamente precisa pertencer a uma organização criminoso ou andar armado, apenas ter contato e crédito com fornecedores (ZACONNE, 2017). Segundo Zaconne (2017), o “estica” corresponde ao alvo sobre o qual recai a maior parcela da repressão por não oferecer “resistência” à prisão, uma vez que não dispõe de proteção armada. Em suma, são os pequenos vendedores quem principalmente respondem pelo tráfico varejista. Observemos, por exemplo, que no Rio de Janeiro, no ano 2015, das mais de 13 mil ocorrências registradas como tráfico, 43% correspondiam a apreensão de uma quantidade igual ou inferior a 15 gramas, em contraste com apenas 5% de apreensões envolvendo mais de 80 quilos de droga (CALDAS, 2016).

Os principais coletivos criminais do tráfico de drogas que atuam e “regulam” o comércio varejista nas favelas de São Paulo e do Rio correspondem, respectivamente, ao Primeiro Comando da Capital – PCC e ao Comando Vermelho – CV, grupos que se constituíram no interior dos presídios com o propósito de “regular as relações” entre os detentos e reivindicar melhorias na sua condição de vida no cárcere (HIRATA; GRILLO, 2019, p. 124). O Comando Vermelho emergente no ano de 1975, e o PCC em 1993. A principal diferença entre eles, talvez se deva ao fato de o PCC deter a “hegemonia” do tráfico de drogas em São Paulo, enquanto, já se passaram mais de 30 anos que o CV disputa pelo controle no Rio com o Terceiro Comando Puro – TCP e os Amigos dos Amigos – ADA (HIRATA; GRILLO, 2019). As disputas constantes distinguem o cenário varejista carioca da capital paulista, pois em consequência, há uma maior defesa armada dos “pontos de venda”, da vigilância territorial e das punições pelo tráfico local, assim como uma administração militar das “bocas”: os “soldados” – a única função que o PCC não compreende em sua hierarquia (HIRATA; GRILLO, 2019). A própria estruturação do “tráfico de armas de guerra” no país decorre da corrida armamentista entre as facções, resultado da frustração da tentativa de oligopólio do CV a partir de 1987 (MISSE, 2011, p. 20). Ainda diferentemente de São Paulo, onde o varejo é organizado pelo PCC sob uma “hierarquia supralocal” e alianças horizontais, havendo uma “sintonia” entre diferentes grupos e indivíduos que integram um único “movimento”³, no Rio, onde a “hierarquia” é local (cada “dono” protege seu ponto, com a eventual ajuda de “amizades” e aliados políticos), o enfrentamento entre os diferentes

³ “Movimento” é o nome como ficou conhecido o mercado de drogas nas favelas da cidade do Rio de Janeiro (MISSE, 2007). Usada primeiramente no jogo do bicho, se tornou uma gíria também no mercado de drogas ilícitas, possuindo o mesmo sentido de “boca de fumo”, de modo que “‘pôr um movimento’ significa instalar o comércio num determinado local” (MISSE, 2007, p. 145).

“comandos” (Comando Vermelho, Amigos dos Amigos etc) e com as forças de segurança tornam a dinâmica do tráfico mais letal (GRILLO, 2017; HIRATA; GRILLO, 2019).

Uma marca do tráfico varejista das favelas, explorada pelo telejornalismo policial, é a violência, decorrente das relações travadas em um comércio ilegal, cuja ausência de regulação formal enseja o uso da “coerção” e da “força física” para administrar os conflitos, assegurar o domínio e fazer fluir as drogas e o dinheiro (HIRATA; GRILLO, 2019). Trata-se de uma marca do tráfico varejista territorializado, que opera com uma juventude pobre e “susceptível” a se subordinar às relações hierárquicas dos comandos (MISSE, 2010).

A cobertura telejornalística da agenda das forças de segurança produz um perfil dos “traficantes” veiculados nesses programas, passível de ser visualizado na população aprisionada por tráfico no país. De acordo com os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen sobre a realidade prisional do país, coletados entre junho e setembro de 2019 em todo o território brasileiro, o número de incidências por crimes de drogas no sistema prisional é de 200.583 pessoas (representantes de 20,28% do conjunto total), número que só fica atrás dos chamados crimes contra a paz pública (504.108 pessoas ou 50,96% das incidências). Somando pretos e pardos (conforme refrata o levantamento), essa população é de 66,69% (438.719 pessoas), mais do que a metade do total da população do sistema prisional.

A criminalização preferencial de pessoas negras por tráfico de drogas e cometimento de outros crimes é evidenciada por uma série de trabalhos que a abordam como uma prática sistêmica de seletividade policial, judicial e também social (ZACONE, 2017; BATISTA, 2003a; RAMOS *et al*, 2022). Não somente a criminalização, como também a letalidade policial, deixa seus mortos sobretudo entre a população negra e pobre (RAMOS *et al*, 2022). A repressão da venda de drogas, resultante na criminalização e morte seletiva de jovens negros, pobres e moradores dos bairros empobrecidos, revela a harmonia dos projetos de gestão da criminalidade com o projeto genocida ao qual tais populações foram destinadas desde a escravidão (FERRUGEM, 2020; BATISTA, 2003). Sob essa lente, a “guerra” às drogas aparece enquanto um instrumento útil à eliminação e gestão da morte dos “indesejáveis” (SILVA; SILVA JUNIOR; TANNUSS, 2023; SANTOS; SANTOS, 2024; FERRUGEM, 2020; ROCHA; LIMA; FERRUGEM, 2021), o que tem conduzido a literatura a relacionar tal “guerra” a um estado de exceção e a uma necropolítica praticada principalmente contra as populações das favelas, cujos territórios são palco preferencial das operações de enfrentamento armado pelo Estado ao tráfico de drogas (ALVES; PEREIRA;

2020; RIBEIRO, 2023; BORGES, 2020; SERRA; SOUZA; 2020; SERRA; SOUZA; CIRILLO, 2020; DANTAS, 2020).

O estado de exceção corresponde a um paradigma governamental que tinge as democracias com cores totalitárias. Consiste, pragmaticamente, em medidas que suspendem o ordenamento jurídico (direitos e garantias) a pretexto da proteção da vida, mas que ao contrário, suspendem também a vida (AGAMBEN, 2004). Elas apresentam uma forma legal para conteúdos despidos de legalidade, e são investidas contra a eliminação de adversários políticos, mas também contra grupos inteiros da sociedade (AGAMBEN, 2004). Por sua vez, a necropolítica corresponde a uma forma de gestão da soberania exercida pela morte, mais exatamente, pela sua territorialização e espacialização (MBEMBE, 2018). Analisando a ocupação da palestina, Achille Mbembe (2018) observa estratégias do necropoder como a fragmentação e a vigilância do território a fim de conter a liberdade de trânsito das pessoas, a militarização do cotidiano, os estados de sítio e a autorização para executar pessoas abertamente ou de forma oculta. Estratégias semelhantes àquelas adotadas pelo Estado brasileiro para gerir as favelas: UPPs⁴, toques de recolher, incursões frequentes das polícias e do exército, restrições ao uso de veículos (BRITO, 2013), violações e mortes (RAMOS *et al*, 2022). O telejornalismo policial contribui para a legitimação desse modelo necropolítico e excepcional de enfrentamento ao tráfico, ao apresentar uma narrativa onde as favelas são convertidas em redutos de criminosos, a população negra no estereótipo do traficante e a abordagem policial violenta em um ato de heroísmo (DANTAS, 2020).

Na pesquisa de mestrado, partimos da Teoria das Representações Sociais e da memória social e coletiva para analisarmos o telejornalismo policial, teorias ainda caras ao referencial de análise dessa tese. Em linhas gerais, para Halbwachs ([1950] 1990), a memória coletiva corresponde à memória construída coletivamente pelos grupos na interação social, a qual cada um dos membros, através de seu testemunho, ajuda a reconstituir. Para o referido autor, ela pode ser acessada por um indivíduo sempre que ele adota o ponto de vista do grupo. Por essa ótica, a memória consiste em uma reconstituição do passado de acordo com os interesses do tempo presente (HALBWACHS, [1925] 2004; SÁ, 2007). A memória coletiva adquire concreticidade em quadros sociais mais amplos e estáveis (como a linguagem, o tempo, o espaço, a classe social, a família, a religião) nos quais indivíduos e grupos ancoram suas recordações (HALBWACHS, [1925] 2004). Os quadros sociais seriam “os instrumentos

⁴ As UPPs - unidades de polícia pacificadora, correspondem a iniciativas estatais “altamente militarizadas”, apresentadas como meio de redução da violência e garantia de segurança pública, e operacionalizadas mediante a ocupação policial e ao policiamento permanente de um território, qual seja, as favelas que tem em vista “pacificar” (HOFF; BLANCO, 2020).

que a memória coletiva utiliza para reconstruir uma imagem do passado de acordo com cada época e em sintonia com os pensamentos dominantes da sociedade” (HALBWACHS, [1925] 2004, p. 10). Esses quadros, como a linguagem, a religião, o espaço-tempo, a classe social, desempenham funções intelectuais que permitem à sociedade continuar mesmo quando ela é composta por vidas que são individualmente e temporalmente limitadas (HALBWACHS, [1925] 2004). Sob essa ótica, a memória social se perpetua fazendo reconstituir noções e imagens do passado na memória coletiva dos grupos.

Por sua vez, as representações sociais correspondem, de acordo com a definição apresentada por Denise Jodelet (2001, p. 22), a “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Elas são formadas a partir dos processos conhecidos como ancoragem e objetivação. A ancoragem corresponde à alocação dos elementos não familiares nas categorias de pensamento previamente estabelecidas, nas quais o estranho, ao ser comparado com os paradigmas e imagens nelas preservados, adquire uma aparência comum (MOSCOVICI, [2000] 2020). Ao passo que a objetivação implica em uma exteriorização do conteúdo ancorado sob a forma de imagens ou conceitos (MOSCOVICI, [2000] 2020).

Como nota Denise Jodelet (1989, p. 400), “para aqueles que trabalham na ligação representação/memória, há uma colheita abundante de *insights* explícitos ou alusivos sobre a memória” no trabalho de Moscovici. Estes, quando relacionados com as proposições halbwachianas da memória revelam relações de “parentesco” (JODELET; HAAS, 2019) ou de “grande homologia” (JODELET; HAAS, 2007). “Ambos possuem o mesmo tipo de conteúdo, composto por imagens e conceitos, palavras e significados associados às palavras pelas convenções sociais” (JODELET; HAAS, 2019, p.96).

Segundo Moscovici ([2000] 2020, p. 40), a era das representações que vivemos é marcada pela tendência à proliferação de profissões do senso comum: “ideólogos, popularizadores da ciência ou sacerdotes, isto é, os representantes da ciência, culturas ou religião” que, desintencional ou propositalmente, compartilham representações, sendo uma característica do desenvolvimento social que essa atividade se torne cada vez mais sistemática. De acordo com Moscovici ([2000] 2020, p. 92), podemos incluir dentro dessa categoria de profissionais do senso comum alguns profissionais da mídia, encontrados entre “determinado tipo de jornalistas”. Nesse sentido, explica o autor que as representações sociais são produzidas tanto nas situações informais de interação por pessoas que assumem a posição de profissionais “amadores”, quanto por profissionais que direcionam suas representações a

um público “amador” que passa a se sentir “especialista” em determinados assuntos. O telejornalismo policial parece se enquadrar nessa proposição, pois esse gênero de telejornalismo confere espaço privilegiado ao “cidadão comum” e seu cotidiano (CAMPELLO, 2008). Ademais, como argumentam Davi Romão e Alan Osório (2021), o interesse desse tipo de programa por um maior alcance da audiência leva os repórteres a priorizarem um formato eminentemente opinativo. A emissão frequente de opiniões pelos apresentadores é um traço distintivo do telejornalismo policial, e costuma recair em julgamentos morais e apelativos a valores presumivelmente universais, com o propósito de facilitar o entendimento do público e conquistar sua adesão emocional (RIBEIRO, 2020).

A fim de conhecermos a produção científica relativa ao tema do tráfico de drogas nas mídias sob o prisma da Teoria das Representações Sociais, empreendemos, em outubro de 2023, um levantamento bibliográfico nas bases da *Scielo (Scientific Electronic Library Online)* e do *Google Scholar*. Enquanto critérios para a coleta, optamos pela seleção de artigos, com texto completo disponível, publicados no Brasil, nos últimos dez anos (2013 a 2023), em periódicos revisados por pares, nos quais pelo menos um dos autores tivesse titulação de mestre ou doutor, e que contivessem no título, resumo ou palavras-chave os descritores utilizados na busca. A princípio, empregamos o filtro temporal dos últimos cinco anos, mas dilatamos tal filtro a fim de compreendermos um maior número de trabalhos. Nesse caminho, recorremos, à princípio, à base *Scielo (Scientific Electronic Library Online)*, na qual realizamos uma busca empregando os descritores “telejornalismo OR telejornal policial AND drogas tráfico OR traficante”. Apesar de a busca ter exibido 18 resultados, nenhum dos trabalhos exibidos atendia ao descritor “telejornalismo” ou “telejornal policial”, e mesmo removendo o filtro temporal de 5 anos, o que aumentou o total de resultados para 29, não encontramos artigos focalizando a temática a partir deste veículo midiático. Por essa razão, realizamos uma nova busca utilizando os mesmos descritores e filtro temporal, desta vez na plataforma do *Google Scholar*. A busca apresentou o resultado cheio de 1.370 produções (entre artigos, teses, dissertações, capítulos de livro, resumos, resenhas e citações) todavia, a partir da leitura do título e resumo dos trabalhos, não encontramos artigos que contemplassem ambos os descritores (“telejornal policial” ou “telejornalismo policial” e “tráfico” ou “traficante”). Desta feita, realizamos uma nova busca na *Scielo* a partir dos descritores “tráfico drogas representações sociais mídia OR meios de comunicação OR memória”, e do total resultante de 2 trabalhos, selecionamos ambos os artigos, os quais continham os descritores temáticos “tráfico” e “mídia” ou “meios de comunicação”, e o descritor teórico “representações sociais”. Removendo o filtro temporal, a busca apresentou 6 trabalhos, dentre

os quais somente os 2 artigos coletados atendiam aos critérios estabelecidos. Em seguida, aplicamos os mesmos descritores a uma busca no *Google Scholar* e encontramos o total de 16.500 resultados. Entretanto, procedendo à leitura do título e resumo dos artigos arrolados, selecionamos apenas 2 trabalhos que satisfaziam os critérios da busca, os mesmos 2 artigos encontrados na *Scielo*. Com o objetivo de encontramos um maior número de artigos, ampliamos o horizonte da busca para atender ao filtro temporal dos últimos 10 anos (2013-2023), e utilizamos novos descritores “tráfico drogas representações sociais OR memória”. Refinamos a busca para uma “pesquisa avançada” por artigos contendo “todas as palavras” “tráfico” e “drogas” e “no mínimo uma das palavras” “representações sociais” ou “memória”. Quanto ao descritor “mídia” ou “meios de comunicação”, preferimos não o incluir previamente na busca a fim de expandir o rol de resultados, e verificá-lo posteriormente, de forma “manual”, à medida em que realizávamos a leitura dos títulos, resumo e palavras-chave dos artigos. Foram encontrados 15.900 resultados, dos quais selecionamos 6 artigos (incluídos os 2 artigos coletados nas buscas anteriores, também repetidos nesta última busca).

A temática do tráfico de drogas nos meios de comunicação é analisada pelos 6 artigos coletados a partir do conteúdo veiculado na imprensa, contemplando jornais como o **Correio Braziliense** (RODRIGUES; CONCEIÇÃO; IUNES, 2015), **O Globo** (FELIX; VIANNA, 2015), **O Tempo** (SENA, 2016), **Folha de SP** (SOUSA; SANTOS; APOSTOLIDIS, 2020; SOUSA; SANTOS; ALÉSSIO, 2018) e a revista **VEJA** (OLIVEIRA *et al*, 2015), cujos conteúdos são analisados, prioritariamente, mediante a análise lexical (SOUSA; SANTOS; APOSTOLIDIS, 2020; SOUSA; SANTOS; ALÉSSIO, 2018; OLIVEIRA *et al*, 2015; RODRIGUES; CONCEIÇÃO; IUNES, 2015), auxiliada por *softwares*, como o Alceste e o Iramuteq. Uma justificativa comum para a preferência dos suportes midiáticos utilizados em 3 trabalhos é o fato de se tratarem de veículos de “difusão” (SOUSA; SANTOS; APOSTOLIDIS, 2020; SOUSA; SANTOS; ALÉSSIO, 2018; OLIVEIRA *et al*, 2015), e em 2 deles (SOUSA; SANTOS; APOSTOLIDIS, 2020; SOUSA; SANTOS; ALÉSSIO, 2018) a “difusão” é relacionada ao sistema de comunicação analisado por Moscovici ([1961] 2012) enquanto difusão, que se refere à comunicação caracterizada por um referencial heterogêneo de conhecimentos voltado para um público indefinido. Nesse sentido, por exemplo, é salientada a “pluralidade de pauta e alcance massivo” do jornal Folha de São Paulo no país (SOUSA; SANTOS; APOSTOLIDIS, 2020, p. 4). Mesmo os trabalhos que não consideram a “difusão” promovida pelos veículos escolhidos, salientam a “grande circulação” desses meios e o protagonismo do objeto investigado (drogas, *crack*, maconha, tráfico etc) em suas coberturas.

Em 4 trabalhos há uma concentração do interesse sobre a temática do tráfico de drogas, pelo delineamento do fenômeno enquanto objeto do qual parte a investigação (OLIVEIRA *et al*, 2015; FELIX; VIANNA; 2015; SENA, 2016), ou enquanto uma dimensão do fenômeno das “drogas” (SOUSA; SANTOS; APOSTOLIDIS, 2020), ao passo em que nos demais artigos a questão do tráfico aparece em meio aos resultados de pesquisas focalizando outros objetos como a “maconha” (SOUSA; SANTOS; ALÉSSIO, 2018) e o “*crack*” (SOUSA; SANTOS; ALÉSSIO, 2018).

Embora o termo “representações sociais” estivesse presente no título ou resumo de todos os artigos coletados, 2 artigos não discutem o conceito (FELIX; VIANNA, 2015; SENA, 2016) nem recorrem à literatura especializada na Teoria das Representações Sociais. Um deles tem como referencial teórico a articulação das “tecnologias de gênero” ao “sistema midiático” (SENA, 2016, p. 139), enquanto outro mobiliza a noção de “estratégias homogeneizantes” das mídias e a relaciona à noção de “preconceito” (FELIX; VIANNA, 2015). Mesmo não se tratando de estudos em representações sociais, estes artigos contribuem para a compreensão do discurso social sobre traficantes de drogas veiculado nas mídias. Nesse caminho, o artigo de Sena (2016, p. 145) analisa o enquadramento jornalístico das mulheres no tráfico de drogas e, nesse passo, demonstra como tal enquadramento tende a manifestar “as universalidades essenciais das posições de gênero”. Desta feita, a mulher no tráfico é frequentemente apresentada como a “mãe” ou a “doméstica” presa por drogas, problematizada ao nível de sua posição social e de gênero. Por sua vez, Felix e Vianna (2015) analisam a cobertura da perseguição a dois indivíduos apontados como lideranças do tráfico, para demonstrar, através dos dois episódios, a continuidade de um padrão narrativo jornalístico homogeneizante sobre o tráfico, cuja principal fonte é a polícia. Segundo este padrão, os traficantes são “celebrizados” enquanto “inimigos”, “associados a favelas” e exclusivamente responsabilizados pela violência urbana, o que legitima políticas estatais de exclusão e uma atuação policial violenta (FELIX; VIANNA, 2015, p. 134).

Por sua vez, os estudos em representações sociais (4 artigos), acompanham a construção social da diversidade simbólica das drogas e sua multidimensionalidade temática. Expondo brevemente o teor dessas pesquisas, notamos que Sousa, Santos e Apostolidis (2020, p. 4) realizam uma análise do “campo representacional das drogas no Brasil”. Os autores constatarem a ancoragem da droga no “campo médico-sanitário” e no “campo jurídico-criminal”, quando esta se torna objeto de regulação e combate (SOUSA; SANTOS; APOSTOLIDIS, 2020, p. 12-13). É neste último campo que se evidencia a relação das drogas com o tráfico, quando “os sujeitos desviantes que com ela se relacionam – os traficantes – são

apreendidos como verdadeiros inimigos públicos e relacionados a problemas como a violência urbana e situações de vulnerabilidade sociais” (SOUSA; SANTOS; APOSTOLIDIS, 2020, p. 13).

Oliveira *et al* (2015, p. 278) analisam “o processo de construção de Representações Sociais (RS) do tráfico de drogas ao longo da história recente do país, e as dinâmicas identitárias intergrupais” envolvidas no fenômeno. Conforme observam os autores sobreditos, as representações sobre o tráfico são permeadas por uma “lógica de proteção endogrupal explicitada na construção de práticas e discursos que buscam afastar o risco implícito ao tráfico dos grupos sociais dominantes” (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 279).

Sousa, Santos e Aléssio (2018, p. 1), analisam “a construção de representações sociais da maconha em matérias de jornal”. Conforme verificam, a maconha aparece tematizada em “dois universos de discurso: a repressão policial e a tensão normativa atrelada às suas formas e finalidades de consumo” (SOUSA; SANTOS; ALÉSSIO, 2018, p. 9). É no universo discursivo da repressão policial que a maconha é construída “como um objeto relacionado ao tráfico e manipulado pela polícia como uma mercadoria ilícita” (SOUSA; SANTOS; ALÉSSIO, 2018, p. 4). As narrativas de interceptação e apreensão da substância pela polícia e de prisão dos transportadores, implicam na compreensão da maconha como “um objeto que deve ser combatido, retirado da sociedade brasileira e do circuito macroeconômico das drogas”, assim como as apreensões e prisões de suspeitos de tráfico apontam para a produção de “um sentido de resolução social” (SOUSA; SANTOS; ALÉSSIO, 2018, p. 5).

Um resultado comum a 3 dos artigos coletados é a caracterização do traficante como um “inimigo” (SOUSA; SANTOS; APOSTOLIDIS, 2020; OLIVEIRA *et al*, 2015; FELIX; VIANNA, 2015). Nesse sentido, o traficante emerge simultaneamente como um inimigo externo ou “ameaça interna”, a depender, respectivamente, do contexto internacional ou nacional (SOUSA; SANTOS; APOSTOLIDIS, 2020; OLIVEIRA *et al*, 2015). Como verificam Sousa, Santos e Apostolidis (2020, p. 7), no âmbito internacional o tráfico é referido como “narcotráfico”, em meio a “narrativas sobre o enfrentamento a grupos organizados e seus líderes”, sobretudo no México, caracterizado “como um país intermediário” na entrada das drogas nos Estados Unidos e países próximos a ele. Enquanto no âmbito nacional, o tráfico é referido como a atividade de “facções e chefes do tráfico” em narrativas sobre o enfrentamento, prisão e apreensão de drogas pelas polícias em “favelas”, principalmente do Rio de Janeiro (SOUSA; SANTOS; APOSTOLIDIS, 2020, p. 10). A dinâmica entre contexto internacional e nacional é também analisada por Oliveira *et al* (2015, p. 289), ao verificarem uma narrativa de proteção contra o tráfico enquanto “um inimigo

clandestino”, um “problema externo” aos Estados Unidos e outros países “desenvolvidos”, objetivado em “grupos sociais inimigos”, como “países (asiáticos e latino-americanos)”, acusados de disseminar as drogas. Segundo Oliveira *et al* (2015), as explicações para o comércio brasileiro de drogas se ancoram no cenário internacional da sociedade americana, todavia, diferentemente daquele cenário, no Brasil, ao invés de responsabilizar grupos estrangeiros pelas drogas, a criminalização recai sobre grupos internos formados por pobres, negros e moradores das “favelas”.

A riqueza e a relevância dos resultados alcançados por esses trabalhos ratificam a importância da análise da temática das drogas pelo prisma da TRS, tendo as mídias como campo de pesquisa. Nesse sentido, nosso estudo pode contribuir para a compreensão da temática tanto por sua inscrição no referencial teórico então utilizado, quanto por destacar, em meio a heterogeneidade midiática e do segmento do jornalismo, o telejornal policial.

Segundo Adriano Silva (2020, p. 32) e Romão e Osório (2021), o telejornalismo policial despontou no Brasil em 1991, tendo como precursor o programa **Aqui Agora**, lançado pelo SBT – Sistema Brasileiro de televisão, com “a premissa de mostrar na tela ‘a vida como ela é’ [...]”. Mesmo com uma curta duração, pois se estendeu apenas até 1997, o **Aqui Agora** estabeleceu as principais características do telejornalismo policial no país, inspirando a criação de diversos programas semelhantes, atualmente presentes na maioria das emissoras brasileiras, dentre os quais são expoentes o **Cidade Alerta** e o **Brasil urgente**. As características em questão são às da cobertura ao vivo das operações policiais e demais conflitos e com mais efeito, a adoção de uma “linguagem informal” e de caráter dramático e sensacionalista (SILVA, 2020; ROMÃO; OSÓRIO, 2021; RIBEIRO, 2020). A linguagem sensacionalista corresponderia, desta feita, à atribuição de uma feição extraordinária, emocionante ou sensacional mesmo aos fatos mais corriqueiros e irrelevantes, a fim de angariar a atenção e o entendimento do público (SILVA, 2020; ZEILMANN, 2022).

De acordo com Cassius Zeilmann (2022), no telejornalismo policial, a linguagem sensacionalista se desenvolve em estreita relação com a priorização da cobertura criminal “ao vivo”, pois a própria busca pela transmissão em “tempo real” implica em supervalorizar os eventos em questão, apresentados como “urgentes” e “emocionantes” pelo simples fato de serem trazidos à tona no momento em que irrompem. Para Zeilmann (2022), mesmo que isso signifique um prejuízo para a investigação e a apuração dos fatos, os telejornalistas policiais atuam de modo a valorizar a emoção em lugar da informação. Como explicam Enio Passiani e Alex Teixeira (2019), o sensacional precisa ser manifestado, sobretudo, através da linguagem, por meio da qual a tragédia pode ser, ao mesmo tempo, ampliada e tornada “digerível”. Nesse

passo, para ganhar a credibilidade ou a respeitabilidade do público, a narrativa sensacionalista se fundamenta em preconceções sobre o “crime”, nas quais o público acredita e pode se sentir familiarizado; e só então, ela se debruça sobre a “novidade” “extraordinária” dos eventos (PASSIANI; TEIXEIRA, 2019). Logo, duas histórias seriam contadas: uma sobre o crime, propriamente dito, e outra sobre seu passado, sobre as relações reais e ideais capazes de explicá-lo (PASSIANI; TEIXEIRA, 2019). Assim se passaria: o caráter extraordinário e sensacional atribuído aos eventos “rompe com a normalidade da vida cotidiana”, mas um senso comum (que mescla desde à fantasia aos fatos do cotidiano), “cria certa familiaridade com o fato narrado, estabelecendo vínculos mais fortes com o leitor, e conferindo à notícia maior respeitabilidade” (PASSIANI; TEIXEIRA, 2019, p. 263).

Ao analisar o **Brasil Urgente** e o **Cidade Alerta**, Fábio Ribeiro (2020) destaca que apenas o sensacionalismo não dá conta de informar sobre o telejornal policial, pois ele seria apenas um dos “constrangimentos” que levam à formação desse campo profissional. A linguagem sensacionalista e dramática viria atender ao constrangimento de conquistar e estreitar as ligações com um público conservador, resistente tanto às mudanças culturais quanto aos valores tradicionais da família e da religião, descrente das soluções democráticas para a segurança pública e que clama por maior severidade na punição dos “criminosos” (RIBEIRO, 2020, p. 237). Logo, essa linguagem não seria empregada para “convencer” o público, mas para manter um diálogo com o mesmo (RIBEIRO, 2020; ROMÃO; OSMO, 2021). A narrativa sensacionalista que encarna o “mal” nos “bandidos” e os situa em “oposição polar às ‘pessoas de bem’” cumpriria com essa finalidade (RIBEIRO, 2020, p. 236). Por isso mesmo, ela seria desenvolvida pelos apresentadores dos telejornais policiais em um tom de conversação, ao estilo de “um bate papo entre conhecidos”, no qual, constantemente, “retomam” os assuntos (casos) narrados, em uma evidente tentativa de se aproximar do público, facilitando o entendimento daquilo que estão lhe dizendo e, principalmente, procurando agradá-lo (RIBEIRO, 2020, p. 240). Além desse “constrangimento”, se somaria àqueles atinentes a rotina profissional que orienta os telejornalistas na busca por exclusividade e “furos” de informação em suas relações com as fontes, geralmente, policiais; ou ainda, o constrangimento da “empresa midiática” (que acirra suas relações com os concorrentes de outros programas do mesmo gênero e os incita a “atender aos anseios dos anunciantes”, quem contratam seus serviços e “trazem” dinheiro para os telejornais) (RIBEIRO, 2020, p. 235). Talvez a linguagem sensacionalista seja uma das características mais evidenciadas nos telejornais policiais (SILVA, 2020; ROMÃO; OSMO, 2021; ZEILMANN, 2022; PINHEIRO, 2023) porque “com essa necessidade de comunicação

rápida, enfática e ao mesmo tempo agradável, inevitavelmente impera o lugar comum, isto é, os raciocínios pré-constituídos” de modo que os telejornalistas podem mais facilmente atender e se aproximar dos diversos “elementos bastante difundidos no senso comum brasileiro” que acreditam ser compartilhados por seu público e que são supostamente capazes de investi-los da condição de “porta-vozes” da população (RIBEIRO, 2020, p. 254, 237).

A partir desse último aspecto, o papel auto-atribuído pelos telejornalistas de evidenciar angústias e inquietações da sociedade (RIBEIRO, 2020), podemos notar mais uma das características do telejornal policial, a de se apresentarem como uma espécie de “vigilantes” sociais (PINHEIRO, 2023). Como nota Julia Miranda (2022), em análise do **Brasil Urgente**, o telejornalismo policial se aproveita da categorização social que reparte a sociedade entre “bons” (vítimas e mocinhos) e “maus” (criminosos) para explorar seu suposto papel de advogar pelo “bem”, de expor a violência à qual as pessoas estariam submetidas. Ele “se nutre de situações de desamparo para se colocar como mediação entre povo e Estado” (PINHEIRO, 2023, p. 25).

A naturalização da violência e sua exaltação também caracterizam o telejornalismo policial (ARCOVERDE, 2020; ROMÃO; OSMO, 2021). Para Marcela Arcoverde (2020), ao mesmo tempo em que dramatizam a violência, os telejornalistas do **Brasil Urgente** e do **Cidade Alerta** a tornam mais cotidiana. Como mostram Romão e Osmo (2021), esta não estaria mais presente no cotidiano do público apenas porque constaria nos eventos criminosos noticiados, mas também porque seria incitada pelos telejornais como uma resposta a tais eventos. Nesse sentido, Romão e Osmo (2021) desenvolveram uma análise sobre o modo como a violência é apresentada nos telejornais policiais **Cidade Alerta**, **Brasil Urgente** e **Balanco geral**, de modo a lhes possibilitar a inferência sobre os efeitos do telejornalismo policial sobre o público. Conforme constaram, a “obsessão temática” de tais programas quanto a violência, somada ao sensacionalismo, produz uma “atmosfera de medo e ameaça constantes: a mensagem insistentemente repetida é a de que nosso entorno social é extremamente perigoso” (ROMÃO; OSMO, 2021, p. 5). Logo, para se proteger, as pessoas necessitariam de leis mais duras e de enrijecimento das polícias, mas além disso, precisariam agir também com violência contra aqueles que a violentaram (ROMÃO; OSMO, 2021). A “apologia da violência contra a violência” se desdobraria na heroicização de uma polícia truculenta, sem problematizar as condições que ensejam tal visão (ROMÃO; OSMO, 2021, p. 9). Como efeito, o público se entenderia como violentado por um único ou principal “mal”, a criminalidade comum, esvaziando e anulando a crítica contra os problemas históricos, políticos e sociais que ensejam esse quadro. Ao público restaria, portanto, apostar nas forças

policiais para “restaurar” a situação, sendo relegados a uma postura conformista em face do sistema social, restando-lhe apenas “reclamar”, ter raiva e se indignar.

Um telejornal policial é movimentado por um ou alguns apresentadores que noticiam os fatos, repórteres que investigam os acontecimentos e narram as matérias, cinegrafistas, editores, corpo editorial, em suma, por um grupo que atende à certa coesão social, em função, dentre outros fatores, de cumprir o pacto estabelecido com a audiência, de vigilância e denúncia (GOMES, 2004). Nesse sentido, apresentadores/âncoras e repórteres narradores das notícias desempenham um papel de destaque em relação aos demais indivíduos envolvidos na produção, o que não lhes confere total autonomia perante os interesses do programa e o pensamento do grupo, pois a programação do telejornal é fruto de produção coletiva (PEREIRA JÚNIOR, 2005). Outros fatores como a narrativa textual das notícias também apontam a coerência grupal, pois entre âncoras e repórteres se costuma recorrer ao mesmo estilo sensacionalista, dramático, apelando com o uso de adjetivos e expressões comuns (GOMES, 2004; PEREIRA JÚNIOR, 2005; ROMÃO; OSMO, 2021). Em suma, o caráter coletivo do telejornalismo policial, bem como o papel por ele desempenhado na socialização de conhecimentos torna relevante a sua focalização pelo prisma analítico da memória coletiva e social e das representações sociais.

Quanto aos telejornais focalizados em nosso estudo, o **Cidade Alerta** é um canal da programação brasileira, transmitido diariamente na TV aberta pela Rede Record de televisão. Trata-se de um telejornal temático, especializado na cobertura de casos policiais (CAMPELLO, 2008). Seu formato pode ser definido como uma espécie de jornalismo de denúncia mesclado a um jornalismo de serviço, pois se atribui o papel de vigília e alerta da criminalidade ao mesmo tempo em que busca convocar o público para semelhante ação. Esse engajamento resulta em um “serviço” de tipo público: buscar e transmitir, em tempo real e em “primeira mão”, os frutos de sua parceria com a polícia (GOMES, 2004). Por sua vez, o **Brasil Urgente** é transmitido pela Rede Bandeirantes e também é um canal nacional aberto e diário. Sua especialização em casos de violência e na atuação policial torna-o, igualmente, temático (CAMPELLO, 2008). Seu formato é o mesmo do **Brasil Urgente**, privilegia a narrativa das agências policiais e demais fontes oficiais ligadas à segurança pública ou *experts* forenses, e foi concebido de modo a disputar audiência com o primeiro (CAMPELLO, 2008).

Quando desenvolvemos a pesquisa de mestrado, submetemos à análise de conteúdo (BARDIN, 2016) reportagens a respeito da temática das drogas ilícitas veiculadas nos telejornais supracitados, **Brasil Urgente** e o **Cidade Alerta**, de maior audiência naquele ano de 2018 (KIM, 2018). Importa destacarmos que o mesmo material continua a compor o

corpus desta pesquisa de doutorado, todavia, realizamos uma nova coleta dos dados (focalizando apenas as comunicações sobre o tráfico), e uma nova categorização e análise das reportagens, orientados por novos objetivos e referencial teórico, contemplando, desta vez, também a dimensão visual dos conteúdos elaborados pelo telejornalismo policial. Acreditamos que o contexto no qual tais reportagens foram coletadas para a pesquisa de mestrado permaneça relevante para o presente estudo do tráfico de drogas nos telejornais e em sua audiência.

No ano de 2018, era decretada uma intervenção federal no Rio de Janeiro, o que assegurou uma presença intensa da temática do tráfico de drogas nos telejornais analisados. A medida interventiva foi decretada pelo então presidente Michel Temer, no dia 16 de fevereiro, encerrando no findar do ano, em 31 de dezembro. Enquanto durasse a intervenção, a gestão da segurança pública no Rio passava às mãos do governo federal sob a forma do interventor, o general do exército nacional, Walter Braga Netto – a quem caberia comandar as agências policiais e de segurança (polícias estaduais, bombeiros, administração penitenciária), além das próprias Forças Armadas, convocadas para atuar nas 711 operações que dali resultariam (CESEC, 2019).

A intervenção era decretada no cenário evidenciado pelo Anuário de Segurança Pública acerca das Facções Prisionais, cujo relatório mostrava o espalhamento do tráfico de drogas para além das capitais brasileiras e o aumento de operações militares destinadas ao seu combate (FBSP, 2018). As operações interventivas focalizavam o tráfico de drogas, apreendido na categoria abstrata de “crime organizado”. Como observa Letícia Godinho (2018), mesmo que se soubesse que o tráfico de drogas ou o crime organizado não eram personagens homogêneos, circunscritos a um único território, classe e perfil, a intervenção federal era dirigida e desempenhada apenas nas “favelas”, nesse passo, compreendidas como a “fonte”, a “habitação natural” de traficantes e criminosos de modo geral. A intervenção corresponderia ainda, a um resultado do golpe institucional de 2016, quando da deposição, mediante o golpe apresentado como *impeachment* de Dilma Roussef e ascensão de Temer à presidência. Por meio da intervenção, se procurava legitimar o governo de Temer e conseguir alguma popularidade para sua figura, pelo que não conseguiria levar a cabo seu projeto neoliberal⁵ (KELLER, 2020).

⁵ Segundo Daniel Andrade, Mariana Cortês e Silvio Almeida (2021), o “neoliberalismo pode ser definido como a construção política da sociedade conforme o modelo de mercado”. Questões como saúde, educação, emprego não são abdicadas pelo Estado, mas passam a ser geridas por uma lógica que se difere de sua compreensão como direitos sociais para salvaguarda de princípios como dignidade humana, e repousa em seu tratamento “racionalizado” pelo mercado a partir de critérios como “eficiência” ou “retorno financeiro”. O Estado neoliberal

Podemos nos indagar sobre como uma medida de ostensividade militar poderia garantir popularidade ao governo, e entre quais grupos essa popularidade seria pleiteada. Como nos lembra Daniel Andrade (2020), vivíamos em 2018 um contexto no qual grupos da direita suspiravam pela “volta” da ditadura e a militarização da segurança pública no país. Desde a “Lava Jato”⁶, em 2014, e o golpe à Dilma, em 2016, se ventilavam certas denúncias sobre a corrupção política, imprimindo sobre os poderes executivo, legislativo e judiciário a ideia de uma “corrupção generalizada”, para a qual a única exceção seria um governo militar. Foi um momento de “idealização por parte de alguns grupos conservadores da ditadura militar como anos dourados sem corrupção [...]” (ANDRADE, 2020, p. 12). A polarização política se desenvolvia com força pelos que clamavam por militarização (FINGUERUT; SOUZA, 2018), eles “definiram uma posição à extrema direita do campo político e passaram a nomear todo o *status quo* democrático (inclusive o centro e a direita) como sendo de esquerda e corrupto” (ANDRADE, 2020, p. 12). Conforme declarava o então Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, o Brasil estaria precisando de “menos pesquisa e mais armamento” (SÁ E SILVA, 2017, p. 24) – o que sintetiza bem o período atravessado.

Daniel Andrade, Mariana Cortês e Silvio Almeida (2021) nos permitem ver no ano de 2018 uma espécie de cristalização de um neoliberalismo autoritário, abarcando as políticas neoliberais de preferência do mercado em face do sucateamento de direitos sociais e de militarização, promovidas pelo governo Temer⁷ e seu compasso com a ascensão do

governa pelo e para o mercado, convertendo as pessoas em “recursos rentáveis” e “meio” de investimento. O neoliberalismo se espalha no cotidiano das relações, nesse passo, orientadas pela concorrência e a competitividade estimuladas pelo Estado e pelas empresas (em vínculo estreito); orientadas também pela ideia de que se deve zelar pelo autoinvestimento e autogerência, como “empreendedores” de si próprios, em um tipo de “subjetividade competitiva” e “cultura empreendedora” que vê nas relações com os outros e com o mundo, “oportunidades” de “negócio” (ANDRADE; CORTÊS; ALMEIDA, 2021). Por esse prisma, compreendemos, portanto, como “projeto neoliberal”, os projetos políticos que colocam à frente dos direitos e garantias sociais, a prerrogativa do mercado e que os “administra” e se preciso, os “sufoca”, para o sucesso de sua empreitada.

⁶ Lava Jato foi o nome dado a operação realizada pela Polícia Federal entre 2014 e 2021 para investigação de casos de lavagem de dinheiro e corrupção política. A lavagem de dinheiro inicialmente identificada pela polícia como tendo por “faixada” um posto de combustível, deu o apelido de “lava jato” a operação (KERCHE; MARONA, 2022).

⁷ Fernanda Pradal e Noelle Resende (2018) fazem uma lista das políticas neoliberais perpetradas pela gestão de Temer. Elas são muitas, como mostra apenas uma parte da lista destacada a seguir: “[...] Dentre os principais retrocessos do governos Temer até o atual momento, podemos destacar o final de programas como o Ciência sem Fronteiras e a Farmácia Popular; o corte de gastos com programas como o Minha Casa Minha Vida; o final da exigência de participação da Petrobrás na exploração do pré-sal e conseqüentemente a abertura irrestrita do mesmo para o capital estrangeiro; a aprovação da PEC 55 que congela por 20 anos os gastos sociais do governo nas áreas da saúde, educação e assistência social, medida sem precedentes em todo o mundo; a aprovação da reforma do ensino médio, retirando a obrigatoriedade de disciplinas como filosofia e sociologia e estabelecendo uma hiper flexibilização do currículo escolar; também houve a retirada da base curricular, pelo Ministério da Educação, das expressões identidade de gênero e orientação sexual; o enfraquecimento da FUNAI com a gestão do ruralista Osmar Serraglio no Ministério da Justiça. [...] Foi aprovada a Reforma Trabalhista que, entre outras medidas, destituiu a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo em trabalhos por produção, libera a negociação de formas de remuneração entre trabalhadores e empresas e do plano de carreira sem a

“bolsonarismo” através da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro à Presidência da República. O neoliberalismo autoritário se desenvolvia no aprofundamento da lógica empresarial e de mercado, recorrendo ao autoritarismo que vai além da “força bruta” extrema, mas que nela se apoia para construir “inimigos internos” sobre a imagem das minorias, de modo a encarcerá-las massivamente ou exterminá-las como excedentes não rentáveis (ANDRADE; CORTÊS; ALMEIDA, 2021; ANDRADE, 2020). Essa leitura corrobora com o que Carlos Figueiredo (2021) analisa nos termos de uma “gestão dos supérfluos”. Para Figueiredo (2021), em uma democracia enfraquecida, onde se vive sob o império neoliberal da utilidade ao mercado, aquelas pessoas cuja condição de pobreza e marginalização lhes impossibilita o cumprimento com os requisitos da “eficiência” e da “concorrência” são vistas como inúteis, incapacitadas, supérfluas pela destituição de sua condição de “pessoa”. Como a concorrência entre os indivíduos obstrui a solidariedade, os sujeitos (“coisas”) supérfluos, como “outros”, tem suas “diferenças” aguçadas. O resultado desse aguçamento se verificaria no fenômeno do encarceramento em massa, principalmente nos presídios privatizados, nas celas lotadas onde os supérfluos fenecem afastados da sociedade, ou mais explicitamente em sua matança generalizada. Eles correspondem, como concorda Figueiredo (2021), aos “refugos humanos” de que fala Zygmunt Bauman (2005), que a pretexto de “construir a ordem” ou de assegurar o “progresso econômico” são escoados como “lixo” redundante da sociedade capitalista.

Em suma, o ano de 2018, adotado como critério temporal nessa pesquisa, se desvela como período de coalizão de interesses políticos e anseios sociais revertidos sobre o combate aos traficantes de drogas. Trata-se de um contexto fértil para o florescimento da militarização e do discurso de punitividade irradiados no país que, como veremos, irá despontar com destaque nas memórias e representações do público do telejornalismo policial.

Ainda durante o processo de coleta das reportagens deparamo-nos com a recepção do conteúdo compartilhado pelos telejornalistas por parte de usuários do *Youtube*, verificada nos comentários tecidos abaixo dos vídeos das reportagens.

Apesar de vago, podemos caracterizar o perfil do público dos telejornais analisados de acordo com os dados disponibilizados sobre a audiência do **Cidade Alerta** pela Rede Record de televisão. Tais dados foram extraídos dos levantamentos de audiência operados pelo Kantar Ibope Media (KIM, 2019) e apesar de não terem sido apresentados pela Rede

obrigatoriedade de homologação do mesmo por registro ou contrato, permite que acordos coletivos, entre os sindicatos e as empresas, prevaleçam sobre a legislação trabalhista, libera o trabalho de mulheres grávidas em ambientes insalubres mediante atestado médico, entre outras medidas. [...]” (PRADAL; RESENDE, 2018, p. 1135-36).

Bandeirantes quanto ao **Brasil Urgente**, podemos depreender um perfil geral interessado nesse tipo de conteúdo midiático.

Quanto ao gênero, mulheres telespectadoras predominam em relação à homens na proporção de 62% em face de 38% (KIM, 2019). Por sua vez, a idade do público varia entre crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Desse lado, a maior proporção está para pessoas com mais de 60 anos de idade (33%), seguidas por aquelas entre 35 e 49 anos (23%), 59 e 60 anos (19%), 25 e 34 anos (10%) e com menor alcance entre aquelas de idade entre 18 e 24 anos (6%), 4 e 11 (5%) e 12 e 17 anos (4%).

Também podemos observar a caracterização do público de acordo com os marcadores de classe social (A, B, C, D e E) utilizados no levantamento do Kantar Ibope Media (KIM, 2019). Conforme a ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (2018), os marcadores adotados pelo Ibope obedecem ao “Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB)”, a partir do qual se calcula, atribuindo pontos, variáveis como grau de instrução do “chefe da família”, acesso à serviços como água encanada e pavimentação de rua, contratação de serviços domésticos (ex: babás ou motoristas) e patrimônio constatado na posse de determinados bens (ex: geladeira, automóvel, computador, lava-roupas etc). Tais estimativas que consideram dados de áreas urbanas, rurais e metropolitanas, são baseadas também na renda familiar, conformando como integrantes da classe “A” àquelas pessoas cuja renda familiar é de R\$ 23. 345,11; como classe “B1” as de renda em torno de R\$ 10.386, 52; como “B2” a renda de R\$ 5. 363, 19; como “C1” a de R\$ 2.965,69; como “C2” a de R\$ 1. 691, 44; e, por fim, a classe “D-E” como aquela cuja renda é de R\$ 708, 19 reais (ABEP, 2018). Seguindo tais marcadores e critérios, os telejornalistas do **Cidade Alerta** seriam principalmente integrantes da classe C (53%), sucedidos pela classe D e E (26%) e pela classe A (21%).

Decerto, o perfil traçado para o público “telespectador” do telejornalismo policial varia em relação àquele que acompanha o conteúdo na plataforma *online* do *Youtube*. Embora essa especificidade não seja informada pelas emissoras ou pelo Kantar Ibope Media, um perfil amplo de consumidores de vídeos *online* é fornecido pelo Ibope (KIM, 2023). Desse lado, de modo semelhante ao público que assiste aos telejornais pela TV linear, o público consumidor de vídeos *online* em geral é predominantemente da classe C (48%), mas inverte-se a ordem das posições ocupadas pela classe D ou E e A ou B. A classe A ou B desponta em segundo lugar (40%) e a classe D ou E em terceiro (12%). Quanto à idade, podemos notar que em relação ao público espectador do telejornalismo policial e o público geral de vídeos *online*, os percentuais se diferem com intensidade. Desse lado, as pessoas com mais de 60 anos, que

representam a maioria do público do **Cidade Alerta** na TV linear (33%), consistem em apenas 11% dos consumidores de vídeos *online* (KIM, 2023). A menor oscilação é para o público de 35 e 49 anos (26%). Quanto às demais faixas etárias, a proporção do público *online* é de 18% para pessoas entre 25 e 30 anos, de 14 % para aquelas com idade entre 4 e 11 anos, de 11% entre 50 e 59 anos, 10% entre 12 e 17 anos e mais 10% para pessoas com idade entre 18 e 24 anos (KIM, 2023).

Mesmo correspondendo a um perfil de consumidores de vídeos *online* em geral, isto é, cuja presença é sentida nas diversas plataformas virtuais, assinalamos certo protagonismo do *Youtube* entre essa audiência (KIM, 2023). Para termos uma ideia, em 2023, o *Youtube* foi a plataforma de exibição de vídeos *online* mais acessada no Brasil (16, 1%), ultrapassando a *Netflix* (4,3%) e o *Tik Tok* (3,9%).

Segundo Jean Burgess e Joshua Green (2009), o *Youtube* pode ser compreendido de diferentes modos. Ele pode corresponder a uma plataforma para os conteúdos concebidos por seus usuários a partir de seus interesses e referências, como por exemplo, os *vloggers* e outras formas de “canal” que, embora possam desafiar a cultura comercial, também podem “ser assimiladas e exploradas pela mídia tradicional”; assim como pode consistir, diretamente, em uma plataforma para a distribuição e popularização de produtos e serviços da “mídia comercial”, “desafiando o alcance promocional que a mídia de massa está acostumada a monopolizar” (BURGESS; GREEN, 2009, p. 24). Este segundo caso parece ser o do telejornalismo policial que usa da plataforma para estender a publicidade do conteúdo veiculado na televisão e formulado para atender, primordialmente, ao formato televisivo. Portanto, o *Youtube* revela, respectivamente, uma “dupla função como plataforma *top-down* de distribuição de cultura popular e como plataforma *bottom-up* de criatividade vernacular” (BURGESS; GREEN, 2009, p. 24).

Embora tenhamos apreciado essa faceta da dinâmica representacional – a recepção pelo público de memórias e representações mediadas – não a estudamos no mestrado. Porém, a mesma não deixou de nos provocar indagações: como pensar os conteúdos até então específicos e atribuídos a um grupo definido (o telejornalismo policial) em sua recepção por indivíduos dispersos temporal e contextualmente, que não necessariamente se conhecem ou interagem entre si, e cujos “vínculos”, se assim podemos considerá-los, estão no fato de sua exposição às mesmas imagens e no uso de uma mesma plataforma virtual para se expressarem a respeito do que assistiram. Ao término da dissertação de mestrado e com efeito, ao elaborarmos o projeto de pesquisa do doutorado, essas questões nos apareceram sob a forma do seguinte problema: como a memória social e coletiva dos telejornalistas policiais oferece

um marco para a ancoragem das memórias comuns de sua audiência sobre o traficante de drogas? Problema que buscamos contemplar no presente trabalho.

Tal problema implica, portanto, em refletirmos sobre o uso e a natureza dos conceitos capazes de nos habilitar para o trânsito entre diferentes escalas grupais. Questionamo-nos se os comentaristas conformam, de fato, um grupo ou uma composição coletiva capaz de nos dar os elementos necessários para a apreensão de memórias e representações, ou mesmo se a conceituação adotada no âmbito do mestrado nos possibilitaria apreendê-las. Um problema que, na perspectiva de Joel Candau (2016), implica em refletirmos sobre a pertinência das retóricas holistas em tempos de complexificação das escalas e dos dimensionamentos grupais.

Assentado em uma concepção halbwachiana da memória, Joel Candau (2016) explora a relação desta com a identidade: somos “modelados” pelas lembranças que podemos reconstituir do passado. Ao mesmo tempo, fruto de nossa própria “modelagem”, a memória alimenta o reconhecimento que fazemos de nós mesmos enquanto sujeitos, possuidores de trajetória, história, identidade. No passado de nossos conhecimentos e experiências buscamos o necessário para sabermos quem “somos” e para estabelecermos laços grupais. Nesse passo, a memória oferece o enquadramento coletivo e social a partir do qual suportarmos a ação do tempo sobre a nossa duração. Particularmente interessado na passagem dos estados individuais para os coletivos – preocupação que, segundo o autor, caracteriza sua área de pesquisa, a Antropologia –, Candau (2016) questiona o estatuto veritativo dos conceitos mobilizados por essa empreitada, como “memória social”, “memória coletiva”, “memória pública”, “memória histórica”, “representações”, “identidade coletiva”, “identidade cultural” etc. Tais conceitos guardariam em comum a busca pela designação de certa recorrência nos modos de existência, de acesso à substratos culturais, de compartilhamento e construção de concepções, conhecimentos e recordações por parte dos grupos sociais. A memória que em sua dimensão individual pode ser compreendida como uma “faculdade”, precisa ser “estendida”, isto é, necessita ser generalizada sob a forma de um conceito capaz de apreender uma realidade entendida como “comum” aos membros de um grupo ou de uma coletividade (CANDAU, 2016). Ao se questionar sobre “qual pode ser a realidade desse compartilhamento de lembranças ou representações do passado?”, Candau (2016, p. 25) introduz a noção de retóricas holistas.

Segundo Candau (2016, p. 29), as retóricas holistas são “inevitáveis”, “heurísticamente necessárias porque podem nos dizer ‘alguma coisa’ da realidade”. Para auxiliar em nossa compreensão dos fenômenos da realidade, empregamos “termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis,

homogêneos”. Mesmo que as características atribuídas a tais retóricas variem, elas podem ser chamadas de holistas porque são direcionadas a apreensão de conjuntos entendidos como mais do que “a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção como isomorfos” (CANDAU, 2016, p. 29). O tamanho do grupo sobre o qual o conceito holista é aplicado consiste, portanto, em um fator que merece ser analisado nos termos da pertinência da retórica adotada. Como sustenta Candau (2016, p. 45), grupos maiores e pouco definidos podem ser mais permeáveis à dúvida que pode dar lugar a elaboração de metamemórias, isto é, a elaboração de representações do passado incongruentes com a narrativa mais ampla atribuída ao grupo, sendo mais difícil compreendê-los, por exemplo, por meio da retórica de uma “memória coletiva” (específica) do que de uma “memória social” (geral); assim como grupos menores ou nos quais há um “forte e denso conhecimento recíproco de seus membros”, oferecem uma possibilidade mais precisa de apreender a constituição de “memórias coletivas”. A “memória coletiva” fica mais difícil de ser caracterizada em grupos onde as “memórias individuais não se abrem umas às outras visando objetivos comuns, tendo um mesmo horizonte de ação” (CANDAU, 2016, p. 48). Desta feita, “a adequação de uma configuração narrativa a essa realidade depende precisamente do grau de pertinência da retórica holista” (CANDAU, 2016, p. 30).

Reconhecer o caráter retórico ou metafórico desses conceitos nos possibilitaria refletir sobre sua pertinência e proceder às adequações necessárias para a apreensão do fenômeno, enfrentando as possíveis dificuldades no uso das figuras holistas. Diante da dificuldade imposta pelo conceito de “memória coletiva” para a compreensão de grupos pouco restritos, por exemplo, o conceito de “memória social” permitiria a análise do enquadramento social de qualquer memória aparentemente “dispersa” (CANDAU, 2016), abarcando-a sob os quadros comuns da linguagem, da religião, do tempo-espço, da classe social, apresentados por Halbwachs ([1925] 2004). Para Candau (2016, p. 50), “quando os caminhos tomados” pela memória coletiva e pela memória social “se cruzam e se confundem esse encontro confere alguma pertinência à noção de memória coletiva que, nesse momento, dá conta de uma relativa permeabilidade de consciências [...]”. Em suma, a questão das retóricas holistas é a de seus graus de pertinência para o dimensionamento que fazemos das escalas grupais.

Entretanto, as críticas a um possível holismo “impertinente” não alcançam o conceito de “representações sociais” do mesmo modo que o de “memória coletiva” (ALBA, 2014; DANTAS, 2022). Sobre as representações, sustenta Angela Arruda (2015, p. 104-05) que as dissonâncias entre o contexto originário de formulação do conceito de representações sociais por Moscovici (em 1961) e o contexto atual, instigam, de fato, o questionamento sobre a

pertinência do conceito, aplicado sobre escalas grupais em reconfiguração, mas que as características do cenário no qual nos encontramos apenas confirmam o caráter promissor do mesmo. Para a composição do cenário descrito por Arruda (2015), é necessário começarmos reconhecendo as transformações nas formas de comunicação promovidas pela velocidade das informações e do progresso tecnológico – formas de sociabilidade e comunicação constantes e rapidamente mutáveis; a participação “em grupos e instituições cada vez mais diversas e muitas vezes pouco duradouras”; a “inundação” dos indivíduos pelas “correntes de informação” que atravessam a todo momento, distribuídas “sem um centro regulador, sem hierarquia, sem limites à disseminação”; a publicização da privacidade na *internet* e a partilha íntima de informações com pessoas que não teriam se conhecido pessoalmente senão por ocasião de sua participação em espaços virtuais, como as redes sociais. Como assevera Arruda (2015, p. 105), as pessoas se tornaram uma “espécie de transeuntes”, “que se movem a um ritmo cada vez maior”, elas podem “mudar de crença religiosa, de profissão ou de cidade mais do que uma vez na vida”, de tal modo que “as identidades fixas deixaram de existir e, apesar da sua flexibilidade, não conseguem acompanhar e acolher a variedade que poderiam alcançar”. A autora questiona, portanto:

[...] Estas características reduzem as hipóteses de surgimento e sobrevivência de determinadas representações? A representação tal como a conhecemos está a tornar-se uma entre as várias formas possíveis de lidar com a inovação que inunda incessantemente a nossa sociedade? O conceito de representação está a tornar-se demasiado restrito para lidar com as formas de comunicação emergentes, pensamento social, agrupamento humano e um sentido de pertença? (ARRUDA, 2015, p. 105).

Sem pretender responder a tais questões, Arruda (2015) mostra – à luz dos apontamentos de Gerard Duveen ([2000] 2020) sobre o princípio de que as representações florescem em contextos de descentralização de fontes de legitimação – que a descentralização das fontes concorrentes para a composição do cenário apresentado, implicam, na verdade, em uma mais intensa proliferação de representações. Assim como a descentralização da “Igreja” e do “Estado” enquanto “grandes” centros legitimadores implicou na constituição de novos centros de regulação do conhecimento como a ciência e o senso comum, fazendo circular as representações sociais pelo movimento de apreensão e contextualização do primeiro por parte do segundo (ARRUDA, 2015; MOSCOVICI, [2000] 2020), a diversidade de fontes em contextos modernos ou democráticos, por exemplo, resulta no “aumento exponencial de especialidades” e inovações, e o conseqüente movimento de buscar “representa-las” para estar par das mesmas. Por sua vez, a não fixidez das identidades cobra de questões como o

sentimento de pertença ou de afiliação grupal que estes não sejam considerados “inequívocos”, aspecto enfrentado pela TRS ao postular a natureza polifásica dos sujeitos sociais, explicativa de seus “transladares” constantes. A TRS considera “o sujeito múltiplo e variado que consiste em ‘identidades nômades’ que estão numa fase de contínua mudança, sem nunca estarem ‘prontos’” (ARRUDA, 2015, p. 120).

Por outro lado, Arruda (2015, p. 120-21) pontua como uma limitação do campo, o modo como se lida com “a aceleração e a fragmentação que ocorre quando se vive com a inovação”. Nesse sentido, os “hábitos metodológicos” revelariam “além da ‘objetificação’ do grupo”, o fato de, no mais das vezes, o uso das ferramentas teóricas tornarem a teoria “mais adequada para a confirmação *ex-post*, a identificação dos processos quando (e se) as RS já estão estruturadas” (ARRUDA, 2015, p. 121)”. Por essa lente, seria possível considerarmos, em certa medida, que “apesar da sua natureza e história dinâmicas, as RS têm dificuldade em captar os processos da sua preparação *em progresso*” (ARRUDA, 2015, p. 1210). Como os conceitos da teoria podem ser mobilizados para a “captura” do fenômeno, principalmente em espaços e escalas grupais nas quais a representação está ainda sendo constituída? Retornamos mais uma vez à atenção no uso das retóricas holistas.

Esse é um problema “metodológico” (ARRUDA, 2015) porque do ponto de vista conceitual a dinâmica está imbrincada na formulação do conceito, quando Moscovici (2000 [2020]) considera que as representações não conseguem se sedimentar completamente em razão da emergência diversa de “especializações”, da busca por familiarização e da velocidade em que correm os meios de comunicação, estando sujeitas a mutabilidade. Também no fato de a teoria propor a existência de um “sujeito ativo”, capaz de combinar e reelaborar as categorias pré-existentes, imprimindo-lhes a dinâmica do contexto sociocultural no qual se encontra (ALBA, 2014). Sobre o dinamismo do conceito de representações sociais, Alba (2014, p. 395), considera que ele “permite integrar uma dimensão temporal na análise dos processos psicossociais, o que se mostra em consonância com as rápidas mudanças das sociedades contemporâneas e permite estudá-las tanto no presente, como no passado e no futuro”.

Halbwachs ([1925] 2004) também teve como pressuposto a constituição da memória por indivíduos ativos, influentes na seleção das noções e categorias do passado, tendo apresentando a recordação como esforço inteligente e reflexivo por eles perpetrado a partir de seu enquadramento social, da posição que ocupam nos grupos, das relações estabelecidas com outros grupos e indivíduos – afastando-se da concepção de uma memória coletiva rígida e imutável. Esta “é atualizada com o movimento e o crescimento” dos grupos, “por meio da

mobilidade dos seus membros e dos novos sistemas de pensamento criados pela sociedade” (ALBA, 2014, p. 405). A memória coletiva é dinâmica porque “os indivíduos mudam os grupos, bem como os grupos transformam os indivíduos” (ALBA, 2014, p. 405). A articulação da memória coletiva com a memória social aponta, igualmente, para o dinamismo na constituição da memória a partir de um processo que põem em causa temporalidades distintas: as ideias do tempo presente, quanto mais intensas forem seu poder de adesão pelos grupos, modelam a forma como serão acessados os marcos incontornáveis da memória social, mas só podem atuar desse modo porque encontram força e inspiração nesses mesmos quadros gerais preenchidos de “passados” próximos e distantes (HALBWACHS, [1925] 2004). Todavia, diferentemente do conceito de “memória social”, conformada por quadros amplos como a linguagem, a família ou a religião, capazes de alcançar e “alimentar” as memórias de indivíduos e grupos, o conceito de “memória coletiva” implica na consideração de uma memória verificada em grupos específicos, nos quais prospera certo grau de consensualidade e consciência da afiliação grupal por cada um de seus membros (HALBWACHS, [1925] 2004). Nesse sentido, Halbwachs ([1950] 1990, p. 54) descreve como seria um grupo pertinente à observação de uma memória coletiva:

Dentro de tais meios, todos os indivíduos pensam e se recordam em comum. Cada um, sem dúvida, tem sua perspectiva, mas em relação e correspondência tão estreitas com aqueles outros que, se suas lembranças se deformam, basta que ele se coloque do ponto de vista dos outros para retificá-las.

A concordância entre os membros não prescinde de debates, de uma composição heterogênea e posições divergentes, mas reclama de cada componente certo reconhecimento sobre seu “lugar” e papel no exercício mútuo da comunhão grupal (HALBWACHS, [1950] 1990). É preciso observarmos o tamanho das escalas grupais as quais atribuímos uma “memória social” e uma “memória coletiva”. A primeira comporta e irriga a última, é ampla e extensiva, ao passo que a memória coletiva é restrita e implicada, e na medida de sua especificidade vem a ser constelada na “memória social”. Por essa lente, para aproveitarmos os exemplos oferecidos por Halbwachs ([1950] 1990), a memória de uma cidade ou de uma nação não pode ser apreendida pelas mesmas figuras retóricas usadas para compreender a memória de um pequeno vilarejo, onde cada membro se reconhece e registra com fidelidade os gestos de cada um e os acontecimentos vivenciados em seu meio. Enfatizado os intercâmbios entre as figuras, uma memória pode ser dita social e outra, coletiva. Halbwachs ([1950] 1990, p. 54) é didático a esse respeito:

[...] entre o indivíduo e a nação, há muitos outros grupos, mais restritos do que esse que, também eles, têm sua memória, e cujas transformações atuam muito mais diretamente sobre a vida e o pensamento de seus membros. [...] cada homem está mergulhado ao mesmo tempo ou sucessivamente em vários grupos. Cada grupo, aliás, se divide e se restringe, no tempo e no espaço. É no interior dessas sociedades que se desenvolvem tantas memórias coletivas originais que mantêm por algum tempo a lembrança de acontecimentos que não têm importância senão para elas, mas que interessam tanto mais que seus membros, que são pouco numerosos.

Mas a explicação de Halbwachs ([1925] 2004; [1950] 1990) sobre tais figuras não aparece simplesmente dessa forma em seu trabalho. Ao acrescentar o conceito de memória coletiva à sua tese inicial (o conceito de memória social, de quadros sociais da memória ou de pensamento social, conforme concluiu), Halbwachs [1950] 1990) pensa analogicamente os marcos mnemônicos em termos de uma memória coletiva de largas dimensões como uma memória coletiva “religiosa”, memória coletiva econômica, jurídica etc. Ao nosso ver, essa interpretação ratifica e aprofunda a dupla natureza atribuída pelo autor aos quadros sociais (um componente geral e abstrato, por onde se fazem “exalar” de qualquer memória, servindo à suas composições, e um componente específico e concreto, isto é, o fato de serem formados pelas recordações e dinâmicas dos diferentes grupos e suas memórias coletivas) (HALBWACHS, [1925] 2004). Apesar desse trabalho posterior sobre a memória coletiva ter sido inacabado pelo autor, que foi assassinado pelos nazistas, tendo sido organizado e publicado postumamente por seus editores (DUVIGNAUD, 1990), Halbwachs ([1950] 1990) não foi poupado das críticas sobre a imprecisão do conceito de memória coletiva (CANDAU, 2016; ALBA, 2014). A interpretação analógica do primeiro conceito para refletir sobre o segundo pode ter conduzido, pelo menos em parte, às aplicações “impertinentes” de tais retóricas holistas sobre escalas grupais incompatíveis ou diante das quais o conceito de “memória coletiva”, sobretudo quando desarticulado ao de “memória social”, pouco pode apreender (CANDAU, 2016).

Pela perspectiva traçada, adotamos o conceito de “memória social e coletiva” quando diante do grupo composto pelos telejornalistas policiais, uma vez que o primeiro dimensionamento retórico (memória social) possibilita a análise do caráter mais abstrato e geral dos marcos mnemônicos – por onde poderemos notar conclusões, pensamentos e imagens construídos e compartilhados difusamente pela sociedade – sem deixarmos com isso, escapar os componentes específicos e concretos, como o repertório particular de imagens e noções desenvolvido pelos telejornalistas no espaço de seu grupo profissional específico, cujos efeitos sobre a memória não podemos (sem o prejuízo da impertinência da retórica

holista) depreender como resultado imediato dos quadros mnemônicos gerais, pois estes também passam pelas elaborações peculiares do grupo. Acreditamos ser esta a compreensão em voga quando Halbwachs ([1941] 2014) chama de coletiva (e ao mesmo tempo social), por exemplo, a memória dos viajantes que escreveram sobre a Terra Santa: embora seus relatos estivessem ancorados no quadro social geral da religião, compartilhavam também de conhecimentos específicos e nesse sentido, concretos, sobre a paisagem e a geografia da Palestina, as cerimônias religiosas do “lugar sagrado” e sua localização. A adequação retórica da junção dos conceitos nos parece adequada, portanto, quando a análise da memória se efetiva sobre um grupo em particular. Essa leitura é corroborada por Jodelet (2017), ao compreender que enquanto retóricas, podemos falar em memória social ou coletiva, ou em memória social e coletiva, a depender do caso.

Segundo Jodelet e Haas (2019, p. 94), apesar de a Psicologia Social seguir as proposições de Halbwachs acerca dos quadros sociais da memória, por onde deveríamos esperar uma maior adoção do conceito de “memória social”, “existe uma tendência bastante geral para preferir a memória coletiva [...] o que não deixa de lhes colocar problemas” relativos à polissemia desse conceito, como as aludidas “imprecisões e confusões” sobre seu caráter holista. O holismo da “memória social” não está, todavia, livre da necessidade de repensá-lo para compreender as vicissitudes instaladas pelas sociedades de nosso século, marcadas pela vivacidade e torrente de informações e pela interação em “espaços virtuais” alargados pelas “proezas tecnológicas” (ALBA, 2014). As questões levantadas por esse contexto são também cabíveis as representações sociais e podem ser formuladas do seguinte modo: “neste novo contexto, quais são os marcos sociais da lembrança e as ancoragens das representações sociais?” ou ainda, “como cristalizar ou materializar representações do mundo construídas sobre a base de um excesso de informações e de imagens midiáticas, que mudam constantemente?” (ALBA, 2014, p. 427).

Outra questão, na qual estão contidas as anteriores, nos é particularmente interessante: as mídias podem consistir em quadros sociais da memória? Halbwachs ([1925] 2004) explorou um número determinado de quadros (língua, família, religião, classe social e tempo-espaço), mas deixou margem para considerarmos a modificação e atualização desses quadros, até mesmo a inclusão de novos quadros mnemônicos. Entre outras passagens, essa possibilidade aparece implícita em seu trabalho quando aborda a “deformação” das memórias em virtude da modificação dos quadros sociais:

[...] o esquecimento ou deformação de algumas das nossas memórias também se explique pelo facto de estes quadros mudarem de um período para outro. A sociedade, adaptando-se às circunstâncias e aos tempos, representa o passado de várias maneiras: a sociedade modifica as suas convenções. (HALBWACHS, [1950] 1990, p. 324).

Contudo, pensar as mídias como quadros da memória implica também em conhecer as características próprias assumidas pela memória social quando esta passa pelo filtro midiático. Nesse sentido, Celso Sá (2007) e Paolo Jedlowski (2006) consideram ser preciso atualizarmos as noções halbwachianas de memória a fim de compreendermos como elas podem se constituir em um contexto no qual as barreiras da comunicação e da informação foram dilatadas e com elas os limites que demarcavam os grupos. Memórias comuns, portanto, seriam constituídas a partir de uma série de lembranças pessoais comuns compartilhadas por alguns indivíduos, mas que não foram produzidas pela interação de um grupo, porque cada um deles foi exposto “a estímulos análogos, mas esses estímulos não necessariamente foram selecionados e interpretados coletivamente (JEDLOWSKI, 2003, p. 226). O conceito de “memórias comuns” nos ajudaria a compreender o caráter de uma memória social tornada comum pela ação midiática, assim como é o caso do público dos telejornais que podem compartilhar de uma memória mesmo quando não conseguimos identificar outros vínculos entre seus participantes que não sejam a exposição a fatos ou “estímulos análogos”. Sá (2007, p. 293) apresenta uma descrição elucidativa sobre essa categoria da memória:

As memórias comuns podem ser vistas como coleções de muitas memórias pessoais acerca de um mesmo objeto, construídas independentemente umas das outras. Por força de sua participação comum em dado período histórico, em dada configuração cultural ou em dado estrato social, tais pessoas teriam sido expostas aos mesmos fatos, às mesmas informações, aos mesmos gostos, etc., e deles guardariam aproximadamente as mesmas lembranças.

Embora seja profícuo para apreender a produção mnemônica fomentada pela experiência midiática, o conceito não se restringe a essa dimensão, ele pode também ser aplicado sobre outros “espaços comuns”. Giuliana Mandich (2011), analisou o espaço da cidade como “reservatório” para esse tipo de memória – memórias comuns constituídas pela habitação, convivência e estabelecimento de relações afetivas ou de simples “reconhecimento” entre pessoas que fazem as mesmas coisas, nos mesmos lugares e compartilham de um terreno comum. Entretanto, salientamos a sua especificidade em um contexto mediado.

Para nos inteirarmos da produção científica nacional acerca das “memórias comuns”, realizamos uma busca nas plataformas *Scielo* e *Google Scholar* (seguindo os mesmos critérios estabelecidos nas demais buscas apresentadas nessa introdução), empregando os termos “memórias comuns OR memória comum”. Embora a consulta à *Scielo* tenha apresentado 76 resultados, apenas um trabalho se referia à essa modalidade da memória, embora não apresentasse uma discussão conceitual sobre a mesma ou situasse teoricamente o termo (VECCHI, 2023). Essa produção, dedicada ao estudo do gênero literário “biografia”, focalizava o registro biográfico de um intelectual italiano, Antonio Piccarolo, compreendendo-o como expressão de uma memória pessoal relacionada com a memória pública e comum sobre o contexto histórico e político vivido pelo autor na Itália e no Brasil, para onde imigrou. Embora não apresentasse conceitos sobre as noções de memória utilizadas no estudo e não explorasse a noção de memórias comuns, constante apenas no resumo do trabalho, sua interpretação parece se adequar à retórica holista de uma memória social.

Por sua vez, nossa busca no *Google Scholar*, a partir das palavras-chave “memórias comuns” e “memória comum”, apresentou 808 resultados dos quais apenas um trabalho atendia aos critérios pré-estabelecidos: o artigo de Flaviane Oliveira *et al* (2017) acerca das **Memórias familiares sobre as dinâmicas de socialização e apoio materno às trajetórias de militância política contra a ditadura militar no Brasil**. A memória comum é entendida, junto à pessoal e coletiva, como componentes da memória histórica e é apreendida na fala dos sujeitos entrevistados (pessoas que militaram durante a ditadura e seus familiares) a partir da lembrança comum sobre as mães dos militantes não terem “ações políticas na esfera pública”, tendo assumido um posicionamento de mediação de conflitos na esfera familiar (OLIVEIRA *et al*, 2017, p. 1). Nesse trabalho, podemos notar como o conceito de memórias comuns é adotado a partir da preocupação em distinguir as dimensões individual (pessoal), coletiva e comum da memória, pois na compreensão das autoras, apenas em determinados casos as lembranças dos entrevistados podiam ser consideradas coletivas – somente quando houvesse seu compartilhamento entre pares.

Conforme havíamos estabelecido de antemão, era preciso que as palavras-chave empregadas (memórias comuns ou memória comum) aparecessem no título ou no resumo dos trabalhos. Entretanto, em razão da pouca quantidade de trabalhos encontrados nesses moldes, decidimos flexibilizar os critérios nos casos em que encontrássemos no resumo dos trabalhos o termo “memória social” (pois as memórias comuns são também memórias sociais) a fim de buscarmos pelo conceito de “memórias comuns” ao longo do corpo desses textos. Procedendo

desse modo, encontramos mais 2 trabalhos no *Google Scholar* que utilizaram o referido conceito.

O trabalho de Lucine Naiff, Denis Naiff e Celso Sá (2013) busca compreender a memória elaborada por duas gerações de habitantes do Rio de Janeiro acerca do lugar feminino ocupado por misses e normalistas durante os “Anos Dourados”. As memórias comuns são compreendidas na perspectiva traçada por Jedlowski (2005; 2003) como distintas daquelas elaboradas por um grupo, sendo produzidas por pessoas que não se conhecem, mas que estão expostas a fontes informativas comuns. Por sua vez, o trabalho de Marcelo Costa e Ricardo Castro (2015) abordam memórias pessoais, comuns e históricas dos filhos de pessoas exiladas durante a ditadura. O conceito em questão também é fundamentado na leitura de Jedlowski (2005; 2003) e é aplicado diante da necessidade dos autores de distinguir da memória pessoal um tipo mnemônico que não chegaria a compor memórias coletivas, dada a diversidade dos indivíduos que as elabora.

Embora mobilizemos o conceito de memórias comuns no mesmo sentido dos artigos que o utilizaram como fundamentação teórica (OLIVEIRA *et al*, 2017; NAIFF; NAIFF; SÁ, 2013; COSTA; CASTRO, 2015), nossa pesquisa pode contribuir no sentido de trabalhar o principal motor que levou Jedlowski (2005; 2003) a formular o conceito, qual seja, o filtro midiático por onde se assimila esse tipo de memória social. Embora a produção científica utilize o conceito adequadamente para se referir à memórias elaboradas por pessoas desconhecidas entre si, mas que compartilham das mesmas fontes informativas, a fonte midiática não é explorada por nenhum dos trabalhos encontrados. Ademais, podemos contribuir também para alargar o rol da produção científica nacional a respeito das memórias comuns.

Para Sá (2007), os meios de comunicação conseguem converter fatos sequer vivenciados pelos grupos em memórias comuns a eles, pois as notícias e imagens que exibem, ao mesmo tempo em que alcançam e estimulam individualmente o espectador, o reúne junto aos demais espectadores, agrupados sob o nome de audiência ou público consumidor – um grupo social pouco definido em comparação aos grupos que interagem diretamente na construção de uma memória coletiva. Quando temos em vista a relação entre a memória e as representações sociais essas questões têm sua aparente “atualidade” relativizada. Como discute Sá (1998), a TRS já enfrentara a questão de a possibilidade de grupos não estruturados serem considerados grupos compositores de representações sociais. A questão específica das redes *online* poderem ser consideradas grupos sociais aptos a produção dessas representações

consiste, desse modo, em reformular, partindo de novos elementos, as problemáticas conhecidas pela teoria (MAZZOTTI; CAMPOS, 2011).

Conforme concordam Celso Sá (1998), Alda Mazotti e Pedro Humberto Campos (2011), a questão teria sido levantada em 1980, principalmente por Rom Harré (1989, 148) quando declarou sua expectativa de que a pesquisa em TRS se voltasse para os grupos estruturais, ou como definia, “grupos reais”, “de pessoas que se constituem em coletivos reais por meio de suas relações internas”. De acordo com Harré (1989, p. 165), “versões anteriores da psicologia das representações sociais tendiam a abordar os coletivos como grupos taxonômicos para os quais o princípio de identificação de pertencimento se baseia na semelhança entre seus membros”, a “semelhança de crenças” por “um agregado de pessoas”. Reconhecendo o caráter retórico dessa proposição, completava: “tais grupos são obra do cientista, mas não são comunidades autênticas” (HARRÉ, 1989, p. 165). Ele defendia que a gramática, os léxicos, em síntese, a “fala” era o “vetor de representações sociais”: os “atos de fala leva-nos inevitavelmente a uma perspectiva verdadeiramente coletiva”, mas para serem inteligíveis precisam ser apreendidos e entendidos pelas outras pessoas – a coletividade pertinente à análise de representações seria aquela que se “entende”, uma coletividade estruturada pela linguagem partilhada em seu interior (HARRÉ, 1989, p. 165).

De maneira similar, Wagner (1998, p. 10) argumenta que os discursos e comunicações criadores de representações sociais “ocorrem dentro de grupos ‘reflexivos’”. Conforme explica, podemos entender como reflexivos aqueles agrupamentos definidos como grupos “pelos seus membros, que conhecem sua afiliação e dispõem de critérios para decidir sobre quem são os seus membros” (WAGNER, 1998, p. 10-11). A pertença ao grupo é, por conseguinte, consciente, diferentemente do que ocorre com os grupos definidos por observadores externos a partir de critérios arbitrários, nos quais os membros não são conscientes de sua grupalidade, estes últimos seriam “grupos nominais”. Sá (1998, p. 55-56) concorda que “em uma concepção forte de representação social, não deveríamos nos ocupar senão de grupos orgânicos ou estruturados”, porém considera que mesmo “outros conjuntos sociais, cujos membros não se encontrem em uma relação face a face ou contratual [...] podem apresentar algumas das propriedades dos grupos reais. Nesse sentido, conjuntos sociais genéricos como “os jovens”, “as mulheres” etc., podem revelar “interesses comuns e um mesmo senso de identidade”, “tornando plausível que tenham também representações razoavelmente compartilhadas, dependendo da natureza dos objetos” (SÁ, 1998, p. 56). Como lembra Mazzotti e Campos (2011), a “quase totalidade das pesquisas atuais do campo das representações sociais [...] trabalham com ‘grupos taxionômicos’”. Elas seguem a proposta do

próprio Moscovici ([1961] 2012) quando, em sua pesquisa seminal, analisou grupos estruturados e não estruturados (SÁ, 1998; MAZZOTTI; CAMPOS, 2011).

A questão dos conjuntos sociais em redes *online* é um pouco mais complexa, pois não há consenso quanto ao fato destas configurarem “comunidades”, pois nelas nem sempre são estabelecidos laços significativos, as conexões podem ser fugazes ou superficiais, como podem, pelo contrário, compor conjuntos e subconjuntos de pessoas engajadas na interação e sociabilidade; depois, seria preciso considerarmos que as relações em rede podem fomentar novas formas de sociabilidade para além de critérios como intimidade ou durabilidade (MAZZOTTI; CAMPOS, 2011). Como escrevem Mazzotti e Campos (2011, p. 56), “somos hoje capazes de encontrar zonas de proximidade onde pareceria impossível”, nas redes *online* “as pessoas compartilham ideias, conhecimentos e informações sobre seus problemas, dificuldades e necessidades, que, em muitos casos, não fariam nem em suas relações mais íntimas”.

Celso Sá (1998, p. 56) permite encerrarmos esse tópico com clareza:

Pode-se argumentar que tais conjuntos sociais não cumpririam os requisitos genéticos das representações, pois seus membros - à exceção talvez dos “internautas” em suas longas sessões de “*chat*” - não se envolveriam de forma sistemática nas conversações cotidianas pelas quais as representações são produzidas. A rigor, entretanto, eles conversam sim e a propósito dos mesmos objetos; não todas as pessoas ao mesmo tempo, mas em inúmeros e variados contatos interpessoais e em pequenos grupos, que chegam talvez a cobrir um inteiro conjunto, pelo menos se geograficamente circunscrito. Não chega a ser portanto uma heresia utilizarmos - o que é feito com frequência - grupos taxionômicos como sujeitos das representações que pesquisamos.

Arruda, Abrahim, Oliveira, Ramos e Mori (2023), encararam tais questões ao pesquisar os comentários *online* feitos no *website* de um jornal nos dias seguintes ao assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes. Quais conceitos lhes permitiriam apreender o conteúdo representacional de um conjunto pouco definido (os comentaristas) e de perfil bastante vago? Para procederem a sua exploração, os autores consideram que os comentários feitos por atores distintos, de perfil pouco definido e reunidos apenas por ocasião do tema e da presença no espaço virtual, expressam “indícios de representação social”, sendo pertinente sua compreensão pela lente conceitual do “pensamento social”. A opção por esse conceito lhes possibilitaria “a exploração ‘*in natura*’”, a partir de pessoas comuns” (ARRUDA *et al*, 2023). De fato, o conceito de pensamento social oferece uma ampla abertura para a apreensão dos fenômenos psicossociais, ele pode ser

remetido ao nível individual, grupal e escalas coletivas ainda mais extensas e gerais (ROUQUETTE, 2009).

Dedicando-se ao aprofundamento do conceito, Michel-Louis Rouquette (2009) elaborou um modelo explicativo de sua estrutura. A “arquitetura do pensamento social” como designou o autor pode ser estudada integrando os diferentes conceitos holistas ou fenômenos coletivos em uma escala hierárquica (ROUQUETTE, 2009, p. 5). Na base da arquitetura são inseridos respectivamente, as atitudes, em seguida, as opiniões, acima delas as representações sociais e no topo a ideologia. Conforme Rouquette (2009), os critérios para a montagem dessa arquitetura se baseiam na variabilidade e na labilidade de modo que os níveis inferiores são dimensionados de acordo com a suscetibilidade de seus componentes à dispersão e modificação, enquanto se procura organizar a ascensão até o topo do modelo situando os componentes mais estáveis ou estabilizadores daqueles sobre os quais são elevados. Como sustenta o autor:

A razão desta hierarquia deve-se à relação lógica, de tipo generativo, que permite enquadrar estes diferentes níveis: são as atitudes que permitem dar conta das opiniões, são as representações fundadoras de uma cultura ou subcultura que explicam as atitudes; e são os componentes ideológicos, ainda mais gerais, ainda melhor compartilhados, que permitem “fabricar” as representações sociais (crenças gerais, valores, modelos epistêmicos). Do ponto de vista histórico, subindo essa arquitetura, passamos de expressões instantâneas ou momentâneas do pensamento social a formações que se espalham no longo prazo e que são características de grupos sociais cada vez mais vastos. (ROUQUETTE, 2009, p. 7).

A adequação desse tipo arquitetônico ao estudo de grupos taxionômicos ou de grupos amplos e pouco definidos se efetiva porque, como explica Rouquette (2009, p. 8-9), sua hierarquia conceitual “inspira uma tática simples: claramente, os níveis mais abrangentes são mais ‘produtivos’ em todos os sentidos da palavra do que os mais locais e mais específicos”; “por sua própria natureza, o pensamento social se manifesta mais claramente no nível coletivo”, o que não desabilita a remissão do conceito para designar os fenômenos em nível individual. Ainda que precisemos “encaixar” o aspecto do fenômeno observado em um determinado nível hierárquico, inferior ou superior, ele constitui, com menor ou maior estabilidade, em maior ou menor grau, o genericamente chamado “pensamento social”.

Em seus comentários integrativos ao modelo arquitetônico do pensamento social, considerando-o como uma “superestrutura” capaz de interligar diferentes formações simbólicas, João Wachelke (2013) discute como estas são passíveis de uma posição imprecisa no interior de tal modelo. Assim se passaria com os conceitos de *nexus*, memórias sociais,

imagens sociais ou *themata*, que podem estar relacionados com as formações ou conceitos integrados em diferentes níveis da arquitetura do pensamento social, tornando difícil, por exemplo, situá-los, simplesmente no topo do modelo junto as ideologias ou em seu meio, ao lado das representações sociais (WACHELKE, 2013). Olhemos para os quadros sociais ou para a memória social. Seu caráter geral, abrangente, inspirador e aglutinador de memórias coletivas, sua extensividade, poderia, assim, ser facilmente introduzido no topo da arquitetura, entretanto, possuem uma faceta específica atrelada à geral e que caracteriza sua dupla natureza (HALBWACHS, [1925] 2004), tornando complexa sua alocação em um único nível ou escala. Os *themata*⁸, vinculados que estão a uma memória social de longa duração e a uma memória coletiva (MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020) poderiam também ser acrescentados ao topo do modelo, pertencendo ao nível ideológico (WACHELKE, 2013). Enquanto “ideias fonte” orientadoras do pensamento científico e de senso comum, eles são capazes portanto, de anteceder e orientar muitas das formações simbólicas contidas no pensamento social (HOLTON, 1979; MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020; MARKOVÁ, 2003), até mesmo as ideologias, complexificando a partilha de seu nível superior. Nesse sentido, corrobora Wachelke (2013, p. 171):

Algumas outras formações também pertencem ao nível ideológico da arquitetura, mas devido à difícil operacionalização em pesquisas, permanecem principalmente como hipóteses teóricas. Esse é o caso dos *thêmata*, ideias-fonte de longa duração estruturadas como oposições, situadas nos níveis superiores da arquitetura cognitiva, capazes de fornecer um enquadramento para ideologias e famílias de representações.

Apesar da dificuldade na operacionalização do conceito de *themata*, diversos trabalhos no campo da TRS buscaram estudá-lo, seja em sua aplicação para a compreensão do fenômeno representacional (ALAYA, 2015; SMITH; JOFFE, 2013; MOLONEY; WILLIAMS; BLAIR, 2012; CASTRO; GOMES, 2005), seja para aprofundá-lo teoricamente (MOSCOVICI, 1993; MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020; MARKOVÁ, 2003, 2015, 2017; LI LIU, 2004; MAZZOTTI, 2002). Escapa-nos o montante completo dos trabalhos em TRS que operacionalizaram ou pontuaram algum aspecto dos *themata*, mas em comparação com a produção geral e o aproveitamento dos demais conceitos da teoria (VALENTIM,

⁸ Autores como Moscovici, Vignaux e Marková, utilizam expressões variadas para designar o conceito de *themata*. Embora tenhamos preservado essa diversidade lexical nas citações diretas feitas a partir dos trabalhos desses autores, onde “*themas*”, “*thematas*” e “tema” são, por vezes, indistintamente mencionados, adotamos uma terminologia única para o desenvolvimento do presente texto. Assim, nessa tese, adotamos (excetuadas as citações diretas) a expressão “*thema*” para nos referirmos a sua forma no singular e “*themata*” para designar sua forma plural. Por sua vez, “tema” sem “h” é utilizado, conforme seu emprego ordinário (assunto, motivo), para nos referirmos às manifestações pragmáticas dos *themata*.

2022), ainda há que se aproveitar mais. Nesse sentido, lembra Ivana Marková (2003, p. 23) que *themata* “deve ser considerado, hoje em dia, como os principais conceitos da teoria das representações sociais de Moscovici”. Conforme pontua Marková (2003), após os anos de 1990 Moscovici teria re-conceituado sua teoria em termos de *themata* e thematização (MARKOVÁ, 2003).

Interessada em compreender o processo de construção da representação social sobre a revolução tunisiana por parte de usuários da rede social *Facebook*, Dorra Alaya (2015) utilizou o conceito de *themata*. Em consonância com Moscovici e Vignaux ([2000] 2020), buscou compreender como a geração de representações sociais “ao nível infraliminar”, em imagens genéricas, centrais, serviam como “locais” para a “ancoragem de sistemas de oposições” na thematização do evento tunisiano nos termos de uma teocracia oposta ao Estado secular, e de outros *themata* conceituais como democracia x ditadura, islamismo x “laicismo muçulmano” etc. Alaya (2015, p. 143) procurou, nas semanas seguintes a “queda do regime”, captar, diretamente, “alguns vestígios dos axiomas [*themata*] ontológicos de uma representação social em construção” mediante um questionário divulgado em uma rede social. A composição grupal estudada pela autora formava-se de uma rede específica, na qual cada pessoa convidava um “amigo” de sua conta particular no *Facebook* para responder ao questionário que também colhia informações sociodemográficas dos respondentes. Embora essa operação não resulte, necessariamente, na formação de um grupo “fortemente estruturado”, no qual todos se conhecem e estabelecem relações mútuas, não podemos igualá-los às composições grupais *online* estudadas por Arruda *et al* (2023), mais “similares” ao público focalizado por nossa própria pesquisa, ou seja, pessoas que não necessariamente mantiveram relações prévias e que são reunidas por ocasião de se fazerem “comentaristas” de um determinado tema abordado por uma mídia. Todavia, ambos mostram como podemos tentar “captar” a dinâmica de constituição de representações no pensamento social, em “indícios” ou “vestígios” peculiares de sua elaboração por grupos potenciais, pouco definidos, de sujeitos temporal e contextualmente “distantes”, não raras vezes, de vago perfil, mas que podem ser apreendidos pela exposição análoga às imagens mediadas ou porque vão às mídias se expressar sobre um evento comum; também pelo interesse com que recebem os conteúdos mediados e pela necessidade que possuem de responde-los, reelaborando o referencial que lhes foi compartilhado.

Segundo Moscovici e Vignaux ([2000] 2020, p. 244), os *themata* correspondem a uma espécie de esquemas “de oposições nocionais”, atuantes na definição de campos *thematicos* por meio do posicionamento e da atribuição de propriedades aos objetos de cada campo, de

modo a legitimá-los e autenticar as relações de um campo temático com o respectivo campo oposto (*anti-thema*). Eles servem de “‘locais’ de senso comum onde elas [as representações] encontram a fonte de desenvolvimentos e os meios de se legitimar” (MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020, p. 241). Ao conceber os *themata* como os “elementos nucleares” dos quais as representações sociais são “sempre derivadas”, Moscovici e Vignaux ([2000] 2020) postulavam sua vinculação a uma memória, que ora assume os contornos de uma memória social, ora de memória coletiva. No primeiro sentido, eles são “arquétipos de raciocínio comum ou “pré-concepções” estabelecidas ao longo de um largo espaço de tempo (*long durée*), isto é, tributárias de histórias retóricas e crenças sociais que possuem o *status* de imagens genéricas”. No segundo, correspondem, simultaneamente, aos pares, duetos, tripletos ou singuletos antitnômicos que se tornam relevantes para grupos sociais específicos, sendo individual ou coletivamente tematizados ou problematizados (MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020; MARKOVÁ, 2003; HOLTON, 1979).

Enquanto forma de pensamento social vinculada à memória, o aspecto mnemônico dos *themata* nos parece poder ser adequado para uma relação teórica com a perspectiva halbwachiana. Como afirma Maurice Halbwachs ([1925] 2004, p. 344), o “pensamento social é basicamente uma memória”. Para tanto, ele compreende o pensamento social como um composto de recordações coletivas cuja permanência se explica no trabalho operado pela sociedade de reconstruí-las mediante os quadros do presente. Nesse sentido, o pensamento social ou a memória social é chamada por Halbwachs ([1925] 2004, p.337) de “uma função coletiva” que atua reajustando as recordações de acordo com variantes do presente de modo a assegurar o equilíbrio da sociedade, a sua continuidade. Essa continuidade do pensamento social se afirma perante a limitada temporalidade das vidas individuais e instiga a sociedade a separar “de sua memória tudo o que poderia separar os indivíduos, afastar os grupos uns dos outros” (HALBWACHS, [1925] 2004, p.336). Por essa guia, o pensamento social realizaria a dupla atividade de compor um quadro ou uma memória preenchida de noções e referências do passado (tradicional) e, simultaneamente, corresponder a uma atividade racional operada pela sociedade conforme as conveniências do presente (convencional) e suas condições (HALBWACHS, [1925] 2004). Sem resumir-se exclusivamente a uma coisa ou outra, o pensamento social seria, portanto, simultaneamente tradicional e convencional (HALBWACHS, [1925] 2004). Por essa perspectiva, a memória social não se manifestaria apenas nos conteúdos do passado que a sociedade torna contemporâneos, mas também no próprio raciocínio dos grupos sociais, no qual esses conteúdos estão implicados. Celso Sá (2007, p. 291) pontua “que memória e pensamento sociais estão intrinsecamente associados e

são praticamente indistinguíveis”, pois “o que é lembrado do passado [ou a simples conclusão lógica de que certos fatos devem ter acontecido] está sempre mesclado com aquilo que se sabe” sobre o passado.

Segundo Jodelet e Haas (2007, p. 3), o pensamento social está imbricado à memória e às representações sociais e sua historicidade:

[...] o estudo atual do pensamento e das representações sociais centra-se tanto nos conteúdos do pensamento como nas características do seu funcionamento, relacionado com os processos sociais e, portanto, considerado dependente de contextos espaciais e de espaços temporais e mentais em que o conhecimento é desenvolvido.

De acordo com as autoras o pensamento social pode ser identificado nas “características sociais do pensamento natural”, em suas “propriedades que dizem respeito à sua extensão, aos seus modos de elaboração e às suas funções” (JODELET; HAAS, 2007, p. 9). Quanto a propriedade da extensão, ela se revela na partilha dos conteúdos e ideias do pensamento social como forma de expressar ou afirmar adesões, pertenças e identidades grupais ou simplesmente por unir os grupos e coletivos sociais conforme a condição por eles assumida em determinada classe social, comunidade étnica, religião etc. No que se refere aos “modos de preparo”, o pensamento social é constituído pela forma como é transmitido, compartilhado, “conversado”, circulado nas mídias, de modo que os processos pelos quais nos comunicamos tem efeitos no próprio “estilo de pensamento social”. Suas funções se revelam no fato deste se colocar à serviço dos indivíduos e grupos para conhecer o ambiente material, social e ideacional, possibilitando a interpretação da realidade mediante uma visão comum a um “determinado conjunto social (grupo, classe etc.) ou cultural” (JODELET; HAAS, 2007, p. 11). Tais funções apontam para sua “relevância prática”, pois orientam conhecimentos e práticas: “o pensamento social é antes de tudo um guia para ações concretas” (JODELET; HAAS, 2007, p. 12). Jodelet e Haas (2007, p. 13) reconhecem o pioneirismo de Halbwachs e sua importância para a compreensão da memória social e nesse passo, do pensamento social, pois a historicidade implicada neste último, que pela dependência de seu conteúdo aos “contextos sociais, espaciais e temporais em que são desenvolvidos”, acaba deixando “uma questão em aberto: a de saber como, ancorado no passado, garante a sua sustentabilidade no presente. O que implica em considerar as relações que mantém com a memória social” (JODELET; HAAS, 2007, p. 39). No interessa, particularmente, o reconhecimento pelas autoras do desenvolvimento desse tipo de pensamento nos meios de comunicação:

Um último nível diz respeito à forma como o pensamento social se desenvolve através do contato com mensagens veiculadas na sociedade através de diversos meios de comunicação e canais de comunicação institucional. Os primeiros oferecem conteúdos de conhecimento utilizados pelos indivíduos como ferramentas e recursos para controlar o ambiente material e social e orientar a comunicação e o comportamento. Também afetam os processos de pensamento na medida em que transmitem normas e valores que influenciam a lógica de interpretação dos fenômenos [...]. (JODELET; HAAS, 2007, p. 11).

Na esteira dos estudos de Arruda *et al* (2023) e de Alaya (2015), adotamos o conceito de *themata* como instrumento pertinente para a observação do pensamento social e dos “indícios de representação” apreensíveis em conjuntos sociais heterogêneos, de vago perfil e principalmente, situados nos espaços das redes *online*, como é o caso dos internautas comentaristas, mas também porque são igualmente pertinentes para a análise de grupos específicos e suas representações. Desse modo, talvez consigamos compreender se os *themata* auxiliam na ancoragem das memórias comuns do público no marco conformado pela memória social e coletiva produzida pelo grupo específico dos telejornalistas policiais. Em suma, é na condição de hipótese que nos propomos ao estudo das ideias-fonte, conhecidas como *themata*.

Optamos pelo estudo dos *themata* a partir do referencial da Teoria das Representações Sociais em razão do objetivo a partir do qual o conceito foi proposto nesse campo de estudos, qual seja, a análise do pensamento de senso comum. Trata-se de um conceito empregado em outras áreas para o estudo do pensamento científico, das artes e da cultura, mas que tem sido profícuo também na análise de representações sociais (MOSCOVICI; VIGNAUX [2000] 2020; MARKOVÁ, 2006; 2007; 2015; 2017; ALAYA, 2015; SMITH; JOFFE, 2013; LI LIU, 2004), à qual nos dedicamos nessa tese. Acreditamos que a TRS oferece um arcabouço teórico rico a partir do qual o conceito pode ser melhor operacionalizado e desenvolvido para a compreensão do senso comum.

Realizamos uma busca nas plataformas *Scielo* e *Google Scholar* a fim de encontrarmos artigos publicados no país mobilizando o conceito de *themata*. Nesse sentido, utilizamos o descritor “*themata*” em ambas as plataformas, selecionando os artigos publicados nos últimos 10 anos, seguindo os mesmos critérios adotados no primeiro levantamento que apresentamos nessa introdução. Do total de resultados arrolados nas buscas (6 na *Scielo* e 656 no *Google Scholar*), apenas 8 satisfizeram os critérios estabelecidos (1 da *Scielo* e 7 do *Google Scholar*), dos quais 3 são estudos teóricos e 7 empíricos.

Entre os artigos teóricos, somente um se dedica exclusivamente à apresentação e discussão conceitual (AMARAL; ALVES, 2013). Os demais trabalhos, aplicam o conceito

para elucidar algum aspecto de uma discussão mais ampla. Nesse sentido, o estudo de Susana Seidmann (2015) sobre a constituição da identidade pessoal e da subjetividade social, recorre a *themata* para explicitar a relação de interdependência entre o Eu e os Outros inerente ao processo pelo qual o sujeito confere sentido à sua própria existência, passível de ser lida em termos dos *themata* Ego/Alter. No mesmo caminho, o estudo de Daniela Andrade, Clarilza Souza e Susana Seidmann (2019), articula os conceitos de *themata* e polifasia cognitiva para questionar a validade da significação e construção da realidade pelas crianças, a fim de evidenciar o caráter histórico e cultural do pensamento científico, assim como da lógica que orienta certa tradição do pensamento científico e comum que qualifica como inferior, ilógico e limitado o pensamento infantil.

Podemos notar o acento conferido por estes estudos sobre os *themata* alter/ego. Trata-se de *themata* básicos, tidos como essenciais à humanidade e relacionados ao reconhecimento social (MARKOVÁ, 2003), o que explica seu largo alcance sobre as representações sociais e a sua evidência nas pesquisas que as analisam. Também pudemos verificar a análise de *themata* básicos entre os artigos empíricos. Qualificado enquanto *themata* por Marková (2003), o reconhecimento social pela negativa é também identificado no estudo de Lassana Danfá, Renata Aléssio e Ana Torres (2021, p. 1) sobre a “construção social da/o ebola” na imprensa paulistana. De acordo com as autoras, o ebola é significado pela imprensa a partir de oposições como “pureza-impureza, sujeira-limpeza, civilidade-incivilidade, caos-ordem”, cujos polos “negativos” são utilizados para caracterizar os africanos e a África, de onde o vírus teria surgido, como disseminadores da doença e estabelecer uma hierarquização cultural (DANFÁ; ALÉSSIO; TORRES, 2021, p. 21). Embora não se relacionem explicitamente ao reconhecimento social, as antinomias “juventude/velhice, indivíduo/sociedade e futuro/passado” foram também analisadas enquanto *themata* básicos por Greice Sabadini, Priscila Silva e Ramom Moreira (2022, p. 1). Outras variações consistiram na identificação direta dos *themata* aos conteúdos das representações, à contradição entre eles ou ao seu núcleo central (SILVA *et al*, 2023; SILVEIRA; SCHWARTZ, 2017; BOEING; MACHADO; GUIMARÃES, 2022).

Observamos a partir desse levantamento que a produção acadêmica sobre *themata* nos últimos anos se fundamenta, sobretudo, nas proposições de Moscovici e Vignaux ([2000] 2020) e Ivana Marková (2003), havendo uma única referência à Holton (ANDRADE; SOUSA; SEIDMANN, 2019). Enquanto lacuna, verificamos a ausência de aprofundamento da relação entre *themata* e memória – pontuada em apenas um trabalho (SEIDMANN, 2015) – a partir da literatura especializada neste último fenômeno. Assim, pensamos poder

contribuir, por meio desta tese, para a compreensão de tal relação através de sua aplicação a um estudo empírico em representações sociais e memória.

As discussões expostas nessa introdução nos conduziram ao estabelecimento do objetivo geral de analisar a memória social e coletiva e as representações sociais do telejornalismo policial sobre o traficante de drogas e as memórias comuns e indícios de representação de seu público sobre o mesmo objeto. Enquanto objetivos específicos, nos propomos a identificar e analisar os eventuais *themata* emergentes nas comunicações analisadas. Bem como, analisar a relação entre a memória social e coletiva dos telejornalistas e as memórias comuns de sua audiência.

O desenvolvimento dessa tese obedece a um estudo realizado em duas etapas. Uma primeira onde nos dedicamos à análise das memórias e representações sociais do telejornalismo policial, e dos eventuais *themata* que emergem em suas comunicações. E uma segunda etapa, na qual analisamos os comentários do público dos telejornais focalizados, buscando compreender os vestígios de representação social expressados, a elaboração de memórias comuns e possíveis *themata*. Esse desenvolvimento por etapas nos ajuda a conhecer e analisar o quadro referencial elaborado pelos telejornalistas para em seguida analisarmos a recepção do mesmo por seu público, facilitando a resposta ao problema, aos objetivos e a contemplação da hipótese a ser perseguida.

Seguindo essa estrutura, organizamos a tese em 4 seções, sendo a primeira delas essa introdução. Na segunda seção, desenvolvemos, primeiramente, uma discussão teórica a respeito do conceito de *themata* e sua relação com a memória; seguida da apresentação da metodologia utilizada para a análise do texto e das imagens produzidas pelo telejornalismo policial - a Análise de imagens em Movimento de Diane Rose (2007), dos critérios e procedimentos de coleta e codificação; e por fim, a análise das memórias, representações sociais e *themata* emergentes no pensamento dos telejornalistas policiais. Na terceira seção, iniciamos com uma discussão teórica sobre o conceito de memórias comuns; seguida da apresentação da metodologia empregada para a análise dos comentários – as técnicas de Análise de Conteúdo temática de Bardin (2016) – e dos critérios adotados para a coleta, codificação e categorização do *corpus*. Por fim, apresentamos ainda na terceira seção a análise dos vestígios ou indícios de representação social que pudemos identificar nas comunicações do público, de suas memórias comuns e *themata* encontrados. É precisamente nessa terceira seção que buscamos compreender como o referencial oferecido pelos telejornalistas serve de ancoragem para a composição de memórias comuns por seu público, e se os *themata* auxiliam

nesse processo. Finalmente, na quarta seção, tecemos as conclusões alcançadas por nossa pesquisa.

Nosso estudo contribui para compreendermos como a memória social e coletiva e as representações sociais circulam em ambiente midiático de modo a servirem de composição às memórias comuns. E permite ver o papel dos *themata* nesse processo. Ao analisarmos o modo como o traficante de drogas é representado pelo telejornalismo policial e sua audiência em um contexto de tensionamento político, nossos resultados podem contribuir ainda para compreendermos como conteúdos representacionais e mnemônicos são aflorados em cenário polarizado, onde se anseia por “soluções” punitivas.

2 O TRAFICANTE DE DROGAS NO TELEJORNALISMO POLICIAL

Nessa seção realizamos uma discussão teórica onde apresentamos o conceito de *themata* e sua inserção na Teoria das Representações Sociais, salientando sua relação com a memória. Consubstanciados nessa discussão, analisamos, em seguida, as memórias e representações sociais do grupo de telejornalistas policiais sobre o traficante de drogas. Após a análise dos conteúdos representacionais, identificamos os *themata* que, acreditamos, desempenham um papel generativo em relação a esses conteúdos.

As ideias-fonte ou ideias-primeiras tem sido debatidas nos estudos de representações sociais (MOSCOVICI, 1993; MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020; MARKOVÁ, 2006; LIU, 2004) que procuram evidenciar como elas são formadas a partir do fundo do qual foram elaboradas, isto é, das ideias que explicam porque elas aparecem de uma maneira e não de outra, com estes e não outros conteúdos. Essas ideias correriam no fluxo do pensamento científico e de senso comum dotadas de um forte poder generativo. Elas também explicariam a coincidência temática que por vezes há entre diferentes representações construídas por diferentes grupos, pois o seu compartilhamento é mais amplo do que o de uma representação, assim como permitiriam evidenciar como as representações conferem uma forma específica a um conteúdo difuso, presente em maior ou menor medida no pensamento geral da sociedade. Situadas na base do pensamento social, essas ideias participariam da memória social.

Nosso interesse por estudá-las nessa seção decorre da formulação de nosso problema de pesquisa: como a memória social e coletiva dos telejornalistas policiais oferece um marco para a ancoragem das memórias comuns de sua audiência. Nesse sentido, acreditamos que esse processo é auxiliado pelas ideias-fonte, capazes de oferecer um repertório comum aos telejornalistas, mas também, potencialmente, à sociedade como um todo, facilitando em razão de sua quase “onipresença” no pensamento social a comunicação entre o conteúdo de uma memória coletiva e das memórias comuns a ela expostas, portanto, entre o que pensam os telejornalistas e o que pensam seus espectadores.

2.1 *Themata*: uma memória das representações sociais

Etimologicamente, o termo *thema* ou, no plural, *themata* provém do grego e significa “aquilo que é estabelecido”, “proposição”, “palavra primária” (HOLTON, 1996, p. 3). Conceitualmente, gostaríamos de pontuar a princípio em linhas bastante gerais que os *themata* correspondem a ideias situadas na base do pensamento (científico e de senso comum)

orientando o seu desenvolvimento, e que servem de fonte, portanto, para teorias científicas e do senso comum – como as representações sociais (MOSCOVICI, 1993; MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020); MARKOVÁ, 2006, 2015; HOLTON, 1996). Segundo Moscovici e Vignaux ([2000] 2020, p. 223), *themata* é um conceito com um passado recente, do qual “não suspeitamos nem de sua amplitude, nem de suas ramificações”, uma região conceitual “banhada por meia luz”. Diferentes disciplinas como a linguística, a antropologia, a história, a sociologia, a literatura e a música se ocuparam da questão mediante termos como análise temática, tematização, tema, *themas* e *themata*. Todavia, consideram Moscovici e Vignaux ([2000] 2020, p. 224) que as reflexões sobre tais termos “não encontraram ainda um nicho científico”, sendo “empregados episodicamente e situados na interseção de muitos campos intelectuais”, acreditando por essa razão que a TRS pode ser o campo no qual as reflexões sobre *themata* podem se cristalizar.

Na Teoria das Representações Sociais (TRS), o conceito de *themata* é proposto com o objetivo de fortalecer a referência feita pela teoria ao aspecto discursivo das representações - a conexão entre cognição e linguagem no conhecimento de senso comum, bem como para aprofundar a discussão acerca da mudança e da generatividade das representações sociais, encorpadas pelas hipóteses do núcleo central e do princípio organizador. Nesse sentido, já se manifestaram Moscovici e Vignaux ([2000] 2020, p. 220) ao afirmarem que a proposição do conceito de *themata* visou atender as mencionadas hipóteses relativas “às exigências da análise estrutural”, e a busca por concretude para o “laço entre cognição e comunicação, entre operações mentais e linguísticas”.

O alinhamento do estudo temático às referidas hipóteses se explica pelo entendimento nelas contido, conforme o qual as representações são calcadas em ideias estáveis e anteriores ao objeto representado, explicativas da sua persistência e adaptações no tempo e em contextos sociais distintos. Segundo Moscovici e Vignaux ([2000] 2020), a noção de princípio organizador considera que ideias e imagens implícitas ordenam e conferem um novo sentido às ideias e imagens explícitas, se expressando através delas. O princípio organizador – potencial e subjacente – reduziria, portanto, a “ambiguidade ou polissemia” inerente às imagens e ideias explícitas, introduzindo entre elas “uma coerência” e tornando-as “relevantes em qualquer contexto social determinado” (MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020, p. 220).

Por sua vez, segundo a hipótese do núcleo central, desenvolvida por Abric, Flament e Guimelli, “não somente os elementos da representação são hierarquizados, mas também toda representação está organizada ao redor de um núcleo central, constituído por um ou vários

elementos que dão sua significação para a representação” (ABRIC, 2001, p. 18). Desse modo, o núcleo central ou estruturante de uma representação desempenharia uma função generativa por ser o elemento a partir do qual o sentido e o valor dos elementos periféricos de uma representação são criados ou transformados, bem como uma função organizadora por estabelecer a natureza dos laços que ligam seus elementos uns aos outros, em suma, por unificar e estabilizar a representação. O núcleo central é a marca distintiva de uma representação social e proporciona a ela perenidade face à suscetibilidade da mudança, a ponto de sua eventual mudança implicar em uma transformação total da representação. Evitando tal transformação, os elementos periféricos (concretizadores de uma representação) desempenhariam uma defesa do núcleo central absorvendo a mudança nas ocasiões nas quais o núcleo central se encontrar ameaçado (ABRIC, 2001). Da perspectiva traçada por Abric (2001, p. 20), o núcleo simbólico de uma representação não se limita a cumprir o papel genético destacado por Moscovici acerca do núcleo figurativo resultado da objetivação, no qual esse núcleo funcionaria enquanto elemento estável para a construção da representação, em função do qual os seus demais elementos seriam “retidos, categorizados e interpretados”. O núcleo central pode “ir mais além do simples marco do objeto da representação para encontrar diretamente sua origem em valores que o ultrapassam, e que não necessitam aspectos figurativos, esquematização, nem concreção” (ABRIC, 2001, p. 20).

Moscovici e Vignaux ([2000] 2020, p. 220) sintetizam tais contribuições à TRS (a hipótese do núcleo central e a noção de princípio organizador) ao considerarem que há uma analogia entre essas duas hipóteses, pois ambas se debruçam sobre a “questão da formação e evolução das representações sociais no curso da história” ([2000] 2020, p. 220). Na hipótese do núcleo central veríamos a questão de como se dá a resistência de significação, normatividade e funcionalidade atribuída a uma representação por seus elementos essenciais. Ao mesmo tempo observaríamos como um núcleo central de uma representação se enriquece com outros sentidos atribuídos na dinâmica social, absorvidos por seus elementos periféricos. O que é uma maneira de compreender como são formadas as representações partindo de uma determinada ideia, noção, imagem compartilhada na linguagem e na comunicação que oferece estabilidade às noções, imagens e ideias protetoras do seu núcleo. De acordo com a proposição de Moscovici (1993, p. 6), o estudo de *thematata* tornaria mais poderosa a hipótese do núcleo central, pois permitiria responder como é formado o conteúdo nuclear de uma representação, isto é, “qual é o constrangimento próprio das representações sociais para produzir um conteúdo que tenha algumas qualidades e não outras”. No caso do princípio organizador podemos observar como se dá essa “evolução” das representações ao longo da

história e a sua adaptação aos grupos que as reelaboram, devido à sua faculdade de operar uma seleção e possibilitar adaptabilidade às representações.

No tocante à conexão entre linguagem e representações sociais a análise temática acompanharia uma preocupação de estudos que, embora não tenham se valido do conceito de *themata* ou de representações sociais, evidenciaram a existência de estruturas temáticas impositoras de chaves semânticas de interpretação e relações entre as palavras, restando o aprofundamento do estudo do senso comum nos fenômenos linguísticos para o qual a TRS estaria habilitada porquanto trata dos mesmos fenômenos, “de intercâmbio entre discursos”, e porque o estudo dos *themata* tornaria palpável tal ambição (MOSCOVICI; VIGNAUX [2000] 2020, p. 223).

Contudo, não foi apenas para responder às “exigências da análise estrutural” relativas às duas hipóteses destacadas ou para vitalizar a ligação entre representações e comunicação que Moscovici e Vignaux ([2000] 2020) propuseram o estudo dos *themata* no âmbito da TRS, foi também para ampliar o potencial analítico da teoria com as aberturas que o conceito permite em relação a outras áreas do conhecimento:

Na verdade, não é apenas uma questão de responder a essas exigências, mas também de enriquecer as possibilidades de análise através das aberturas que esse conceito permite com respeito à história do conhecimento, à antropologia e à semântica. Essas possibilidades, devemos enfatizar, são, na verdade, de ordem teórica, mas também metodológica. (MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020, p. 216).

Nesse sentido, as análises temáticas sob a lente da antropologia ou da sociologia buscam evidenciar “uma regularidade de estilo” expressa pelos *themata*, “uma repetição seletiva de conteúdos que foram criados pela sociedade e permanecem preservados pela sociedade”, referentes a “possibilidades de ação e experiência em comum [...] que podem se tornar conscientes e integradas em ações e experiências passadas” (MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020, p. 224). Ivana Marková (2006) acrescenta, ainda, a possibilidade de observar os *themata* enquanto antinomias dialógicas problematizadas no discurso público. Enquanto Tarso Mazzotti (2002) os observa a partir da preocupação já aludida com o aspecto discursivo das representações, aprofundando a discussão sobre os *themata* enquanto “lugares comuns” na linguagem, coordenados por metáforas. Isso para citarmos apenas alguns exemplos de desdobramentos possibilitados pela fecundidade do conceito.

É também nesse espaço de fertilidade que gostaríamos de inscrever o nosso estudo, focalizando nos *themata* o seu aspecto mnemônico. Esse aspecto pode ser divisado em seu caráter referencial e ambigualmente “conservador” e generativo:

Em síntese, a noção de tema indica que a possibilidade efetiva de sentido vai sempre além daquilo que foi concretizado pelos indivíduos, ou realizado pelas instituições. Quando tudo é dito e feito, os temas que atravessam os discursos, ou as práticas sociais, não podem ser simplesmente “deletados”, como se diz no jargão dos computadores, mas somente colocados entre parênteses, deslocados de um momento a outro de diferentes maneiras, mas eles são sempre preservados como fontes constantes de novos sentidos, ou combinações de sentidos, se houver necessidade. (MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020, p. 224).

Dessa perspectiva, os *themata* seriam referenciais que ofereceriam o conteúdo potencial necessário para compor as representações sociais e explicariam como representamos os objetos e situações sem dispormos, de antemão, de “uma representação adequada ou nenhuma representação” sobre eles (MOSCOVICI, 1993, p. 3). Para Moscovici (1993), os *themata* seriam aquilo que nos vem à mente quando comunicamos sobre um objeto ou informação desconhecida. Em suas palavras:

[...] partimos de um conteúdo potencial, os *themata*, fornecidos pela memória coletiva e pela linguagem [...] para lançar uma ponte em direção a um conteúdo real que, uma vez ancorado, permite representar a si mesmo e remeter a algo desconhecido que acaba de entrar em seu mundo mental. (MOSCOVICI, 1993, p. 9).

Nesse passo, um objeto “estranho” como a AIDS, somente adentraria o “campo de nossas trocas com a condição de consultarmos o registro de temas para pegar aquele - anomalia, desvio, contágio - que nos permite representá-lo para nós mesmos” (MOSCOVICI, 1993, p. 4). Dessa forma, o único conteúdo de um objeto, do qual dispomos para representá-lo é, pois, potencial, e “se torna o conteúdo real de uma representação quando se ancora em um contexto, uma rede de significados” (MOSCOVICI, 1993, p. 4). Assim, os *themata* enquanto referenciais do conteúdo potencial das representações exercem um poder generativo, devido à “diversidade de conteúdos reais em que cada um pode ser transformado de acordo com o contexto”. Por exemplo, devido a seu poder generativo, o “*thema*” do contágio designou “no contexto da AIDS [...] a transmissão sexual”, “no das representações mentais uma epidemiologia das representações à la Sperber, no contexto de massas, imitação e assim por diante” (MOSCOVICI, 1993, p. 4). Na condição de referenciais, os *themata* evidenciam um aspecto de conservação e funcionando potencialmente e generativamente evidenciam também

um aspecto reconstitutivo, criativo em relação ao seu caráter referencial (MOSCOVICI, 1993). Acreditamos que por serem referenciais, potenciais e generativos, os *themata* podem, portanto, serem enfatizados também pela lente da memória. O estudo temático salientaria a posição indispensável da memória no fenômeno representacional.

Conforme evidencia o processo de ancoragem de uma representação, os conteúdos que ela apresenta remetem a diferentes domínios do tempo, de modo que a memória é cara à dinâmica de familiarização promovida pelas representações sociais. Nas palavras de Moscovici ([2000] 2020, p. 78), afirmar que as representações “tornam o não-familiar em algo familiar [...]” “é uma maneira diferente de dizer que elas dependem da memória”, afinal tornar o incomum em comum requer a sua alocação em categorias prévias repletas de experiências, noções e imagens do passado. Nesse sentido, diferentes estudos aprofundaram a relação da memória com o fenômeno representacional proposta por Moscovici quando elaborou a TRS, dentre os quais destacamos os trabalhos de Celso Sá (2015; 2005), Martha de Alba (2014) e Denise Jodelet (2017). Desse ponto de vista, representar requer alguma preeminência do passado em relação à comunicação e a interação cotidiana, sem prejuízo da novidade que estas últimas acrescentam ao preeminente. Assim, representar é re-apresentar uma realidade construída antes de nós (MOSCOVICI, [2000] 2020). Por essa ótica, podemos compreender as representações sociais como “intermediárias” entre a nossa interação no presente e a memória na qual a ancoramos. Entretanto, “intermediárias” participativas que não apenas se interpõem entre a interação e a memória, como também atuam sobre elas, seja selecionando da memória aquilo que é conveniente à nossa familiarização no cotidiano - porque não acessamos de uma só vez todo o nosso passado (HALBWACHS, [1925] 2004) - ou acrescentando às categorias do passado a dinâmica do presente.

Dado que um acontecimento ao ser recordado não se apresenta exatamente nas mesmas condições em que se desenrolou, a memória não deixa de ser uma “representação” do passado (JEDLOWSKI, 2003). Do mesmo modo, não existem representações sociais sem memória, posto que elas são “necessariamente inscritas dentro de um ‘referencial de um pensamento preexistente’; sempre dependentes, por conseguinte de sistemas de crença ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência” (MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020, p. 216). Para Moscovici ([2000] 2020, p. 78), as representações se beneficiam da memória porque esta as investe com a sua solidez, deixando-as protegidas de modificações súbitas, e porque dela extraem uma “certa dose de independência dos acontecimentos atuais”, de modo que para as representações a memória seria “como uma

riqueza acumulada [que] nos protege de uma situação de penúria”. Seguindo esse argumento, estudar as representações sociais nos coloca também diante do estudo da memória.

Nesse passo, trabalhos focalizando a memória nas representações sociais consideram que as representações são elaboradas na interação grupal, apoiadas, portanto, na memória coletiva dos grupos onde são construídas, mas também nos conteúdos de passado mais estáveis e de onde a memória coletiva desses grupos extrai a sua vitalidade (JODELET, 2017; SÁ, 2007; MOSCOVICI [2000] 2022; ALBA, 2014; DANTAS, 2020; DANTAS, 2022). Na esteira desse pensamento, esses estudos observaram relações de homologia entre a teoria das representações sociais de Moscovici e a teoria da memória social e coletiva de Maurice Halbwachs ([1925] 2004; [1950] 1990). Em linhas gerais, para Maurice Halbwachs ([1925] 2004) a memória coletiva compartilhada por um grupo adquire concreticidade em quadros sociais mais amplos (como a linguagem, o tempo, o espaço, a classe social, a família, a religião) nos quais ancora suas recordações. Assim, tais quadros corresponderiam a uma cadeia de ideias e juízos gerais compartilhadas entre os diferentes grupos sociais e, ao mesmo tempo, a representações concretas de acontecimentos, pessoas, objetos etc compartilhadas no interior desses grupos (HALBWACHS [1925] 2004).

Pensando de forma homóloga, a relação entre os quadros sociais da memória e as representações sociais é assegurada, dentre outros processos, pela atividade de ancoragem das representações, na qual a memória, dirigindo-se “para dentro” procura os paradigmas e noções pelos quais o “estranho” pode parecer mais conhecido (MOSCOVICI, [2000] 2012). Nesse processo, os quadros sociais atuam oferecendo desde a linguagem aos valores, conhecimentos e outros referenciais com os quais o não familiar é comparado, reconhecido, classificado, garantindo também a estabilidade que caracteriza os paradigmas de assimilação do não familiar. Como resultado, as representações sociais carregam também o duplo caráter dos quadros, específico e geral, de modo que ao mesmo tempo em que correspondem aos conhecimentos construídos na interação de grupos específicos que dispõem de critérios próprios de afiliação e pertença (WAGNER, 1998), possuem também elementos gerais compartilhados pelos diferentes grupos ou um caráter geral e comum sobre o qual se desenvolvem.

Este paradoxo, de um simultâneo geral e específico, foi salientado por Moscovici (1993) na proposição do conceito de *themata* durante a Primeira Conferência Internacional sobre Representações Sociais em Ravello na Itália, quando primeiramente apresentou o uso desse conceito. Naquela ocasião, em que se buscava salientar a pertinência do estudo dos *themata* pela TRS, os aspectos geral e particular da teoria foram invocados para afirmar a

necessidade de atenção ao seu aspecto particular. Nesse sentido, a TRS corresponderia a “uma visão de toda a sociedade”, “marcada pelo simbólico e pelo ritualístico”, na qual as representações sociais seriam “constitutivas de vínculos e ações comuns”, mas corresponderia também a “uma teoria particular das formas coletivas de pensamento e crença e das comunicações produzidas sob a coação da sociedade” (MOSCOVICI, 1993, p. 2). O aspecto geral da TRS acentuaria que, de um lado:

[...] o conteúdo das representações aparece-nos constituído por crenças concentradas e diretamente coletivas à medida que se põem acima das outras, pelo fato de não poderem ser questionadas e sustentarem uma regra de vida ou um ritual. Sim, acima das outras crenças que se distribuem entre os membros de um grupo e podem ser reinventadas a todo o momento, voltando a crescer como as plantas desde que sua raiz tenha sido preservada - quero dizer, seu núcleo duro. (MOSCOVICI, 1993, p. 9)

Conforme argumentava Moscovici (1993), por muito tempo os esforços se dirigiram ao aspecto geral das representações, cuja ênfase serviu para contrastar a teoria “com a concepção individualista, não-social, predominante em nossa ciência”, mostrando que “o social é algo diferente do número”, é intersubjetividade; mas que agora, quando “todos afirmam que são convertidos ao social” e “cada um quer ser mais social do que seu vizinho”, cabe nos voltarmos ao aspecto particular da TRS, ou para sermos mais precisos, “manter o equilíbrio mesmo entre os dois aspectos, entre o que diz respeito à sociedade e o que diz respeito às representações”. Entretanto, quase uma década depois, Moscovici e Vignaux ([2000] 2020), reelaboram o paradoxo da teoria para pensar a necessidade de uma teorização e instrumentalização conceitual capaz de operar a passagem de um nível microssociológico, onde se nota o caráter particular das representações, ao nível macrossociológico indicador de seu caráter geral:

Se aceitarmos, então, que as representações sociais, pelo fato de serem formas particulares (sistemas de prescrições, inibições, tolerâncias ou preconceitos), participam sempre da visão global que uma sociedade estabelece para si própria, devemos, conseqüentemente, saber como lidar com o modo dessas relações entre visões gerais e representações particulares, sendo as últimas inscritas nas primeiras, ou supostamente esclarecê-las. E esse é o paradoxo no estudo das representações sociais: como passar do microssociológico ao macrossociológico? Que teoria pode garantir alguma concordância entre esses dois níveis? Que instrumentos conceituais irão garantir uma generalização legítima dos fatos observados em uma situação específica? Que propriedade localmente identificada pode ser um exemplo do coletivo? (MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020, p. 220).

É diante desta questão que Moscovici e Vignaux ([2000] 2020) situam os *themata* enquanto ideias que possuem anterioridade sobre as representações no sentido de propiciar que elas emerjam e cuja abrangência explicaria o caráter globalizante de uma representação. Pelas razões já expostas, acreditamos que o referido estudo de ideias geradoras de representações é também uma possibilidade de aprofundar a compreensão sobre o funcionamento da memória nas representações sociais, destacando os aspectos gerais sobre os quais elas se desenvolvem e a particularização desses aspectos no processo de representação.

Nesse caminho, Moscovici e Vignaux ([2000] 2020) consideram que a reestruturação de nossas representações e conhecimentos depende tanto da interação social como de um certo “mecanismo comum” que antecede as interações – “de ideias ao redor das quais [...] são formadas ou mesmo são geradas” (MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020, p. 222). Desta feita, se impõe o questionamento de Moscovici e Vignaux: de onde viriam tais ideias?

Para compreendermos tais ideias, Moscovici e Vignaux ([2000] 2020, p. 223) nos orientam a não limitarmos as representações à mera descrição de seus conteúdos e a não concebermos a memória como um arquivo, um “armário com escaninhos” de onde retirariamos as representações de modo ordenado, desta ou daquela “gaveta”. Assim, as representações seriam mais do que a descrição de seus conteúdos, elas remeteriam a referenciais que também não podem ser reduzidos a uma memória de arquivos. Não bastaria, pois, reunir seus conteúdos para compreender como foram formadas. Pelo contrário, segundo Moscovici e Vignaux ([2000] 2020, p. 223), o desenvolvimento e o exercício da cognição se fundamenta em processos de conhecimento “orientados na direção de temas comuns”, processos que dão origem ao “conhecimento aceito”, de modo que compreender a formação de uma representação e sua emergência enquanto “social” inclui também a compreensão dessas ideias comuns, de onde elas poderiam emergir: os *themata*.

Como sabemos, o estudo *thématique* não é particular da Teoria das Representações Sociais e tampouco foi forjado por ela, muito embora ganhe nela um enfoque particular. Na concepção apresentada por Moscovici e Vignaux ([2000] 2020) e desenvolvida por Ivana Marková (2006; 2015), os *themata* correspondem a “ideias fonte”, “ideias primárias” ou “primeiras ideias” que baseiam o pensamento científico e de senso comum, orientando e restringindo suas possibilidades e conteúdos. Ainda que tal concepção considere a trajetória eclética da pesquisa temática, segundo Marková (2006), foi o físico Gerald Holton quem deu um sentido particular aos conceitos de *themas* e *themata* que, notamos, interessaram particularmente a Moscovici (MOSCOVICI, 1993; MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020). Proposto originalmente por Gerald Holton (1996) no início da década de 1970 no âmbito do

estudo das ciências físicas e naturais, o conceito e o estudo de *themata* ainda não focalizavam as noções fonte do pensamento de senso comum, mas somente os pressupostos temáticos latentes no desenvolvimento da ciência moderna. Muito embora tenha cunhado o conceito de *themata* a fim de refletir sobre o pensamento científico, Holton (1998) observa que o papel estético e motivacional desempenhado pelos *themata* na ciência não se diferiam tanto daquele exercido pelos “pressupostos orientadores” e “visões de mundo expressas em outras atividades criativas, das artes à política”, e ainda mais, que os *themata* de uma ciência podem consistir em exemplificações dos mesmos *themata* basilares a outras ciências ou a outras produções culturais alheias à ciência enquanto tal.

O conceito de *themata* para Holton (1996, p. 2) designa as pressuposições que, conscientemente ou não, motivam o trabalho cotidiano do cientista e o produto final de seu trabalho, e quando mapeadas pela análise temática informariam sobre “as fontes e o caminho do processo criativo” na ciência. Nesse sentido, os *themata* seriam como as “impressões digitais” de um cientista ou de uma comunidade científica em um dado período do tempo. Eles explicariam, por exemplo, porque um cientista prossegue em certa direção mesmo quando as teorias vigentes e bem fundamentadas parecem refutar suas próprias teorias ou quando não dispõe de meios para testá-las ou de dados para validá-las (HOLTON, 1996). O que não significa que os *themata* expliquem por si mesmos os produtos e a produção da ciência, de modo que a análise temática interessada pelo desenvolvimento das teorias científicas precisaria considerar também a subjetividade dos cientistas e o contexto histórico e cultural nos quais eles e o evento científico em questão se inserem (MARKOVÁ, 2006).

Em uma perspectiva ampliada, Moscovici e Vignaux ([2000] 2020, p. 242) aduzem que, para além do pensamento científico, também o pensamento de senso comum é orientado por tais ideias primeiras:

[...] todos nossos discursos, nossas crenças, nossas representações provêm de muitos outros discursos e muitas outras representações elaboradas antes de nós e derivadas delas. É uma questão de palavras, mas também de imagens mentais, crenças ou ‘pré-concepções’.

Assim, também no raciocínio de senso comum teríamos uma intuição dessas ideias fonte que, interpostas entre as experiências sociais e a os axiomas delas extraídos, motivariam a nossa condução das primeiras até as segundas na ausência de outra “lógica” que nos permitisse conectá-las senão a intuição propiciada por tais ideias fonte (MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020). Desta feita, os *themata* margeariam a liberdade criativa da mente, seja no senso comum, seja na ciência. Na ciência, essa questão se apresenta mediante um

quebra-cabeça incontornável aos cientistas e historiadores da ciência, o de que a crença nos conceitos científicos enquanto livres invenções de nossa mente autorizaria “um conjunto infinito de possíveis sistemas de axiomas aos quais a mente de alguém poderia saltar ou se apegar” (HOLTON, 1996, p.4). Para resolver tal quebra-cabeça, destaca Holton (1996, p.4) que “a licença implícita no salto para um sistema de axiomas pelo livre inventar da mente é a liberdade de dar tal salto, mas não a liberdade de dar qualquer salto arbitrário”, uma vez que as escolhas disponíveis já estariam circunscritas por um certo conjunto de *themata*. De forma semelhante, a liberdade do pensamento de senso comum para representar está em alguma medida também circunscrita, moldada, filtrada e restringida pelos *themata*.

Para Holton (1996), a análise *thematica* da ciência implicaria em demonstrar como os *themata* contribuem no “avanço” e “desenvolvimento da ciência”. Nesse sentido, cumpre destacar que a teoria das representações sociais apesar de inscrita em um referencial desenvolvimentista, contraria a crença na ciência enquanto “um *telos* do desenvolvimento individual e social”, ou a ideia de progressividade do conhecimento científico, pois considera que a emergência do pensamento científico não significou a suplantação do conhecimento comum, tampouco que houve uma ascensão do conhecimento “primitivo” ao “civilizado”; pelo contrário, a teoria argumenta que em lugar da redução de todas as formas de conhecimento e crença à unidade do conhecimento científico, houve simultaneamente um processo de contextualização e de descontextualização do conhecimento e da linguagem que, modificando o conteúdo e a forma de raciocinar do senso comum, sem substituí-lo pela ciência e a lógica, deu lugar a um senso comum enquanto socialização da ciência (MOSCOVICI, [2000] 2020). Não haveria, pois, representações “primitivas” que se tornaram “civilizadas”, mas representações regidas por leis distintas de pensamento em uma ou outra cultura, cada qual com sua racionalidade, coerência e valor. Desta feita, ainda que Moscovici e Vignaux ([2000] 2020) tenham se referido à análise *thematica* como uma forma de aprofundar a compreensão da “evolução” das representações, é sob essa perspectiva traçada pela TRS que acreditamos poder ser compreendida tal “evolução”, bem como a atuação dos *themata* no pensamento de senso comum.

A maioria dos *themata* se caracterizariam pela antiguidade e a longevidade, persistindo no curso da história ou no pensamento de um cientista ao longo de toda a sua vida, e se apresentariam enquanto díades opostas - ainda que comportem unidades ou tríades e mesmo díades complementares - dos quais são exemplos: atomismo e continuidade, simplicidade e complexidade, causalidade e probabilismo, reducionismo e holismo (HOLTON, 1996). Entretanto, embora tenha constatado que nas ciências físicas a maior parte

dos *themata* sejam antigos e duradouros, Holton (1996) notara também que a fidelidade de um cientista ou de uma comunidade científica a um ou mais *themata* pode mudar, pois a ciência é inacabável, e os *themata* funcionais em um momento podem deixar de sê-lo no futuro. Nesse passo, a possibilidade de fluxo da fidelidade temática permitiria que em um mesmo momento os indivíduos mantenham um espectro diverso de *themata* e que a um conjunto se sobreponham outros (HOLTON, 1996).

Embora sejam geralmente duradouros e antigos, o que apontaria para uma raridade na emergência dos *themata*, eles não são necessariamente poucos, ainda que nem sempre seja possível identificar o total de *themata* basilares a uma produção cultural (HOLTON, 1996; MARKOVÁ, 2003). Nesse sentido, Holton (1996) se surpreendera em ter encontrado em sua análise temática nas ciências físicas apenas um pequeno número de *themata* – em torno de cem pares e tríades – atuantes no desenvolvimento da ciência moderna. Por essa razão, acredita o autor sobredito que o termo no plural é o mais adequado para nos referirmos a esses pressupostos de pensamento, por acentuar que assim “como na música não há limite para o número de temas”. Portanto, são os *themata*, ao mesmo tempo, raros e múltiplos. O que ajudaria a compreender essa aparente contradição é o fato de existirem ao lado de *themata* ativos e compartilhados conscientemente, *themata* potenciais, latentes ou dormentes. Por essa guia, Marková (2003) explica que o caráter dual, opositor ou polar dos *themata* decorre de seu caráter antinômico, pois seriam eles próprios antinomias (pares de opostos que funcionam como princípio do pensamento e da linguagem) que entre tantas outras antinomias compartilhadas em uma cultura, tornaram-se realçadas e problematizadas no discurso público. Dessa perspectiva, novos *themata* podem emergir a qualquer tempo no ritmo da problematização das antinomias ou do aparecimento de novas antinomias em uma sociedade.

Marková (2003) explica que a humanidade sempre teve uma tendência a pensar de forma opositora, porque sempre teve uma tendência a pensar e perceber o mundo a partir de distinções, destacando e distinguindo os objetos de sua atenção do plano das coisas onde eles estavam, para o primeiro plano de sua percepção. De acordo com a autora, em todo lugar há o costume de classificar de forma dualística os fenômenos do mundo. Assim, algumas sociedades classificam as coisas em esquerda e direita, bem e mal, feminino e masculino, enquanto outras podem utilizar polaridades diferentes. Por ser um atributo fundamental da mente humana, o ato de fazer distinções e pensar mediante antinomias e polaridades constituiu inevitavelmente a base das teorias do conhecimento e do pensamento científico de cada cultura (MARKOVÁ, 2003). Desse modo, as diferenças entre as culturas implicam também em diferenças no modo de pensar e, portanto, nas antinomias que movem o

pensamento de uma sociedade. Por exemplo, podemos contrastar o pensamento científico na Grécia Antiga com o pensamento científico na sociedade chinesa antiga a partir das antinomias vigentes em cada uma. Nesse caminho, expõe Marková (2003, p. 64), que em grande parte das teorias gregas sobre o ser e o conhecimento (a ontologia e a epistemologia), os componentes foram vistos como “pares de opostos” excludentes, uma vez que tais teorias estavam “baseadas na busca da verdade e da certeza”, em uma lógica na qual “os lados opostos das coisas não poderiam estar misturados entre si”. Por exemplo, uma coisa considerada verdadeira, não poderia ser considerada, simultaneamente, falsa; nem algo considerado escuro, poderia ser concomitantemente considerado claro. Em contraste, apresenta a autora, nas teorias chinesas antigas, “os dois componentes no par de opostos eram mutuamente interdependentes, sempre num círculo perpétuo de ondas em movimento”, pressupondo a mudança contínua e cíclica à compreensão dos fenômenos mundiais; para essas teorias, era suposto, por exemplo, que a escuridão houvesse se “antecipado a luz” e que a luz trouxesse nela incluída “a semente de seu oposto, a escuridão”, de modo que “não poderíamos ter ambas ao mesmo tempo, mas as teríamos uma em razão da outra, pois ambas coexistiriam em um contexto de movimentos e mudanças perpétuas” (MARKOVÁ, 2003, p. 64). Como as ondas: quando uma avança, a outra está recuando.

Segundo Marková (2003), a discussão sobre *themata* nos conduz, portanto, a essas antinomias do pensamento. Elas “modelam as atividades mentais dos humanos, por exemplo, da formação de conceitos, significados em linguagens e imagens” (MARKOVÁ, 2003, p. 252). A autora menciona enquanto exemplos de antinomias de pensamento no senso comum os pares de opostos como “nós/eles, liberdade/opressão, humano/não humano” (MARKOVÁ, 2003, p. 252). Como afirma Marková (2003, p. 252), se é certo que os *themata* correspondem a antinomias de pensamento, não é verdade que todas as antinomias de pensamento se tornam *themata*, pois nem sempre essas antinomias são explicitamente realçadas, podendo, por vezes, estarem dormentes no pensamento do senso comum:

Por estarem enraizadas no pensamento do senso comum, elas são transmitidas de geração a geração, como parte da comunicação cultural, mas sem reflexão alguma. Nós adotamos o pensamento em opostos ou antinomias, implicitamente. Por exemplo, pelo fato de ter nascido em determinada cultura, a criança aprende naturalmente a fazer discriminações e a distinguir entre as coisas que pode comer e aquelas que não deveriam ser ingeridas.

Para Marková (2003, p. 252-53), uma antinomia se torna *themata*, então, quando “no curso de certos eventos sociais (históricos, políticos, econômicos, religiosos etc) ela se

transforma em problema, tornando-se foco de atenção social, tensão e conflito”; quando adentra no discurso público enquanto um tópico relevante de discussão, momento no qual passa a “gerar representações sociais”. Diferente do pensamento científico, no qual os *themata* parecem ser encontrados com dificuldade e onde raramente é possível notar o aparecimento de novos *themata* (HOLTON, 1996), o pensamento de senso comum aparenta ser um terreno sem fronteiras, tão amplo quanto o da experiência vivida no decurso de gerações (MARKOVÁ, 2015, p. 6). Nele, destaca Marková (2014, p. 6), as oposições diádicas que fomentam o aparecimento dos *themata* “podem referir-se a quaisquer antinomias físicas, biológicas ou sociais embutidas na história e cultura”, de modo que “não há limites para o número de oposições diádicas no pensamento e na linguagem diários”. Diferente ainda das ciências naturais, onde por vezes, a discussão envolvendo os *themata* se restringe às comunidades científicas, o aparecimento dos *themata* no senso comum ocorre no discurso público e através de disputas públicas, onde “são criados e inovados na e através da linguagem e da comunicação”, nas narrativas, argumentos e teorias diversas (MARKOVÁ, 2014, p. 7). Fruto dessas disputas, o conteúdo dos *themata* responde aos anseios de cada tempo e contexto e por isso mesmo, se transforma. Esse processo de tematização, explica Marková (2014, p. 6), acontece coletiva e individualmente, pois construído na cultura, nos eventos históricos e compartilhado pelos membros de uma sociedade em diferentes grupos, é desenvolvido por cada indivíduo “de acordo com sua experiência idiossincrática e capacidades inventivas”.

Certos *themata* são mais caros do que outros à vida em sociedade por desempenharem um papel essencial na “sobrevivência e otimização da humanidade”, sendo permanentemente discutidos, publicamente, em relação a outros *themata* cuja efemeridade fez desaparecer (MARKOVÁ, 2003, p. 258). A tal tipo, Marková (2003, p. 258) se referiu como “thematas básicas”, oriundas diretas dos *themata* dialógicos do Alter-Ego, o exemplo do *themata* do “reconhecimento social e suas negativas”, um esforço fundamental do ser humano em relação ao seus demais, onde Ego e Alter reclamam serem tratados um pelo outro com dignidade. O reconhecimento social está, segundo a autora, na base de variadas representações sociais, seja naquelas que focalizam o Ego, como “a identidade pessoal, a moralidade e os direitos, ou naquelas que evidenciam o Alter, como “as incapacidades físicas, a Aids, a democracia e o totalitarismo”, e são um bom exemplo também de como os *themata* aparecem interconectados a outros, na medida em que o reconhecimento social aparece “tematizado em conexão a outros *themata* como nós/eles, liberdade/opressão, justiça/injustiça e igualdade/desigualdade

etc., com seus conteúdos se transformando de um período do tempo para outro” (MARKOVÁ, 2003, p. 259).

Nesse caminho, os *themata* interconectados indicam que para além de se ligar a outros *themata* que transformam o seu conteúdo, um mesmo *themata* podem se expressar em diferentes *themata* que lhes dão uma feição específica. Desta feita, Marková (2003) demonstra como o *themata* do reconhecimento social foi expresso na passagem do conceito de honra para o de dignidade, após o século XVI, na transição para uma sociedade moderna, quando a ideia de honra, personalizada, foi sufocada pelos ideais de igualdade, liberdade e humanismo que a ideia igualitária de dignidade apresentava. Com o questionamento da hierarquia social e da desigualdade de direitos aventada a partir daquele século, “a *themata* igualdade/desigualdade, liberdade/opressão e justiça/injustiça, se tornaram problematizadas e thematizadas na vida diária, na filosofia e nas ciências sociais” (MARKOVÁ, 2003, p. 261). Nesse passo, a honra (uma proteção do Eu ao insulto) que nas sociedades pré-modernas servia para assegurar o *status* social entre os iguais e os limites e hierarquias entre os grupos sociais, ficou obsoleta na modernidade, frente a elevada demanda por direitos humanos, novos padrões morais e dignidade. Os próprios *themata* da dignidade sofreram uma transformação operada pela thematização da igualdade, liberdade e justiça, pois tão velha quanto a humanidade, a necessidade de dignidade humana, expressa biblicamente e também nos dramas gregos, assumiu na modernidade a forma do entendimento segundo o qual “os humanos têm ou deveriam ter, seus direitos respeitados, independentemente de suas posições na sociedade, de suas raças, cores e crenças” (MARKOVÁ, 2003, p. 261). Entretanto, no findar do século XVIII, a dignidade enquanto luta por direitos, justiça, igualdade e liberdade, ainda não expressava os *themata* do reconhecimento social, pois este somente “se tornou um *thema*” “quando as pessoas começaram a criar suas identidades individualizadas e quando suas expectativas de reconhecimento destas identidades não eram satisfeitas” (MARKOVÁ, 2003, p. 262). Este exemplo de *themata* interconectados demonstra como determinados *themata* (reconhecimento social) podem ser expressos em outros *themata* (dignidade e honra), bem como estar conectado a outros (justiça e injustiça, liberdade e opressão, igualdade e desigualdade) que, quando thematizados, mudam o conteúdo dos *themata* em questão (o reconhecimento social deixa de ser expresso na honra para assumir a forma da dignidade). O mesmo exemplo demonstra ainda que eles acompanham a dinâmica social, diferenciando suas formas de expressão de acordo com a especificidade das condições históricas. No mesmo sentido, o reconhecimento social foi expresso também na thematização de antinomias como moralidade/imoralidade durante nos anos de 1980 no contexto da AIDS e liberdade/opressão

no contexto pós-comunista da Europa (MARKOVÁ, 2003). Em suma, como nos permite ver Marková (2003, p. 262), os conteúdos e fronteiras dos *themata* não estão estáticos, pelo contrário, continuam mudando.

2.2 Coordenadas metodológicas

Para a seleção, translação, codificação e tabulação dos dados coletados nos telejornais policiais utilizamos as técnicas metodológicas da chamada Análise de Imagens em Movimento formulada por Diane Rose (2007) para o estudo de representações sociais em meios televisivos – um tipo de análise de conteúdo mais “capacitada” para dados que envolvem, além da dimensão verbal, uma dimensão visual, assegurando um aproveitamento mais completo desse tipo de conteúdo. Seleccionamos, conforme Rose (2007), programas relacionados ao objeto ou área de pesquisa, em consonância com nossa orientação teórica. Trata-se de programas de grande audiência⁹ no gênero televisivo escolhido, o Brasil Urgente e o Cidade Alerta. Respondendo à questão do “quando” e do “quanto” registrar (ROSE, 2007), adotamos o critério temporal do ano de 2018, ano em que a temática do tráfico de drogas pululou a televisão em virtude do evento de intervenção federal no Rio de Janeiro, justificado pelo governo no suposto “avanço” do tráfico e do “crime organizado”; a quantidade de matérias (110 do Brasil Urgente e 33 do Cidade Alerta), por sua vez, foi resultado de uma coleta empreendida no canal desses telejornais na plataforma virtual do *Youtube*, empregando as palavras chave “tráfico” e “drogas”. Embora a coleta tenha resultado no “número cheio” de 143 matérias, 16 delas acabaram sendo excluídas em fase posterior, em razão dos critérios de codificação.

Para a translação (transcrição e descrição) do conteúdo das matérias televisivas, assistimos cada matéria integralmente, registrando a dimensão verbal do conteúdo (a fala dos atores) e a dimensão visual (as imagens e textos fixados na tela na forma de manchete). De acordo com Rose (2007, p. 348), “a finalidade da transcrição é gerar um conjunto de dados que se preste a uma análise cuidadosa e a uma codificação” e corresponde sempre a uma simplificação daquilo que assistimos, “ela translada e simplifica a imagem complexa da tela”.

⁹ A audiência foi observada em relação ao período compreendido pelo recorte temporal, de modo que, segundo o Kantar Ibope Media, em 2018, entre 30 de julho e 05 de agosto, a audiência domiciliar do Brasil Urgente foi registrada em 2,6 pontos na média nacional (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, Recife, Brasília, Manaus, Fortaleza, Goiânia, Florianópolis, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Campinas e Vitória), e 4,4 para a Grande São Paulo (uma proporção de 248,6 mil residências, correspondente a 693,8 mil telespectadores no Painel Nacional de Televisão) (KIM, 2018). Por sua vez, a audiência do Cidade Alerta foi de 8,9 na média nacional e 10,7 para o estado de São Paulo (KIM, 2018).

A simplificação acontece porque é “impossível descrever tudo o que está na tela”: há quem se interesse em analisar desde as cores das vestimentas das personagens às nuances cromáticas, desde as entonações e hesitações das falas aos ruídos e à trilha sonora (ROSE, 2007, p. 349). Desse modo, procedemos a uma descrição literal do “conteúdo semântico”, que compreendeu a integralidade das falas (excetuando-se os ruídos, sons, entonações e hesitações), o cenário (com exceção das cores e sombras), os atores presentes na cena, os objetos relevantes na imagem, as poses (quando necessário), os movimentos dos atores e o período do dia em que foram filmadas as matérias. Também descrevemos a cor da pele dos personagens acusados de tráfico, e registramos o local onde foram abordados.

Fizemos a transcrição em duas colunas, apresentando a dimensão visual do lado esquerdo e a verbal do lado direito. No topo das colunas incluímos o título da reportagem, ao seu lado a minutagem da cena e abaixo do título, a manchete estampada nas cenas. Sempre que oferecemos exemplos de cenas componentes de uma mesma matéria, elas são separadas por sua minutagem de forma decrescente, isto é, na ordem em que foram exibidas na matéria em questão. Nesses casos, quando há alteração da manchete de uma cena para a outra, inserimos a nova manchete abaixo da minutagem. Além disso, procuramos, nas citações ilustrativas (exemplos), sintonizar o conteúdo visual das reportagens com o conteúdo verbal, de modo a possibilitar a leitura da simultaneidade e da ordem das imagens em relação ao que é dito nas matérias. Para tanto, posicionamos a descrição visual (as imagens) ao lado do trecho verbal correspondente ao momento em que foram estampadas na tela. Esse detalhe permite a quem lê o exemplo saber qual imagem aparecia no momento em que determinado conteúdo era dito e *vice versa*.

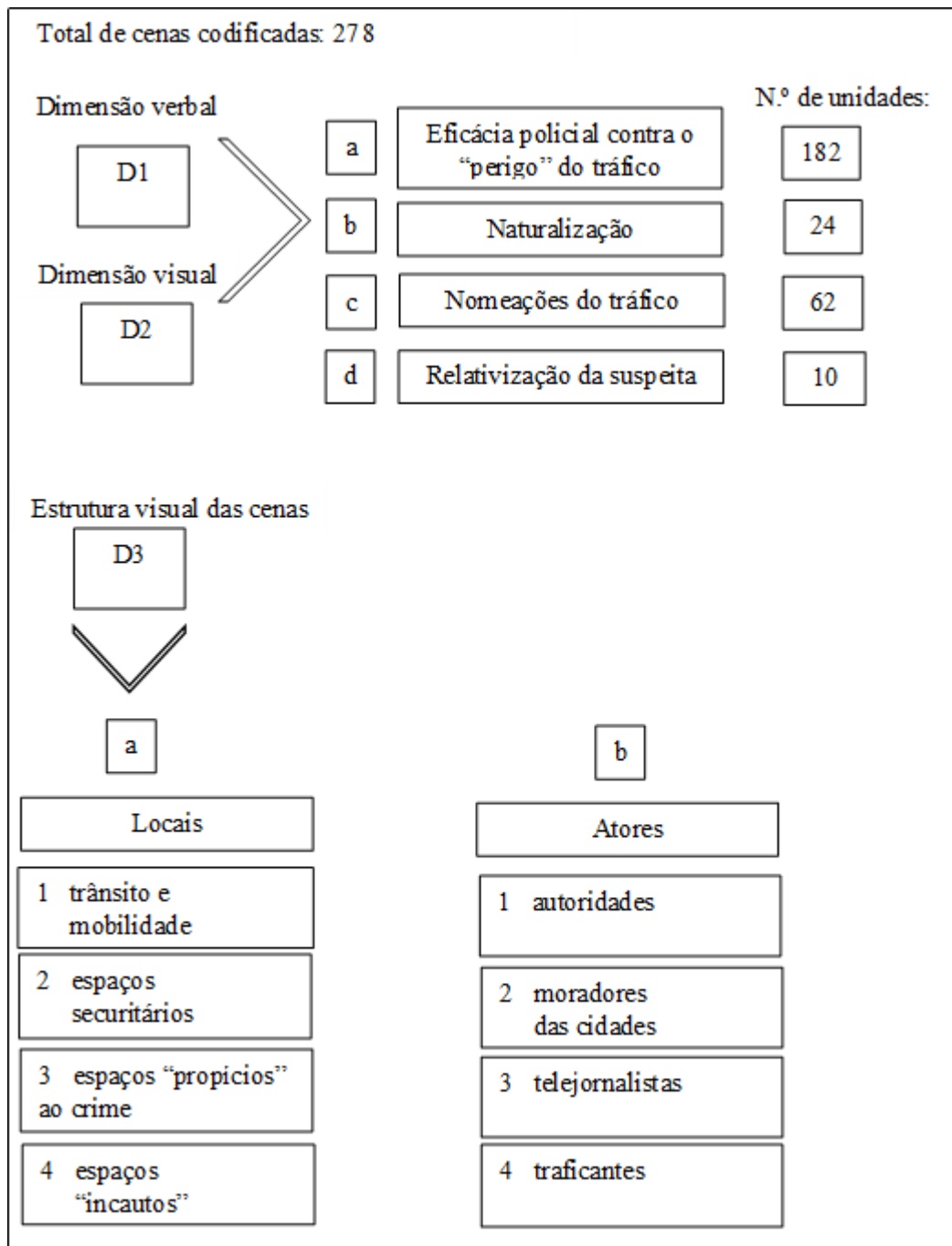
Em seu trabalho sobre a loucura, Rose (2007) definiu as tomadas como sendo suas unidades de análise, o que estava diretamente ligado às questões de sua investigação, como a focalização diversa da câmera sobre os “loucos” e “não loucos” (dado que as tomadas se conectavam imediatamente com o ângulo da câmera). De acordo com a autora, as unidades, assim como os demais critérios de seleção, transcrição, codificação e tabulação, devem ser adequadas à particularidade da pesquisa a ser desenvolvida. Essa margem de adaptabilidade oferecida pela Análise de Imagens em Movimento, nos foi importante, pois seria inviável adotarmos as tomadas enquanto unidades de análise em virtude da vultosa quantidade de tomadas em uma única matéria do telejornal policial. Enquanto Rose (2007) buscava as tomadas em meio à programação televisiva geral, compondo um número razoável das mesmas, as matérias que analisamos são constituídas por dezenas de tomadas que por si mesmas, isoladamente, não são representativas ou profícuas de nosso ponto de vista analítico.

Ex: em uma matéria do telejornal na qual a polícia leva cães farejadores para rastrear drogas em uma residência, são feitas sucessivas tomadas de um cão, uma na sala, outra na cozinha, outra em cima de uma cama, outra do lado externo da residência, uma ao lado do fogão, outra do rosto do cão, enfim, dezenas de tomadas são feitas em uma única cena. Desta sorte, uma única matéria possui dezenas de tomadas, compositoras de uma ou duas cenas, raramente ultrapassando o número de cinco ou seis. Por essas razões de viabilidade e representatividade, definimos como unidades de análise as cenas (um conjunto de tomadas distinguidas pela mudança de cenário ou tempo narrativo). Todavia, não foi toda e qualquer cena considerada como unidade de análise, mas somente aquelas nas quais identificamos conteúdos passíveis de serem analisados pelo prisma das teorias da memória e das representações sociais.

A definição das cenas como unidades de análise não nos privou, contudo, de definir as unidades através de um critério visual. Fator importante para que não sustentemos o primado dos critérios textuais da análise de conteúdo e de discurso tradicionais, quando aquilo que temos em nossa frente, além de textos, são imagens em movimento (ROSE, 2007). No mesmo sentido, a definição de um critério visual parece importante porque ao final da translação a imagem é, ainda assim, descrita na forma textual. Além disso, assim como as tomadas, as cenas implicam em um saber técnico que é “apenas secundariamente texto”, pois envolvem aspectos como a edição (seleção das imagens a serem exibidas, dos cenários e dos atores) (ROSE, p. 345). O próprio fato de reportarmos as cenas (unidades de análise) através de suas minutagens reforça essa posição.

Chamamos aqui de codificação a atribuição de códigos às unidades de análise que em seu conjunto formam um referencial de codificação (ROSE, 2007). Ex: Podemos codificar como D1 a dimensão visual e como D2 a dimensão verbal, assim como podemos incluir uma terceira dimensão relativa à estrutura da cena sob o código D3. A questão da estrutura também é algo escanteado ou ignorado pela análise de conteúdo tradicional, ou pelo menos, ela é acusada disso (ROSE, 2007). Embora não sigamos com a codificação da estrutura narrativa da programação televisiva selecionada, ainda assim consideramos a estrutura, qual seja a estrutura visual das cenas (como e com quais elementos elas são compostas). Além da produção dos códigos D1, D2, D3, sistematizamos seus conteúdos, isto é, as unidades de análise, mediante seu agrupamento em categorias, realizando também a contagem das mesmas (ROSE, 2007). A figura abaixo apresenta o referencial de codificação que elaboramos:

Quadro 01 – Referencial de codificação das cenas



Fonte: elaboração própria.

Ao final, os processos descritos são apresentados na forma de tabelas de frequências (ROSE, 2007). A contagem das unidades, sua frequência, não deve ser entendida por um prisma quantitativo (ROSE, 2007). Como orienta Rose (2007), ao invés de a contagem servir para dizermos, por exemplo, que as metáforas de “guerra” apareceram mais vezes do que as de “animalização”, é mais sensato formularmos a questão em termos qualitativos como

predomínio e dominância. Como escreve Rose (2007, p. 359): “a tabela deve ser lida como um mapa. Ela mostra os pontos de ênfase e insistência, e os pontos de carência e ausência nas informações das notícias”. Em suma, pela perspectiva traçada os números deixam de ser “indicadores rígidos” e passam ao condão de “tipos de signos” (ROSE, 2007, p. 360).

2.3 Memórias e representações sociais de telejornalistas policiais sobre o traficante de drogas

Apresentamos, a seguir, a análise de imagens em movimento dos telejornais sobre o traficante de drogas, de acordo com as categorias construídas a partir do referencial de codificação. A princípio, situamos a temática do tráfico de drogas na programação dos telejornais policiais e analisamos elementos presentes na estrutura visual das cenas registradas, a saber, os locais onde se desenrolam e os atores que as protagonizam. Em seguida, analisamos a familiarização pelo grupo com a personagem do traficante de drogas, expondo os conteúdos nos quais se ancoram para tanto, assim como as objetivações que esses dão lugar. Trata-se de um processo no qual o tráfico, os coletivos criminais que lhe integram e a atuação das forças de segurança em sua repressão são assimilados e interpretados a partir de nomeações, metaforizações e analogias, que conferem ao fenômeno uma feição costumeira. Apontamos também o papel desempenhado pela memória social e coletiva nesse processo de familiarização, procurando evidenciar como ela oferece pontos nos quais os telejornalistas se ancoram para representar o tráfico de drogas e a sua incrustação nas noções e imagens que exteriorizam. Por fim, identificamos os *themata* que orientam e geram memórias e representações sociais.

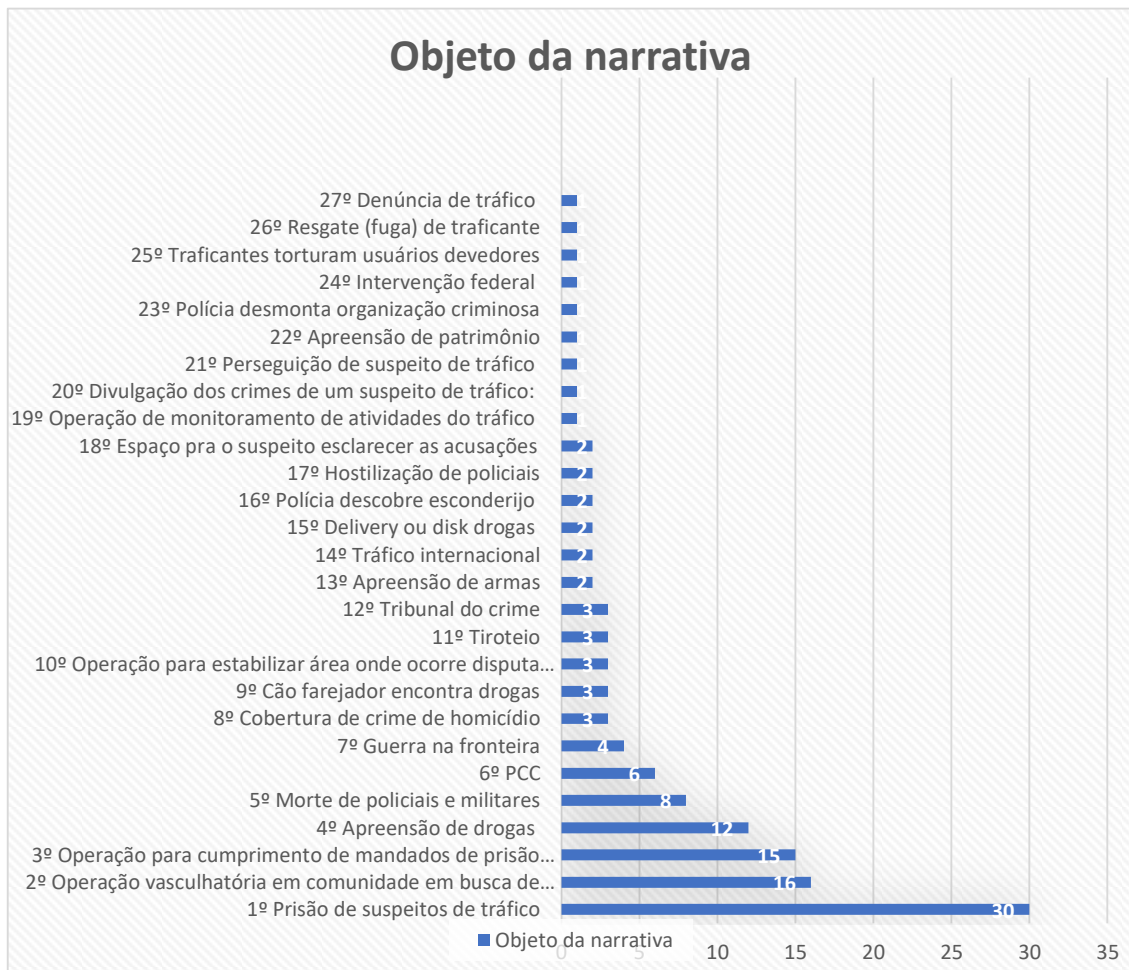
2.3.1 Os cenários e os atores

A temática do tráfico de drogas emerge nas reportagens analisadas a partir de narrativas de criminalização das drogas e de repressão ao seu comércio. Nesse sentido, tais narrativas consistem principalmente na cobertura de prisões de suspeitos de tráfico (24% das reportagens), nas operações policiais de vasculha em favelas (13%) e de cumprimento de mandados de prisão ou de busca e apreensão (12%). A diferença entre as operações de “vasculha” e aquelas de cumprimento de mandados é que enquanto a última tem como objeto indivíduos e locais previamente determinados, as “vasculhas” costumam ter por objeto uma ou algumas favelas onde a atividade de tráfico é suspeita, notória ou denunciada por moradores. Nelas, qualquer residência ou indivíduo é potencialmente suspeito. Nas

“vasculhas”, os policiais percorrem armados as ruas das favelas na busca por flagrantes de porte ou tráfico de drogas, revistando os indivíduos encontrados em seu caminho (na maioria das reportagens de “vasculhas” analisadas, homens jovens e negros, salvo uma única exceção onde uma mulher é interrogada) e questionando sobre seus eventuais antecedentes criminais.

Embora tenhamos destacado as reportagens concernentes à prisão de traficantes, apreensão de drogas (9%) e armas (2%), é importante salientarmos que tais resultados das operações (prisão e apreensão) costumam aparecer atrelados, isto é, em uma mesma reportagem de cumprimento de mandados podem ser registradas prisões e a apreensão simultânea de drogas e armas. Entretanto, o que destacamos é o foco das reportagens, a situação criminal evidenciada enquanto objeto principal da notícia. Cabe salientarmos ainda que as prisões, apreensões e operações das forças de segurança no combate ao tráfico exibidas nos telejornais analisados tem como palco principal as capitais do Rio de Janeiro e São Paulo, embora ocorrências em outros municípios e capitais, como Belo Horizonte, Curitiba, Salvador e Porto Alegre também figurem com menos força. O privilégio dessas capitais na programação decorre, possivelmente, do interesse em cobrir os eventos relacionados à intervenção federal no Rio de Janeiro, e ao PCC, o grupo criminoso mais conhecido de São Paulo, e um dos mais influentes no mercado de drogas ilícitas do país (HIRATA; GRILLO, 2019; FELTRAN, 2018). Embora a intervenção federal (1%) tenha sido objeto de uma única reportagem explicitamente dedicada a avaliar o saldo decorrente da implementação das forças armadas na segurança do estado, diversas reportagens tiveram como pano de fundo a intervenção. De outro lado, o PCC é a matéria principal de 6% das notícias, mas é referido também no curso das demais reportagens relativas à prisão de suspeitos ou apreensão de drogas, nos casos em que os suspeitos integram a “facção” ou em que a facção é identificada como remetente ou destinatária da mercadoria. Quando focalizado, o PCC encorpa notícias que pretendem contextualizar o grupo no mercado de tráfico de drogas, apresentar os seus feitos criminosos nos últimos anos, seu funcionamento interno ou atualizar o público sobre os resultados mais recentes das investigações policiais que seguem em seu encalço. No quadro abaixo é possível conferir o objeto das narrativas sobre tráfico nos telejornais:

Quadro 02 – Narrativas sobre o tráfico

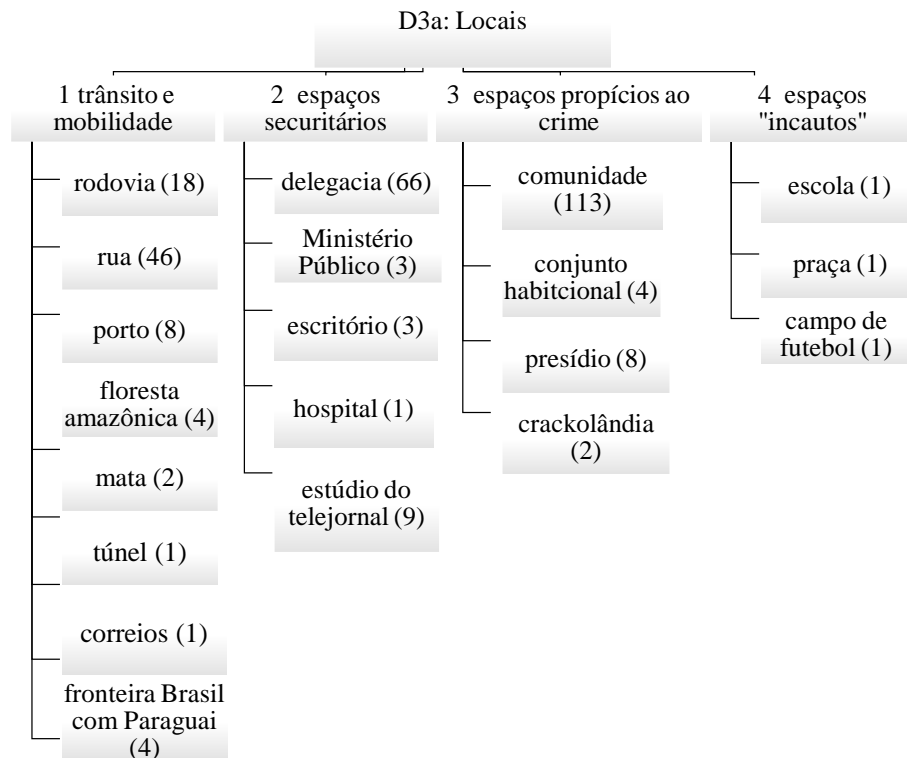


Fonte: elaboração própria.

Para além das situações narradas, outros elementos visuais concernentes à estrutura das cenas analisadas, como o cenário em que elas se desenrolam e os atores privilegiados pela câmara, nos informam sobre o pensamento do grupo dos telejornalistas. Desta feita, acreditamos que assim como a opção por escutar um ou outro ator pode constituir uma estratégia de ocultamento dos fatos e de construção de “zonas proibidas de realidade” (RAMOS; PAIVA, 2005, p. 58; DANTAS, 2020), a própria visibilidade conferida pelos telejornalistas à imagem de determinados personagens e signos indica a relevância atribuída pelo grupo à determinados aspectos dos fatos. Assim como pode contrair o campo de recepção do público. De acordo com Bellelli, Leone e Curci (1999, p. 104): “a sensação de que o acontecimento se desenrola diante dos nossos olhos esconde do nosso conhecimento subjetivo o papel ativo da seleção de um único ponto de vista em oposição a muitos outros

possíveis”. Observemos no organograma os locais que serviram de cenário às cenas registradas e a frequência na qual aparecem:

Quadro 03 – Cenários



Fonte: elaboração própria.

As imagens espaciais das ruas públicas e movimentadas, das rodovias, do porto, da agência dos correios, do túnel, da floresta amazônica e das matas indicam a mobilidade do tráfico. “Ele” transita pelo país, mas suas malhas ultrapassam as fronteiras, atravessam a floresta e o mar. Com efeito, desde a assunção de um discurso econômico transnacional sobre o tráfico (OLMO, 1990) ele é visto como a atividade de organizações que ultrapassam os estados nacionais, formando redes estáveis e adstritas a mais de um território, como as “máfias” e o “crime organizado”. Esse discurso salienta o “livre” trânsito do tráfico e seu potencial de “onipresença”. No plano governamental, a transnacionalidade do tráfico ensejou uma abordagem “geopolítica” das drogas, apregoando a transversalidade do fenômeno entre os diferentes estados nacionais e por isso mesmo a necessidade de “solidariedade” entre esses estados para combatê-lo (MACHADO, 2011). As reportagens sobre apreensões de drogas que “entram” ou “saem” do país por meio de aviões, helicópteros e navios indicam essa “transversalidade”. Mas assim como ocorre no discurso transnacional, o telejornalismo atribui

tal “transversalidade” às ações de um “crime organizado”. Essa metáfora unitária absorve e explica o tráfico, neste caso a sua circularidade, situando o movimento de diferentes “bandos” nos nós de uma mesma teia.

Entretanto, fazendo frente à imagem capilarizada do tráfico, o grupo de telejornalistas se auxilia de imagens espaciais que ajudam a delimitá-lo em meio às cidades. Desta feita, se o “trânsito” do tráfico permite enxergá-lo em toda parte, as imagens das “favelas” indicam onde ele se faz presente, ou ainda, de onde ele vem: da favela para o asfalto. Como afirma uma repórter do Cidade Alerta: “- Aqui já é dentro da comunidade, nós estamos bem próximos de lá, percebe-se que ainda é uma área residencial, porém logo ali na frente a gente consegue acessar os barracos ó, aqui já dá pra ver. Lá onde o tráfico de drogas rola solto.”. A conexão entre “comunidade” e tráfico de drogas é estabelecida pelo volume de reportagens onde as operações policiais televisionadas acontecem em favelas, em notícias do tipo: “Policiais do DEIC cercam Morro do Sabão contra o tráfico de drogas” (CA), “Garra faz grande operação em comunidade de São Paulo” (BU) e “Moradores registram tiroteio em comunidade do RJ” (BU). Tal conexão é evidenciada também em afirmativas como: “a comunidade já é conhecida pela presença de criminosos” (CA); “uma das comunidades mais perigosas da zona oeste de São Paulo [...] não dá pra entrar nessa comunidade sem fuzil” (CA); ou “a favela do morro do sabão abriga traficantes perigosos ligados ao PCC, a maior facção criminosa de São Paulo” (BU). Afirmativas desse gênero tornam a criminalidade, destacadamente o tráfico de drogas, em uma característica das favelas, e por isso dos seus moradores, como costumam sugerir: “- aqui na região a gente percebe que todas as pessoas abordadas pela polícia já tiveram passagens, já foram presas, já responderam processos criminais” (CA). Dada a intrínseca relação entre tráfico de drogas e favelas construída nos telejornais, o “combate” ao tráfico é enunciado como um combate à “comunidade”, o que pode ser exemplificado na cena abaixo:

(BU) Polícia Militar prende 14 traficantes em SP - 0:00 à 1:03 min
Manchete: OITO PRESOS – Operação da ROTA na grande São Paulo

Imagens da rua de uma comunidade filmadas de cima pelo helicóptero durante a noite, onde podem ser vistos policiais correndo. A tela é dividida. Do lado esquerdo, 3 policiais armados descem uma escadaria da comunidade, durante o dia; um homem negro, de costas e com as mãos na parede, é revistado por um dos agentes. Do lado direito, imagens filmadas de cima mostram grupos de policiais reunidos percorrendo ruas da comunidade durante a noite. Do lado esquerdo policiais percorrem vielas da comunidade, mirando suas armas contra as residências. A imagem do lado direito passa a ocupar toda a tela. 3 policiais armados percorrem um beco da comunidade. A tela é novamente dividida. Do lado esquerdo viaturas estacionadas em uma rua durante o dia. Do lado direito, viaturas estacionadas durante a noite. Do lado esquerdo, um policial averigua o muro de uma residência. Do lado direito, filmados de cima, policiais conduzem um homem que está com as mãos na cabeça. Ainda do lado direito, policiais seguem em uma rua mal iluminada. Durante o dia, filmadas do helicóptero, viaturas seguem por uma rua da comunidade. Em um terreno baldio, homens, a maioria negros e jovens, enfileirados, com as mãos para trás e a cabeça inclinada para baixo. Dois policiais, às suas costas, os observam à distância, ao lado de duas viaturas.

Repórter: - A operação dos policiais da ROTA focou nas comunidades da região de Osasco na grande São Paulo. Várias pessoas foram paradas e revistadas pelos policiais. Eles desceram becos, entraram em alguns barracos.

Na zona oeste de São Paulo, nada escapou do olhar dos policiais. Com as armas nas mãos, os PMs foram em busca de drogas e dos traficantes que atuam na região. O helicóptero da BAND acompanhou de perto a investida dos policiais dentro da comunidade. A área foi cercada para garantir a integridade dos moradores e dos próprios policiais.

O balanço da operação terminou com 9 homens e 5 mulheres presos por tráfico de drogas, sendo que 4 homens já eram procurados pela justiça. Um total de 14 pessoas presas.

O jardim Mirna na zona sul de São Paulo foi outro ponto de concentração. Depois de uma varredura na comunidade, os policiais da força tática apreenderam drogas.

Conforme enunciado na cena destacada, as “comunidades” consistiram no “foco” da operação, que não pretendia a prisão de indivíduos específicos ou a apreensão de drogas em residências específicas. Pelo contrário, a “comunidade” como um todo se torna objeto de suspeição. As imagens de policiais mirando armas contra as residências enquanto percorrem velozmente as vielas da “comunidade”, revistando muros e moradores traduzem o sentido da “varredura”: “limpar” o espaço da presença de “traficantes”. Algo semelhante ocorre na cena abaixo:

(BU) Operação contra tráfico prende dez suspeitos - 1:45 à 2:02 min**Manchete: 10 SUSPEITOS PRESOS – operação contra o tráfico de drogas e roubo de cargas**

É dia. Uma viatura com dois policiais armados, de pé sob à traseira do veículo, percorrem uma rua da comunidade. É exibida a imagem da BR 101, na qual transitam carros, motos e caminhões. 4 policiais armados percorrem uma rua da comunidade. Um policial, conduzindo um cão farejador em uma das mãos averigua a porta de uma residência. É exibida novamente a imagem da BR 101. A câmera desvia da BR, mostrando o acesso da rodovia a uma rua da comunidade.

Repórter: - O Complexo das Retas fica às margens da BR 101.

Apesar de pequena, a região hoje tomada pelo tráfico de drogas, é uma das responsáveis pelo aumento do roubo de cargas no estado.

Por semana, pelo menos 2 caminhões são roubados e levados para dentro da favela.

De acordo com o relato dos telejornalistas, ao invés de indivíduos específicos serem responsabilizados pelo aumento do roubo de cargas, a própria “região” onde os “criminosos” atuam, o Complexo das Retas, é responsabilizado. No mesmo sentido, o produto do roubo, os caminhões, não são atribuídos à posse de um sujeito demarcado, mas à entidade genérica “favela”. Certamente, os telejornalistas não ignoram que não é a “região” ou a “favela” por si mesmas as “criminosas” por trás do fato noticiado. Contudo, a preferência por colocar em evidência a “favela” em lugar dos autores do crime permite que o público dos telejornais focalize sobre ela suas preocupações com a criminalidade.

O foco dos telejornais sobre as favelas acompanha a própria concentração do interesse estatal de combater o tráfico nesses espaços (ZACCONE, 2017; BATISTA, 2003), dado que as reportagens nas quais eles aparecem consistem na cobertura de operações policiais. Com exceção de duas reportagens, sobre o “*delivery*” do tráfico, nas quais é dito que os clientes pertencem às classes média e alta da sociedade, como empresários e médicos, as demais situações reportadas pelos telejornais enquanto operações da polícia se referem ao tráfico realizado nas favelas e conjuntos habitacionais. Desse modo, os telejornalistas sobrepõe suas lentes à da segurança pública, hiper visibilizando apenas um segmento varejista do tráfico, os “movimentos” territorializados sobre as favelas, em detrimento de tantos outros tráficos “de pista”¹⁰ (GRILLO, 2008). Esses últimos passam, por vezes, incólumes ao olhar das autoridades. Nesse sentido, relata o delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro Orlando Zaconne (2017), que enquanto atuou em uma delegacia de Jacarepaguá (circunscrição que

¹⁰ Segundo Grillo (2008), o tráfico de “pista” é aquele praticado em redes do “asfalto” por jovens das classes médias, de forma independente. Ao contrário do comércio de drogas nas “favelas”, ele se caracteriza por uma sociabilidade não violenta e uma menor visibilidade.

compreendia a Cidade de Deus e outras favelas), não houve um plantão no qual não lavrou flagrantes de tráfico, drogas e armas apreendidas pela Polícia Militar, ao passo que ao ser transferido para uma delegacia na Barra da Tijuca, durante todo um ano, lavrou apenas um único caso de flagrante por tráfico. Zaconne (2017) ilustra a seletividade punitiva do tráfico pela comparação do número de ocorrências desse crime entre as delegacias da Zona Sul e Norte do Rio no ano de 2005: nas delegacias da Zona Sul (Gávea, Botafogo, Copacabana, Leblon, Ipanema e Barra da Tijuca) o total era de 63 ocorrências em face de 561 registradas nas delegacias da Zona Norte (Bangu, Santa Cruz, Bonsucesso, Jacarepaguá, Imbariê e São Cristóvão).

De acordo com Mariana Nesimi e Maurílio Botelho (2020, p. 287), desde seu chamado “mito de origem”, as favelas foram tornadas em um espaço criminalizado, aos quais se atribui a condição de refúgio e abrigo de “miseráveis” e “criminosos”. Debruçados sobre o caso das favelas do Rio de Janeiro, os autores explicam como, de início, estas sofreram com a comparação à Canudos, por onde se acreditava que eram povoadas pela mesma gente tida como “desordeira” e “transgressora”, capaz de resistir ao Exército e às forças policiais. Em seguida, foram apresentadas pela perspectiva higienista como lugar das “doenças sociais”, por onde seus moradores eram vistos como vetores de “sujeira” física e moral. Tais interpretações sobre as favelas facilitaram sua associação com os problemas de desordem urbana, acusados pela precariedade das habitações, e também problemas de natureza estética, no sentido de “enfeirem” as cidades. Entendidas como espaços distantes das leis e da civilidade, foi sobretudo o fato de serem povoadas principalmente pela população negra e pobre o que consolidou, por meio do racismo, a sua fama de lugar “natural” do crime (NESIMI; BOTELHO, 2020). A “fama” se consolida mesmo diante da narrativa ambígua construída, a partir de 1930, conforme a qual as favelas seriam tanto o lugar de criminosos, como de trabalhadores honestos – vide a política varguista que buscava “civiliza-los” através da urbanização desses espaços. Mais tarde, com os esforços do Partido Comunista para interpretar as favelas como moradias das classes proletárias, elas seriam tratadas também como uma “questão social”. Porém nem nesse registro ideológico, nem nos anteriores, se deixava de lado sua face de “questão policial”, por onde só poderiam deixar de ser um ambiente “viciado” se seus habitantes fossem introduzidos ao universo do trabalho formal (NESIMI; BOTELHO, 2020).

Segundo Nesimi e Botelho (2020), a relação das favelas com o trabalho também explicaria o desenvolvimento do tráfico varejista de drogas. Conforme a análise empreendida pelos autores sobre a favelização no Rio de Janeiro, durante boa parte do século XX os

habitantes das favelas cumpriam o papel de mão de obra precarizada e barata para as classes médias e altas, desempenhando serviços como os de “babás”, “domésticas”, “motoristas”, “jardineiros” etc, todavia, sub-remunerados ou informais. Porém, a massa de indivíduos considerados “excedentes” de mão de obra aumenta no mesmo compasso da ampliação da população desempregada, legada pela industrialização. Se os moradores das favelas não podiam assumir a condição de empregados ou assalariados, mas apenas a de trabalhadores informais precarizados, até mesmo o trabalho precário vai se tornando difícil. Principalmente para as favelas situadas longe dos bairros “nobres”, a funcionalidade de seus moradores aos olhos das classes médias é paulatinamente reduzida. Se outrora as favelas eram espaços de mercadoria barata, com um comércio conectado ao restante da cidade (ex: mercados, barracas e lojas que atendiam moradores das favelas e do “asfalto”), agora esse comércio é voltado, cada vez mais, para as próprias favelas, retraindo-se e conformando um mercado interno e precário; e, se outrora, a conexão com o asfalto podia se efetivar também pela prestação de serviços aos bairros “nobres”, isso também perde em expressividade. É justamente nesse momento, nos anos de 1980, que o comércio varejista de drogas, especialmente de cocaína, se instala nas favelas. Agora, é o tráfico o que irá conectar as favelas aos bairros da classe média (NESIMI; BOTELHO, 2020). Essa leitura é corroborada também por Ednéia Oliveira, Luca Morando e Pedro Rodrigues (2023, p. 8601), ao sustentarem que “o tráfico é uma resposta ao desemprego e à informalidade generalizada que se amplia à medida que a ofensiva do capital, na sua necessidade de recuperar as taxas de lucro, promove a expulsão de milhares de trabalhadores do mercado de trabalho [...]”.

Como asseveram Nesimi e Botelho (2020, p. 301): “[...] o ônus dessa trajetória de reinvenção econômica foi a violência crescente, a ampliação da violência policial e a reedição num nível muito mais profundo e complexo do espaço criminalizado”. Como “questão social e policial”, as favelas são remodeladas, deixando de consistir em simples espaço de “controle” para assumir o estatuto de confinamento, de verdadeiras “prisões” à céu aberto, onde as pessoas que ali habitam devem sobreviver segregadas, “desprovidas de funcionalidade econômica para o restante da cidade, excluídas da sociedade do trabalho [...] contidas em seu próprio local de moradia” – elas são, agora, “espaços de confinamento social ou território de contenção dos rejeitados da sociedade de mercado” (NESIMI; BOTELHO, 2020, p. 304). Os últimos anos teriam ratificado tal reformulação, como o provam as constantes ocupações militares realizadas sobre vastas áreas favelizadas, nas quais se ficham todos os moradores como se todos eles fossem suspeitos. Conforme escrevem os autores:

[...] Muitas favelas, sem função do ponto de vista da integração dos circuitos econômicos urbanos, agora são vistas diretamente como áreas de violência e criminalidade aberta, onde feiras de droga dominam a paisagem, onde a economia se fragmentou e já não há mais regras de civilidade. Para a compreensão dominante, o único mercado que funciona efetivamente aí são os mercados do crime [...]. (NESSIMI; BOTELHO, 2020, p. 301).

Consoante a Viviane Silva (2021), a relação das favelas com a ilegalidade está amparada no próprio ordenamento jurídico, onde foram reconhecidas desde o princípio por atributos como irregularidade fiscal, urbanística e fundiária, o que influenciou nas políticas direcionadas à tais espaços e na própria concepção do mesmo. Da parte das instituições de segurança, como as polícias, as favelas não são sequer reconhecidas como sendo componente das cidades, nos quais existiriam escolas, comércios, e habitações legítimas, por exemplo. Para quem assiste à distância, as favelas são encaradas como espaços homogeneamente “criminosos”, habitados por pessoas das quais devemos, supostamente, temer e desconfiar (SILVA, 2021; GARAU; SANTOS, 2022).

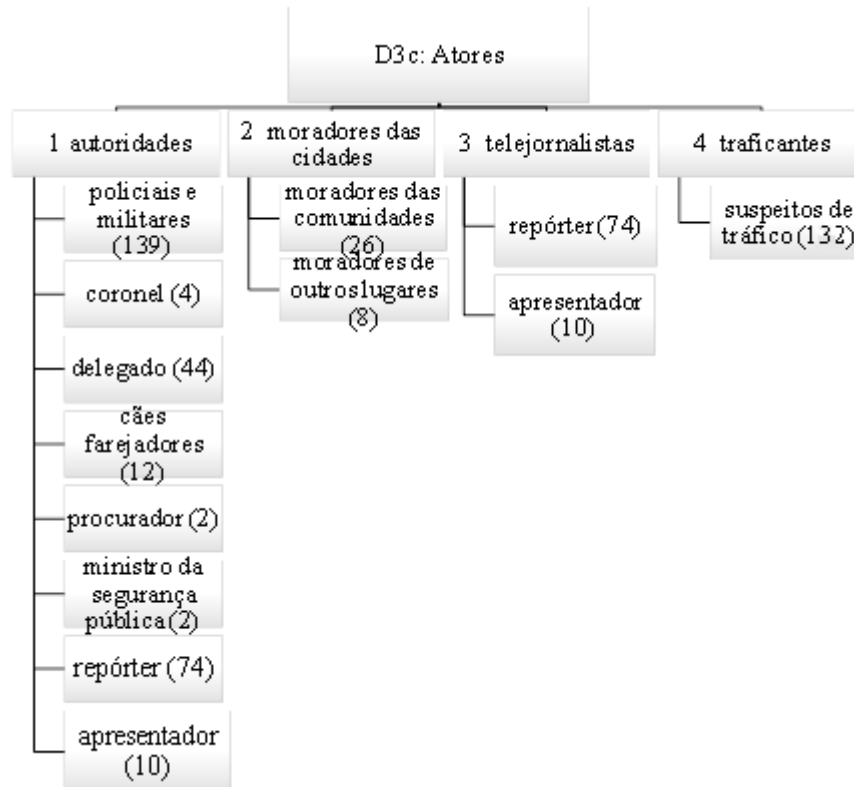
Quanto às imagens da escola, da praça e do campo de futebol, estas aparecem na programação do telejornalismo policial enquanto contexto para a ideia de “corruptibilidade” e “letalidade” atribuída ao tráfico. Segundo os telejornalistas, no campo de futebol, os traficantes se infiltrariam em meio à população da favela para disfarçar suas atividades de comércio ilegal. Assim como na praça, onde o uso e comércio de drogas pela juventude acontece à luz do dia, sem se deixar inibir pelas rondas frequentes de viaturas policiais ou pela população que utiliza o local para outras formas de lazer. Ao passo que a escola é retratada como um espaço de vulnerabilidade às trocas de tiros entre traficantes. De modo geral, estes espaços são apresentados como “incautos” e sujeitos à subversão pelo tráfico. Esta não é, contudo, uma realidade homogênea, uma vez que códigos de conduta e valores são construídos também pelos traficantes varejistas, compartilhados entre outros moradores das favelas, sobre a dinâmica de circulação de drogas nos espaços considerados relevantes comunitariamente (MATOS JÚNIOR; SANTIAGO NETO, 2021). Como mostraram Clodomir Matos Júnior e João Santiago Neto (2021, p. 35), tais códigos ou disposições podem proibir e limitar, por exemplo, o consumo das drogas compradas pelos usuários em “espaços onde funcionam equipamentos de relevância comunitária e onde circulam muitas pessoas, tais como praças públicas, pontos de ônibus, escolas, postos de saúde e templos religiosos”, e nos quais há maior presença de crianças e idosos.

Ao mesmo tempo em que as imagens espaciais das cenas analisadas acentuam o perigo relativo ao tráfico, elas concretizam também a segurança, nas delegacias, no ministério

público, no hospital e nos escritórios de autoridades como procuradores e o ministro da justiça. Os traficantes são investigados e presos nas delegacias, processados pelo ministério público, e as consequências de algumas de suas ações, como tiros ou ferimentos em terceiros, são dirimidas no hospital.

Por sua vez, de acordo com o organograma citado abaixo, os atores visibilizados na narrativa criminal dos telejornais enquanto ícones da segurança são as autoridades como os policiais, soldados e coronéis do exército, delegados, procuradores, ministro da segurança pública e os cães farejadores, ou mesmo os repórteres e apresentadores “vigilantes”, enquanto os suspeitos de tráfico concretizam a insegurança, também expressa na imagem de moradores das favelas e de outros lugares das cidades, “assustados” com a violência. A preponderância de agentes de segurança nas cenas analisadas transmite uma imagem ativa da polícia no “combate” ao tráfico de drogas, consequência do próprio foco dos telejornais sobre as operações policiais. A propaganda da imagem das polícias concorre para a impressão de um caráter também “policial” ao grupo de telejornalistas.

Quadro 04 – Atores



Fonte: elaboração própria.

Uma vez que os telejornalistas policiais se prestam, principalmente, ao noticiamento de fatos criminais, e a polícia é a principal encarregada de investigá-los, a relação entre os grupos é de parceria. Esta se verifica na presença dos jornalistas nas delegacias, nas notícias conseguidas em primeira mão através de fontes policiais e no acompanhamento e transmissão “ao vivo” das ações policiais, em alguns casos, planejadas para acontecer em sincronia com a exibição do programa (GOMES, 2004). No mesmo sentido, ao realizar uma pesquisa etnográfica em um telejornal policial, Fábio Ribeiro (2017) observou que agentes de segurança posicionados no comando do baixo escalão da polícia apreciam a abordagem dos telejornalistas e a consideram valorizadora de seu trabalho, desenvolvendo cumplicidade com a equipe e por vezes, relações pessoais de amizade. Com frequência, o autor observou policiais militares dirigirem-se à Redação do programa com o intuito de prestar depoimentos, relatar o andamento de casos e sugerir notícias, “de modo a afinarem juntamente à editoria a melhor maneira de abordar determinado fato noticioso envolvendo algum policial” (RIBEIRO, 2017, p. 90). Segundo Ribeiro (2017, p. 89), a cumplicidade do telejornalismo com as suas fontes na polícia conduz a uma “incorporação do ponto de vista policial pelos telejornalistas”.

Por esse lado, como observa Halbwachs ([1950] 1990), as relações mantidas por um grupo com outros grupos ressoa sobre o conteúdo de sua memória coletiva. Assim como a importância atribuída a um grupo pode torna-lo um quadro referencial de suas recordações. O que se verifica não apenas no interior de uma memória coletiva, quando o grupo se torna ele próprio um quadro de referência para seus membros, mas também quando um grupo relacionado a ele se constitui em um marco no qual seus membros ou outros grupos podem se ancorar para recordar e representar. Nesse sentido, além de acompanharem as operações policiais desde a saída da delegacia, escoltados dentro das viaturas, os jornalistas tornam os agentes de segurança a fonte principal de suas notícias, priorizando os seus depoimentos, super-exibindo a sua atuação, enaltecendo os seus feitos ou dissimulando-os mediante a edição de notícias que forjam um “saldo positivo” para as operações de cumprimento de mandados de prisão e apreensões de drogas mediante, por exemplo, a edição das reportagens com imagens “exitosas” de operações anteriores. Recebendo sua contraparte, os jornalistas preenchem a pauta de sua programação com imagens em “primeira mão”, se auxiliam do vocabulário e das impressões dos agentes de segurança para se familiarizarem com as situações criminais e dão sentido ao caráter policial de seu telejornalismo. Desta feita, para os telejornalistas, defender a imagem policial é advogar em defesa da sua própria imagem

grupais, salvaguardar uma visão positiva e as especificidades de seu grupo, o que desvela a função identitária (ABRIC, 2001) de suas representações.

As relações de parceria com a polícia (DANTAS, 2020; RIBEIRO, 2017) e a própria interação no cotidiano profissional com este grupo aproximam os telejornalistas do pensamento policial, quando passam a se orientar a partir de noções e práticas peculiares à atuação das polícias. Temos em vista a “suspeição policial”, uma postura constante, construída no trabalho das polícias e encorajada pela sua formação profissional (MUNIZ, 1999). Analisando a rotina de policiais militares da *blue line*, uma divisão que atua nas ruas, Muniz (1999) observa como o trabalho policial desenvolve nesses atores um olhar suspeito que afeta a sua interação com o mundo, com os atores externos, interferindo ainda na sociabilidade interna do grupo, no estabelecimento de “vínculos de companheirismo e amizade” entre seus pares. De acordo com a autora: “como uma das variáveis estruturantes da subjetividade policial, a suspeita não se restringe ao âmbito do trabalho de polícia propagando-se por todas as esferas de convívio social” (MUNIZ, 1999, p. 215). A suspeição aparece para os policiais enquanto um “mecanismo de sobrevivência”, um “faro fino”, “um produto da necessidade de manter um olhar cuidadoso e atento a qualquer signo da desordem, a qualquer vestígio de problemas, de risco potencial ou de agressões fortuitas” (MUNIZ, 1999, p. 215). Na formação policial, nos manuais, eles podem encontrar guias de identificação da suspeita, de localização das “pessoas que estiveram ou estão fazendo ‘coisas erradas’ e, até mesmo aquelas que, no futuro, poderiam se encontrar ‘fora do seu devido lugar’” (MUNIZ, 1999, p. 216).

A fim de se anteciparem à conduta “desordeira” ou “criminosa”, os policiais constroem mapas da sociedade, nos quais “os clássicos indicadores sociológicos, tais como sexo, idade, raça, origem social e nível de renda, assim como os comportamentos e estilos de vida” funcionam como coordenadas – são colocados “a serviço de uma ‘sociologia policial’ voltada a elaboração de tipos sociais” (MUNIZ, 1999, p. 218). Conforme Muniz (1999, p. 218), esta “sociologia policial” é instrumental, pois “os tipos e estereótipos dela resultantes originam procedimentos e formas concretas de atuação no varejo das interações cotidianas com os cidadãos”. É também uma função instrumental que a suspeição policial cumpre no pensamento dos telejornalistas, orientando o grupo a desconfiar das situações criminais, dos moradores das favelas, das ruas, das habitações. Mesmo a janela de uma residência pode ensejar a suspeita. Como pergunta uma repórter a um policial: “– No caso de barracos assim, onde tem uma pequena abertura, como essa janela, os de lá que a gente viu, uma pequena abertura, chama a atenção? Pode ser um local suspeito de tráfico de drogas? De retirada da

droga?”. Ou ainda, quando questiona outro repórter a um agente da polícia: “– É dinheiro do tráfico né?... E esse caderno pode ser a contabilidade do tráfico?!”. Ou porque o suspeito “correu” ao avistar a polícia, ou simplesmente, porque chorou quando foi preso: “– Tenente, a gente viu que os rapazes ali quando a gente se aproximou e a gente apontou a câmera, ele começou a chorar, quer dizer, eles realmente agem desse jeito e depois acabam falando que já foi preso por tráfico?”. Servindo de filtro às suas impressões, os telejornalistas se auxiliam do olhar policial, incorporando a suspeição ao seu próprio quadro grupal. Nesse sentido, considerou Halbwachs ([1950] 1990, p. 46) que a relação permanente de um grupo com outro pode fazer emergir recordações comuns a ambos os “quadros de pensamento” – recordações entrecruzadas a dois ou mais quadros de referência, nas quais situamo-nos do ponto de vista de dois ou mais grupos.

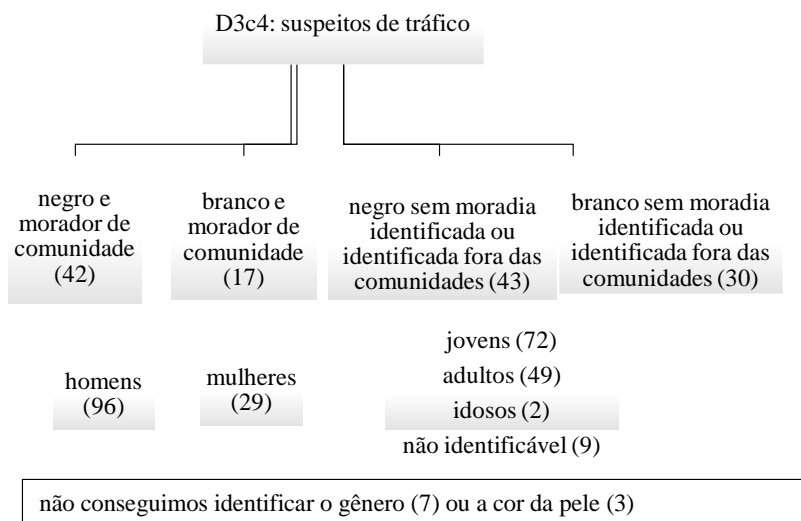
De acordo com Muniz (1999, p. 249), “a matéria prima da cultura policial para a definição dos fatores de suspeição e risco é a grade valorativa que estrutura o senso comum”, isto é, “a distribuição heterogênea e, em boa medida, desigual da estima, do crédito, do respeito sociais conferidos aos indivíduos e grupos, no interior da sociedade” (MUNIZ, 1999, p. 249). Assim, “os PMs acreditam, [...], que estariam sendo negligentes, e ineficazes no exercício do seu trabalho se não suspeitassem das ‘classes perigosas’ e se, diante delas, não esboçassem alguma reação” (MUNIZ, 1999, p. 249). Lançando mão do expediente da suspeição, os telejornalistas perscrutam também os grupos considerados “classes perigosas”¹¹, como a juventude negra e moradora das favelas, colocados sob a mira preferencial do rótulo de “suspeito” (COIMBRA, 2001; DANTAS, 2020). Por essa ótica, podemos notar como a suspeição orienta as práticas dos telejornalistas policiais em sua atividade profissional, na classificação de personagens e signos denotadores que se tornam passíveis de serem vistos ou

¹¹ Como observa Sidney Chalhoub (2004), a categoria “classes perigosas” emerge no país em meio a um debate parlamentar travado em maio de 1888, nos meses seguintes à abolição, enquanto uma noção presumivelmente capaz de condensar em um só título a pobreza – principalmente composta pela população negra. Na ocasião, procurava-se discutir uma lei repressora da vadiagem, tendo por motivo a preocupação, justamente, com os meios de “garantir a organização do mundo do trabalho sem o recurso às políticas de domínio características do cativo” (CHALLOUB, 2004). Uma teoria ou uma “abstração”, como nomeia Chalhoub (2004), foi formulada pelos parlamentares a partir do encadeamento de uma série de observações tomadas como premissas válidas: sendo bom cidadão há o gosto pelo trabalho, havendo esse gosto há poupança de seus ganhos, havendo acúmulo não há pobreza. A concatenação inversa era tomada como igualmente plausível e se tratava do principal quesito da discussão: quem não acumula pelo trabalho não gosta de trabalhar, quem não gosta do labor é um mau trabalhador, ser ocioso é o pior dos vícios, então, a pobreza carente de poupanças porque ociosa e ausente da “mais essencial” virtude (o trabalho) é abundante de vícios. Ao teorizar sobre essas classes, “as palavras ‘pobres’ e ‘viciosas’ significam a mesma coisa para os parlamentares”, de modo que correspondendo a viciosidade a uma propensão aos maus feitos, ali estavam as temíveis “classes perigosas” (CHALHOUB, 2004, p. 22). Conforme ressalta Chalhoub (2004, p. 23) “o contexto histórico em que se deu a adoção do conceito de classes perigosas no Brasil fez com que, desde o início, os negros se tornassem os suspeitos preferenciais”.

percebidos. Assim o suspeito que chora pode estar dissimulando suas emoções ou intenções, aquele que foge demonstra estar “comprometido”, e sendo pertencente aos grupos preferencialmente perseguidos pelas polícias devem ser vistos com desconfiança. Na suspeita, em suma, recorre-se à inferência e a “economia de informação”, apresentados por Moscovici (1961 [2012]) como característicos do pensamento de senso comum.

Por fim, o organograma abaixo informa a frequência de aparição nas cenas registradas de um certo perfil dos suspeitos de tráfico, a partir de características socioeconômicas inferidas por meio da observação visual:

Quadro 05 – Caracterização dos “suspeitos” de tráfico



As imagens dos suspeitos de tráfico no telejornal ajudam a sedimentar na memória da sociedade a figura do traficante como sendo jovem, negro e morador das favelas (FERRUGEM, 2020; DANTAS, 2022; SILVA; JÚNIOR; TANNUSS, 2023; BATISTA, 2003), racializando e atribuindo um gênero a uma conduta cuja assunção requer apenas a atividade de comercializar drogas consideradas ilícitas. Isto porque o tráfico, enquanto uma posição que pode ser assumida por qualquer pessoa, é uma abstração, um lugar no comércio ilícito (SANTIAGO, 2004) e uma tipificação penal, na qual para que alguém incorra basta portar drogas com a intenção, o dolo, de comercializá-las (BRASIL, 2006). De uma posição abstrata, o tráfico é personificado pelos telejornalistas na objetivação de uma imagem para o traficante, previsível e adequável a qualquer indivíduo que possua as características socioeconômicas nela enquadradas. A objetivação permite que algo abstrato seja transformado “em algo quase concreto”, quando “um ente imaginário começa a assumir a

realidade de algo visto, algo tangível”, conseqüentemente controlável (MOSCOVICI, 2000 [2020], p. 61).

A objetivação de uma imagem típica para o traficante de drogas se ancora no racismo pulsante na memória social do país, cujo caráter estrutural (ALMEIDA, 2019; BONILLA-SILVA, et al 2019) ou paraestrutural (SODRÉ, 2023) facilita o compartilhamento de uma desigualdade racial, materializada em práticas e comportamentos de violência, de desvantagem e domínio, manifestos em diferentes âmbitos da vida em sociedade. Apesar de, nessa seção, nossas análises recobrirem manifestações do racismo por um grupo em particular – o telejornalismo policial – não ignoramos o caráter global que o fenômeno assume, ou a totalidade que alcança na sociedade brasileira (ALMEIDA, 2019; SODRÉ, 2023). Ao contrário, podemos considerar que a imagem racializada do traficante de drogas compartilhada pelo telejornalismo é colhida na experiência de vida em uma sociedade racista, da qual esses profissionais participam.

O racismo não corresponde a um fenômeno meramente “ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados”, tampouco consiste em uma patologia ou uma irracionalidade passível de ser combatida e resolvida na esfera jurídica civil ou penal (ALMEIDA, 2019, p. 25). Na medida em que as instituições (econômicas, jurídicas, políticas, familiares etc.) são hegemônicas por grupos raciais que institucionalizam seus interesses políticos e econômicos sob a forma de regras, padrões estéticos e de conduta e “modos de racionalidade”, impondo-os à sociedade a fim de naturalizar seu domínio, o racismo pode ser considerado um fenômeno institucional, mas que não se esgota nessa dimensão (ALMEIDA, 2019, p. 27). Segundo Sílvia de Almeida (2019, p. 31), a atuação das instituições é “condicionada a uma estrutura social previamente existente”, de modo que o racismo expresso por uma instituição participa de tal estrutura, isto é, as instituições não criam o racismo, o reproduzem, materializando uma estrutura composta organicamente pelo racismo, ou em outras palavras, “as instituições são racistas porque a sociedade é racista”. Dessa perspectiva, os sujeitos racializados integram ativamente um sistema que possibilita suas ações racistas, sendo por eles recriado constantemente, mas o racismo transcende as ações individuais desses sujeitos e não depende de suas intenções para vir à tona. Conforme sustenta Almeida (2018, p. 34), enquanto “processo histórico e político”, o racismo “cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática”, oferecendo a lógica, o sentido e a tecnologia a partir dos quais a desigualdade racial se efetiva.

No mesmo sentido das discussões sobre a base estrutural do racismo, Eduardo Bonilla-Silva et al (2023, p. 267), propõem o conceito de “sistemas sociais racializados” para se referir às sociedades, como a brasileira, “nas quais os níveis econômicos, políticos, sociais e ideológicos são parcialmente estruturados pela colocação dos atores em categorias raciais ou raças”, produzindo hierarquias que estabelecem relações de superioridade e inferioridade entre tais categorias. Parcialmente, porque os sistemas sociais articulam a raça à outros padrões hierárquicos, como a classe social ou o gênero (BONILLA-SILVA et al, 2023). Assim, ao invés de corresponder à ideias flutuantes, à “uma característica” de indivíduos “preconceituosos”, ou a um “pensamento incorreto”, o racismo consiste na “totalidade” das “relações e práticas sociais racializadas” que, por sua vez, “constitui a estrutura racial de uma sociedade” (BONILLA-SILVA et al, 2023).

De outro lado, argumenta Muniz Sodré (2023, p. 29), que a rigor, a concepção estrutural ou sistêmica do racismo condiz com a sociedade escravista que antecedeu à abolição, na qual o racismo estava visível em uma “tecnologia de poder” conformada pela “estigmatização/discriminação/segregação” declarada por um arcabouço normativo colonial, e não somente no plano ideológico discursivo e doutrinário. Na transição para a modernidade demandada pelo capitalismo industrial, a escravidão foi abolida sem que tal arcabouço colonial fosse abolido “cultural ou simbolicamente” (SODRÉ, 2023, p. 29). Entretanto, a racialização que sucedeu à abolição consistiu em uma “estratégia endocolonial de construção de fronteiras sociais internas, ideologicamente respaldada por saberes pseudocientíficos sobre a inferioridade antropológica do negro”, como também por interesses econômicos tais quais a desvalorização salarial da força de trabalho dos negros libertos (SODRÉ, 2023, p. 29). Desse modo, embora o racismo superveniente à abolição desse continuidade a “uma estratégia de hierarquização social”, se pautava sob novas regras, o que para Sodré (2023), torna impreciso o deslocamento teórico da “mesma lógica explicativa da sociedade escravista” – a estrutural social (colonial) – para a explicar o racismo contemporâneo.

De acordo com o autor, sistema ou estrutura são compreendidas tradicionalmente enquanto “solidariedade dos elementos de um conjunto, assim como derivação funcional de cada um deles, por sua vez articulados a uma totalidade” ou “organização”, de modo que “estrutura” ou “sistema” social consistiriam na articulação deliberada e racional entre Estado e economia, na organização estável e coerente “de relações econômicas, políticas e intersubjetivas em termos societários”, que determina – cristalizando-se em legislações e convenções políticas - as inter-relações entre “as posições de deveres e direitos ocupadas pelos indivíduos no interior da sociedade” (SODRÉ, 2023, p. 30). Por essa ótica, para Sodré

(2023) o racismo não é satisfatoriamente compreendido enquanto estrutura; ele é antes, a própria razão de existência de tal estrutura. Como argumenta o autor, “um efeito estrutural não é exatamente estrutura, mas elemento de uma forma, que eventualmente pode revelar-se estruturante”, e no interior da qual “operam processos de subjetivação”, “modos regulatórios” “da formação de um ‘comum social’”, institucionais e “não necessariamente deliberados” (SODRÉ, 2023, p. 30). O racismo que sucedeu à abolição seria, pois, uma “forma social escravista”, um processo no qual elementos discriminatórios interagem dinamicamente com base em um “imaginário da raça”, mas que apesar de sistemático e recorrente, não dispõe da “legitimidade outorgada pela unidade de um sistema ou estrutura” “econômica, política e jurídica”, como aquela vigente em uma sociedade formalmente escravista (SODRÉ, 2023, p. 32).

Não é que no racismo brasileiro inexista algo de estruturante, pois o próprio “sentido da forma” medeia instituições e subjetividades largamente em nossa sociedade, mas essa dimensão estruturante é mais forte na esfera privada, dado que na esfera pública, embora incidam sistematicamente práticas discriminatórias, tal incidência não conta com uma estrutura formalizada (SODRÉ, 2023, p. 32). O que significa dizer que os mecanismos discriminatórios não dependem de uma estrutura para funcionar, mas de algo “‘arraigado’ no sentimento racista” (SODRÉ, 2023, p. 33). Como propõe Sodré (2023, p. 33), uma paraestrutura descreve melhor o fenômeno, significando um processo que corre “‘ao lado’ de um sistema identificável”, algo “fora da estrutura jurídico-política, mas dentro das vontades e das práticas”, a depender da margem institucional ou da oportunidade social. Se pensarmos a “estrutura” enquanto um jogo que continua independentemente da mudança das peças, veríamos o racismo p s-aboli o como um jogo (estrutura) que mudou a despeito de suas peças ficarem “imersas no imaginário escravista” (SODRÉ, 2023, p. 33). O racismo brasileiro contemporâneo prossegue no seio de “um efeito permanente da antiga estrutura escravista: uma verdadeira forma social autonomizada como herança autoritária de práticas patrimoniais das classes dirigentes”, persistindo como efeito (“econômico, societário e institucional”) da sociedade excludente, através de práticas intersubjetivas desenvolvidas durante a escravidão, abolida no plano jurídico e político (SODRÉ, 2023, p. 37).

Uma característica do racismo brasileiro é a de ser epidérmico, assentado sobre a aparência dos sujeitos, da cor de sua pele às roupas que vestem, obedecendo, portanto, a “quadros de referência instituídos”,   “marcadores semióticos que concorrem para a defini o de cor e status” (SODRÉ, 2023, p. 40). A “aten o ao aspecto físico” cobrada pelo racismo se automatiza sistematicamente no cotidiano, nos “funcionamentos institucionais” e nas

“relações intersubjetivas” (SODRÉ, 2023, p. 40). Como veremos na análise que segue a essa subseção, a aparência emerge como um componente fundamental da imagem racializada do traficante de drogas compartilhada pelo telejornalismo policial.

O racismo se relaciona à uma “sensibilidade difusa”, presente na consciência dos discriminadores e discriminados, mediante a reprodução ativa ou a aceitação inercial (SODRÉ, 2023). Ao invés de um “conhecimento *stricto sensu*”, ou uma “percepção intelectualizada”, o racismo reflete um “sentimento”, uma “intuição de base”, um “sensorio global”, “uma espécie de síntese afetiva da diversidade cultural que informa os esquemas existenciais, ordenadores da experiência comum” (SODRÉ, 2023, p. 45). Como explica Sodré (2023, p. 45, grifo do autor):

Especificamente sobre o racismo, uma movimentação sensível, humanamente negativa ou retrópica ressoa hoje em representações sociais (ideias, imagens, discursos, atitudes) anacrônicas, mas nada que se identifique com um sistema coerente – embora se possa vislumbrar uma coerência convergente quanto aos alvos da rejeição –, seja uma ideologia, uma religião ou pessoas de aparência socialmente desvalorizada. Em outras palavras, não predomina um discurso conceitualmente racista, entendido como unidade complexa de palavras e ações constitutiva do social, e sim uma zona fronteira da discursividade; que melhor se define como um *sentimento de existência* isolado e fechado em si mesmo, como algo aquém de qualquer expressão conceitual ou de articulação lógica – um ponto de existência, um ponto de vida – ou seja, como a resultante automática de reações emocionais enraizadas.

A compreensão do racismo como um “sentimento de existência” aponta para uma relação do fenômeno com a memória, como a persistência interior da existência exterior, enraizada em um passado tornado presente a qualquer tempo. Nesse sentido, apesar de “inconfessável” ou “inominável”, o sentimento racista está ligado à circunstâncias sócio-históricas, como “a existência de uma memória coletiva escravista, necessária à manutenção de uma hierarquia nas interações sociais”, e se vitaliza no interior das retropias, isto é, das “idealizações ativas de um passado morto, mas confortável a um imaginário regressivo”) (SODRÉ, 2023, p. 45). Conforme aduzimos até aqui, o racismo está presente nas sensibilidades, pensamentos e práticas individuais e grupais, mas ultrapassa e antecede tais manifestações, ou melhor dizendo, as possibilita. Contudo, acreditamos que o estudo de manifestações racistas por coletividades e agrupamentos específicos não diminui a importância da interpretação do caráter total atribuído ao fenômeno, ao contrário, ajuda a compreender aquilo que de particular emerge nessas manifestações, seja nos conteúdos que mobilizam ou nas intenções e objetivos que as movem. Embora não nos lancemos à uma

análise teórica do racismo propriamente dito, reconhecemos a latência do fenômeno nos fatos empíricos sobre os quais nos debruçamos.

2.3.2 Relativização da suspeita

No Brasil, o ordenamento jurídico presume inocente o indivíduo que, respondendo judicialmente a um crime, não teve a sua sentença penal condenatória transitada em julgado, isto é, quando ele ainda pode recorrer da decisão ou quando esta não foi ainda confirmada em um tribunal de segunda instância. Nos telejornais, ao contrário, a presunção de inocência é conferida arbitrariamente aos indivíduos apresentados como “envolvidos” com o tráfico de drogas. Aqueles que se adequam à imagem típica de traficante compartilhada pelo grupo (negro, morador das favelas, preferencialmente homem e jovem) são desde logo enquadrados nessa categoria. Eles não deixam de ser referidos como “suspeitos” ou “acusados”, mas sobre essa qualificação costuma ser acrescentado o rótulo de “bandido”, “criminoso” ou “traficante”. Notemos abaixo um exemplo:

(BU) Garra e Baep fazem operações contra tráfico de drogas – 0:00 à 0:53 min

Manchete: LUTA CONTRA O TRÁFICO – GARRA e BAEP faz operações de combate a traficantes

Durante uma manhã chuvosa, duas viaturas da polícia percorrem uma rua movimentada, filmadas do carro que segue atrás delas. Policiais abrem a porta de uma casa e adentram a residência, apontam uma lanterna para um homem negro, o morador da casa, e começam a revista-lo.

Um policial revista o armário da cozinha.

O suspeito é detido no fundo da viatura. Policial percorre a rua da comunidade segurando pelo braço um homem negro algemado. Policiais conversando em frente às viaturas estacionadas em uma rua da comunidade. É exibida a fotografia da apreensão de drogas “endoladas” e balanças de precisão, e em seguida, a fotografia de um carro.

Repórter: - Ainda era noite quando policiais da delegacia de investigações sobre entorpecentes. A DISE de Osasco na grande São Paulo saíram para cumprir mandados de busca e apreensão. Aqui o acusado acordou a mulher para se entregar.

Policial: - Bora, mandado de busca e apreensão pra sua casa aí. [conversa ininteligível]

Suspeito: - [conversa ininteligível].

Repórter: - E depois permitiu uma revista na casa atrás de armas e entorpecentes, mas nada foi encontrado. Ele foi levado à delegacia sob suspeita de tráfico de drogas. Na sequência da operação um outro acusado foi detido em casa. Ele também foi levado à DISE. Ao todo quatro criminosos foram presos e um menor apreendido.

Os policiais civis também apreenderam drogas e um carro.

Na cena acima, dois homens negros são filmados sendo “presos” pela polícia. Na residência de um deles sequer são encontradas drogas, o que não impede a prisão sob

“suspeita” de tráfico. Embora os homens abordados sejam, a princípio, chamados de “acusados”, eles são em seguida incluídos entre o saldo de “criminosos” presos durante a operação, confirmando, sem julgamento ou processo legal, a suspeição depositada sobre eles. Vejamos outro exemplo:

(BU) Guarujá: Traficantes são presos em operação da Rota – 0:00 à 0:33min
Manchete: COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – Traficantes de drogas são presos em operação da ROTA

No interior de uma residência, um homem negro, sentado no chão, descalço e sem camisa. Em seu entorno é possível ver as botas de um policial, de pé às suas costas. Ele abre a sua mochila e retira uma sacola na qual conteria drogas(maconha).

Repórter: - Este traficante não conseguiu escapar dos homens da rota, a tropa de elite da polícia militar paulista. O criminoso abre a mochila e lá estão 6 quilos de maconha.

Policial 1:- Isso tá pronto pra venda? É? Tá pronto pra venda? Quanto é que você vende aí?

Policial 2: - Vale quanto isso aí?

Suspeito: - R\$ 1.800.

Policial: - R\$ 1.800?

Repórter: Paulo César Bispo dos Santos foi o primeiro a ser preso no morro do macaco, no Guarujá, litoral de São Paulo. Mas não foi o único não.

No caso destacado acima, a imputação do tráfico acontece sem qualquer ponderação, na medida em que o suspeito é chamado de “traficante” e depois de “criminoso”, talvez em razão de terem sido encontradas drogas consigo. Todavia, o flagrante de posse de drogas é apenas uma das etapas da incriminação na qual é lavrado o auto de prisão que servirá à instauração de um inquérito. Ademais, para o grupo, a evidência de porte de drogas não parece ser um critério incontornável, pois como vimos na cena destacada anteriormente, na ausência de drogas o suspeito é ainda assim tido como “criminoso”, e como veremos nos casos que seguiremos expondo, a apreensão de drogas quando desacompanhada de outros marcadores como a cor da pele e a classe social permite a relativização da suspeita.

Se ao olharem os jovens negros das favelas apresentados pela polícia como associados ao tráfico, os telejornalistas vêem neles “traficantes de drogas”, é porque compartilham em sua memória uma imagem prévia do traficante, com a qual todo indivíduo ou situação pode ser comparada. Tal imagem “típica” serve de parâmetro à familiarização pelo grupo com as situações criminais envolvendo o comércio de drogas ilícitas. Nesse sentido, a imagem prévia

construída sobre o tráfico permite também a relativização do rótulo de traficante, quando os termos “suspeito” ou “acusado” funcionam enquanto diferenciador social para qualificar indivíduos com uma aparência socialmente valorizada (empresários, políticos, celebridades etc), também apresentados pelos telejornalistas como associados ao tráfico, entretanto, apenas “suspeitos” ou “vítimas” de tais acusações, cuja qualificação como traficantes é colocada em dúvida, depende de provas ou esclarecimentos. As cenas destacadas abaixo exemplificam essa relativização:

(BU) RJ: Presidente da Câmara de Japeri é preso – 0:00 à 1:14 min

Manchete: ASSOCIAÇÃO COM O TRÁFICO – Prefeito e presidente da câmara de Japeri seguem presos

Durante o dia, uma viatura da polícia civil atravessa uma rua, quando a câmera focaliza um homem branco no interior do veículo, escondendo o rosto. É exibido um cartaz de procurado com a foto de um homem branco vestindo terno e gravata. Imagem do centro de audiência de custódia do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, em frente ao qual podem ser vistas pessoas e veículos. Cinco homens brancos e uma mulher branca reunidos em uma mesa, sentados diante de uma audiência; atrás deles podem ser vistos slogans da polícia civil por toda a parede e um banner com slogans da GAECO. Fotografia do homem branco que aparecia no cartaz de procurado, desta vez segurando um microfone e gesticulando. Um homem branco e uma mulher branca entram em um prédio. Um homem negro, com as mãos para trás, aparece acompanhado de agentes da polícia no interior de uma repartição pública. Um homem branco algemado é conduzido pelo braço por um policial no mesmo edifício. Atrás deles, outro homem é conduzido por um policial, cobrindo o rosto com uma camiseta, enquanto repórteres filmam a cena. Um homem branco (o prefeito) é conduzido por dois policiais no interior de um prédio. É exibida a fotografia de um homem negro detido no interior de uma viatura. Novamente, a câmera focaliza a fachada do TJ-RJ. É exibida a imagem de uma arma, munições, 3 celulares e maços de cédulas de R\$ 100 e R\$ 50, dispostos sobre uma mesa. Dois estojos com brasões e 4 maços de dinheiro sobre uma mesa.

Repórter: - Foram 03 dias considerado como foragido da justiça.

Até um cartaz do disk denúncia foi expedido buscando informações que levassem até Wesley Gomes da Silva. Ele é acusado de se associar ao tráfico de drogas local.

O grupo de atuação especial de combate ao crime organizado do Ministério Público e a polícia civil descobriram que Wesley, o prefeito de Japeri Carlos Moraes e o vereador Cláudio José da Silva, que também já estão presos, colocaram os cargos públicos à disposição de uma facção criminosa que atua em diversas comunidades da região.

Escutas telefônicas chegaram a flagrar o prefeito ao telefone com um dos traficantes mais procurados da baixada fluminense Breno da Silva de Sousa, preso no último dia 20. A força tarefa afirma que os políticos repassavam informações privilegiadas de operações policiais aos traficantes e montavam esquemas para facilitar a venda de drogas. Até fraudes em licitações teriam sido feitas para favorecer a organização criminosa, mas os indícios de problemas nos contratos do município ainda estão sendo investigados.

(CA) Prefeito de Japeri (RJ) é preso suspeito de envolvimento com tráfico de drogas – 6:12 à 6:21 min
Manchete: TRÁFICO: prefeito preso xinga a repórter

Durante o dia, um homem branco sai de uma viatura na companhia de uma mulher, conduzido por dois policiais. O grupo sobe a escada de acesso à delegacia, quando o homem é abordado por um grupo de repórteres.

Repórter: - Formado em direito e ex-integrante do Conselho da Ordem da OAB, o prefeito ainda terá muito o que explicar para a polícia.

Nos casos citados, um prefeito e um presidente da câmara de vereadores são acusados de envolvimento com o tráfico de drogas. Apesar da acusação, a confirmação de suas participações em atividades do tráfico é mantida em suspenso. Embora seja dito que eles “colocaram os cargos públicos à disposição de uma facção criminosa”, novas informações acrescentam uma ressalva implícita à acusação, a de que “fraudes em licitações teriam sido feitas”. Ao serem apresentadas no futuro do pretérito “teriam”, as fraudes são cobertas por incerteza, o que é adequado para se referir a uma situação ainda sob investigação. Os políticos não saem da posição de “acusados” para ocupar o lugar de “bandidos”, “criminosos” ou “traficantes”. Em regra, quando um suspeito é preso, flagrado ou investigado, os telejornais partem da certeza da incriminação, estimando a pena de prisão que receberão. De outro lado, a estimativa que pesa sobre o prefeito é a de “ter muito o que explicar para a polícia”.

Outro caso, referente à apreensão de drogas na produtora pertencente a um cantor de *funk*, também exemplifica nosso argumento. De acordo com os telejornais, as drogas foram encontradas durante uma busca da polícia no local com o objetivo de investigar um “esquema de pirâmide” para venda de veículos, que apontava a participação de membros da produtora. O cantor e seus familiares não compareceram à delegacia para cumprir uma intimação porque na ocasião viajaram para fora do país. Os telejornais apresentam as conjeturas a respeito da viagem ter sido “oportuna”, bem como as conclusões do delegado encarregado do caso. Em entrevista o delegado partilhou, enfaticamente, das suspeitas quanto à viagem e afirmou haver indícios e uma testemunha das acusações sobre o “esquema”. Todavia, diferente das outras situações de associação com o tráfico exibidas nos telejornais, nesta o suspeito é convidado pelo programa a se manifestar ao vivo sobre as “acusações”:

(CA) “O escritório não nos pertence mais”, afirma Mc Gui após polícia encontrar drogas no local – 0:00 à 1:17 min

Manchete: MC GUI: CANTOR FALA DE DROGAS NO ESCRITÓRIO

No estúdio do programa, cujo fundo é decorado com uma imagem de uma cidade (onde podem ser vistos diversos edifícios) o apresentador fala para a câmera segurando um caderno, ao lado de um televisor onde pode ser vista a foto de um homem branco jovem sorrindo (o cantor).

Apresentador: - O nosso tema são essas acusações. Ô Gui, você tá me ouvindo?

Cantor: - Sim, Bacci.

Apresentador: - Você é um menino que tem muito a cabeça no lugar, por isso que eu faço questão de te dar espaço. Porque como aconteceu com outros MCs, eu não preciso citar o nome, mas você sabe, MCs que foram acusados. Porque vocês são muito populares aqui no Brasil. Vocês sabem o quanto o povo brasileiro ama funk, o quanto de seguidor você tem. Inclusive, você fazia o quadro “um dia de princesa”, que é fantástico esse quadro, você tem um engajamento grande com o público. É, e primeiro, eu achei legal da tua parte se manifestar. Porque muitos dos funkeiros eu vejo que a primeira coisa quando tem uma polêmica é sumir do mapa, se esconder. E o Gui não, está botando a cara dele aqui no programa pra falar em nome também de toda a família. E quero dizer o seguinte, o delegado Nico é um delegado de respeito, tem já a concepção dele e agora nós vamos, portanto, dar o espaço que o Gui precisa pra se defender. Essas notas que saíram, que pode ser pedida a prisão, o twitter falando que a prisão foi pedida, que eles estão escondidos nos Estados Unidos justamente porque tem medo que a prisão fosse decretada, eles estariam no Brasil. Só pra começar Gui, essa tua viagem aí para os Estados Unidos; foi de última hora ou já estava programada?

(CA) MC Gui nega envolvimento em esquema de lavagem de dinheiro e tráfico de drogas – 0:00 à 0:36 min

Manchete: MC GUI VOLTA AO BRASIL APÓS POLÊMICA

No estúdio do programa, cujo fundo é decorado com uma imagem de uma cidade (onde podem ser vistos diversos edifícios) o apresentador conversa, através de uma vídeo-chamada, com um homem branco jovem, cuja imagem é exibida em um televisor situado ao seu lado.

Apresentador: - O Gui, é um menino que embora seja muito jovem, começou a trabalhar muito cedo, e já viveu muita coisa boa e muita coisa ruim pra idade dele. Ruim, principalmente, na morte do irmão, que foi um baque pra família inteira dele, e agora eu penso ter sido, tanto um baque na vida profissional quanto na vida pessoal dele, ter sofrido acusações, ter especulado que a família dele fugiu do Brasil porque podia ser presa, que ele já tinha mandado de prisão. Eu quero abrir as câmeras do Cidade Alerta pra que você abra o teu coração e conte toda a tua versão, por favor. Boa tarde!

O fato de o cantor ser um homem “branco”, “rico” e “famoso” assegura uma posição defensiva dos telejornais a respeito de sua participação no esquema de pirâmide e no tráfico

de drogas. Sua aparência lhe permite transitar pela suspeita sem que lhe alcance o rótulo de “traficante”. Ele pode manter sua identidade de “cantor”, apenas, ou, mais empaticamente, de um “menino”, “trabalhador”, “direito”, “engajado”, “popular”, “amado”, que sofreu intempéries da vida e “sofre” agora novamente com as “acusações”. A acusação é dissolvida durante a “defesa” empreendida pelo apresentador do programa, tornando-se, em suas palavras, “especulação”. Em suma, a aparência física e social do cantor contrasta com a imagem prévia do traficante, absolvendo-o de ser categorizado como tal. Segundo Moscovici (2000 [2020]), o processo de classificação, implicado na categorização, envolve, geralmente, uma comparação da coisa categorizada a um protótipo representativo da classe na qual tal coisa é alocada. Um protótipo “é uma representação da ‘melhor’ instância de uma categoria”, como pode ser também uma “lista” de características relevantes (FRIXIONE; LIETO, 2013). Por exemplo, categorizamos como “gato” o animal que corresponde ao protótipo de algo que é peludo, quadrúpede, que mia, tem garras etc. De acordo com Moscovici (2000 [2020], p. 64), “se é verdade que nós classificamos e julgamos as pessoas e coisas comparando-os com um protótipo, então nós, inevitavelmente, estamos inclinados a perceber e a selecionar aquelas características que são mais representativas desse protótipo”. Por isso mesmo, o grupo dos telejornalistas tende a confirmar a imagem típica do traficante (o homem jovem, pobre e negro morador das favelas) a partir dos traços que a salientam, como a cor da pele, a condição econômica e territorial e o gênero.

O processo de familiarização pode se realizar mediante a generalização ou a particularização (MOSCOVICI, 2000 [2020]). A generalização reduz as distâncias através da seleção de uma característica que passa a ser usada como uma categoria, tornando-se “co-extensiva a todos os membros dessa categoria” (MOSCOVICI, 2000 [2020], p. 65). Nesse sentido, o grupo de telejornalistas generaliza determinadas características sociais e étnico-raciais e as transforma na categoria “traficante”. Uma margem é aberta para que qualquer indivíduo portador de tais características seja incluído nessa categoria e, nesse passo, visto como um traficante. Na particularização, ao contrário, a distância entre o objeto e a categoria é mantida, o objeto permanece “sob análise, como algo divergente do protótipo”, enquanto “tentamos descobrir que característica, motivação ou atitude o torna distinto” (MOSCOVICI, 2000 [2020], p. 65). Desse lado, quando diante de indivíduos e situações divergentes da imagem prototípica do traficante, os telejornalistas mantêm ainda assim essa imagem como um parâmetro de comparação, a partir do qual podem ser contrastadas e distinguidas as características particulares que os resguardam do protótipo. Conforme pudemos notar, a cor

da pele branca e o *status* social (político, cantor famoso, etc) podem ser incluídos entre as características distintivas encontradas pelo grupo.

Uma mesma característica pode servir ao mesmo tempo à generalização e à particularização, como a característica “juventude”, implícita no perfil dos indivíduos apresentados nos telejornais como traficantes. Embora ela seja compreendida implicitamente na imagem prototípica do tráfico, no avesso dessa imagem ela é problematizada explicitamente, servindo para atestar o contrário. Observemos a flexibilização dessa característica:

(BU) Polícia encontra drogas dentro da produtora de MC Gui – 0:00 à 0:43 e 10:49 à 11:52 min
Manchete: MC GUI - polícia investiga golpe em venda de carros

Durante o dia, em frente a uma residência (a produtora), um policial em frente a uma viatura e de costas para a câmera, um homem de terno preto fala ao celular, enquanto outro homem com o mesmo traje e uma mulher parecem observá-lo. Imagens da cozinha no interior da residência. Pinos de cocaína dispostos sobre uma caixa de papelão. A tela se divide, passando a exibir do lado direito, em close, um homem branco, jovem, de óculos escuros cantando em frente a um microfone. A imagem do lado direito se expande mostrando que o cantor está em um palco, iluminado e decorado com luzes coloridas, tendo no fundo um músico tocando um instrumento. Em frente ao palco podem ser vistas as mãos da plateia erguidas segurando celulares e câmeras. Violinistas tocando.

No estúdio do telejornal, o apresentador conversa com o delegado através de uma chamada de vídeo. Ele se dirige a uma tela no fundo do estúdio, exibindo três imagens simultaneamente. Da esquerda para a direita, a tela exibe o delegado, a produtora e os pinos de cocaína encontrados lá, e o show de MC.

Apresentador: - Você deve conhecer o MC Gui. Pois bem, a polícia do estado de São Paulo, policiais liderados pelo doutor Nico, encontraram pinos de cocaína dentro desta produtora. Veja na sequência aí os pinos, todos jogados em cima de uma caixa de papelão. Aí no canto direito da sua tela o MC Gui, que é um cantor muito novo, muito jovem, e que me chega a suprir a suprir a certeza. Agora, precisa saber, a polícia, é claro, está investigando. Vou saber no papo com o doutor Nico, na sequência, da procedência dessa droga, e confirmar OU NÃO se tem envolvimento direto com Mc Gui. [...]

Apresentador: - Doutor, e pela lógica eu acho difícil ter o envolvimento do MC Gui, né? Porque é um cara que ganha dinheiro pra caramba. Eu já ouvi dizer que ganha rios de dinheiro, tem dinheiro pra caramba. Será que ele, ou algumas pessoas que são próximas a ele teriam coragem de aplicar golpe? Será que isso é possível meu telespectador? Essa é a dúvida que eu estou, viu doutor Nico? Essa é a dúvida que eu tenho. Porque esse menino ganha dinheiro pra caramba. Eu já vi vários programas aí ele mostrando as casas que tem, os veículos que tem, o valor que é de cada show, e show pra ele não falta, porque é um cantor talentoso pra esse segmento, pra esse ramo. Seria possível um parente próximo do Mc Gui ter uma participação direta como essa, em um crime terrível que lesam pessoas que sonham em comprar um carro e de repente se veem ali descapitalizadas, porque caíram em um golpe? O senhor acredita nisso, doutor?

O fato de o cantor ser “muito novo” e “muito jovem” parece ser um atributo relevante para inocentá-lo, afinal, em todas as cenas relativas a esse caso, os telejornalistas destacam a juventude ou a pouca idade do suspeito: “um menino que embora seja muito jovem”, “viveu muita coisa boa e muita coisa ruim pra idade dele” (CA). Outra característica que parece “suprir a certeza” do apresentador quanto a inocência do cantor é o patrimônio material, a riqueza e os bens materiais. Conforme o apresentador afirma: “eu acho difícil ter o envolvimento do MC [nome], né? Porque é um cara que ganha dinheiro pra caramba [...] Eu já vi vários programas aí ele mostrando as casas que tem, os veículos que tem, o valor que é de cada show, e show pra ele não falta”. Por contraste, uma relação de causalidade entre pobreza e criminalidade é estabelecida. O conjunto dessas características ajuda a particularizar o caso e dissipar as suspeitas. Como ilustra a cena supracitada, uma estratégia discursiva desloca, gradualmente, o cantor da posição de suspeito. Nesse sentido, a questão formulada pelo apresentador, qual seja “eu acho difícil ter o envolvimento do MC, né?”, é em seguida enunciada de forma a distanciar ainda mais o cantor do olhar suspeito: “Será que ele, ou algumas pessoas que são próximas a ele teriam coragem de aplicar golpe?”. Ao término, o cantor já foi retirado de cena: “Seria possível um parente próximo do MC ter uma participação direta como essa [...]?”

Quando associada a imagem prototípica do traficante, a característica patrimônio financeiro funciona, de outro lado, para corroborá-la, mostrando que não é suficiente a manifestação de uma característica isolada, ou ainda, que outras características como a “cor da pele” parecem anteceder ou prevalecer na categorização. Por essa ótica, em casos onde homens negros são presos em condomínios de “luxo”, o “luxo” em questão serve somente para sugerir indignação social nos telespectadores:

(BU) Chefe do tráfico carioca é preso na Bahia – 0:17 à 0:37min

Manchete: CHEFE DO TRÁFICO PRESO – Traficante vivia escondido na Bahia e foi descoberto

Durante o dia, repórter fala para a câmera segurando o microfone, em frente à uma delegacia da polícia civil.

É exibida uma fotografia do interior da residência do suspeito, contendo um rack com uma televisão, um computador, um videogame e outros itens.

Repórter: - Crânio foi preso nesta terça-feira, na Bahia. Segundo a polícia ele vivia em um condomínio de luxo, em Imbuí, que fica na região central de Salvador. Ele deve ser transferido para o Rio até a manhã desta quinta-feira.

No apartamento onde estava, televisores, computadores, videogames e fotos de viagens.

(BU) Chefe do tráfico no RJ ostentava vida de luxo – 0:00 à 1:21 min**Manchete: PRESO NO PARAGUAI – chefe do tráfico no RJ ostentava vida de luxo**

No interior de uma residência podem ser vistos policiais, revistando o local e fazendo vigiando dois homens negros algemados sentados em sofás. Uma policial fotografa um dos homens. Policiais armados reunidos do lado de fora da casa. Cédulas de dinheiro sobre uma mesa. Um estojo com relógios. Mini bar com garrafas de bebidas alcólicas. Cartaz de procurado com a foto de um homem negro. Dezenas de armas e munições sobre uma mesa. Munições. Tabletes de drogas.

Novas imagens do interior da casa do suspeito, nas quais ele pode ser visto sendo fotografado pela policial. Uma fotografia do suspeito algemado e sentado no sofá é focalizada.

Repórter: - Escolta reforçada! Este é o chefe do tráfico de drogas na favela do Acari, na zona norte do Rio de Janeiro. Carlos Eduardo Sales Cardoso, conhecido como Capilé, também é integrante do Terceiro Comando Puro, facção criminosa carioca. Ele foi preso no Paraguai. Estava em uma casa de classe média alta em Assucion. Tinha carros importados, dólares, relógios e bebidas. Apenas parte de uma vida de ostentação, construída com o dinheiro do tráfico de drogas. Capilé era procurado desde 2015 por tráfico e homicídio. Ele é apontado pela polícia como um dos responsáveis por abastecer a região do Morro do estado, com armas e drogas vindas da capital. A prisão foi feita por policiais da delegacia da Pavuna, com o apoio de agentes da polícia federal e policiais paraguaios. A investigação apontou que estava no país para negociar armas e drogas para abastecer o crime organizado na zona norte do Rio. O criminoso parece até a vontade quando os policiais registram fotos da prisão. Não abaixa a cabeça e nem esconde o rosto, parece sentir orgulho da vida criminosa.

A provocação à indignação social é estimulada a partir da descrição de uma vida de “ostentação” para se referirem ao fato de os “traficantes” em questão, dois homens negros, residirem em bairros de classe média alta, possuírem veículos importados e outros bens de “luxo”. Um recurso linguístico consiste na apresentação dos bens do suspeito no plural, quando a imagem visibiliza apenas uma unidade de cada um dos itens descritos: “No apartamento onde estava, televisores, computadores, videogames [...]”. De forma mais explícita, a indignação é sugerida na descrição do “criminoso” como alguém que parece estar “à vontade” com a prisão e “orgulhoso” de sua “vida criminosa”, somente porque ele não esconde o rosto ou chora conforme outros “suspeitos” filmados em outras reportagens. O fato de serem os dois indivíduos negros e acusados de participação no tráfico realizado nas “comunidades” autoriza que os seus bens sejam interpretados como resultado de atividade criminosa e o seu estilo de vida apresentado como fruto de “dinheiro do tráfico de drogas”.

Outra característica particular, que relativiza a imagem prototípica do traficante, é o gênero. Quando as mulheres são as suspeitas de tráfico a sua aparência e a sua posição social de gênero prevalecem na narrativa de suas prisões, situando, por vezes, a sua condição de “traficante” enquanto uma “corrupção” de sua vontade ou algo que rompe com a ordem. O estranhamento de sua condição decorre do fato de serem mulheres brancas, com ensino superior, portanto atípicas diante da imagem prévia de traficante construída pelo grupo. Na procura por familiarização, as razões para o “envolvimento” dessas mulheres com o tráfico

passam a ser buscadas no seu “exterior”, nas suas companhias. O próprio foco sobre suas “aparências” demonstra a superficialidade imprimida pelos telejornais à sua participação no tráfico de drogas. Observemos a cena destacada abaixo:

(CA) Enfermeira é presa por tráfico de drogas – 0:00 à 1:10min

Manchete: A ENFERMEIRA E O CONTO DA MACONHA

No estúdio do programa, cujo fundo é decorado com uma imagem de uma cidade (onde podem ser vistos diversos edifícios) o apresentador fala para a câmera ao lado de um televisor onde pode ser vista a foto de uma mulher branca. A fotografia da mulher passa a ocupar toda a imagem. Imagem de 2 cartelas de comprimidos e 6 “trouxinhas” contendo drogas sobre uma mesa. 3 pessoas detidas no fundo de uma viatura, escondendo o rosto da câmera: uma mulher negra, uma mulher branca e um homem não branco. Reprise da imagem das drogas. Reprise da imagem dos detidos na viatura. Reprise da fotografia da mulher branca. Reprise da imagem das drogas. Reprise da imagem dos detidos. Um desenho animado representando o apresentador (“Ligeirinho”) é colocado no canto inferior esquerdo da imagem. O personagem dança e depois roda velozmente.

Apresentador: - Aaaa loira? Ela é enfermeira, é enfermeira. Enfermeira não trabalha com droga? Trabalha com as drogas, os remédios usados no hospital, os remédios receitados por médicos. Mas segundo a polícia essa enfermeira não usava a droga que o médico mandava não. Segundo o médico essa enfermeira usava o cigarrinho do mal, vendia. Dá imagem dos presos, por favor. Aaaa enfermeira... Ela é acusada de vender drogas. A enfermeira Valéria, bonita a enfermeira hein? 22 anos de idade, estava com uma adolescente e um homem quando foi abordada pela polícia. E com o trio tinha droga. Deixa eu ver a foto da enfermeira de novo. Ôoo enfermeira. Por que você foi se meter com essa gente, meu amor? Foi em Teresina no Piauí.

Pode me dar a imagem do preso, dá a imagem do preso, dá a imagem do preso, dá a imagem do preso, vamos meu filho, dá trabalho pra fazer, como diria Marcelo Rezende, a imagem do preso! Isso, solta o ligeirinho do povo! Solta o ligeirinho da notícia.

Ligeirinho: - Arriba, arriba, arriba!

A prisão da suspeita, tratada como “acusada”, é introduzida com surpresa pelo apresentador do programa. A própria surpresa evidencia a presença de uma imagem típica do traficante na memória do grupo, e se baseia nos elementos verificáveis na mulher, desconformes à tal imagem, o seu fenótipo e o seu *status* social: “Aaaa loira? Ela é enfermeira”. A presença de outras pessoas detidas no fundo da viatura junto com a “enfermeira”, uma mulher negra e um homem não branco, ensejam o deslocamento de sua condição, do lugar de “traficante” para o de vítima: “Ôoo enfermeira. Por que você foi se meter com essa gente, meu amor?”. Outro caso é também ilustrativo:

(CA) Trio é preso por tráfico de drogas e porte de armas no Rio de Janeiro – 0:00 à 1:51min
Manchete: GATA DO CRIME: O LUXO COM DINHEIRO SUJO

No estúdio do programa, o apresentador fala para a câmera diante de um televisor na qual é exibida a imagem de três jovens algemados na frente de uma parede coberta por logos da polícia civil. O jovem no canto esquerdo da foto é um homem negro, no canto direito um homem não branco e no centro uma mulher branca. A imagem exibida no televisor é expandida sobre toda a tela. Fotografia da mulher sorrindo, segurando um filhote de cachorro. Outra fotografia dela sorrindo, segurando uma lata de bebida. Nova fotografia da mulher sorrindo, segurando um copo, posando ao lado de um homem e outra mulher. Fotografia da mulher sentada de lado na borda de uma piscina, tendo ao fundo uma mata. Fotografia dela sorrindo, posando de biquíni em uma praia. Reprise da foto com o cachorro. Reprise da foto na praia. Reprise da foto algemada entre os dois homens.

O apresentador fala para a câmera no estúdio.

Reprise da foto algemada.

3:16 a 4:37

Durante o dia, no pátio de uma delegacia, a repórter fala para a câmera, em frente à viaturas da polícia.

Uma mulher branca é conduzida no interior de uma delegacia. Ela anda com a cabeça baixa, enquanto é filmada e fotografada por repórteres. Um homem negro é conduzido por policiais, algemado, com o corpo inclinado para baixo, seguro pelas parte traseira da gola da camisa. Foto da mulher de biquíni. Nova foto dela de biquíni, usando óculos escuros dentro de uma piscina. Fotografias dela na companhia do homem que foi mostrado sendo preso, o abraçando, beijando. Fotos do casamento deles, e dela sozinha posando.

Apresentador: - Rosto de menina, um corpo de mulher, assim é Gabrielle Marins. Gabrielle gosta de ostentar luxo. Na rede social ... bonita a moça, hein?! Na rede social, ela mostra uma vida de marajá. Posa com os cachorrinhos, o sorriso perfeito, o cabelo invejável para as mulheres, sempre essa menina está impecável. Mas não se ... bonita a moça, ou não é?

Apresentador 2: - Lindíssima! Lindíssima!

Apresentador: - Mas não se engane, não se engane, até porque criminoso não tem cara. E segundo a polícia, tudo que ela ostenta na internet foi pago com dinheiro sujo. O bem bom dessa menina acabou de uma vez por todas depois que ela foi descoberta, pela polícia, foi flagrada inclusive com drogas. A menina ... não, não é possível. Ela estava carregando arma também? Ela tem 19 anos de idade. Aaa ela entrou no conto do namorado. Ela foi presa ao lado do namorado Michelangelo e do amigo Plínio. Aí, o trio. Quem é que namora essa menina bonita aí? Quem é que namora essa moça bonita? [riso abafado] O da esquerda? O da esquerda é o namorado? [riso abafado] Que coisa hein Gabrielle? Tão bonita a moça, foi escolher logo o rapaz aí que segundo a polícia não vale nada. Tem mal gosto a moça, hein?

Apresentador 2: - É feinho o bicho, hein? É feinho.

Apresentador: - É, Don Juan. Vem pra mim, por favor. O casal saiu do Espírito Santo, segundo a polícia para fornecer armas e drogas pro rapaz, o tal do Plínio que também foi preso. Agora, me diga, os 3 jovens não é? Boa pinta, mais ou menos ... Ela muito bonita, não é mesmo? Né? Com, formados, com, ensino superior, fizeram faculdade, o pai gastou uma nota, pra se meter com dinheiro sujo. Põe no ar a reportagem inédita.

Repórter: - A estudante Gabrielle pode passar mais de 20 anos presa. A exemplo do que aconteceu com outras gatas do crime que também foram parar atrás das grades. Em comum, nas redes sociais, elas ostentavam beleza, vida de luxo e bens proporcionados pelo dinheiro fácil obtido com a criminalidade.

Entre as mais conhecidas está Danúbia Rangel, mulher do traficante Antônio Bonfim Lopes, o Nem da Rocinha.

Ela investiu em procedimentos estéticos e cirúrgicos para ostentar no posto de primeira dama do tráfico.

Ela ficou conhecida como a xerifa da rocinha, e conseguiu chamar a atenção dos seguidores mesmo condenada à 28 anos de prisão.

Imagem da mulher sentada na delegacia, com a cabeça inclinada para baixo, os cotovelos apoiados sobre as pernas e as mãos encolhidas sob o queixo. A mulher aparece chorando sendo conduzida dentro da delegacia, escondendo o rosto, em meio a uma multidão de repórteres que apontam câmeras e microfones em sua direção.

Outra mulher branca posa de salto para fotos durante ensaio fotográfico em um estúdio. Durante o dia, em uma rua, a mulher aparece de costas sendo conduzida por um policial até um carro, onde ela entra e se senta no banco traseiro. Fotografias P&B em close da mulher sorrindo. Sobre a imagem é fixado um twitt de um telespectador dizendo: “Antigamente mulher bonita era modelo, agora virou criminosa também!”. Reprise dela sendo conduzida pelo policial na rua. Dentro do carro a mulher cobre o rosto com um lenço. Foto colorida dela sorrindo. Um novo twitt é fixado, dizendo: “Infelizmente, bandido não tem mais ‘cara’, se travestem de pessoas de bem e enganam a todos!”

Ao ser presa no ano passado também já não lembrava a gata que se intitulava rainha.

Outra loira que trocou os holofotes pelas grades foi a modelo e advogada Luana Domingues, de 32 anos, conhecida como Luana Dom. A musa que virou presidiária também já trabalhou como repórter. Paulistana de classe média alta, Luana chegou a ser a mulher mais procurada do país.

Assim como Gabrielle, ela foi presa por agentes cariocas da DESARME, em Ilha Bela, no litoral de São Paulo. Ela foi condenada a 5 anos e 3 meses de prisão por envolvimento com a maior facção criminosa de São Paulo.

A aparência das mulheres apontadas nas cenas acima é focalizada nas reportagens, antecedendo a sua qualificação como traficantes. A “beleza” e a “ vaidade” das suspeitas são destacadas mediante fotografias e imagens nas quais aparecem sorrindo, usando biquini e posando para um ensaio fotográfico, além de serem qualificadas mediante adjetivos como “gata do crime” ou “musa que virou presidiária”, que ironizam a sua participação em atividades criminosas. A primeira mulher colocada em evidência na reportagem provoca o espanto do apresentador, afinal, “bonita”, “lindíssima”, branca, de “cabelo invejável” (loiro e liso) e com “ensino superior”, ela escapa a aparência convencional dos criminosos exibidos nos telejornais. Logo, a explicação só pode repousar nas suas companhias, um jovem negro, seu namorado, e um não branco, presos junto com ela. Conforme enuncia o apresentador: “Aaa ela entrou no conto do namorado”. Apresentado como um “Don Juan”, o namorado tem sua aparência ridicularizada, tida como alguém à beleza da moça, possivelmente por se tratar de um homem negro: “É feinho o bicho, hein? É feinho”. Em uma pesquisa na qual se pediu a juristas (juízes, advogados, defensores públicos, delegados, oficiais de justiça, promotores etc) que identificassem, a partir de retratos falados, quem era o narcotraficante, os participantes

identificaram os retratos de pessoas classificadas por um outro grupo como as mais feias e mais pobres, cuja aparência permitia ver que se tratavam de pessoas negras, o que estabelecia uma relação entre pobreza, feiúra e periculosidade (POMPEU, 2013). Na familiarização empreendida pelos telejornalistas, a valorização da aparência desponta igualmente como critério de suspeição, atuando na qualificação da periculosidade imputada aos indivíduos apresentados como traficantes.

Esse resultado entra em consonância com a pesquisa de Larissa Aguiar sobre o enquadramento das mulheres no telejornalismo policial (2021): seja como vítimas ou agressoras, é constante a abordagem das mulheres a partir de suas características físicas, pelas quais a aparência e a “beleza” são trazidas ao primeiro plano da matéria, escanteando o próprio fato criminoso, como uma forma de reduzi-las à condição de “seres humanos inferiores, frágeis, cuja principal função é a reprodução” (AGUIAR, 2021, p. 97). De modo semelhante, Lúcia Sena e Letícia Azevedo (2016) identificaram em análise do jornalismo mineiro sobre mulheres atuantes no tráfico de drogas, como a figura da mulher é destituída de potência, sendo inserida na categoria “mulher comparsa”, por onde suas ações no tráfico são secundarizadas como ações desenvolvidas em prol de outras questões que não o tráfico propriamente. Nesse passo, a “mulher comparsa” do tráfico de drogas é mesclada à outras posições como as de “mulher mãe”, “doméstica” e “mulher mula”. Isso se realiza mesmo quando o relatório do Infopen de 2019 aponta o aumento na população carcerária feminina, correspondente à 34.365 mulheres em face de 954.898 homens, destacando a relevância do tráfico de drogas para seu ingresso no sistema carcerário na proporção de 20, 28% (atrás apenas das incidências por crime contra o patrimônio). Como discute Renata Meireles (2022), as mulheres não são vistas pela sociedade e nem aceitas pelos próprios coletivos criminosos como “protagonistas” no tráfico de drogas. Ao analisar as falas produzidas por mulheres encarceradas em razão do tráfico de substâncias ilícitas, a autora identifica como se tratam principalmente de mulheres negras, de baixa escolaridade, e que foram “conduzidas” ao tráfico por seus companheiros ou maridos, consistindo sua “sub-representação” nesse comércio ilícito um reflexo da subalternidade por elas experimentada nas diversas instâncias sociais.

Em suma, a familiarização dos telejornalistas com os suspeitos de tráfico se vale de uma imagem típica que serve para determinar quem é ou não é traficante, quem ainda pode se defender ou, ao contrário, quem deve receber esse rótulo sem julgamento. Generalizando, o protótipo do traficante é acionado para categorizar os indivíduos passíveis dessa qualificação, ao passo que particularizando, ele é acionado para eximir certos sujeitos dessa categorização.

Em qualquer caso, a representação social do traficante de drogas conforma um perfil específico (o negro, pobre, morador da favela, preferencialmente homem e jovem).

Uma das consequências da exposição deliberada ou arbitrária dos suspeitos enquanto criminosos ou traficantes, pode consistir em envencilha-los à um rótulo que não se encerra ao fim da narrativa telejornalística, pois, uma vez veiculadas as reportagens sobre a prisão de algum indivíduo, não é comum que, após a investigação ou julgamento do caso, os telejornais retornem à audiência qualquer espécie de retratação em relação à imputação criminal por eles antecipada. O andamento das investigações também só é acompanhado em casos “especiais”, onde o potencial sensacional do evento criminal ainda não foi esgotado. A ausência de depoimentos para além das fontes policiais, assim como o silenciamento dos suspeitos durante as reportagens, facilitam a incrustação do rótulo criminal atribuído pelos telejornalistas. Afinal, à exceção do caso envolvendo o “Mc Gui”, a oportunidade de contraditório e defesa pelos “acusados” é obliterada, o que se acentua em relação aos indivíduos negros e pobres.

Santos, França Junior e Wedekin (2020, p. 5) argumentam sobre o “caráter perpétuo da condenação midiática”, passível de ser observado nos “julgamentos” sem fundamento legal e sem termo final, onde as pessoas são “condenadas” no plano discursivo e social mesmo antes de serem investigadas, e cujas imagens e informações são registradas em “bancos de dados *online*”, se tornando passíveis de serem “acessadas, lembradas e compartilhadas” “a qualquer tempo e de qualquer lugar”. Enquanto desdobramento:

[...] o indivíduo que se vê estampado nos jornais, revistas, televisores, *smartphones*, cumpre invariavelmente uma pena privativa de liberdade, pois tem a sua liberdade ambulatorial afetada, de modo que acontece de ele próprio escolher o recolhimento, ou ser segregado pelo corpo social. (SANTOS; FRANÇA JUNIOR; WEDEKIN, 2020).

Ainda que o suspeito seja inocentado posteriormente, tal processo perpetua no pensamento social a sua imagem enquanto “criminoso” ou “traficante”, produzindo efeitos sobre a sociedade – suscetível de recordá-la – mas, também, sobre a esfera pessoal e íntima do suspeito, cuja “dignidade” é aviltada, podendo sofrer com a exposição e o julgamento público, sujeitar-se às reprovações nos grupos de pertença, como a família ou os colegas de trabalho, entre outras consequências psíquicas e sociais que em relação às reportagens analisadas somente podemos antever.

2.3.3 Naturalização

Os telejornalistas usam metáforas para se referirem aos traficantes como “caças” e às operações policiais como “caçadas”. A metáfora da “caçada” é empregada como uma forma de se familiarizarem com o trabalho policial de cumprimento de mandados de prisão, busca e apreensão, o que resulta na concepção animalizada dos suspeitos alvos dessas atividades, pela qual podem ser entendidos como “caças”. Destacamos, abaixo, exemplos de tal metaforização:

(BU) RJ: Polícia Militar realiza operação contra tráfico em SP – 0:00 à 0:08min

Manchete: PÉ NA PORTA – Operação contra o tráfico de drogas prende 13 pessoas

Durante o dia, de dentro de um carro em movimento, numa rua onde transitam diversos veículos, a câmera filma 3 viaturas que seguem em velocidade com as sirenes ligadas. A imagem é das viaturas vistas por trás.

Repórter: - Operação sintonia leste. A caça por traficantes não para!

(BU) Operação prende 21 traficantes em Duque de Caxias – 0:00 à 0:36min

Manchete: CAÇA A TRAFICANTES – escutas telefônicas ajudam a prender 21 suspeitos

É dia. Dois policiais armados conduzem um homem negro algemado por um corredor, segurando-o pelas algemas. Duas viaturas da polícia civil dão partida. Cerca de 8 sacos contendo “dolares” dispostos sob a mesa da delegacia frente a uma parede com o *slogan* da polícia civil. Fotografia 3x4 do suspeito, em preto e branco.

Repórter: - Joelson Silva de Sousa foi preso em casa em Duque de Caxias na Baixada Fluminense. Ele é acusado de vender coletes à prova de balas para traficantes que controlam o crime em pelo menos 3 regiões do município. Ele foi um dos 21 presos esta manhã, durante uma operação da polícia civil em parceria com o ministério público do Rio. Uma grande quantidade de drogas embaladas com bandeiras de países também foi apreendida. Um dos líderes da organização foi preso na noite desta quinta-feira.

(CA) Rota realiza operação de caça a traficantes em SP – 0:00 à 0:14min

É dia. O apresentador aponta para um televisor fixado no estúdio do programa, onde pode ser visto um homem de costas algemado. Em seguida são exibidas imagens da reportagem que aparece no televisor. Um homem negro de costas algemado em frente a uma viatura, e ao seu lado um policial de frente para a câmera segurando uma arma.

Repórter: - É ROTA?! Me dá as imagens da ROTA em São Paulo. Nome, é a repórter. A caçada implacável nas ruas da capital paulista. Todo mundo atrás de traficante, põe no ar pro Brasil.

Como explicam George Lakoff e Mark Johnson (2002), as metáforas não são uma simples questão de linguagem, elas orientam nossos pensamentos e ações. Embora nem sempre nos apercebamos, elas estruturam um sistema conceitual que orienta o nosso

cotidiano. Por exemplo, em uma sociedade na qual se emprega a metáfora conceptual “tempo é dinheiro”, pensamos e realizamos ações fundadas sob a lógica de que não devemos “gastar”, “desperdiçar” ou pelo contrário, devemos “investir” “nosso” tempo. A metáfora “estrutura a forma como pensamos e só secundariamente se manifesta ao nível da linguagem” (PRAYMO; AUGUSTYN, 2020). Essa perspectiva se coaduna com a compreensão realizada por estudiosos da TRS acerca desse tipo de expressão retórica, para os quais não podemos tratar as metáforas como meras figuras de linguagem, mas como fruto da apresentação, construção e enunciação das representações sociais (CASTRO; CASTRO, 2018; CAMPOS; LEMGRUBER; CAMPOS, 2020) ou ainda, “como uma mediação entre o objeto e a ação do grupo aferente ao objeto” (CAMPOS; LEMGRUBER; CAMPOS, 2020, p. 171). A compreensão é a de que “os sujeitos vão ‘elaborando’ e manifestando metáforas sobre o objeto de representação (às vezes resgatando do estoque da memória coletiva)” (CAMPOS; LEMGRUBER; CAMPOS, 2020, p. 165).

Para Cláudia Castro e Mônica Castro (2018, p. 4), o emprego de metáforas com recurso à memória é, na verdade, o mais frequente, porquanto a metaforização assume “o objetivo de assimilar e acomodar algo novo em esquemas e estruturas cognitivas anteriores, na medida em que relaciona algo novo com o que já é familiar”. Por esse prisma, as “metáforas são analogias condensadas” (CAMPOS; LEMGRUBER; CAMPOS, 2020, p. 173), elas emergem como um processo de comparação dos objetos alvo da comunicação com os significados comuns e compartilhados no interior do grupo que as enuncia (CASTRO; CASTRO, 2018) – processo este, tendencialmente econômico. Por meio da linguagem metafórica se economizam os significados de um objeto que pode, então, ser referido a partir de determinada condensação desses significados, geralmente condensados sob a forma de uma imagem evocada pelo termo metafórico (CAMPOS; LEMGRUBER; CAMPOS, 2020). Por esse prisma, a complexidade das operações policiais direcionadas ao tráfico de drogas que, muitas vezes, implicam em práticas de violação de direitos que fogem ao escopo do instrumento jurídico utilizado (mandados de prisão, busca e apreensão) – como, por exemplo, operações de vingança, tortura, violação de residência, abuso de poder etc (CESEC, 2019; RAMOS, 2018; RAMOS *et al*, 2021; RAMOS *et al*, 2022; ARIDO, 2019) – pode ser condensada e objetivada na imagem de uma “caçada”.

Como expressão retórica, a metáfora, além de contar com uma economia cognitiva e conseguinte rapidez e eficácia comunicacional, possui certa força persuasiva e é geradora de impacto emocional (CASTRO; CASTRO, 2018). “O impacto emocional provocado pelo uso de metáforas permite [...] uma compreensão súbita do significado atribuído pelo orador a

determinado objeto ou fenômeno da realidade por comparação, fortalecendo a persuasão [...]” (CASTRO; CASTRO, 2018, p. 9).

Embora a persuasão e o impacto emocional envolvidos no uso da metáfora da “caçada” possam ser melhor auferidos a partir dos comentários do público do telejornal (que parece estar convencido do sentido imprimido por tal metáfora às operações policiais), a perspectiva traçada por Castro e Castro (2018) entra em consonância com a própria linguagem compartilhada por esse tipo de telejornalismo. Nesse sentido, Júlia Pontes (2020) observa como o Brasil Urgente e o Cidade Alerta camuflam a carência de informações com discursos apelativos, de opinião, repetitivos, mesclados à artifícios sonoros e visuais que visam à exploração da emoção do público ou a indução à mesma. Como sustenta Julia Miranda (2022), apesar de a dramatização ou a encenação de eventos criminosos ter sido abandonada pelo Brasil Urgente em meados dos anos 2000 em prol de uma estética mais “transparente”, o programa não abdicou da estrutura melodramática, do tom exacerbado na narrativa dos eventos e nem da encenação de emoções. Os dados de nossa análise foram elaborados no contexto dessa segunda estética ainda afeita à melodramatização, “predominante em 2019 e 2020”, qual seja, “a do realismo” (no sentido da inclusão do uso de câmeras que dispensam a operação humana para a filmagem, como as imagens extraídas de câmeras de segurança ou drones) e “da sensação da menor mediação possível entre espectador e acontecimento” (garantida pela transmissão de imagens ao vivo, ou que são apresentadas como de “tempo real” mesmo quando não o são) (MIRANDA, 2022, p. 90). Enfim, no desenvolvimento de uma linguagem de sensação, a persuasão a partir do estímulo à emoção é uma característica do telejornalismo policial em questão, o que também explica o recurso à metaforização.

A compreensão das operações policiais contra o tráfico como sendo “caçadas” estende tal metaforização aos suspeitos de tráfico, nesse passo, compreendidos como “caças”. A animalização que, nesse passo, é imprimida sobre tais sujeitos corrobora para sua desumanização. Desse lado, estudos mostram que as metaforizações animais derivadas da metáfora conceitual “HUMANOS SÃO ANIMAIS” são empregadas em diferentes culturas como uma forma de desqualificar grupos específicos, inferioriza-los, negar-lhes a humanidade, privá-los de direitos humanos, realizar julgamentos morais, fomentar estereótipos e promover atitudes preconceituosas – em um processo designado como “desumanização animalizante” (PRAYMO, 2020; PRAYMO; AUGUSTYN, 2020; USMAN; YUSUF, 2020; VAES; PALADINO; HASLAM, 2021; SEVILLANO; FISKE, 2023; FERNANDES, 2021; LOPÉZ, 2023). Na concepção de Jeron Vaes, Maria Paladino e Nick Haslam (2021, p. 28), esse processo de desumanização pode ser entendido “como uma

questão de grau: alguns humanos são percebidos como menos do que totalmente humanos ou como menos humanos do que outros, de acordo com classificações de atributos humanos, associações implícitas com entidades não humanas ou outras avaliações [...]”.

A variação da desumanização de acordo com o grau acompanha a avaliação que é feita socialmente das espécies animais utilizadas como alvo comparativo, de modo que é preciso reconhecer que nem todas elas servem à finalidade de desumanizar, como nos casos, por exemplo, em que seres humanos são comparados à animais aos quais se atribui capacidades mentais, físicas e experienciais com a finalidade de se representarem como “inteligentes”, “dotados” e “hábeis” (SEVILLANO; FISKE, 2023). Logo, a desumanização é mais evidente quando o alvo de comparação é um ser considerado sujo, perigoso, traiçoeiro, desprezível etc (PRAYMO, 2020; PRAYMO; AUGUSTYN, 2020). No caso da metáforização dos suspeitos de tráfico como “caças”, podemos notar como o grupo de telejornalistas policiais recorre a uma categoria, em certo sentido, “anônima” ou genérica. Conforme sua própria definição na língua portuguesa, “caça” é o “nome genérico dos animais que vão ser caçados ou que o foram” (AURÉLIO, 2023). Essa definição mostra como a “caça” é uma avaliação humana realizada sobre o universo faunístico, como uma “lente” através da qual se olha para um ser vivo e se pode classificá-lo a partir da intenção humana que se tem sobre ele, qual seja, a de caçá-lo. Ela também mostra que a “caça” é desde logo inferior, sobre ela repousa a pressuposição de que pode ser dominada, cuja finalidade e destino é o de ser “caçada”.

Embora as metáforas “animalizantes desumanizantes” não desempenhem um papel causal em relação ao dano – pois são apenas um dos aspectos envolvidos nesse processo – (VAES; PALADINO; HASLAM, 2021), vale considerarmos, consoante a Ewelina Praymo (2020, p. 24), que “a linguagem é muitas vezes o primeiro sinal do avanço da radicalização, e a metáfora é uma das ferramentas mais produtivas através das quais diferentes tipos de desumanização ou difamação ressurgem na linguagem”. Como identificou a autora, na análise das metáforas desumanizantes compartilhadas por grupos de *Incels*¹², o enquadramento metafórico de mulheres como animais ou como matéria inanimada legítima e compõe os estereótipos de gênero a partir dos quais o grupo de *Incels* expressam discursos de ódio, planejam ações de estupro, sequestro e homicídio de mulheres, que chegam, em alguns casos, a serem efetivamente praticados (PRAYMO, 2020).

¹² *Incels* é o termo utilizado como forma de autodesignação por uma comunidade virtual de homens solteiros que se reúnem virtualmente com a finalidade de se autodepreciar, de expressar discursos de ódio contra as mulheres e os homens “não *incels*”, ou seja, homens que se relacionam afetiva e sexualmente com mulheres, e de perpetrar planos de abuso, estupro, sequestro e outras formas de violência contra as mulheres.

Pelo prisma traçado, a animalização dos suspeitos de tráfico como “caças” parece funcionar no grupo de telejornalistas policiais como uma forma de naturalizar a abordagem policial. Ao representarem os traficantes por essa metáfora específica, legitimam o tratamento desumanizante e inscrevem o “abate” e a “captura”, implicitamente, como destino natural de sua condição de “caça”. Como escreve Irene López (2023, p. 84), “a identificação das pessoas com os animais exige a subjugação do sujeito animalizado. Para ilustrar, a projeção de feras sobre os inimigos frequentemente leva à sua aniquilação”.

O exemplo da chamada Operação Escudo¹³ realizada em São Paulo em julho de 2023 pode exemplificar a abordagem policial desumanizante na repressão aos “traficantes” de drogas. A organização não governamental *Human Rights Watch* procurou escutar os depoimentos dos familiares das vítimas e dos moradores “alvo” da referida operação e relataram práticas de abuso policial e violações aos direitos humanos (ARIDA, 2023). Nesse sentido, familiares relataram o impedimento para que pudessem ver o corpo de seus entes a fim de reconhecer outros ferimentos que não aqueles deixados pelos tiros, como aparentes queimaduras de cigarro e outros indícios de tortura, só vistos no momento do enterro. Também foram relatados, o homicídio de um homem enquanto o mesmo dormia e a ameaça de atirar em sua mãe para que ela se afastasse imediatamente do corpo que procurava reconhecer como pertencente ao seu filho; a entrada em domicílios sem autorização judicial, como a invasão de uma casa durante a noite, na qual um homem foi ameaçado pelos policiais de levar um tiro na cabeça de frente para a mãe, o irmão e a filha de apenas 2 anos; a imposição de um toque de recolher informal para pessoas com antecedentes criminais, que a partir das 20h já não poderiam ser encontradas fora de suas casas, sob a ameaça de tiros; o medo das crianças em ir à escola, tanto pelos conflitos com armas de fogo como pela presença dos policiais fortemente armados que, com frequência, entravam nas escolas para utilizar o banheiro e estacionar as viaturas nas calçadas; o medo geral de “balas perdidas” compartilhado entre os moradores das favelas; e a existência de corpos varados por múltiplos tiros, além de denúncias de execuções extrajudiciais, humilhações e intimidações recebidas às dezenas pela Ouvidoria das Polícias de São Paulo (ARIDA, 2023).

¹³ Tal operação foi deflagrada após a morte de um policial no dia 27 de julho, porém mesmo após a identificação e prisão dos suspeitos do homicídio a Secretaria de Segurança Pública decidiu mantê-la em caráter indeterminado de tempo sob a justificativa de sua necessidade para o “sufocamento” do tráfico de drogas e “desmantelamento” do crime organizado na Baixada Santista (ARIDA, 2023). Em cerca de um mês 28 pessoas foram mortas pela ação policial que, mal encerrara, e foi novamente ativada por outra operação em razão da morte de mais um agente, um sargento da polícia (ARIDA, 2023). Agora com foco na cidade de São Vicente, mais 2 pessoas foram mortas pela polícia e outra foi vitimada por arma de fogo não identificada (ARIDA, 2023).

Para Flávia Medeiros (2023), a matabilidade é uma forma de governo requerida pelo neoliberalismo em nosso país e é exercida pela autorização para que certos dispositivos repressores operem cotidianamente em favelas e bairros empobrecidos. Um desses dispositivos principais seria o tráfico de drogas, porquanto dizer que alguém está “relacionado com o tráfico” já serve como justificativa para sua morte. Conforme a análise empreendida pela autora da cobertura midiática de um caso de Florianópolis e outro de São Paulo, de dois jovens acusados de “envolvimento” no tráfico, a polícia e a mídia apresentam tal “envolvimento” como a causa de suas mortes, tornando-os “responsáveis por seus próprios assassinatos a priori” (MEDEIROS, 2023, p. 7). Como resultado, a autora conclui sobre a existência de certa insensibilidade e naturalização da morte.

O contexto recente no qual foram elaboradas e veiculadas as matérias publicadas pelos telejornais policiais também serve de ancoragem para a objetivação dos suspeitos de tráfico como “caças”. Desse lado, os dados fornecidos pelo Observatório da intervenção federal ocorrida em 2018 mostram como resultado das 711 operações interventivas realizadas em favelas do Rio de Janeiro um saldo de 1375 mortes de civis decorrentes de ação policial (face a vitimização de 99 agentes de segurança), além de 206 violências e violações notificadas (CESEC, 2019). Resultado este que contraria o discurso de “sucesso” da intervenção veiculado pelas mídias (SILVA, 2019) e pelo telejornalismo policial, em particular (DANTAS; BERTONI; FERNANDES, 2020). O caráter desumanizante das investidas policiais foram flagrantes em episódios como o de 20 de junho daquele ano, quando a polícia civil sobrevoou a Maré, disparando do alto de seus helicópteros contra quaisquer “alvos” situados no chão, deixando o solo das ruas marcados por 160 tiros (RAMOS, 2018).

Vale enfatizarmos que o rebaixamento a uma condição desumana, à morte indiscriminada e naturalizada dos sujeitos expostos à atuação policial se efetiva sobre um perfil bastante definido. De acordo com o boletim elaborado por um coletivo de pesquisadores da Rede de Observatórios da Segurança, intitulado “Pele-alvo: a cor da violência policial” (RAMOS *et al*, 2021, p. 7), ao olhar das agências policiais, as pessoas negras são vistas como “inimigos racialmente determinados e que, em um imaginário construído com argumentações racistas, precisam ser eliminados para que se garanta a manutenção da sociedade”. Os pesquisadores fizeram uma leitura dos números de mortos pela polícia em 7 estados brasileiros (“Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo”) no ano de 2020, e mostraram como “negros são os que mais morrem em ações policiais, independentemente do tamanho da população negra do lugar” (RAMOS *et al*, 2021, p. 7). Na Bahia, por exemplo, o contraste foi de 11 pessoas brancas mortas para 595 negras, 515 pardas

e 80 pretas (conforme a divisão apresentada pelo boletim). No Rio de Janeiro, 153 pessoas brancas foram mortas pela polícia, enquanto o número foi de 939 pessoas negras, 598 pardas e 341 pretas (RAMOS *et al*, 2021). Um novo monitoramento foi realizado pela Rede em 2022 acerca dos eventos noticiados pela mídia, indicando que nos 7 estados a chamada “guerra às drogas” mobiliza a segurança pública para concentrar suas forças sobre a população negra, pobre e moradora de lugares ditos “perigosos” (RAMOS *et al*, 2022). O relatório de 2022 enfatiza a naturalização das chacinas promovidas por policiais nas periferias, no sentido de não causarem mais comoção, e destaca a Bahia como tendo o maior índice de chacinas depois do Rio de Janeiro. Sobre o estado baiano, os pesquisadores escrevem que “a maioria da população negra teve sua imagem, fenótipo e cor/raça associados aos estereótipos de ‘suspeito’, ‘perigoso’, ‘bandido’, por meio desse processo de desumanização. Portanto, passível de ser morta, contida, presa e torturada pelo Estado” (RAMOS *et al*, 2022, p. 17).

A evidência da desumanização dos suspeitos de tráfico de drogas ou da naturalização dessa desumanização por parte dos telejornalistas se exprime na própria apresentação que fazem dos fatos. Nesse sentido, o título e a manchete de reportagens como “Operação das Forças Armadas deixa 8 mortos” ou “Operação contra o tráfico tem 22 presos e 8 mortos” (BU), naturalizam e respaldam a morte de pessoas ao situar os números de mortos ao lado do de aprisionados, como se este fosse o saldo a ser esperado da atuação das forças de segurança, quando apenas o primeiro é relativo à sua competência. Para completar, ao mesmo tempo em que são enunciadas tais frases, as imagens transmitidas, sem qualquer constrangimento, são as dos agentes armados, exibindo os instrumentos possibilitadores do “abate”. A “captura” desumanizante dos suspeitos também é naturalizada como permite notar um caso abordado pelo Cidade Alerta onde, ao apresentar uma operação contra o tráfico responsável por aprisionar 25 pessoas, a repórter pontua, sem qualquer problematização acerca dos direitos humanos dos aprisionados, que não foram encontradas celas para acomodar todos os suspeitos e 15 deles estão presos no interior de viaturas estacionadas em frente à delegacia.

As metáforas da “caçada” aos traficantes foram exploradas por outros estudos que relacionaram seu emprego pela imprensa com à “biologização do mal”, quando as favelas são classificadas como “*locus* do mal” e seus habitantes problematizados ao nível de sua “natureza” supostamente maléfica (BATISTA, 2003b). Como identificou Vera Batista (2003b), há também referências expressas aos traficantes como “animais selvagens”.

Como podemos notar na sequência de cenas destacadas abaixo, os agentes de segurança são apresentados pelos telejornalistas como “treinados”, “cautelosos”,

“especializados em entrar em locais perigosos”. O treinamento é apresentado como necessário quando a “caçada” é realizada no território de uma “comunidade”:

(CA) Operação policial caça traficantes em São Paulo – 1:25 à 2:29min

Manchete: CAÇADA A TRAFICANTES EM SÃO PAULO

É dia. Um policial militar é focalizado pela câmera empunhando uma arma na altura de seu rosto. Ao fundo dois policiais civis de costas. Um policial agachado mira sua arma na direção de um homem e uma mulher que conduzem uma criança pelas mãos. 3 viaturas policiais seguem com sirenes ligadas por uma rua da cidade. Cerca de 12 motos dirigem perfiladas, em duplas, por uma rua da cidade. Um veículo policial entra em uma rua da comunidade. Dois policiais militares, empunhando armas, abordam um homem negro. Ao fundo, em um terreno coberto por mato até os joelhos, outro policial militar e dois policiais civis são focalizados empunhando armas. O repórter aponta para os muros de uma casa situada ao fundo do terreno. São exibidas imagens da comunidade, filmadas do alto de um helicóptero. Os 4 agentes policiais descem o terreno no qual estavam em direção à comunidade.

Repórter: - Uma operação que mobilizou policiais do COE, unidade especial da polícia militar. A ação contou com viaturas e motos da ROCAN, o alvo era uma comunidade da zona norte de São Paulo. Policiais do COE fazendo as primeiras abordagens. Eles começaram agora essa operação de alto risco em uma comunidade aqui na zona norte da capital paulista. A intenção é coibir o tráfico de drogas aqui nessa comunidade que fica aqui aos fundos. Comunidade Condessa, e a informação é que ela também abriga armas escondidas e possíveis veículos roubados. A gente percebe que é uma operação conjunta com policiais militares, policiais civis e polícia federal.

2:35 à 2:49min

É dia. 6 policiais são filmados do alto de um helicóptero, com armas em riste, se enfileirando nas ruas de uma comunidade, olhando para os lados e para cima.

Da janela de um edifício, crianças observam a ação.

Repórter: - Olha a tática do COE. Realmente, eles fizeram um treinamento. São especializados em entrar em locais perigosos, locais de difícil acesso. Fizeram um treinamento, estão entrando aqui em uma comunidade. Local perigoso, por isso que eles vão agindo com cautela.

O olhar naturalista imprimido sobre as favelas, a partir do qual estas são vistas como o *locus* da “caça”, é evidenciado pelo processo de metaforização sob a forma da personificação (MOSCOVICI; HEWSTONE, 1984) quando, ao mesmo tempo em que são exibidas imagens panorâmicas de uma favela é dito que “ela [a favela] também abriga armas escondidas e possíveis veículos roubados; ou ainda, como se vê na cena abaixo, em sintonia com a exibição de imagens de toda a extensão de uma favela, se fala diretamente que “a favela do morro do sabão abriga traficantes perigosos”:

(BU) Garra faz grande operação em comunidade de São Paulo – 0:38 à 0:46min

Manchete: CERCO A TRAFICANTES – Operação contra o tráfico de drogas

É noite. Dois policiais apontam as armas de forma panorâmica (para os lados e para o alto), mirando as ruas, paredes e o céu

Repórter: - A favela do morro do sabão abriga traficantes perigosos ligados ao PCC, a maior facção criminosa de São Paulo.

Como sugerem tais metáforas, o lugar “favela” assume uma persona própria. Não são os suspeitos de tráfico quem procuram abrigo em seu interior, são elas mesmas quem os “abrigam”. No caso das metáforas ontológicas (como ocorre com a personificação), consideram Lakoff e Johnson (2002), estas vão “além da simples orientação”: ao compreendermos uma experiência em termos de uma substância, objeto ou pessoa, operamos uma seleção de parte de nossa experiência e a tratamos como se fossem “entidades discretas ou substâncias de uma espécie uniforme”, ou seja, conseguimos apreendê-las melhor, elas ficam mais facilmente agrupáveis, quantificáveis, tangíveis. Quando os telejornalistas dizem que a favela “abriga” armas ou traficantes é uma parte de sua experiência que vem à tona, de certa memória que lhes auxilia a compreender a “criminalidade” em tais espaços como uma condição do próprio espaço. A sutileza da ontologização resulta no fato de que “a maioria dessas expressões não é sequer percebida como sendo metafóricas” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 79).

Os telejornalistas se ancoram em uma compreensão naturalista da criminalidade que os auxilia na elaboração de estratégias de suspeição sobre o espaço, tido como escuso, duvidoso, “propício” e aliado na “infiltração”, “esconderijo” e “fuga” de traficantes. Esse fato é ilustrado na cena abaixo:

(CA) Canil da PM participa de operação contra o tráfico de drogas – 3:14 à 5:03min**Manchete: CÃES POLICIAIS “PRENDEM” TRAFICANTES**

É dia. A repórter caminha, falando para a câmera, por um campo de futebol, em terra batida, cercado por vegetação. O campo fica situado sob um morro, e em seu entorno é possível ver a comunidade. O campo está vazio, mas distante da repórter, à sua frente, é possível ver duas viaturas um grupo de policiais, em direção aos quais ela caminha. A repórter aponta para o campo e a câmera o focaliza.

Quando se aproxima dos policiais a repórter para, mas a câmera dá um close nos policiais, que interrogam um homem negro, detido pelo braço por um dos agentes.

A repórter, caminha até a lateral esquerda do campo chegando à encosta do morro, de onde aponta para baixo, para a comunidade. A câmera focaliza as habitações.

A câmera focaliza o homem sendo interrogado por um dos policiais.

São exibidas imagens da vegetação abaixo do campo, quando a câmera focaliza o chão e depois, as residências mais próximas.

Repórter: - Uma abordagem dos policiais. Lembrando que aqui é um local conhecido pela polícia por ser uma região de tráfico de drogas.

A gente repara que é um campo bem amplo, e segundo os policiais os criminosos utilizam aqui, esse local onde alguns jovens, alguns moradores acabam brincando, jogando futebol, eles acabam se infiltrando no meio deles com a chegada da polícia. Ali, a gente acompanha aqui de longe ó, o policial fazendo algumas perguntas, alguns questionamentos, nessa abordagem. Esse suspeito acabou chamando a atenção da polícia porque, quando as viaturas encostaram, ele tentou correr. Foi a partir desse momento que esses policiais conseguiram alcançar este homem e agora fazem ali algumas perguntas pra ele, pra saber o quê que ele fazia aqui e o porquê, por qual motivo ele decidiu correr dos policiais. Ele continua ali. Além desse campo, que é bem amplo, há várias saídas. E bem aqui embaixo, a gente toma cuidado, alguns atalhos aqui, a gente consegue ver alguns barracos da comunidade. Uma comunidade, já é conhecida pela presença dos criminosos, de traficantes, então por esse motivo a polícia se aproximou e acabou alcançando aquele suspeito, que agora é questionado ali pelos policiais. Tem muito espaço pra eles se esconderem né, então é um trabalho árduo da polícia, um trabalho delicado. Policial: - É sempre difícil de pegar, devido à geografia do local. É difícil localização e muito lugar pra se esconder.

Os elementos naturais do espaço são encarados como “pistas” ou indícios do tráfico de drogas e a “geografia do local” é apresentada como um fator relevante a ser enfrentado pelos policiais. A amplitude e a extensão de terra batida, assim como a vegetação que a cerca são subvertidos em “esconderijos” apenas sob a condição de se imaginar os suspeitos “entocados” ou em evasão. A própria argumentação conforme a qual as favelas seriam locais propícios ao esconderijo de traficantes demonstra o acesso aos conhecimentos formulados sobre tais espaços nos últimos dois séculos, sobre a naturalização da criminalidade e sua incrustação em um *locus* marginalizado (VALLADARES, 2005; ZALUAR; ALVITO, 2006; SILVA, 2006; NESIMI; BOTELHO, 2021; SILVA, 2021; GARAU; SANTOS, 2022).

Segundo Licia Valladares (2005), a representação da favela como *locus* das “classes perigosas” remete à sua forma primeira de cortiço, ainda no século XIX, quando o viés

biológico foi desde logo despertado perante a alegação de se tratar de um local propício à propagação de epidemias. Nas primeiras décadas do século XX, com a ocupação de morros em grandes cidades como o Rio de Janeiro, o “postulado ecológico do meio como condicionador do comportamento humano” – fomentado por reformadores urbanos, médicos, arquitetos, higienistas – é transferido para as chamadas favelas, “persistindo a percepção das camadas pobres como responsáveis pelo seu próprio destino e pelos males da cidade” (VALLADARES, 2005, p. 28). Como observa a autora, a analogia da favela com os sertões doentes era recorrente e dela se extraía as noções de contágio físico e moral (VALLADARES, 2005). Naquele contexto, as metáforas biológicas como a dos “piolhos humanos”, da “lepra”, do “habitat”, da “doença” serviam para caracterizar os “viveiros” supostamente naturais da criminalidade (VALLADARES, 2005).

É curioso notarmos, como identificou Batista (2003b), Moretzsohn (2003) e Cecília Coimbra (2001), que as metáforas biológicas usadas pelos jornais são combinadas ao emprego de metáforas de “limpeza”, como “operações de limpeza”, “faxina”, “lixo humano”, o que desvela, para as autoras, a importância de um referencial higienista na compreensão “biológica” da criminalidade. O resultado dessa combinação é ilustrado na cena abaixo:

(BU) Chefes de quadrilhas são presos em operação no Paraná – 0:00 à 1:17min
Manchete: OPERAÇÃO PRAIA LIMPA– Chefe de quadrilhas presos pelo COPE

Durante o dia, helicóptero da polícia sobrevoa um matagal onde podem ser vistas algumas residências. De dentro do helicóptero um policial aponta sua arma para o solo, de onde sai um raio de luz que ilumina um ponto do chão. Viaturas do COPE enfileiradas em uma rua da comunidade. O helicóptero sobrevoa as ruas de uma periferia, com um policial armado mirando o chão. 4 policiais em trajes especiais aparecem reunidos em uma rua ladeada por uma mata. O helicóptero sobrevoando a periferia, de dentro do qual uma arma aponta para o solo, é colocado em cena novamente. Policiais arrombam um portão de madeira e se dirigem a porta de uma casa, que também arrombam. Durante a noite, 4 policiais entram por um portão de madeira com armas em punho. Novamente, são exibidas imagens do helicóptero sobrevoando a periferia. Em uma área coberta por gramado, dois homens brancos, um deles sem camisa, aparecem rendidos, deitados de bruços sobre o chão, com as mãos para trás, vigiados por dois policiais. 3 policiais parados em uma esquina da comunidade. Um helicóptero alça vôo.

Repórter: - A caçada é pelo alto, e também pelo chão. A operação Praia Limpa é da polícia civil do Paraná, e reúne unidades de elite da corporação. 7 criminosos apontados como chefões de quadrilhas do tráfico de drogas são os alvos. Essa casa é apontada como o quartel general de uma das quadrilhas. É agora o bote. [Gritos de policiais e de um morador são emitidos de dentro da residência]. A casa do lado também vai ser invadida. São 7 mandados de prisão e 26 de busca e apreensão. Agora de cima, o helicóptero que sobrevoa a periferia de duas cidades do litoral paranaense: Matinhos e Pontal do Paraná. A luz vai indicando o caminho para os policiais em solo, e olha, tem suspeitos lá embaixo. Todos os 7 alvos foram colocados na cadeia, mas o material apreendido foi menor do que se esperava. A polícia sabe porquê. No fim de semana o investigador do departamento de homicídios, Jorge Brito, foi assassinado, e houve intensificação do policiamento.

A articulação metafórica posta em cena mostra como os telejornalistas se ancoram nas concepções higienistas e eugenistas de “saneamento moral” (STEPAN, 2004), quando o ideal de “limpeza” espacial serve para caracterizar a “remoção”, através do cumprimento de mandados de prisão, dos elementos implicitamente considerados “sujos”, quais sejam, os suspeitos de tráfico.

Fazendo frente ao alvo da “caçada”, a dimensão visual das cenas citadas nessa categoria é carregada de imagens das forças de segurança ostentando armas, veículos, pessoas algemadas, e outros elementos que reforçam o caráter “implacável”, “veloz” e “habilidoso” dos “caçadores”. O mesmo se passa com as imagens do helicóptero policial, das viaturas, dos equipamentos e armas, ilustrativas da “velocidade” e do “alcance” do “caçador” sobre a “caça” e seu “habitat”. Tais imagens de poder bélico e tecnológico depõem a favor do domínio da civilização sobre a “selvagem” e hostil natureza. Como observou Jacqueline Muniz (1999, p. 203), é comum desde as narrativas míticas que a “saga do caçador-herói” seja contada de modo a ressaltar a “força física incomum”, a “destreza extraordinária” e a “coragem a toda prova” daqueles que são desafiados a “controlar as forças naturais e sua ‘selvageria’ ameaçadora”. A civilização diz respeito, nesse sentido, a expurgação das características encontradas na “caça”, mas que em um contexto diverso, podem ser desveladas também nos “caçadores”, como a violência ou a brutalidade comuns, e até mesmo esperadas pelos telejornalistas na ação das polícias. “É agora o bote”, diz o repórter policial, anunciando a paradoxal “civilização” que insiste em “combater” no “outro” a “natureza” que lhe é contígua (MUNIZ, 1999).

Podemos considerar que a desumanização dos suspeitos de tráfico ocorre também pela identificação de determinados atributos considerados intrínsecos a realização desse tipo de comércio, que são destacados pelos telejornalistas policiais, como a “frieza”, a “crueldade” e a “violência”. Betina Barros (2020) discute a existência de uma sociabilidade violenta e o uso de violência extrema em contexto de “guerra” (disputas entre facções), como os alvejamentos, esquartejamentos, chacinas e decapitações. Por sua vez, Alba Zaluar (2019), sustenta o estabelecimento de um nexos entre o tráfico de drogas e a violência. De acordo com Zaluar (2019), um modelo macrossocial destaca a violência exercida na cobrança de dívidas ou na busca pelo controle do mercado local como resultado da concorrência entre traficantes que precisam lidar com a oscilação do preço das drogas – uma mercadoria manipulada em nível transnacional e, portanto, passível de instabilidade de preços. A autora acrescenta nesse bojo, o fato de se produzirem drogas progressivamente e do comércio estar sujeito à repressão, extorsão e corrupção policial. Além disso, também concorre para sua anexação à violência, o

culto ao armamento no segmento do tráfico varejista e o despojamento da civilidade em prol do cultivo da virilidade, segundo a qual a “invasão” do território é vista como ato de emasculação e implica em sua proteção, as provocações e traições devem ter sempre uma resposta e é necessária disposição para matar (ZALUAR, 2019).

A possibilidade de que a animalização do traficante, sua metaforização como “caça”, seja construída em relação à atributos como a violência do tráfico e, por outro lado, o mesmo atributo seja reconhecido pelos telejornalistas como fator para o enaltecimento dos agentes policiais, louvados por serem “guerreiros violentos” (CA), mostra como na metaforização animalizante “a humanidade de um atributo não precisa ser fixa, mas pode depender do contexto e do alvo” (VAES; PALADINO; HASLAM, 2021). Ou seja, a violência que pode levar a “animalização” dos suspeitos de tráfico, quando desempenhada pelas polícias, tem seu caráter “desumanizante” suprimido. Na verdade, ele é deslocado do mundo da natureza para pertencer ao da civilização (MUNIZ, 1999). A metáfora não é mais a do “animal selvagem”, mas a do “guerreiro caçador”.

2.3.4 Eficácia policial contra o “perigo” do tráfico

Nessa categoria apresentamos a construção pelos telejornalistas de uma narrativa sobre o enfrentamento policial ao tráfico de drogas onde predomina uma visão clivada sobre os atores envolvidos. Nela, os traficantes representam um “perigo” para a sociedade, enquanto as forças de segurança, a solução “eficaz” contra o tráfico. Para tanto, os telejornalistas colocam em relevo as relações do tráfico com a criminalidade violenta, fazendo-as contrastar, em cada caso, com os êxitos das operações policiais, como as apreensões de drogas, prisões de suspeitos e incursões nas áreas favelizadas supostamente “dominadas” pelo tráfico. Tal narrativa se adequa ao formato do telejornalismo policial, cujo apelo popular e sensacional orienta a criação de modelos simplificadores da realidade, como a oposição entre “bandidos” e “mocinhos”; que além de facilitar o diálogo e o alinhamento com seu público alvo, o cidadão “de bem”, reafirma a “punitividade” e a “penalidade” enquanto as melhores formas de resolução da criminalidade (ROMÃO; OSMO, 2021; RIBEIRO, 2020; PASSIANI; TEIXEIRA, 2019; MIRANDA, 2023).

Nesse caminho, um dos elementos da narrativa telejornalística consiste na visibilização da insegurança criminal relacionada ao tráfico. Desta feita, nas reportagens analisadas, o tráfico aparece como vetor de outros crimes e práticas violentas. Enquanto comércio ilícito, ele figura somente 46 vezes em relação ao número de vezes em que é

noticiado junto à crimes contra a vida (70 vezes). As notícias do tipo “Traficantes torturam usuários devedores” (BU), “RS: Família é assassinada por causa de tráfico” (BU), “Criança morre em acerto de contas do tráfico” (CA) são exemplos de como o tráfico aparece relacionado a um potencial ameaçador, que é explorado pelos telejornais como fonte de inspiração da insegurança. O quadro abaixo informa a frequência de aparição da temática do tráfico junto à diferentes práticas criminais e/ou violentas:

Quadro 06 – Tráfico associado à outras práticas criminais e/ou violentas

Frequência de aparição do tráfico associado a outros crimes e/ou práticas violentas:
Apenas tráfico (46)
Homicídios (28)
Homicídio - execução (12)
Organização criminosa (16)
Ligação com o crime organizado (21)
Tráfico de armas (14)
Porte ilegal de arma de uso restrito ou permitido (34)
Morte de policial em confronto (16)
Assassinato de policiais e militares (7)
Ataque à policiais (13)
Ameaça a policial (3)
Tiroteios (13)
Bala perdida (5)
Ataque a cidades (1)
Ataques a carros fortes e bancos (1)
Lavagem de dinheiro (11)
Roubos (11)
Roubo de cargas (4)
Roubo de veículo (5)
Furto a residências (2)
Assaltos (3)
Latrocínio (2)
Sequestro (1)
Corrupção de menores (1)
Corrupção (esquemas de licitação, compra de votos) (2)
Esquema de pirâmide (1)
Suborno (1)
Ordenar o fechamento do comércio (1)
Incêndio de ônibus público (1)
Pirataria (2)

Fonte: elaboração própria.

As situações atreladas ao tráfico nos telejornais exemplificam a complexa trama do comércio ilícito de drogas que envolve, para além dessas substâncias, o tráfico de armas,

roubos, assaltos, homicídios e tortura, próprios de uma sociabilidade violenta construída por um mercado onde o domínio territorial é garantido mediante disputas e regulado pelo uso da força (MISSE, 2008; GRILLO, 2008; HIRATA; GRILLO, 2019; ZALUAR, 2019; BARROS, 2020). Por certo, essa sociabilidade violenta não caracteriza todo e qualquer segmento do tráfico, constituindo esta uma característica distintiva do tráfico varejista das favelas, assumido pelos “comandos” ou “facções”, onde a territorialidade e a visibilidade das “bocas de fumo” armadas propiciam conflitos entre os grupos criminosos ou com a polícia (MISSE, 2008; GRILLO, 2008; HIRATA; GRILLO, 2019; ZALUAR, 2019; BARROS, 2020). Entretanto, a ausência de qualquer problematização nesse sentido durante as reportagens facilita a associação entre tráfico de drogas e violência. A cena abaixo ilustra essa associação:

(BU) Família é assassinada a mando do tráfico no RJ – 0:01 à 0:36min

Manchete: FAMÍLIA ASSASSINADA – chacina foi motivada por disputa do tráfico de drogas

Duas mulheres negras choram abraçadas em uma rua, durante o dia. Uma mão segurando cápsulas de munição é focalizada. Imagem contendo fotografias das vítimas

Repórter: - O desespero dessas jovens é porque encontraram 6 familiares mortos. Parte das cápsulas encontradas no local do crime revela a violência da ação. Michelle Nunes da Silva de 37 anos, Raiane Nunes Garcia de 22 anos, Rafael da Silva da Mota de 18, Jonathan Nunes Muniz de 16 e Claudemir Pinto Rancelino de 33 anos foram executados junto com Bruno de Sousa de Santos de 19 anos; ele era o real alvo dos bandidos.

Embora a reportagem explique que o assassinato foi praticado por indivíduos específicos, a responsabilidade pelo ato violento é imputada ao “tráfico”, abstratamente falando. Tal recurso, além de sensacionalizar a notícia, generaliza sobre a posição de “traficante” o potencial para o cometimento de homicídios, sugerindo que o tráfico é necessariamente violento. A cena destacada também ilustra como a vitimização por outros crimes, como o homicídio, pode respingar sobre o tráfico, dado que o desempenho em alguns setores desse comércio implica, por vezes, no emprego de mais de uma prática criminal (HIRATA; GRILLO, 2019). O decalque do tráfico sobre a criminalidade violenta ou patrimonial (roubos, homicídios etc.), torna-se, portanto, uma via de condução da insegurança inspirada por esses crimes diversos aos indivíduos e grupos empenhados nesse comércio ilícito.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo IBGE em 211.344 domicílios, com pessoas de idade igual ou superior a 15 anos, a

sensação de segurança em relação à andarem sozinhas diminui diante da existência de “violência” e de crimes nos arredores de suas residências, dentre eles a evidência de “extorsão” (40,5%), circulação de pessoas armadas (46,1%), a prática de roubos (47,5%), as trocas de tiros (49,4%), assassinatos (50,5%) ou violência policial (50,3%), e com mais expressão, a venda de drogas ilícitas nas redondezas (56,4%) (IBGE, 2022). Por outro lado, o tráfico, por si mesmo, não é considerado um fator de vitimização, porquanto as pessoas apontam, sobretudo, os crimes contra o patrimônio¹⁴, a vida e a pessoa¹⁵ entre aqueles que acreditam terem maior risco de serem vítimas. A prevalência do medo de ser roubado, assassinado ou ter sua casa invadida é também corroborada por estudos anteriores (SENASP, 2012; SENASP, 2017). Todavia, acreditamos que a narrativa telejornalística sobre o tráfico seja capaz de ensejar a insegurança e o medo da “violência” ou da “criminalidade”, uma vez que tal prática é apresentada pelos telejornalistas (conforme observamos no quadro) atrelada aos roubos, homicídios e outros fatores que atemorizam a população. Desse lado, é razoável considerarmos que se informar sobre os crimes através de algum meio de comunicação é também determinante na sensação de insegurança, como sugere a pesquisa do IBGE (2022), onde as pessoas que afirmaram não se informar sobre esse tópico foram a maioria daquelas que disseram se sentir seguras (77,7%). Outrossim, o tráfico de drogas é também visto como motivador da violência urbana, conforme indica um estudo de vitimização realizado em Porto Alegre onde tal prática aparece no terceiro lugar entre as “causas da criminalidade” apontadas pelos moradores (ICS, 2019, p. 18).

A imagem de um tráfico ameaçador faz oposição nos telejornais à imagem de uma polícia ativa e combatente, sobre a qual podem ser depositadas as expectativas de segurança. Nesse sentido, notícias como “Guarujá: Traficantes são presos em operação da Rota” (BU), “Polícia prende 13 pessoas em operação contra o tráfico” (BU), “Operação contra o tráfico prende 25 bandidos no RS” (CA), apresentam os agentes de segurança como forças eficazes no controle do comércio de drogas ilícitas. Parabenizações ao trabalho dos policiais e ao exército também são frequentes: “Parabéns ao general do DEIC por dar condições pra a polícia trabalhar de forma mais forte, mais rígida, contra esses traficantes perigosos” (CA); “Mais um belo trabalho dos policiais que vieram até esta comunidade, no trabalho à criminalidade aqui na região” (CA); “Parabéns à polícia militar! Parabéns à polícia militar!

¹⁴ Roubos na rua (40%) ou “no transporte coletivo” (38,1%), dos veículos particulares (37,2%) e o roubo ou furto de suas residências (29,5%) (IBGE, 2022, p. 8).

¹⁵ “Agressão física (18,1%)”, presenciar um tiroteio ou “ser vítima de bala perdida (16,4% para ambos)”, violência sexual (13,2%) – principalmente entre as mulheres (20,2% face aos homens com 5,7%), assassinato (13%), sequestro (11,7%), “ser vítima de violência policial” (10,9%) ou “ser confundido com bandido pela polícia” (10%), essas duas últimas principalmente entre as pessoas negras (IBGE, 2022, p. 8).

Tem que dar uma resposta pra sociedade” (CA), “Parabéns aos homens, aos gigantes aí do GARRA” (CA). Além de máximas que sintetizam a eficácia de certas agências, como a ROTA: “Quando a ROTA entra é claro que o trabalho sempre é bem feito” (CA).

De diferentes maneiras, o tensionamento da “eficácia” dos agentes de segurança em relação ao “perigo” representado pelo tráfico é expresso nas reportagens. Os telejornalistas opõem o poder bélico das agências policiais e militares, suas operações, signos, recursos, ao medo, à insegurança, à tensão e demais estados disfóricos inspirados pelo tráfico, seu “domínio” e violência. Variam os modos como a eficácia é representada. A prisão de “traficantes” é uma alusão comum ao resultado do trabalho das polícias, mas a aniquilação, a morte dos suspeitos de tráfico também aparece. A eficácia é denotada, ainda, nas referências à “tranquilidade” e à “estabilização” promovidas pelos agentes de segurança, além da ostentação de suas armas e veículos que, como signos distintivos de suas agências, tomam conta da dimensão visual das cenas. A sequência de cenas abaixo, assim como as demais cenas citadas no decorrer dessa categoria, ilustra esse argumento:

(BU) RJ: Operação das Forças Armadas deixa 8 mortos – 0:01 à 0:10min

Manchete: AÇÃO DE FORÇAS DE SEGURANÇA – Operação contra o tráfico tem 22 presos e 8 mortos

É dia. 2 soldados de costas para a câmera em uma rua de uma comunidade. 6 soldados empunhando armas, perfilados em frente às suas moto-viaturas. A câmera focaliza o símbolo da bandeira do Brasil estampada na manga do uniforme de um soldado armado. Um veículo militar desfila com 2 soldados belicamente armados de pé sob o veículo e 2 sentados.

Repórter: - Apesar da atuação das Forças Armadas em 7 comunidades da Praça Seca na zona oeste do Rio, a insegurança ainda faz parte da rotina dos moradores da região.

0:10 a 0:28

É dia. A repórter de pé, segurando o microfone e se dirigindo à câmera. Ao fundo uma rua onde transitam veículos.

Repórter: - A praça seca é uma das regiões mais violentas do Rio. Há meses os moradores vivem no meio de confrontos entre traficantes e milicianos.

Podemos observar como a insegurança atrelada ao “perigo” do tráfico é autonomizada (BRODEUR, 1993) pelos telejornalistas na medida em que demonstram o interesse em cobrir a percepção sobre as sensações e sentimentos que lhe caracterizam e não apenas os problemas e conflitos que a ensejam. Como é dito pela repórter na cena destacada acima, “a despeito da atuação das forças armadas [...] a insegurança ainda faz parte da rotina dos moradores da

região” que persiste sendo uma das “mais violentas do Rio”. Para Brodeur (1993), a intervenção social sobre a insegurança pode deixar de se ater às situações que ensejaram esse sentimento para incidir sobre a percepção acerca da mesma, tornando esse sentimento em um problema autônomo. Isto é, mesmo que os fatores promotores da insegurança, como as contendas entre traficantes e milicianos tenha sido noticiada, importa ainda saber como se sentem as pessoas em relação a tais fatores. Quando a insegurança é convertida em problema autônomo, a resolução dos problemas que a suscitaram deixa de ser o parâmetro e busca-se atender diretamente a percepção da sensação de insegurança da população que, mesmo não correspondendo a um reflexo perfeito da vitimização (ROCHE, 1991; 1988; NENQUIN, 1993), passa a servir de motivo para uma repressão mais enrijecida (BRODEUR, 1993; CANO, 2013). Essa forma de proceder, pela qual a insegurança é tomada mais ao nível de sua percepção do que como fato, parece interessante à composição da programação do telejornalismo policial que pode seguir noticiando o “perigo” constante do tráfico no mesmo ritmo das sensações por ele causadas, um ritmo mais intenso e que pode transbordar as ações criminosas. Na sequência de cenas destacadas abaixo, além do tensionamento entre as imagens dos agentes e veículos de segurança face à descrição de uma disputa entre facções, podemos notar como a percepção sobre a insegurança é colocada em causa:

(BU) RJ: Traficantes disputam controle do tráfico em morros – 0:00 à 0:16min

Manchete: TIROS EM COMUNIDADE – Traficantes disputam o controle do tráfico de drogas

Imagens amadoras, filmadas à distância, de morros durante a noite, onde se pode escutar o barulho de tiros.

0:17 a 0:36

É dia. A repórter apresenta a matéria segurando o microfone na rua. Ao fundo uma viatura.

0:37 a 0:46

Uma mulher com um bebê no colo presta depoimento a repórter que inclina um microfone em sua direção.

Repórter: - essas imagens foram registradas na madrugada de hoje por moradores do Leme, zona sul do Rio, durante a guerra que se instalou nos morros da babilônia e chapéu mangueira.

Repórter: - Os confrontos começaram ainda no início da noite desta segunda feira, em uma localidade conhecida como mata. Segundo a polícia, traficantes de facções rivais tentam tomar o controle da venda de drogas aqui dessa região. Quem mora no chapéu mangueira diz que vive cada dia mais com medo.

Mulher: - Ela mesmo, morre de medo. De manhã, logo cedo, ela acorda já chorando. Repórter: - Parece que já entende né, que a violência está tão pertinho. Mulher: - Ela morre de medo mesmo.

Nesse exemplo, a percepção da insegurança é focalizada pelos telejornalistas na sondagem do “medo” promovido pelo tráfico e pelo “clima tenso na favela”, o que chega a ser radicalizado na terceira cena, quando a repórter e a mulher por ela entrevistada inferem o suposto sentimento de insegurança por parte de um bebê de colo, interpretado pela repórter como consciência prematura da ameaça de violência na região. Aqui, a autonomização da insegurança é evidenciada no processo de ontologização e personificação, quando a insegurança é traduzida pela repórter na metáfora da violência como uma entidade material (ex: “a violência está tão pertinho”) (ORDAZ E VALA, 1997; MOSCOVICI; HEWSTONE, 1984). Conforme sintetizam Olga Ordaz e Jorge Vala (1997, p. 851), “a ontologização refere-se à atribuição de características de coisas ou seres às ideias e às palavras”, nesse caso à atribuição de “presença física”, de materialidade à violência. Para tanto, as metáforas ontológicas são auxiliadas pela personificação por meio da qual “materializam” o conceito alvo da ontologização em uma entidade. Desse modo, o sentimento de insegurança, sob a forma da violência, pode “ganhar vida”, tornar-se um “ser” com “presença física” no mundo, situado “perto” ou “longe” de nós (ORDAZ; VALA, 1997; MOSCOVICI; HEWSTONE, 1984).

Para ilustrar a personificação, Moscovici e Hewstone (1984) oferecem, dentre outros, um exemplo da participação da memória na associação efetuada pela personificação entre uma ideia e uma entidade. Os autores citam o relato do filósofo William James que, prestes a realizar uma viagem para o exterior do país, é prevenido por um amigo acerca dos possíveis tremores de terra experimentados na região para a qual se destina. De fato, em dado momento, o viajante vem a experimentar a sensação do solo tremendo sob seus pés e recorda a predição de seu amigo: “é ele”, “o tremor de terra”. Como explica Moscovici e Hewstone (1984), a sensação do solo estremecido é personificada em uma entidade previamente conhecida, a qual o viajante já foi apresentado e cuja existência pôde só agora confirmar: não é qualquer tremor de terra aquilo que experimenta, mas “o” tremor sobre o qual fora alertado ainda em seu próprio país. Na personificação, em suma, a memória prevalece sobre a novidade do acontecimento. De modo semelhante, nas cenas destacadas acima, a memória prevalece sobre a imediatidade e a especificidade dos fatos noticiados (tiroteios atribuídos às disputas entre traficantes e milicianos). Não se trata simplesmente da violência, do medo, da tensão implicados no evento noticiado, mas da confirmação de uma violência e uma tensão já conhecidas. Conforme enuncia a repórter, não é qualquer violência que “está pertinho” é “a violência”, nem é com qualquer “clima de tensão” que os moradores de uma favela estão acostumados, mas com “o clima tenso nas favelas”. Nessas frases, sugere-se a presença de um

sujeito (“a” ou “o”) reconhecido, uma entidade que emerge como a “confirmação” de uma memória que de algum modo já se esperava “encontrar”.

Como nota Delumeau (2009), o contexto perturbador no qual o medo e a insegurança se fazem presentes pode levar a população que se sente atormentada a dirimir as posições medianas ou intermediárias entre “vícios” e virtudes humanas, de modo a produzir e separar os “covardes” dos “heróis”. A afirmação de “heróis” absolutos, valentes e corajosos, apazigua as emoções, dentre outras razões, porque justifica a intensidade do constrangimento e do medo que se pode sentir em face dos personagens e fatos inspiradores de insegurança, os quais apenas um heroísmo valente pode enfrentar. Na cena destacada abaixo, os telejornalistas se referem aos policiais como “guerreiros violentos”, cuja coragem é medida por suas ações contra o “perigo” e o “domínio” dos traficantes:

(CA) Polícia faz operação contra tráfico de drogas em SP – 0:00 à 1:16min

Manchete: PERIGO – Operação frenética em São Paulo

No estúdio do telejornal, o apresentador fala para a câmera. Em seguida são exibidas imagens de uma incursão policial em uma comunidade durante a noite. Policiais mascarados portando armas se posicionam nas esquinas de uma rua. Pelas ruas sem iluminação, os policiais seguem enfileirados, por vezes, iluminando as paredes das residências com uma lanterna.

Apresentador: - Me dá as imagens que chegaram agora. Exclusivo. Polícia faz operação grande aqui em São Paulo, pra acabar com o tráfico de drogas. Abre o áudio, abre o áudio. Vamos minha gente amiga, vamos minha gente amiga, aqui na Record você fica sabendo tudo primeiro. É uma operação importante de São Paulo, local dominado por traficantes. Vamos com calma, são agentes do COE. Ih, é o pessoal do COE, Comando de Operações Especiais. Quando o COE entra na área, bandido não tem vez. Zona sul e zona oeste de São Paulo. Vamos com calma. Eles têm a informação de onde os criminosos estão escondidos. Eles vão com muita cautela, porque a qualquer momento pode ter algum tipo de revide por parte dos traficantes. Abre o áudio. Você vai vendo, olha a escuridão, olha a escuridão onde os homens do COE estão se metendo. Esses são guerreiros hein, esses são violentos. Esses daí vão pra cima. Violentos no sentido de dar retorno pra sociedade. Já tem um preso. Eles continuam a incursão na comunidade. É um local dominado por facção criminosa. Olha o silêncio. O silêncio, costumava dizer, o silêncio durante a operação policial é ensurdecador. Olha só um outro momento, põe no ar a reportagem, põe.

Os policiais passam a ser chamados de “guerreiros” que usam de violência para “dar retorno pra sociedade”. Apesar de essa afirmativa sugerir a ambiguidade dos personagens “protetores” que, assim como os “criminosos”, precisam ser “violentos”, a metáfora dos “guerreiros” serve à caracterização dos traficantes como “inimigos”, uma vez que esses são

colocados do lado oposto ao dos policiais e da “gente amiga” a quem lhes cabe proteger. A metáfora “guerreiros”, junto à outras também empregadas pelo grupo como “heróis” e “gigantes” para se referirem aos agentes de segurança se ancora nas conclusões compartilhadas na memória social e coletiva do grupo de telejornalistas a respeito da “eficácia” da atuação policial, recordadas sob a forma de máximas como: “Quando o COE entra na área bandido não tem vez” ou, em outras ocasiões, “Quando a ROTA entra o bandido treme” e “Quando a rota entra o bandido não tem vez”. Pela lente de Halbwachs ([1941] 2014, p. 215), tais máximas ou conclusões dizem respeito “ao caráter geral da memória dos grupos” que “somente retém os acontecimentos que são também ensinamentos”. Na cena destacada abaixo, os agentes de segurança são parabenizados e saudados como “guerreiros” em razão de terem conseguido “chegar ao ponto mais alto do morro”:

(CA) Policiais do DEIC cercam Morro do Sabão (SP) contra o tráfico de drogas – 0:34 à 4:36min
Manchete: AGORA: cerco ao tráfico de drogas

No estúdio, o apresentador fala para a câmera. São exibidas imagens de policiais armados descendo por uma escadaria em uma rua da comunidade durante a noite. A manchete é incluída na tela. A câmera acompanha a ação, filmando os policiais de costas enquanto atravessam becos e corredores. Durante o trajeto os agentes passam por outros policiais também armados, parados nas “esquinas” das vielas.

Uma criança passa pelos policiais.

O delegado sobe em uma laje, na qual um policial está ajoelhado mirando sua arma em direção à uma rua da comunidade.

Apresentador: - Nesse momento os policiais do GARRA, os policiais civis estão dentro, o delegado Palumbo inclusive. Eles estão numa área extremamente perigosa. São imagens ao vivo. É uma área dominada por traficantes, na zona oeste de São Paulo. São traficantes que ficam ali nas imediações da rodovia Raposo Tavares em São Paulo. Vamos acompanhando, são imagens ao vivo. Daqui a pouco o comandante Amilton também sobrevoa o local, é o morro do sabão. A polícia já tem feito um trabalho insistente nesse ponto. Vamos com calma. São policiais do DEIC, extremamente bem preparados. É uma operação de risco, como todas as outras. Nós vamos avançando. Par e passo a polícia vai nos autorizando a colocar os pés no local. A qualquer momento pode ter um revide de traficantes. Essas são imagens em tempo real. O que você está acompanhando comigo são imagens exclusivas e ao vivo do nosso Senegal. Quem é o assistente do nosso motolink Senegal? E do nosso Rodrigo. Eles vão se aproximando. Veja só o silêncio na comunidade. Você que mora nesse local, você que reconhece esse ponto como seu domicílio, como sua casa, fique dentro da sua residência até o término do trabalho da polícia. São traficantes que estão por um triz. Estão prestes a ser presos pela polícia. Vamos acompanhando tudo de perto. Daqui a pouco o delegado Mário Palumbo vai nos trazer informações em primeira mão também. A polícia continua avançando. Vamos com calma. Isso daí é fuzil, não é Tercílio? Tercílio: - É fuzil, uma arma que pode ser usada quando for necessário fazer um disparo de longo alcance. Mas tem armas mais leves. A polícia está super preparada pra qualquer situação. Apresentador: - Mas não tem como entrar nessa comunidade aí sem ser fuzil. Os traficantes estão com fuzil, você tem que entrar com o mesmo armamento que o bandido está. Se o bandido está lá tocando o terror com fuzil, na comunidade. Ó lá, sigla também de facção criminosa na parede. O policial está apontando ali pra algum ponto. Vamos com calma, olha, tem criança no meio, vamos com calma. Vamos com calma, a polícia parou em um ponto. Daqui a pouco o delegado Mário Palumbo conversa ao vivo comigo. Me dá imagem dessa jovem. A polícia chegou até uma laje agora, polícia chegou até uma laje agora, e olha o delegado Palumbo. Liga já pro delegado hein.

Da laje, a câmera exibe uma visão ampla da comunidade, focalizando o policial ajoelhado mirando com a arma.

O delegado fala ao celular.

A tela se divide, exibindo do lado direito imagens da incursão policial pelas vielas da comunidade e do lado esquerdo o policial armado sobre a laje.

A polícia consegue chegar, atenção Brasil, isso é um passo importante da polícia, é um passo fundamental, os homens do DEIC, os nossos guerreiros da polícia civil, acabam de conseguir chegar no ponto mais alto do morro. O que isso significa? Que eles estão muito perto, muito perto do esconderijo dos traficantes. Exatamente aí nesse ponto essa é a visão que os traficantes tem quando a polícia chega. É uma visão extremamente privilegiada. A polícia chega, imediatamente, imediatamente os bandidos vêm do alto, atiram nos policiais. Parabéns à polícia de São Paulo que consegue chegar no ponto mais alto da comunidade. Delegado Palumbo, o Brasil acompanha de perto o trabalho de vocês. Agora, olha como é difícil esse trabalho da polícia civil, porque é uma visão privilegiada que os traficantes tem quando a polícia se aproxima, não delegado? Delegado: - Boa noite, Bacci, prazer falar com vocês. É isso mesmo. Aqui é um local de difícil acesso, é difícilimo entrar. Aqui os becos e vielas são muito estreitos e tem muito traficante atuando nessa área, que a polícia civil, o GARRA DEIC, o GER e até o Pelicano, nós estamos aí inibindo essa prática criminosa. Com a nossa chegada os traficantes correm, se escondem, e a comunidade fica tranquila, em paz, sem nenhum criminoso andando, pelo menos aparentemente aqui, armado, quando a polícia tá presente, Bacci. Apresentador: - Parabéns aí delegado Mário Palumbo por ter conseguido chegar no ponto mais alto do morro. Vai, agora, tentar caçar os esconderijos desses traficantes. Parabéns ao doutor Emídio, chefe, diretor do DEIC também, por permitir que a polícia, dar condições pra polícia de São Paulo trabalhar ainda de maneira mais forte, mais rígida, contra esses traficantes perigosos. Parabéns, Palumbo, daqui a pouco eu volto com você.

Explorando as narrativas de jornalistas visitantes do Morro da Providência no Rio de Janeiro, Licia Valladares (2005) discute como desde o início do século XX a topografia dos morros representou para a curiosidade pública um atrativo e um repelente. Os morros e as favelas de modo geral não deixaram de despertar curiosidade e medo, mas seus fundamentos foram ampliados na segunda metade do século XX, com a composição entre 1970 e 1980 de “redes” do tráfico mais “modernamente” armadas sobretudo nas metrópoles do país (ZALUAR, 2004). No Rio de Janeiro, por exemplo, as disputas armadas empreendidas por traficantes em morros e favelas se intensifica a partir de 2004, quando o processo de expansão das milícias para dezenas de territórios implica no confronto de milicianos com “facções” locais (ZALUAR, CONCEIÇÃO, 2007). O medo dos morros pôde ser mais uma vez renovado com os conflitos entre “facções” e “comandos” no Rio de Janeiro ou São Paulo (HIRATA; GRILLO, 2019). Hirata e Grillo (2019) argumentam extensamente sobre as diferenças entre os segmentos de tráfico nas favelas e morros de ambos os estados, mas permitem notar a presença comum da exposição à violência no território, seja ela atinente à

coerção policial ou à dinâmica diversa de alianças e hierarquias que implicam, em cada caso particular, na demonstração de “força” ou na geração de conflitos armados.

A excitação demonstrada pelos telejornalistas sobre a façanha dos policiais de alcançar “o ponto mais alto do morro” encontra, portanto, lastro em eventos contemporâneos que servem à sua atualização. Sua contemporaneidade, entretanto, parte da reelaboração de uma imagem inicial da favela, que pela via do quadro profissional (HALBWACHS, [1925] 2004), perfaz a própria prática jornalística, no modo como noticia e apresenta o evento. Trata-se da “imagem matriz da favela [...] construída e dada a partir do olhar arguto e curioso do jornalista/observador”, como “um ‘outro mundo’ [...] onde só se poderia chegar através da ‘ponte’ construída pelo repórter ou cronista, levando o leitor até o alto do morro que ele, membro da classe média ou da elite, não ousava subir” (VALLADARES, 2005, p. 36). Contudo, alterações são feitas: os policiais, como “guerreiros”, auxiliam e possibilitam o “atravessamento” para o referido “mundo”. Em sua companhia, os telejornalistas podem “colocar os pés no local” e transmiti-lo com “imagens exclusivas e ao vivo”. Assim, o público pode conhecer o “esconderijo dos traficantes” “em tempo real” e “em primeira mão”. Mas as diferenças são ainda mais profundas, haja vista que no contexto recente, se defrontam com o domínio armado nas favelas. Segundo Ana Paula Miranda e Jacqueline Muniz (2018), o domínio armado compreende o controle armado de territórios por agentes atuantes na economia ilícita, que agem de modo a pleitear a legitimidade de suas práticas ilegais através de ações de coação e, simultaneamente, de oferta de serviços de saúde, energia elétrica e segurança contra as polícias e grupos “antagonistas”, em bairros pobres, principalmente nos morros e favelas. Para tanto, se impede determinadas empresas e instituições de adentrarem os territórios “dominados” ou se limita a sua circulação, assim como impacta a mobilidade dos moradores desses locais e dos próprios grupos criminosos (MIRANDA; MUNIZ, 2018). O domínio armado que dificulta o acesso da base ao topo dos morros compreende, além dos traficantes de drogas, milicianos, gangues e outros autores da economia ilícita. Capaz de reatualizar o medo dos “morros” e de, de fato, ampliá-lo, é imposto por meio de estratégias repressivas e de coação que vão além das mortes. Trata-se da imposição de um medo muito mais difuso e latente no território dominado a fim de reduzir, economizando custos, os meios repressivos, através da intimidação e das ameaças constantes (MIRANDA; MUNIZ, 2018). Como elaboram Miranda e Muniz (2018, p. 4):

Tal situação afeta a reputação do local, ou seja, a imagem construída em um determinado território, que não é apenas associada às suas condições objetivas de precariedade, no caso das favelas, mas resultante das

experiências, memórias e conhecimentos acumulados sobre os grupos criminosos e as práticas de crimes violentos ocorridos na localidade [...].

Para Fábio Nobre e Daniel Ferreira (2021), tais grupos informais ou “atores não estatais violentos”, que exercem a governança ilegal de um território, conseguem substituir a presença ou a ausência do estado em territórios marginalizados, onde a precária “compensação” é, geralmente, financiada pela cobrança de taxas de moradores e comerciantes locais. Em seu estudo sobre o impacto da violência no cotidiano de usuários e trabalhadores do SUS (Sistema Único de Saúde), Viviane Costa, Tatiana Baptista e Marize Cunha (2023), abordam o controle cerrado para profissionais de assistência adentrarem uma favela: além do uso do crachá, é preciso que a entrada se dê acompanhada por alguma liderança comunitária, que irá auxiliar na travessia para o destino perseguido, passando pelos garotos que trabalham como olheiros do tráfico nas imediações da favela e pelas “bocas”, onde estão os traficantes do mercado varejista, sempre explicitamente armados. As regras que limitam a circulação nos “morros” são seguidas pelos próprios “traficantes” que só devem se locomover em um espaço restrito, não podendo, por vezes, ausentar-se das favelas onde suas facções comandam sequer quando precisam do acompanhamento dos agentes de saúde (COSTA; BAPTISTA; CUNHA, 2023). Tudo isso concorreria para tornar extraordinário o alcance do topo do “morro” pelas polícias, nesse passo, expostas ao domínio armado.

O modelo encorajado pelos telejornalistas e pelas próprias agências securitárias do policial “herói” é uma expressão do extrapolamento na gestão da segurança que impõe ao *ethos* policial e à sociedade a premissa do “sacrifício” no desempenho profissional de proteger os cidadãos, o que acarreta fatalidade e prejuízos para os agentes e para a sociedade como um todo (CANO, 2013; MINAYO; ADORNO, 2013). Na concepção de Cano (2013), trata-se de uma “armadilha” cujos custos são calculados sobre a saúde dos policiais e sobre as favelas, onde há mortes decorrentes de confrontos e violações de direitos. “O caso extremo é o do policial guerreiro, estimulado a combater a qualquer custo o inimigo interno, contemporaneamente encarnado na figura do narcotraficante” (CANO, 2013, p. 597). O “sacrifício” policial é assumido pelos próprios agentes, às vezes enquanto auto exigência de eficácia (CANO, 2013), o que também leva a certa consciência sobre seu papel profissional de simbolizar a segurança (ex: “com a nossa chegada os traficantes correm, se escondem, e a comunidade fica tranquila, em paz, sem nenhum criminoso andando, pelo menos aparentemente aqui, armado, quando a polícia tá presente”).

A polícia, “super preparada”, faz frente ao traficante “perigoso”, e seu armamento, sua “força”, seu “preparo” dão a medida do “terror” que podemos esperar de seus “adversários” (ex: “não tem como entrar nessa comunidade aí sem ser fuzil. Os traficantes estão com fuzil, você tem que entrar com o mesmo armamento que o bandido está. Se o bandido está lá tocando o terror com fuzil, na comunidade”). Todavia, esta versão dos fatos, onde o tráfico representa o “perigo” e a polícia a “segurança” não é consensual, tampouco a insegurança difusa decalcada pelos telejornalistas sobre o tráfico é generalizada. No Rio de Janeiro, cenário de muitas das reportagens analisadas, 70% ¹⁶ dos moradores têm medo de serem violentados pela polícia e 92% de presenciar um tiroteio entre os agentes e criminosos ou de serem atingidos por uma bala perdida (FBSP, DATAFOLHA, 2018). Ademais, uma vez que o varejo do “movimento” é realizado nas favelas e lá acontecem as operações policiais, é a população residente nesses locais quem está mais imediatamente exposta aos danos provocados pelas contendas entre criminosos e agentes de segurança. Desse lado, entre março de 2017 e março de 2018, também no Rio, 37% dos moradores das favelas estiveram no meio do fogo cruzado entre policiais e criminosos, em relação a 26% dos que residem em outras áreas (FBSP, DATAFOLHA, 2018). A proporção variou também entre pessoas negras (32%) e brancas (26%). O número de pessoas vítimas ou que tiveram parentes vitimados por bala perdida também foi maior entre os moradores negros (10%) em relação aos brancos (6%), assim como a vitimização por violência policial, mais expressiva entre as pessoas negras (8%) do que brancas (6%), e entre residentes das favelas (9%) face aos moradores de outros locais (5%) (FBSP, DATAFOLHA, 2018).

Embora uma parte da população esteja mais imediatamente exposta aos conflitos entre criminosos e policiais, bem como propensa a se sentir insegura em razão da proximidade dos eventos criminais, não podemos ignorar os efeitos da “hipervisibilidade delitiva” promovida pelas mídias, e a sua capacidade de conectar acontecimentos distantes a contextos locais (BARATA, 2007), projetando uma insegurança subjetiva que pode não corresponder ao risco objetivo (SENASP, 2017; SILVA-SÁNCHEZ, 2013). Os meios de comunicação reduzem, assim, “o hiato entre a criminalidade real e a percebida”, contextualizando os casos locais a um cenário mais amplo (SENASP, 2017, p. 146). Desse lado, a insegurança é destacada nas situações criminais e policiais registradas nas reportagens e realçada enquanto sentimento potencial da sociedade. Assim, as notícias de que traficantes torturaram ou assassinaram crianças, famílias inteiras, policiais e civis generalizam a percepção do risco relativo ao

¹⁶ Em um universo de 1.012 moradores acima de 16 anos.

tráfico de drogas para uma população que não necessariamente está exposta a ele. Bem como, a exibição frequente de fatos violentos atrelados ao tráfico torna mais próxima e visível a “ameaça”.

A distância entre a subjetividade e a objetividade do risco interfere, entretanto, na forma como este passa a ser percebido. Conforme demonstram Bruna Machado e Luisa Lino (2022), tanto as pessoas que moram próximo quanto aquelas que moram distante dos conflitos armados se sentem inseguras com a criminalidade e a “violência”, todavia, de modo distinto. A partir de uma pesquisa sobre as representações sociais do crime e da violência no município de Rio Branco, no Acre, ativadas pela disputa territorial deflagrada entre facções criminosas do tráfico, onde foram entrevistados moradores de dois bairros, o mais “violento” (Belo Jardim) e o menos “violento¹⁷” (Vilage Maciel), as autoras verificaram que apesar da atribuição comum do aumento da periculosidade da cidade ao aparecimento das facções (96% no Belo Jardim e 100% no Vilage), a percepção de “muita insegurança” e “muito medo do crime” predomina entre os residentes do Belo Jardim (48%) em relação aos residentes do Vilage (28%). As situações onde sentem tal medo e insegurança também variam, pois no Belo Jardim os moradores relatam se sentirem assim dia e noite na maioria das situações cotidianas, desde quando estão em casa até quando saem para trabalhar ou se deslocar pela cidade, temendo por assaltos, sequestros, crimes sexuais, homicídios, a invasão de suas casas pelas facções e a “guerra” entre elas; ao passo em que no Vilage os moradores relatam sentir mais medo durante a noite (76%), e ao invés de temerem a invasão residencial, temem por assaltos, sequestros, pelos exercícios e passeios “ao ar livre” (MACHADO; LINO, 2022, p. 253). Por esse prisma, ao tornarem disponíveis os eventos motivadores do medo do crime para uma audiência que não está necessariamente próxima dele, os telejornalistas potencializam o alcance da percepção de insegurança criminal, o que não significa a efetiva concretização dessa percepção, tampouco que ela seja sentida uniformemente.

A construção de uma insegurança criminal relacionada ao tráfico face a segurança representada pelas forças armadas e policiais também pode ser observada na utilização pelos telejornalistas da metáfora “guerra”, tanto para se referir aos conflitos decorrentes das disputas entre grupos criminosos engajados nesse comércio, quanto ao enfrentamento policial a esses grupos. Nos dois casos a metáfora imprime legitimidade à repressão ao tráfico.

¹⁷ A classificação “mais violento” e “menos violento” foi baseada nos índices de homicídio da cidade, assim como na atuação dos grupos criminosos nestes bairros. Assim, o Bairro Belo Jardim é um território da “zona pobre” onde atuam o Comando Vermelho e o B13, enquanto o Bairro Vilage Wilde Maciel, de classe média alta, é território neutro para as facções, e diferente do primeiro, “planejado”, com boa estrutura no oferecimento de serviços como saúde, esgoto e iluminação e protegido por segurança privada (MACHADO; LINO, 2022).

Enquanto, no primeiro, a compreensão das disputas entre os coletivos criminais como uma “guerra” potencializa o caráter bélico da atuação desses grupos, pretexto para uma atuação violenta contra o “crime”, no segundo caso, a interpretação das operações policiais como uma “guerra” justifica os investimentos da segurança pública na repressão ao comércio de drogas ilícitas, suas eventuais arbitrariedades e violações cometidas pelos agentes de segurança, assim como a adoção por estes de uma postura “guerreira” (GRILLO, 2019). Citamos abaixo algumas cenas ilustrativas dessa metaforização:

(BU) Garra e Baep fazem operações contra tráfico de drogas – 2:08 à 2:38min

Manchete: GUERRA CONTRA O TRÁFICO – GARRA e BAEP faz operações de combate a traficantes

No crepúsculo do anoitecer, dezenas de motos pilotadas por policiais atravessam uma rodovia movimentada. As motos percorrem às ruas de uma comunidade. 3 policiais caminham empunhando armas por uma rua de terra batida e casas de pau a pique. Eles revistam um homem negro, que se posiciona com as mãos rendidas sobre a cabeça, enquanto outro assiste sentado à porta de uma residência. A câmera focaliza as mãos do policial revistando o casaco do homem. Policiais, filmados de costas, caminham em um beco estreito e param na porta defronte a uma casa, quando um deles coloca uma das suas mãos sobre a maçaneta enquanto empunha a arma com a outra, mirando a porta. Objetos dispostos sobre o capô de uma viatura da polícia militar (uma sacola contendo vários pacotes, drogas, 1 carteira de identidade e 1 carteira).

Repórter: - Na Penha, zona leste de São Paulo, equipes do 4 batalhão de ações especiais da PM, o BAEP, cercaram uma comunidade, para combater o tráfico de drogas e prender foragidos da justiça.

Suspeitos foram abordados.

As equipes procuraram drogas e armas, percorreram becos e vielas e chegaram à algumas denúncias.

Até que nesta casa um suspeito foi detido, e com ele dezenas de papelotes de maconha e cocaína

(BU) RJ: Traficantes disputam controle do tráfico em morros – 0:00 à 0:16min

Manchete: TIROS EM COMUNIDADE – Traficantes disputam o controle do tráfico de drogas

Imagens amadoras, filmadas à distância, de morros durante a noite, onde se pode escutar o barulho de tiros.

Repórter: - essas imagens foram registradas na madrugada de hoje por moradores do Leme, zona sul do Rio, durante a guerra que se instalou nos morros da Babilônia e Chapéu Mangueira.

De um lado, é apresentada uma guerra “do” tráfico, onde os agentes de segurança aparecem para colocar fim e, de outro, uma guerra “ao” tráfico. A “guerra” colocada em causa nas duas versões não obedece à concepção clássica referente à “uma relação de violência

regulada entre dois Estados” (GRILLO, 2019, p. 64). Ao contrário, a guerra “ao tráfico” é produzida em um contexto de militarização urbana, onde a violência é arremessada pelo Estado no interior de suas fronteiras, mais exatamente, dentro das favelas (GRAHAM, 2016; SOUZA, 2016), enquanto a “guerra” do tráfico traduz a demonstração violenta de soberania entre pessoas e coletivos criminosos (GRILLO, 2019).

Na mesma toada dos telejornais analisados, a metáfora “guerra” tem sido utilizada pelas mídias e a segurança pública para descrever as disputas entre os “comandos” e a atuação estatal contra a “criminalidade” ou as “drogas” (GRILLO, 2019). No Rio de Janeiro, o uso de tal metáfora expressa, segundo Cristoph Grillo (2019), a percepção de uma intensificação da situação de “violência” na cidade, ao mesmo tempo em que ajuda a constituir tal percepção e a própria situação, ao fornecer modelos cognitivos de ação aos agentes de segurança, aos grupos criminosos e à sociedade em geral, que passam a se pensar em “guerra” e a se expor à altura. Os “territórios de exceção”, construídos nas favelas sob o imperativo de uma “luta” contra o tráfico e a criminalidade, são um exemplo de como a metáfora da “guerra” produz efeitos que escapam ao plano léxico para interferir sobre a suspensão dos direitos daqueles que estão expostos às “batalhas”, estejam eles vinculados ou não ao tráfico (GRILLO, 2019, p. 69).

A retórica de uma “guerra” às drogas é questionada pela comunidade acadêmica, onde a metáfora “guerra” é empregada para apontar a assimetria e o extermínio característicos do tratamento repressivo dispensado à traficantes e usuários de drogas, que elege os territórios favelizados enquanto campo de “batalha”, se parecendo menos com uma “guerra” às drogas do que à certos grupos sociais compostos por pobres e negros (FERRUGEM, 2020; FERRUGEM, 2021; SERRA; SOUZA; CIRILLO, 2020; ALVARENGA *et al*, 2021; GRILLO, 2019). Nos telejornais, contudo, a metáfora orienta uma interpretação bélica dos conflitos onde a assimetria e o extermínio não são colocados em evidência, mas sim a demarcação de um polo inimigo sobre o qual pode ser investida a repressão.

A compreensão de que as disputas entre as “facções” do tráfico configuram uma “guerra” não é manifestada apenas entre telejornalistas e agências de segurança, mas também entre os próprios coletivos criminais, que mobilizam “uma retórica da guerra e paz para reduzir os conflitos internos e organizar a oposição a seus inimigos” (GRILLO, 2019, p. 75). Para se efetivarem, os comandos dependem, portanto, da produção de “uma alteridade radical com um Outro que deve ser eliminado: o ‘alemão’, no caso do Rio de Janeiro, ou o ‘coisa’, no caso de São Paulo” (GRILLO, 2019, p. 75). Nesse sentido, a busca por expansão dos grupos

criminosos pode resultar nos conflitos violentos traduzidos pelos telejornalistas, e por esses coletivos, enquanto uma “guerra”, conforme ilustram as cenas destacadas abaixo:

(BU) PCC quer dominar tráfico de drogas na Rocinha - 0:00 à 0:18min

Manchete: Guerra entre facções – PCC quer dominar o tráfico de drogas na Rocinha

Presidiários hasteiam uma bandeira branca com o escrito “PCC”. Imagens de câmera de segurança: um indivíduo armado e encapuzado em frente a um carro estacionado em uma rua, com as portas abertas, durante o dia; uma arma sendo apontada em direção à rua; indivíduos armados na carroceria de um carro; indivíduos armados atiram contra um carro estacionado em uma rua, durante a noite; pessoas correndo dentro de um shopping, escorregando no chão devido à pressa; Caminhão derruba o portão de uma garagem; indivíduos armados no meio da rua, durante a noite, filmados de cima.

Repórter: - O aparecimento do PCC por todo o Brasil, com suas guerras de poder, parecem enredo de seriado de televisão. Mas é vida real e afeta diretamente o cotidiano de gente comum, trabalhadora, que só quer viver em paz.

(BU) Megaoperação termina com traficantes do PCC presos – 1:07 à 1:45min

Manchete: CHEFÕES DO PCC NA CADEIA – Megaoperação hoje em 14 estados

Durante o dia, um homem negro é conduzido algemado por dois policiais que o seguram pelos braços. Outro suspeito, com o rosto coberto por um capuz é conduzido algemado por uma policial até a entrada de uma delegacia. É exibida a fotografia 3x4 de 7 suspeitos, homens, 2 deles negros e 3 aparentam serem jovens. Em uma rua, três indivíduos encapuzados atiram contra um carro estacionado. Policiais encontram um indivíduo caído no chão ao lado de um carro com a porta aberta. É exibido um mapa apontando a proximidade do Brasil com a Colômbia, o Peru, a Bolívia e o Paraguai. Homens negros em cima de um muro acenam, fazendo o símbolo do “CV” com as mãos e balançando uma camiseta vermelha. Uma bandeira branca com escritos “CV” e “Família do Norte – FDN” em vermelho aparece sendo hasteada. Imagens noturnas de câmera de segurança mostram indivíduos disparando contra um carro em via pública. Durante a noite policiais reunidos em torno de um carro com o painel perfurado por balas. Imagens noturnas de câmera de segurança mostram dois indivíduos armados e encapuzados saindo de um carro em um posto de gasolina.

Repórter: - A investigação aponta que a célula do PCC, desarticulada pela operação e batizada pelos criminosos de

“sintonia de outros estados e países” teria autorizado o assassinato de pelo menos 12 pessoas, só neste ano.

Os crimes aconteceram na guerra com outras facções para dominar o tráfico de drogas em todo o país e também as rotas do tráfico internacional na América do Sul.

Os principais inimigos são o Comando Vermelho e a Família do Norte.

Além dos 12 casos com indícios evidentes na investigação, o número de mortes ordenada pelo grupo neste acirramento da violência pode chegar a mais de 100.

(BU) PCC e Comando Vermelho avançam pelo Brasil - 1:42 à 1:56m in

Manchete: FACÇÕES ATACAM EM BRASÍLIA – PCC e Comando Vermelho avançam pelo Brasil

Durante o dia, viatura da polícia civil percorre um a rua. Imagem do palácio do planalto. Armas e munições dispostas no chão. Imagens amadoras da cidade durante a noite.

Repórter: - A PM quer estar pronta para enfrentar a guerra que parece estar cada vez mais próxima da capital do país.

A “guerra” veiculada nas reportagens analisadas se refere aos conflitos desenrolados após o rompimento da aliança entre o PCC e o Comando Vermelho e as consequentes disputas pelos mercados onde antes atuavam conjuntamente, como a região Norte e Nordeste do país (FERREIRA; FRAGMENTO, 2019). Um denominador comum é a atribuição da “guerra” ao PCC, mais especificamente, à sua busca por “poder” e “domínio” do tráfico de drogas, o que o colocaria em confronto com as demais “facções” “inimigas”, destacadamente o CV e a Família do Norte – FDN.

De acordo com Marcos Ferreira e Rodrigo Frumento (2019, p. 92), a “luta” envolvendo o PCC, CV e FDN foi iniciada em 2016, deflagrada em razão da disputa pela “Rota de Solimões”, situada na tríplice fronteira do país com a Colômbia e o Peru (produtores e distribuidores proeminentes de pasta base para cocaína), uma das principais vias de entrada das drogas no país. O CV, percebendo a “força” do PCC, que já detinha o controle da Rota Caipira, e a possibilidade de que este viesse a assumir também o monopólio da Rota de Solimões, teria se antecipado e rompido o acordo com a “facção”, uma vez que Solimões representava a “única grande rota disponível” para o ingresso e a saída de drogas no país, disparando os episódios violentos que se sucederam (FERREIRA; FRAGMENTO, 2019, p. 107). O primeiro deles, um motim, realizado no dia 16 de outubro daquele ano na “Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Boa Vista”, no Rio Grande do Norte, supostamente ordenado pelo PCC contra os presos membros do CV, que resultou na tortura e morte de 10 detentos; sucedido pelo assassinato de 31 civis nas ruas de Rio Branco, entre setembro e outubro de 2016 (FERREIRA; FRAGMENTO, 2019, p. 100). Em 2017, um “massacre” no “Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ), em Manaus, teria deixado 56 mortos, desta vez por iniciativa da FDN, aliada do CV, contra integrantes do PCC, inspirando uma resposta da organização paulista: os ataques na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Roraima, resultante em 31 mortes (FERREIRA; FRAGMENTO, 2019). A “luta” entre presidiários do COMPAJ em maio do ano de 2019, na qual 25 detentos morreram, assim como os 40 óbitos registrados no mesmo mês em presídios manauaras

(FERREIRA; FRAGMENTO, 2019) demonstram como a disputa entre as referidas “facções” continuava acesa no contexto em que as reportagens dos telejornais policiais foram produzidas. Embora principiada no norte do país, a “guerra” teria se manifestado em todas as regiões onde PCC, CV e aliados se cruzam, o que explica tal caracterização, pelos telejornalistas, dos conflitos protagonizados pelos referidos coletivos criminais em outros estados do Brasil, como São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro.

A metáfora da “guerra” é empregada pelos telejornais, ainda, para caracterizar os eventos violentos ocorridos na fronteira do Brasil com o Paraguai, decorrentes da “expansão” dos “negócios” do PCC para fora do país e do rompimento do grupo com o Comando Vermelho em 2016:

(BU) Guerra do tráfico atinge Brasil e Paraguai– 0:00 à 0:28min

Manchete: GUERRA NA FRONTEIRA – advogada de chefões do tráfico executada com 13 tiros

Placa da divisa de território entre Brasil e Paraguai em preto e branco. Um tablete de maconha sendo inspecionado. Imagem de uma pintura do torso de um policial segurando uma arma. Na frente, em letras brancas sobre uma mancha de “sangue” os escritos: “GUERRA DO TRÁFICO – PARAGUAI”. Durante o dia, é a imagem de uma rua movimentada, com filtro cinza. Imagens noturnas de câmera de segurança registram tiroteio no trânsito. O repórter dirige um carro durante o dia (filmado do banco traseiro do próprio veículo). A imagem das ruas através da janela do veículo. Imagens amadoras de duas viaturas filmadas à distância. Imagem da fronteira, sinalizada por bandeiras do Brasil e do Paraguai. Fotografia de um homem branco sorrindo. Imagens do tiroteio no trânsito.

Repórter: - Esta é a esquina, palco de uma batalha sangrenta.

O Brasil Urgente veio até Pedro Juan Caballero.

Aqui foi travada a maior batalha da guerra do tráfico, onde se encontram Brasil e Paraguai. Jorge Raffat, o rei da fronteira, sofreu uma emboscada e foi executado.

(BU) Guerra do tráfico deixa rastro de sangue nas fronteiras – 2:34 à 3:16min**Manchete: SANGUE NA FRONTEIRA – guerra pelo tráfico de armas e drogas**

Gravação noturna de câmera de segurança registra uma troca de tiros em uma rua. Fotografia de um carro estacionado. Fotografia de um homem branco sorrindo. Reprise das imagens da troca de tiros. Nova fotografia do homem branco também sorrindo. Armas enfileiradas no chão. Fotografia do mesmo homem falando em um gravador durante entrevista, sentado em um escritório. Pessoas aglomeradas na rua durante a noite em frente a um carro com o painel estilhaçado. Fotografias de dois homens brancos. Tanques militares percorrem uma rua durante a noite. Um carro estaciona e de dentro dele alguém atira contra um indivíduo que está sentado na calçada. Ele cai no chão e sofre novos disparos.

Repórter: - A guerra começou em 2016, quando estas imagens foram registradas. Quem está dentro do carro é Jorge Raffat, o então rei da fronteira. Ele foi atingido por disparos de metralhadora .50 e morreu. Raffat garantia o equilíbrio de forças. Era ele quem negociava as drogas ali mesmo no Paraguai e também na Bolívia, e vendia tanto para o PCC quanto para o Comando Vermelho. Era um atravessador e foi eliminado por um acordo entre as duas facções.

Mas o PCC tomou o controle e deixou o Comando Vermelho de lado. Começou a guerra.

De acordo com os telejornais, a “guerra” teria acontecido porque o PCC assumiu o controle dos negócios antes capitaneados por Jorge Raffat, quem detinha o controle da entrada e saída de drogas na fronteira com o Paraguai e as negociava com o grupo, mas também com o CV, que ao ser deixado “de lado” teria entrado em confronto com o Primeiro Comando. A morte de Raffat, em Pedro Juan Caballero, através de uma emboscada, assinala o aparecimento do PCC no comércio de drogas do Paraguai, fruto do “Projeto Paraguai”, gestado desde 2010 pela “facção” com o objetivo de ampliar os lucros da venda de drogas (MOLAS, 2019). Tal morte publicizava a presença e as operações do PCC em território paraguaio, e deixava “disponível” uma área estratégica para o transporte de drogas como a cocaína e a maconha para o Brasil (MOLAS, 2019). É nesse espaço de vacância pelo “reinado” da fronteira que se desenrolavam os eventos interpretados pelos telejornalistas enquanto uma “guerra”. Independentemente da pertinência dessa metáfora para enquadrar tais eventos, é interessante salientarmos que, ao contrário de uma “guerra” “onde existe uma fricção constante entre duas partes opostas, o conflito entre organizações criminais” é intermitente, pois varia entre a “normalidade” e os picos de violência, tanto para não angariar a atenção excessiva da mídia e conseqüente pressão por um enrijecimento da atuação das agências de segurança, quanto porque o prolongamento das disputas atrapalha o comércio de

drogas, tornando insustentável uma “guerra” à longo prazo (FERREIRA; FRAGMENTO, 2019, p. 105).

A expressão “guerra” enquanto qualificadora do “combate” às drogas tem sido utilizada pelas mídias e a segurança pública desde a declaração de uma “guerra às drogas” nos Estados Unidos, em 1971, por Richard Nixon, presidente do país à época (REZENDE, 2021). A dependência de drogas era percebida como uma ameaça nacional, enquanto a responsabilidade pelo problema era imputada ao tráfico internacional, convertido em “inimigo externo”, porquanto os EUA acusavam a China, governada por Mao, de fornecer a heroína que entrava no país (OLMO, 1990). Se colocando no lugar de “vítima”, de país consumidor das drogas produzidas por países estrangeiros, os EUA instalavam uma campanha contra o tráfico internacional (REZENDE, 2021). A expressão “guerra” é acentuada mais tarde no governo Reagan, (1981–1989) direcionada, desta vez, aos países andinos, entre eles a Colômbia e o Peru, pressionados a adotarem medidas contra as guerrilhas em seus territórios, que àquela altura teriam formado “narcoguerrilhas” em torno do tráfico de cocaína (REZENDE, 2021). As estratégias militares adotadas no enfrentamento às drogas deslocavam a temática da agenda da saúde pública para a alçada da segurança internacional (REZENDE, 2021), na qual o tráfico era visto como um atentado estrangeiro contra a economia norte-americana (OLMO, 1990). De acordo com Rosa del Olmo (1990, p. 57), para legitimar essa visão, um “discurso jurídico transnacional” apresentava o traficante como um “inimigo” comum aos diferentes Estados, discurso materializado por quase toda a América Latina na forma das convenções internacionais ratificadas por diferentes países, entre eles o Brasil, através das quais as disposições de uma “guerra” às drogas puderam ser incorporadas aos seus ordenamentos jurídicos, códigos penais e políticas de segurança (SERRA; SOUZA; CIRILLO, 2020; OLMO, 1990).

A “guerra às drogas” tem sido compreendida na literatura científica enquanto uma expressão do estado neoliberal, onde o encolhimento da seguridade social tem cedido espaço à uma expansão do aparato punitivo (ESTRELA; JUNIOR; TANNUSS, 2021; CAVALCANTI; BATISTA, 2021; PALEY, 2023). Trata-se do deslocamento observado por Zygmunt Bauman (2008) nos Estados Unidos, mas que encontra semelhança em outros estados democráticos, de um Estado social para um Estado de segurança pessoal, onde a promessa de seguridade foi substituída pela promessa de proteção dos cidadãos contra possíveis “inimigos” internos: os criminosos. A “guerra às drogas” também teria sido idealizada pelos Estados Unidos em um contexto de “tolerância zero”, onde o Estado adianta a esfera penal sobre a social, punindo desde os mínimos crimes a fim de evidenciar a

“insegurança criminal” e com isso disfarçar a sua fragilidade na solução da insegurança social e econômica (WACQUANT, 2007). Desse modo, ao invés de investir em programas sociais para a gestão assistencial da população pobre e marginalizada, o estado investe na segurança pública, visando a contenção e o descarte dessa população, tida como “refugo”, mediante a prisão ou o extermínio (WACQUANT, 2007). Por esse lado, a adoção de modelos neoliberais semelhantes ao estadunidense por países da América Latina, incluído o Brasil, explicaria o sucesso na disseminação da política de “guerra às drogas”, à despeito do seu fracasso no cumprimento dos objetivos ao qual se propõe, como a erradicação do tráfico e consumo dessas substâncias (ESTRELA; JUNIOR; TANNUSS, 2021; CAVALCANTI; BATISTA, 2021; PALEY, 2023). Desse lado:

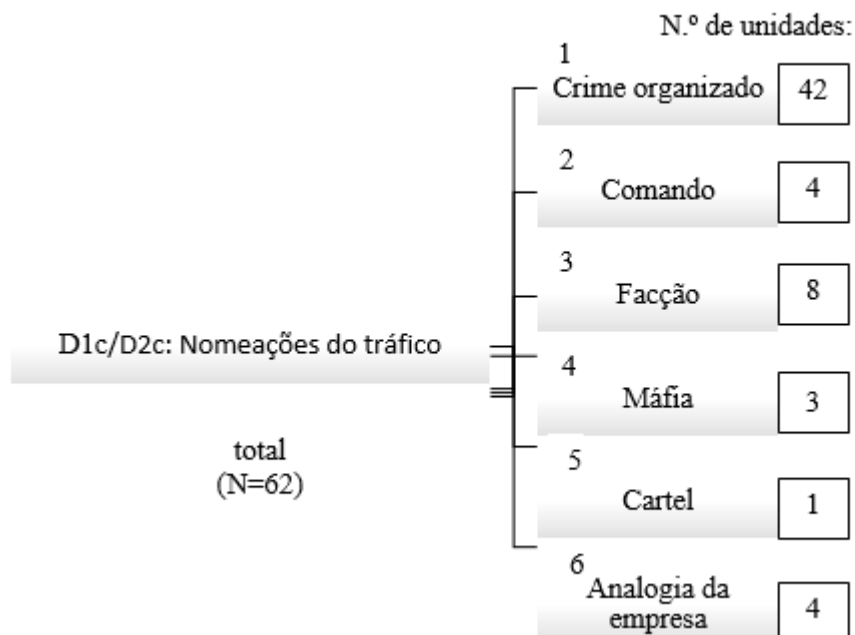
Enquanto a lógica neoliberal produz precarização, pobreza em massa, sensação de insegurança social e a perpetuação de desigualdades que eventualmente acarretam a criminalidade, o sistema punitivo se encarrega de gerenciá-las. O Estado pune as problemáticas sociais que ele mesmo produz, desresponsabilizando-se por favorecer um cenário que promove exclusão e marginalização. (ESTRELA; JUNIOR; TANNUSS, 2021, p. 18).

Conforme pudemos observar, a metáfora “guerra” é uma forma de explicar o acirramento das relações de violência entre atores estatais e não estatais. Contudo, tratando-se de uma “metáfora”, ao mesmo tempo em que mostra aspectos da coisa ou pensamento a qual se refere, encobre outros (LAKOFF; JHONSON, 2002; ORDAZ; VALA, 1997). Nesse passo, na linguagem do telejornalismo policial, a metáfora “guerra” acentua o caráter bélico e a demonstração de “força”, tanto por parte dos coletivos participantes do tráfico, quanto pelas agências de segurança dedicadas a seu combate. Todavia, prevalece nas duas versões a concepção dos policiais enquanto “heróis” e dos traficantes enquanto “inimigos”, pois mesmo na “guerra do tráfico” os agentes estatais desempenham o papel de pacificação. Tal orientação metafórica, oculta, entretanto, os interesses neoliberais implícitos na “guerra às drogas” e suas consequências sobre os agentes, territórios e populações alvo das operações, ao mesmo tempo em que os legitima. A metáfora da “guerra” segue, portanto, à cisão entre “inimigo” e “herói” manifestada na narrativa telejornalística mediante a construção do “perigo” do tráfico face a “eficácia” da polícia. Trata-se de uma simplificação da realidade criminal, por onde a estranheza dos fatos sensacionais pode ser familiarizada através de um maniqueísmo sobre quem representa a ameaça e quem simboliza a proteção.

2.3.5 Nomeações do tráfico

Nessa categoria, apresentamos as nomeações utilizadas pelo grupo de telejornalistas para se referir ao tráfico de drogas, mais especificamente, aos coletivos criminais atuantes nesse comércio. Como sustenta Moscovici ([2000] 2020), a nomeação tem a ver com o processo de ancoragem das representações sociais, por meio do qual nomeamos as coisas para que elas não se apresentem a nós como estranhas ou ameaçadoras. Assim procedendo, adquirimos a capacidade de imaginar e representar o objeto outrora sem nome, inserindo-o em um “sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes [...] onde cada objeto deve possuir um valor positivo ou negativo em uma clara escala hierárquica” (MOSCOVICI, [2000] 2020, p. 62). Noções como as de “crime organizado”, “máfia”, “cartel” ou “comando”, utilizadas pelos telejornalistas, permitem ao grupo a familiarização com a diversidade de atores e interações implicadas no tráfico, conformando-as a uma imagem coesa e substantiva, portanto, mais fácil de ser controlada ou “combatida”. No organograma abaixo destacamos a frequência de aparição desses termos nas cenas categorizadas:

Quadro 07 – Nomeações do tráfico



Fonte: elaboração própria.

O termo “Comando”, é segundo Muniz e Dias (2022, p. 137) uma “alegoria nativa”, utilizada tanto por detentos quanto pelas autoridades e pela mídia. Para as autoras, “Comando” indica “uma ambição de unidade política de propósito e ação”, a “concentração do mando” e a centralidade das decisões, sendo o seu emprego interessante aos discursos sobre a ordem, como também à afirmação de autoridade e governança criminal dos próprios grupos “criminosos”. Por sua vez, a expressão “facção”, ao invés de invocar uma “unidade política”, assinala uma “unidade tática”, reconhecendo o antagonismo e a disputa por supremacia econômica (MIRANDA; MUNIZ, 2018). Nesse sentido, é interessante observarmos como, para além de reproduzirem a denominação facção para se referirem ao PCC, os telejornalistas atribuem, ainda, ao PCC o *status* de “cartel internacional”, o que elimina qualquer antagonismo ou disputa que o termo facção possa sugerir:

(BU) PCC quer dominar tráfico de drogas na Rocinha - 2:53 à 3:11min

Manchete: Guerra entre facções – PCC quer dominar o tráfico de drogas na Rocinha

É dia. Um repórter fala para a câmera segurando o microfone em frente ao prédio do Ministério Público do estado de São Paulo.

Repórter: - Para o ministério público de São Paulo, que já acompanha o crescimento do PCC há mais de 20 anos, a facção paulista que já ganhou o status de cartel internacional de drogas, é mais perigosa do que as organizações cariocas. Principalmente por causa da política de expansão e de centralização do poder.

3:12 à 3:28min

Um homem branco, de óculos, vestindo terno e gravata, fala para a câmera, sentando em uma sala que aparenta ser um escritório, na qual podem ser vistos computadores e pilhas de documentos. Um homem branco, presidiário, é focalizado em uma gravação de câmera de segurança, durante uma conversa com outros homens no pátio de um presídio. É colocado na imagem um filtro circular destacando o seu rosto. Em seguida imagens do mesmo homem sentando em uma sala, falando para uma audiência.

Procurador de justiça: - eles tiveram uma visão que os outros não tiveram. Então, assim, eles têm organização, eles têm tesouraria, eles têm departamento, os outros não. Os outros é tudo aquela muvuca né, o chefe, o chefe manda... não, aí você tem uma hierarquia, você tem uma divisão de funções, você tem aquela coisa que os outros não tem né.

A atribuição do *status* de “cartel” aos grupos que realizam atividades de tráfico de drogas remonta ao discurso econômico transnacional sobre o tráfico, popularizado pelos chamados “cartéis” colombianos de Cali e Medellín, supostamente responsáveis por dominar a exportação de cocaína em atacado a partir dos anos de 1980 (OLMO, 1990). Contudo, já não existem mais “cartéis” como os de Cali e Medellín, que exerçam domínio sobre o tráfico de drogas (SAMPÓ; FERREIRA, 2020). A propósito, foi justamente o processo de desmantelamento dos cartéis colombianos pelas forças de segurança, em meados dos anos de

1990, e conseqüente fragmentação do tráfico em uma multiplicidade de grupos criminosos, o que permitiu a consolidação do PCC em torno do comércio de cocaína (SAMPÓ; FERREIRA, 2020). Nesse sentido, o PCC e o CV, assim como os coletivos criminais de outros países vizinhos da Colômbia, se beneficiaram da “‘democratização’ da cocaína”, resultado da dissolução dos cartéis anteriormente detentores do cultivo e produção dessa droga (SAMPÓ; FERREIRA, 2020, p. 106). Não estavam mais limitados a comprar o produto final das organizações colombianas, nem a operar um “microtráfico” (SAMPÓ; FERREIRA, 2020).

Contudo, argumentam Carolina Sampó e Marcos Ferreira (2020), que as mudanças na forma de atuação do PCC nos últimos anos desafiam essa lógica de fragmentação, abrindo a possibilidade de o grupo vir a se tornar um cartel de nova geração, ou mesmo uma (proto) máfia¹⁸. Tais mudanças, apontam os autores, consistem na internacionalização ou transnacionalização do PCC que, assim como o CV e Família do Norte – FDN, conquistou território no Paraguai, na Bolívia, ingressando também na Colômbia a fim de estabelecer uma negociação direta para a aquisição de cocaína. Seu diferencial em relação aos demais coletivos brasileiros também em processo de internacionalização, consistiria na estratégia dúbia de expansão violenta e organização territorial hegemônica através da pacificação (SAMPÓ; FERREIRA, 2020). Ademais, o estabelecimento de alianças com coletivos criminais locais facilitou a federalização do grupo, angariando o apoio logístico a partir do qual se expandiu por todo o Brasil tendo as prisões de cada estado como “bases centrais”. Não somente a transnacionalização e a federalização permitiriam ver a tendência do PCC a se tornar uma proto-máfia, mas também: a diversificação dos negócios ilegais por ele conduzidos, não mais restritos ao tráfico de drogas; o aprimoramento da capacidade para lavar dinheiro; as conexões com funcionários do estado; os “laços de fraternidade” entre seus membros; o compartilhamento de um código ético de conduta regulador das relações sociais nas prisões e fora delas e a supervisão desse código mediante instrumentos de controle como os “tribunais do crime” (SAMPÓ; FERREIRA, 2020, p. 109). Para Sampó e Ferreira (2019), tais fatos tornariam o PCC uma “empresa ilícita transnacional”, aos moldes de um cartel, onde o objetivo principal consiste em auferir lucros, seja com o tráfico de drogas, de armas, com roubos ou sequestros; e se não lhe faltasse um atributo típico da máfia, “a procura do poder (não apenas do lucro econômico)” enquanto objetivo final, poderia ser considerado também

¹⁸ Trata-se de um modelo de cartel com a pretensão de governança política e desafio ao estado, caracterizado pela cooptação do estado através de suas instituições e pelo controle social no território onde se instala (SAMPÓ; FERREIRA, 2020).

uma máfia (SAMPÓ; FERREIRA, 2020). Todavia, não é pacífica a afirmativa de que o PCC pretende o lucro enquanto “objetivo final”. Segundo Gabriel Feltran (2018, p. 68), no plano ideológico da facção, o “dinheiro é um meio para fortalecer a causa de Paz, Justiça, Liberdade, Igualdade e União, não a finalidade da irmandade”, objetivos não apenas retóricos entre seus integrantes.

A utilização do rótulo de “cartel” para se referir aos coletivos do tráfico de drogas também não é consensual, havendo quem defenda que sequer os “cartéis” colombianos poderiam ser assim qualificados. Desse lado, segundo Paoli (2002), um exame atento dessas organizações revela que elas correspondiam mais a uma combinação imprecisa de “firmas” pequenas e familiares que se uniram para transportar, com menor risco, cocaína aos Estados Unidos. Como argumenta a autora, apesar da aparente organização, o sistema dependia de parcerias pouco duráveis e bastante mutáveis, já que os fabricantes que se associavam para o envio de uma remessa não precisavam ser os mesmos em outras. O traje de “cartel” ficava “folgado” para os grupos colombianos, sobretudo, porque se afirmava com ele a existência de pelo menos dois cartéis, o de Cali e o de Medellín, quando “de acordo com a teoria econômica, não faz sentido falar em mais de um cartel para uma determinada indústria: não mais do que uma única coalizão de empresas pode, em um determinado momento, manter uma posição monopolística em uma determinada indústria” (PAOLI, 2002, p. 68). O mesmo poderia ser dito sobre a qualificação do PCC enquanto um “cartel”, dado que as ambições de hegemonia do grupo enfrentam, em nível nacional, a emergência de novos coletivos antagonistas no mesmo mercado. Nesse sentido, estudos apontam para uma “faccionalização” do país”, que compreende desde a expansão da rede carcerária do PCC (as “sintonias”) e das franquias do CV, à migração de membros do PCC e do CV e a emergência de grupos locais em praticamente todos os estados do país “em aliança (ex: GDE-CE, Bonde dos 13-AC, Estados Unidos-PB, Bonde dos Malucos-BA), ou em oposição (ex: FDN-AM, PGC-SC, Okaida-PB, Sindicato do Crime-RN) ao PCC” (DIAS; MANSO, 2018, p. 6).

Gabriel Feltran (2018) questiona a afirmativa veiculada nas reportagens e em entrevistas a respeito do PCC quanto ao monopólio exercido pelo grupo sobre o tráfico varejista e atacadista em São Paulo. De acordo com o autor, é preciso considerar uma visão geral sobre o funcionamento do tráfico e da facção. Desse lado, o mercado do tráfico de drogas é vasto e diversificado, onde “aventureiros” (“microtraficantes” que “flertam” com o tráfico na juventude), fora das lentes policiais ou das facções, compram a “mercadoria” no atacado através de “contatos”, na fronteira do Paraguai, ou dentro do Brasil, nos pontos onde é produzida maconha no Nordeste, em Foz do Iguaçu ou outros lugares, para revende-las no

varejo em São Paulo e outras regiões, incentivados pela lucratividade dos preços que podem exceder 500% do valor da droga (FELTRAN, 2018). Fundamentais para a capilaridade do tráfico (para fazer chegarem as drogas a quem prefere menor exposição), os micro traficantes, dispersos na malha urbana, não conhecem necessariamente o funcionamento das operações dos “grandes empresários” da droga, não possuem relação com o PCC ou outras facções, tampouco os carregamentos que chegam até eles passam necessariamente por “empresários” do Primeiro Comando. Os aventureiros também não estão subordinados ao “controle político administrativo” do PCC, como acontece quando revendem nas redes que a facção não regula, nas classes médias ou setores das “elites” (FELTRAN, 2018, p. 67). Ademais, apesar de os “grandes empresários” conectados ao PCC ocuparem estrategicamente posições no atacado, isso não significa que o PCC, enquanto “instituição”, detenha o controle e o monopólio deste setor, ocupado por poucos “grandes empresários”, dos quais grande parte, latinos, não possuem outra vinculação com a “facção” além da comercial (FELTRAN, 2018). De acordo com Feltran (2018, p. 74), ao invés de um monopólio econômico do mercado ilegal, o PCC detém uma “hegemonia política nas cadeias e no mundo do crime das quebradas de São Paulo”.

Sem entrarmos no mérito quanto ao fato de o PCC corresponder ou não a um “cartel”, nos interessa observar que os telejornalistas quando assim qualificam esse coletivo criminal, o fazem sem qualquer problematização, apenas aderindo à concepção do Ministério Público – MP a esse respeito, com a pretensão de realçar a periculosidade imprimida sobre tal organização. Desse lado, as narrativas institucionais do MP de São Paulo sobre o PCC costumam descrever as ações praticadas pelo grupo a fim de conquistar o protagonismo na criminalidade paulistana enquanto uma demonstração de força e mobilização “contra o aparelho estatal”, uma tentativa de intimidação da administração prisional e do MP (DUARTE, 2021, p. 272). Também salientam seus aspectos empresariais orientados por uma “racionalidade burocrática”, sua estrutura hierárquica, organização e divisão celular, construindo a ideia de uma disputa entre “duas entidades coesas, PCC *versus* Estado” resultante no fortalecimento contínuo do grupo à despeito das investidas repressivas das agências de justiça criminal (DUARTE, 2021, p. 273). O PCC é transformado em “um contraponto às ações estatais, perspectiva próxima ao senso comum, cujo cerne é que o dito crime organizado seria uma espécie de ‘poder paralelo’” (DUARTE, 2021, p. 273). As denúncias oferecidas pelo MP também destacam a pretensão de expansão da organização criminal, citando o “estatuto” elaborado pelo próprio PCC, onde se afirma a inexistência de um limite territorial para o comando, bem como a desvinculação da pertença de seus membros

à limites municipais, estaduais e nacionais. Nesse passo, o grupo é retratado enquanto um conjunto de células autônomas dedicadas a abrir novos mercados e dilatar os lucros, como faz uma empresa (DUARTE, 2021). Ao tomar o MP enquanto fonte principal sobre o PCC, os telejornalistas corroboram com essa narrativa construída pelo sistema de justiça criminal sobre a facção.

Na segunda cena da mesma reportagem citada, a fim de conferir credibilidade à afirmativa de que o PCC corresponde a um “cartel” e que a sua “política de expansão e de centralização do poder” o torna mais perigoso que as organizações cariocas, os telejornalistas recorrem à opinião “especializada” de um procurador de justiça. Na fala do procurador, é possível notarmos os elementos nos quais o grupo se ancora. Nesse sentido, o fato de o PCC dispor de maior “organização”, de uma “tesouraria”, um “departamento”, “divisão de funções” e “hierarquia”, explicam, nas palavras do procurador, o diferencial do PCC em relação a outros grupos criminosos. Entretanto, comparando o comércio varejista do Rio de Janeiro, protagonizado pelos Comandos, e o de São Paulo, protagonizado pelo PCC, Hiratta e Grillo (2017, p. 80) notam que em ambos os lugares, os coletivos atuantes nesse mercado estão organizados hierarquicamente em uma “relação patrão/empregados”, bem como apresentam uma “divisão interna dos papéis”, ainda que a “hierarquia” e os papéis mudem de um lugar para o outro. A diferença mais contundente é que no Rio segmentos opostos competem por “espaços prisionais e territórios para a venda de drogas”, enquanto em São Paulo o PCC hegemoniza o “comando” das prisões e bairros (HIRATTA; GRILLO, 2017, p. 79), tornando mais visível para as autoridades e para a mídia o caráter de “organização” e o encaixe no rótulo de “cartel”.

Quando passamos às especificidades da estrutura do PCC, entretanto, conseguimos ter uma ideia dessa “visão” que eles tiveram e “os outros não tiveram”, segundo as palavras do procurador. Nesse sentido, desde 2006, o PCC passou a adotar uma nova organização: ao invés de uma estrutura piramidal encabeçada por um líder, assumiu uma estrutura piramidal com diversas instâncias, onde a liderança compete à “afinação geral”, ocupada por cinco integrantes; abaixo da qual se posicionam as “torres” (os membros responsáveis pelo controle das áreas “de acordo com os códigos telefônicos da região onde moram”); sucedidas, inferiormente, pelas “disciplinas”, que exercem a função das “torres” nas áreas cuja extensão territorial dificulta o controle por estas últimas (SAMPÓ; FERREIRA, 2020; FERREIRA, 2019, p. 8). Apesar da “hierarquia” implícita nessa estrutura, as posições ocupadas são intercambiáveis em qualquer das instâncias, e todos os membros devem estar preparados para assumir uma liderança (SAMPÓ; FERREIRA, 2020; FERREIRA, 2019). Todavia, a estrutura

particular do PCC não o distancia tanto dos outros coletivos do tráfico de drogas, porquanto, estes também adotam, com variações, uma estrutura onde há “hierarquia”, “organização” e “divisão de funções” (HIRATA; GRILLO, 2019).

A hierarquia e a divisão interna das funções são interpretadas em analogia com o mercado empresarial formal, ressaltando o referencial comum acessado pelos telejornalistas para a compreensão do mercado de drogas ilícitas, qual seja, a interpretação de um mercado ilegal a partir da lógica aplicada ao comércio das mercadorias legais. Esta analogia é ainda mais evidente na cena destacada abaixo:

(BU) PCC fatura R\$ 400 milhões por ano – 4:06 à 4:36m in

Manchete: ATAQUE EM 26 CIDADES. Polícia investiga se ataques são ordens do PCC.

Durante a noite, um policial encapuzado, vestindo um colete da receita federal, bate levemente em diferentes pontos de um grande bloco de pedra branca, pouco maior do que ele, com um martelo, como se o examinasse. Outro agente da receita dá marteladas no bloco de pedra. Em seguida, 3 mesas da delegacia aparecem repletas de sacos transparentes, pequenos e grandes, preenchidos com um pó branco, contendo também um isopor grande com o mesmo pó, munições, 1 calculadora e 1 balança de precisão. É exibida a imagem de um homem branco, vestindo trajes sociais, sentado em um escritório.

Procurador de justiça: - Você estar inserido dentro de uma empresa é uma coisa. Você estar inserido dentro de uma empresa criminosa é outra coisa completamente diferente. A criminosa, ela não administra, ela explora, é diferente. Então se você não atende às expectativas de uma empresa, você pode ser demitido. Se você não consegue suprir as necessidades de uma organização criminosa, você pode ser demitido ou você pode ser morto.

De acordo com Moscovici ([1961] 2012, p. 239), a analogia corresponde a um princípio da organização intelectual, mediante o qual agrupamos “noções distintas” e as realidades a elas subjacentes “em uma mesma categoria” ou rubrica, “fazendo gerar um novo conteúdo” a partir do “transbordamento do conteúdo”. Isto é, reunimos ideias distintas em um mesmo conceito, quando a proximidade entre elas, provocada pela convivência em um mesmo espaço do pensamento, interfere sobre seus significados, transportando para uma o que pertence originalmente à outra e conformando, portanto, um novo conceito: o misto das propriedades da ideia objeto da analogia com as propriedades da ideia com a qual ela foi comparada. Dessa perspectiva, quando, na cena destacada acima, o procurador afirma que uma organização criminosa é uma empresa, a ideia de organização criminosa ultrapassa o seu domínio para alcançar um universo que lhe é oficialmente externo, o do comércio formal legal. Ocupando o mesmo espaço aberto pela analogia, incluídas numa mesma categoria, as características de uma empresa são transpostas para a “organização criminosa”, que passa a ser compreendida como uma “empresa criminosa”.

Segundo Moscovici ([1961], 2012), o que está em causa na analogia não é uma mera assimilação de uma ideia pela outra, mas uma “substituição instrumental”, que permite comunicar a partir de um referencial limitado de conhecimentos. Através da analogia comunicamos economizando informação. Para tanto, agrupamos ideias negligenciando suas propriedades particulares em prol do que há de similar e de diferente entre elas (MOSCOVICI, [1961] 2012). Ou seja, mesmo que essas ideias comportem tanto propriedades similares quanto diferentes, nos interessa colocar em evidência uma coisa ou outra, e por isso a negligência ocorre, para possibilitar as inferências. Sob essa ótica, o procurador reconhece que estar inserido em uma empresa criminosa, é, em suas palavras, “completamente diferente” de participar de uma “empresa” comum, sem abrir mão, no entanto, da similaridade entre elas, o que lhe autoriza comparar a organização criminosa com uma empresa. Apesar de seu argumento ser colocado em termo de distinções, da diferença entre uma empresa e outra, é a similaridade o que sustenta o argumento, a propriedade comum “empresa”. A analogia permite aqui a coexistência de ideias contraditórias na comunicação, como a ideia de que uma organização criminosa é, ao mesmo tempo, uma “empresa criminosa” e algo “completamente diferente” de uma empresa.

Conforme Moscovici ([1961] 2012, p. 240), “o princípio de analogia é um princípio de *mediação* entre dois ou mais universos, deixando que haja permeabilidade entre eles, o que permite a possibilidade de assimilação do que é externo e, ao mesmo tempo, o agenciamento do que já existe”. Nesse sentido, na analogia da “empresa criminosa” elaborada pelo procurador, ao mesmo tempo que o elemento externo “empresa” é assimilado, os elementos internos à categoria “organização criminosa”, como a “exploração” e a “morte”, são agenciados. Assim, participar de uma organização criminosa pode ser o mesmo que participar de uma empresa, do mesmo modo que “ser explorado” ou “morrer” podem ser também consideradas consequências dessa participação, semelhantes à “administração” ou a “demissão” em uma empresa formal. Desse modo, “a racionalidade por analogia” cumpre seus dois objetivos: para além de integrar elementos distintos em um conjunto, impõe “o desenvolvimento da imagem de um fato ou conceito que entra nos horizontes do grupo ou do indivíduo”. Neste caso, a analogia impõe uma imagem do tráfico enquanto uma organização criminal empresarial. Por isso mesmo podem ser conciliadas a ideia de que uma organização criminosa é e não é uma empresa, dado que a instrumentalidade da analogia da empresa criminosa está colocada mais a serviço de ressaltar a “organização” dos coletivos criminais do que de fato considerá-los enquanto empresas legítimas.

A analogia com a empresa para se referir ao tráfico é algo operado também por pelos grupos atuantes nesse mercado, que se referem às “biqueiras” como “lojas” (MALVASI, 2013) e aos seus coletivos enquanto “firmas” (HIRATA; GRILLO, 2017; MUNIZ; DIAS, 2022). Segundo Muniz e Dias (2022), um efeito da analogia dos grupos armados enquanto empresas é a publicidade criminal de tais grupos, apresentados como mais fortes e dominantes. Além disso, o mercado do tráfico de drogas se beneficia do deslocamento de valores e modos operacionais peculiares às gestões empresariais para o domínio subjetivo da vida (AMARAL, 2020). Nesse sentido, o tráfico, enquanto “trabalho” informal e ilegal, é associado pelos que nele se “empregam” à uma recusa à exploração e escravização no mercado legal, à liberdade, ao progresso material e ao ganho monetário, aparecendo como uma alternativa de inserção na cultura do empreendedorismo ou como via para o reconhecimento social (ser conhecido e respeitado em sua comunidade) (AMARAL, 2020). Segundo Thaísa Amaral (2020, p. 129), “trata-se, no entanto, de um trabalho inserido na dinâmica do capital, marcado pela fetichização da mercadoria e pela avidez da rentabilização”. O tráfico também pode ser encarado como um aliciador e cooptador para o trabalho infantil, na medida em que o enfraquecimento das antigas organizações criminais, decorrente da deflagração de uma “guerra” contra as drogas, impactou na criação de estratégias de lucratividade e barateamento dos custos, como a venda de substâncias com baixa qualidade para alcançar o público com menor poder econômico e a utilização de crianças, adolescentes e jovens com dificuldades de inserção no mercado formal (ALBERTO; PESSOA, 2018).

Para os jovens inseridos no tráfico varejista o “trabalho” formal e legal é visto como uma via de escape do crime ou da prisão, mas não deixam de considerar a participação no tráfico enquanto uma forma de trabalho (COSTA; BARROS, 2019). Conforme sintetiza um deles: “traficante não é vagabundo [...] é criminoso, [...] é diferente” (COSTA; BARROS, 2019, p. 2413). O fato de não ficar em casa deitado o dia todo, gastar energia e obter ganhos financeiros, situa, para esses jovens, o tráfico acima da “vagabundagem”, enquanto uma forma de atenderem à “ideologia do desempenho”, justificando seu lugar no mundo mediante a distinção de um lugar “ainda pior” (COSTA; BARROS, 2019, p. 2414). Para tanto, mobilizam categorias típicas do trabalho legal para explicar o trabalho ilícito, como a obediência à uma “carga horária”, a subordinação à um chefe e a ocupação de um “cargo” (COSTA; BARROS, 2019).

Considerando especificamente o PCC, há um predomínio da interpretação dessa organização a partir do modelo empresarial, embora tal metáfora seja insuficiente para

compreender o seu todo, uma vez que ela recobre apenas uma de suas sintonias¹⁹, a mercantil, autônoma em relação às demais (FELTRAN, 2018). A empresa é, pois, uma face da facção, cujo sistema gestor mais amplo poderia ser melhor compreendido, segundo Gabriel Feltran (2018, p. 25), enquanto uma rede ou uma “sociedade secreta, organizada entre iguais”, mesmo que tal irmandade seja composta por numerosos “empresários criminais”, ou mesmo, empreendedores autônomos, atuantes no mercado legal e ilegal. Tal metáfora empresarial, argumenta Feltran (2018, p. 14, 15, 24), supõe a existência de “um CEO, um presidente ou um conselho de administração, com autoridade para ordenar o que devem fazer seus subordinados – inferiores em hierarquia e economicamente dependentes dessa liderança”, mesmo que o poder econômico da facção, a sua “capacidade para extrair lucro”, esteja concentrada em posições e funções, ao invés de pessoas, passíveis de serem ocupadas por qualquer “irmão”, como uma “arte da chefia sem mando”.

Ainda na esteira das nomeações, o grupo dos telejornalistas se vale do termo “máfia” para qualificar as organizações do tráfico, conforme pode ser notado nas cenas destacadas abaixo:

¹⁹ As sintonias correspondem à forma de organização da facção, cada uma delas atua de forma autônoma (FELTRAN, 2018). Uma “Sintonia Final Geral” se ocuparia dos assuntos que escapam à alçada das “Sintonias dos Estados e Países” onde atuam os irmãos, diretamente relacionada à Sintonia Restrita, “responsável pela inteligência militar da organização” (FELTRAN, 2018, p. 30). Além destas há também uma Sintonia “do Sistema (todas as cadeias PCC), da Rua (todas as quebradas PCC), do Paiol (todas as armas da facção), dos Gravatas (os advogados da facção [...]), do Cadastro (todos os integrantes batizados, inclusões e exclusões) e do Progresso”, esta última encarregada da gestão financeira e empresarial (FELTRAN 2018, p. 30).

(BU) Polícia Federal desmonta organização criminosa no MS – 1:03 à 1:21min**Manchete: MÁFIA DA FRONTEIRA – Polícia Federal desmonta organização criminosa**

Durante o dia, repórter segura o microfone e direciona sua fala à câmera em frente a um prédio da polícia federal.

Repórter: - Para a polícia federal, a partir das investigações, foi desmantelada uma organização criminosa com características de máfia, traços de um clã, ou seja, criminosos de uma mesma família ostentavam na cidade de mundo novo, que tem cerca de 18.000 habitantes.

1:22 à 1:38min

Delegado fala ao microfone para a imprensa, ao fundo uma parede decorada com a logomarca da polícia federal. É exibida a fotografia do suspeito trajando um uniforme de policial mirando uma arma para a câmera. Outra fotografia do suspeito, usando trajes de gala em uma festa ao lado de uma mulher, posando para a foto com um brinde. Fotografia de uma lancha. Fotografia do interior de uma limusine, na qual pode ser vista uma noiva e baldes com bebidas e taças.

Repórter: - O delegado da polícia federal descreve que, entre os presos, um PM seria o cabeça da organização. O policial militar tinha renda de cerca de R\$ 4.000 reais, salário incompatível com a vida de ostentação e luxo.

1:39 à 1:59min

Delegado fala em uma coletiva de imprensa para 6 microfones de emissoras distintas apontados em sua direção. Fotografia de um homem e uma mulher de braços dados, vestindo trajes de festas em um salão decorado com flores e castiçais. Fotografia de pessoas vestindo trajes de festa, reunidas em círculo em um salão decorado com balões, erguendo suas taças em um brinde.

Uma renda mensal de aproximadamente R\$ 4.000 reais, daí você tira veículo de luxo, você tira imóveis, você tira sítios, você tira viagens internacionais para vários membros da família, você tira festas bancadas aí para a população, festas abertas para quem quisesse comparecer.

De acordo com os telejornalistas e o delegado consultado pelo programa, elementos como o pertencimento dos membros do grupo “criminoso” a uma mesma família, a “ostentação” de bens patrimoniais e de um estilo de vida requintado, e a corrupção dos agentes do Estado sob a forma do policial líder da organização, permitem a visualização do grupo como uma “máfia” com “traços de um clã”. O termo “máfia” foi aplicado originalmente para qualificar associações internacionais como a “Cosa Nostra siciliana e a Ndrangheta calabresa na Itália, a La Cosa Nostra americana, as Tríades chinesas e a Yakuza japonesa”, tidas como o protótipo do “crime organizado” (PAOLI, 2002, p. 71). Mas se pode argumentar que mesmo estas confederações familiares não configuram crime organizado, pelo menos nos termos que tal conceito propõe, afinal, como sustenta Paoli (2002, p. 52), apesar de duradouros e de grande escala, os grupos “mafiosos” “não estão exclusivamente envolvidos em atividades de mercado ilegal, nem seu desenvolvimento e configuração interna são resultado da dinâmica do mercado ilegal”. Eles preexistem aos “mercados ilegais modernos”,

como o “comércio de seres humanos, drogas e armas” (PAOLI, 2002, p. 63), e realizam numerosos empreendimentos, por vezes pequenos e efêmeros, se assemelhando menos a “máfias” do que a “tripulações: associações frouxas de pessoas que se formam, se dividem e se reúnem novamente quando surge a oportunidade” (PAOLI, 2002, p. 68). Nenhum desses fatores impediu, entretanto, que o termo “máfia” viajasse o mundo nos filmes, romances e noticiários, enquanto entretenimento e descrição de uma criminalidade onipresente e em ascensão (ZAFFARONI, 1996; KALIFA, 2017).

O temor e o fascínio da sociedade com a máfia recobram o antigo encantamento diante do surgimento de uma “aristocracia criminal”, emergente sob a alcunha de um “meio” criminoso. Na França, pós-Primeira Guerra Mundial, a noção de “meio” cumpria a mesma função desempenhada pela noção de “crime organizado” em outras línguas, designando uma sociedade criminosa com suas próprias regras, códigos de honra, mentalidade e “organização quase feudal em clãs ou fratrias” (KALIFA, 2017, p. 251). De acordo com Kalifa (2017), esse fenômeno se origina do enriquecimento geral da sociedade criminosa, iniciado pela expansão do tráfico de entorpecentes (sobretudo da cocaína e do ópio) entre os anos de 1905 e 1910 e pelos ganhos igualmente consideráveis da prostituição internacional, ainda mais extraordinário na década seguinte com os lucros propiciados pela lei seca. Em menos de trinta anos, uma minoria delinquente, entretanto significativa, ascendia socialmente, nascendo com ela uma nova estética do bandido “na estica” (bem vestido, de boa postura, adornado com ouro, seda, terno e gravata, de automóvel, fortemente armado, frequentador das elites legais e relacionado publicamente com políticos e negociantes formais) e dissolvendo a estética tradicional popular do bandido operário (KALIFA, 2017). Como demonstra Kalifa (2017), a realidade do fenômeno era ampliada pelos jornais, revistas e cinema que popularizavam a imagem de uma “aristocracia” do crime.

Os traficantes não estavam mais somente nos “pardieiros”, mas andando às claras na companhia de figuras públicas da política e dos negócios, vestindo seda e ouro, e dirigindo automóveis. Nesse sentido, a dimensão visual das cenas destacadas no telejornal coloca em evidência o estilo de vida “luxuoso” vivenciado pelos membros da “organização criminosa”: festas, trajes galantes, limusine, lancha, em suma, elementos que indicam certo enriquecimento “ilícito”. Possivelmente, o termo “máfia” cumpre no pensamento dos telejornalistas o mesmo papel desempenhado outrora pela noção de “meio”, qual seja, o de assimilação de uma sociedade criminosa enriquecida ilegalmente.

A propósito, o grupo de telejornalistas mobiliza diferentes expressões e imagens que apontam no tráfico um caráter de contra-sociedade organizada. Sob essa ótica, expressões

utilizadas pelos telejornalistas, como “tribunal do crime”, “partido do crime”, “mundo do crime” ou “estatuto do crime”, também proclamadas pelos próprios coletivos criminosos e não só pelas mídias, indicam que os grupos atuantes no comércio de drogas e outras mercadorias ilegais estão poderosa e hierarquicamente organizados para perverter e contrafazer a sociedade. Na cena destacada abaixo, observamos como a narrativa da trajetória individual de um suspeito no comércio de drogas é apresentada em termos de busca por “fama” no “mundo da bandidagem”.

(BU) Traficante é acusado de cometer série de crimes em SP - 0:01 à 0:55min	
Manchete: ASSASSINO, LADRÃO E TRAFICANTE – “Piá” é acusado de cometer uma série de crimes	
Exibição da fotografia do suspeito (branco, sem camisa, em pose descontraída, com uma mochila nas costas e um óculos escuro na cabeça). Imagens de um assalto, atribuído ao suspeito, à uma loja, filmado pela câmera de segurança, onde três pessoas aparecem encapuzadas e armadas.	Repórter: - Ele tem apenas 21 anos. Passou pouco tempo na cadeia, o que já lhe deu força para voltar a cometer crimes.
Nova fotografia do suspeito, sinalizando positivamente para a câmera com as mãos, sem camisa, com óculos escuro sobre a testa e correntes no pescoço.	Emerson Piá Lima Reis ganhou fama no mundo da bandidagem depois de participar de grandes assaltos,
Imagens de assalto a um caixa eletrônico, filmadas por câmeras de segurança, nas quais aparecem policiais em confronto com assaltantes	homicídios e principalmente de ataques a policiais que ousam invadir o terreno dominado por ele, a comunidade morro do sabão no jardim arpoador, zona oeste de São Paulo.
As fotografias do suspeito são novamente exibidas no centro da tela	Frio, cruel, Piá passou a controlar o tráfico de drogas na região.

A ideia de que os “bandidos” compõem um “mundo”, o da “bandidagem”, encontra inspiração nas categorias nativas construídas pelos participantes de coletivos criminais como a “massa”²⁰ (RAMALHO, 2008), o “proceder”²¹ (MARQUES, 2009) ou a “sintonia”²²

²⁰ Ao analisar “a versão do criminoso sobre o mundo do crime” a partir de entrevistas com presidiários, Ramalho (2008, p. 13) identifica certa normatização da “vida criminoso” a partir de um conjunto de regras vigentes e compartilhadas entre eles próprios. As “leis da massa”, como eram chamadas pelos presidiários tais regras, correspondiam, em suas palavras, a uma “entidade do delinquente” e um “trato” entre eles mesmos, que servia à identificação da pertença ao “crime” (RAMALHO, 2002, p. 38). Assim, apesar de compartilharem com os outros presidiários a condição comum de infrator ou suspeito, eles não se consideravam todos igualmente “criminosos”; isso dependia de sua pertença à massa, definida por dois elementos: a manutenção, após a saída da cadeia, da ligação com quem ficara lá e a continuidade das práticas criminosas – continuidade no sentido da reiteração de atos criminosos, mas também do fato de que ele poderá ser “lembrado” por meio da sua “foto” no noticiário ou do seu “nome” na cadeia. As leis da massa correm ao lado das leis oficiais, apesar de se chocarem quando o comportamento por elas prescrito, o “proceder”, se contrapõe ao das leis penais. “Caguetar” (dedurar) alguém, por exemplo, gerava o repúdio dos outros participantes da “massa” (RAMALHO, 2008).

(BIONDI, 2014). Elas evidenciam certa “ética” construída por “criminosos”, “presidiários” ou “parceiros” para lidar com a convivência nos presídios e em sociedade (RAMALHO, 2008; MARQUES, 2009), como também para se referir aos “arranjos formados pelos movimentos” e ao deslocamento por esses arranjos (BIONDI, 2014, p. 205). As categorias “sintonia”, “massa” ou “proceder” alimentam a ideia de um “mundo do crime” por evidenciarem a possibilidade de reunião, comunicação e convivência entre criminosos a partir de ideias ou posturas comuns. Todavia, como permitem ver Ramalho (2002), Marques (2009) e Biondi (2014), quando observadas do ponto de vista de quem convive nesse “mundo”, elas indicam mais fortemente a necessidade de conexão em meio à uma dinâmica fracionária, o contrário da homogeneidade suposta na ideia de um “mundo da bandidagem”.

A noção mais empregada pelo grupo dos telejornalistas para nomear o tráfico de drogas é a de “crime organizado”. Observemos como isso se passa nas cenas destacadas abaixo:

(BU) Guarujá: Traficantes são presos em operação da Rota – 0:00 à 0:33min

Manchete: COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – Traficantes de drogas são presos em operação da ROTA

No interior de uma residência, um indivíduo negro, sentado no chão, descalço e sem camisa. Em seu entorno é possível ver as botas de um policial, de pé às suas costas. Ele abre a sua mochila e retira uma sacola na qual conteria drogas.

Repórter: - Este traficante não conseguiu escapar dos homens da rota, a tropa de elite da polícia militar paulista. O criminoso abre a mochila e lá estão 6 quilos de maconha. Policial 1:- Isso tá pronto pra venda? É? Tá pronto pra venda? Quanto é que você vende aí? Policial 2: - Vale quanto isso aí? Suspeito: - R\$ 1.800. Policial 1: - R\$ 1.800? Repórter: - Paulo César Bispo dos Santos foi o primeiro a ser preso no morro do macaco, no Guarujá, litoral de São Paulo. Mas não foi o único não.

²¹ Segundo Marques (2009, p. 28) o “proceder” compacta as regras de convivência no espaço prisional, mas também fora dele, e mais do que uma ação, é um substantivo ou atributo, pode-se “ter” ou não proceder, ter ou não certo “‘respeito’, ‘conduta’ e ‘atitude’” como a lealdade ou a humildade.

²² De acordo com Karina Biondi (2014, p. 199, grifos da autora), o termo “sintonia” é expresso com três sentidos: “como conexão entre *ladrões*, prisões e *quebradas*, como conexão com o PCC e, finalmente, como *resposta*”. No primeiro sentido ele se refere a ligação com quem está próximo ou é parceiro, quem “soma”, “corre lado-a-lado” (BIONDI, 2014, p. 199), ou se refere ainda à “conexão entre prisões (“tamo em sintonia com os caras do fundão”) e *quebradas* (“tô em sintonia com a quebrada tal para definir essa ‘fita’)”, à possibilidade de ligação comunicacional (entre unidades prisionais e entre prisões e “quebradas”) (BIONDI, 2014, p. 199). No segundo sentido, “ela vem carregada da disciplina do Comando”, “como se a sintonia entre prisões e quebradas fosse possível graças à sintonia de cada uma com o PCC”, o que não implica necessariamente em fazer parte do Comando, mas em “estar no Movimento” (BIONDI, 2014, p. 201). No terceiro sentido, enquanto “resposta”, para além da comunicação ou da reunião a “sintonia” evoca “a soma de movimentos em torno de uma missão a ser cumprida, de uma luta ser travada”, o que demanda estar “visível e acessível aos que possam querer acioná-lo” (BIONDI, 2014, p. 204).

1:54 à 3:31min

É exibida a imagem de drogas “endoladas”, 1 rádio comunicador, dinheiro e 1 carteira de identificação - RG.

É exibida uma fotografia 3x 4 de um indivíduo negro apontado como traficante, seguida de fotografias 3x4 de outros 2 indivíduos negros também alvos da mesma acusação. Em seguida a imagem da apreensão de “tijolos” de cocaína, celulares, dinheiro, um galão, ampola de adrenalina e caixas de papelão. Uma nova tomada exhibe os dois indivíduos mostrados nas últimas fotografias, durante à noite, em pé, de frente para a parede e de costas para a câmera. A imagem corta e agora a reportagem focaliza um policial atravessando a rua, durante o dia, trazendo consigo, algemado, um indivíduo negro que, com a ajuda de outro policial, é conduzido à delegacia. Imagens diurnas de uma viatura com as portas abertas na garagem da delegacia e cinco policiais ao redor das portas. A câmera focaliza a repórter que está em frente à delegacia. Imagens 3x4 de mais 3 indivíduos presos, dentre os quais um é negro. Imagem de drogas endoladas, 3 “tijolos”, 1 celular e 3 cédulas de dinheiro (R\$ 35 reais). Imagem 3x4 de um indivíduo negro.

A reportagem oscila entre as imagens de um policial sendo entrevistado pela repórter e de um grupo de 4 policiais andando enfileirados nas ruas de uma comunidade, durante o dia, com as armas em punho apontando para o alto e para as residências.

Repórter: - Com Rodrigo Sales de Andrade tinham porções de cocaína, crack e maconha, tudo pronto para venda, e ainda o dinheiro da movimentação do tráfico do dia. Elisánias Conceição dos Santos, também foi preso com drogas. Já na casa onde estavam Rafael Santos Nunes e Leonardo Raick Ferreira da Silva havia de tudo. Tijolos de cocaína, um galão de lança perfume e doses de adrenalina para serem misturadas ao entorpecente e até cestas básicas. Segundo a polícia, a dupla criminosa é responsável pelos principais pontos de tráfico de drogas do morro do macaco. Já Lucas Fermino da Silva era um procurado da justiça. Condenado por roubo estava foragido do sistema prisional.

Além das prisões que aconteceram aqui em Guarujá, equipes da ROTA também foram para a cidade de São Vicente. Lá, 4 pessoas foram presas, totalizando 10 prisões até este momento. Diego de Sousa Santos, Flávio Cardoso Ferreira Lima e Vanderson dos Anjos Correia foram presos por tráfico de drogas e porte de munições na comunidade do Maitá, em São Vicente. Lá os policiais também capturaram Matheus Menezes, um foragido da justiça.

Policial: - Nas denúncias que as pessoas de bem fazem, aqui é um lugar que é apontado com um grande índice de venda de drogas. As pessoas se sentem incomodadas, as crianças são incomodadas, frequência escolar atrapalhada e em virtude de todas essas coisas, pra dar tranquilidade pra comunidade local que acaba não tendo muita voz perante o tráfico, a gente vem pra prestar esse apoio.

A despeito de corresponderem a diferentes operações policiais, em lugares distintos de uma mesma favela e em diferentes cidades, os telejornalistas adequam a diversidade de situações e atores nelas envolvidos à uma mesma rede, à uma ação do “crime organizado”. Nesse sentido, o termo “crime organizado” é utilizado pelos telejornalistas nas cenas analisadas para classificar genericamente as ações de diferentes grupos e indivíduos no tráfico de drogas. Embora também empregue o termo, a comunidade acadêmica tem se objetado ao uso genérico dessa classificação para designar um universo composto por atores e organizações distintas, como é o tráfico de drogas, destacando a necessidade de quando utilizado, fazê-lo acompanhar das singularidades das organizações criminais (ADORNO, 2019). O uso generalizado do termo tem dado lugar às abordagens “fantasmagóricas” sobre os grupos criminosos (MUNIZ; DIAS, 2022).

A expressão “crime organizado” não é uma categoria eminentemente jurídica, ou um conceito criminológico (ZAFFARONI, 1996), mas antes uma “categoria-exílio”, como se referiram Jacqueline Muniz e Camila Dias (2022, p. 131), onde se depositam fragmentos empíricos, “conjecturas, prescrições político-jurídicas e raciocínios hipotéticos”, reunindo no mesmo espaço os resultados de pesquisas e teorias do senso comum. Trata-se de um arquivo aberto, onde são cumuladas provisoriamente “presunções, prescrições e prospecções” a depender do contexto social, histórico e político (MUNIZ; DIAS, 2022, p. 131). A maleabilidade desse arquivo ou referencial permite negociar a qualquer tempo aquilo que será considerado crime organizado, e uma vez assim considerado, passará a existir enquanto tal. Como afirmam as autoras sobreditas, a realidade do termo é criada pelo próprio ato de sua enunciação.

Diferentes atores participaram da construção do “crime organizado”, desde os meios de comunicação aos especialistas, autores ficcionais, políticos, operacionalizadores das agências penais, cada qual movido por seus próprios objetivos (ZAFFARONI, 1996). A tipologia “crime organizado” apareceu no discurso público disputada pelo universo acadêmico como unidade classificatória da criminalidade e pelo universo da segurança pública como “uma hegemonia tipológica” (MUNIZ; DIAS, 2022, p. 131), em todo caso enquanto uma forma de definir a “criminalidade” e com isso torna-la menos opaca. Segundo Letizia Paoli (2002), a expressão “crime organizado” tem sido utilizada para exprimir, em um bordão, a ansiedade das pessoas e instituições diante da expansão dos mercados ilícitos e da mobilidade dos criminosos na economia lícita, nas instituições políticas e fronteiras nacionais.

A ideia de “crime organizado” supõe uma organização criminal ou para fins criminais, declarando desde logo a ilegalidade da “organização” e não somente dos atos praticados pelos indivíduos “organizados”. Sua penetração no ordenamento jurídico penal se aproveita do ilimitado poder de punir do Estado, que se adianta sobre os atos eventualmente praticados na tentativa de incriminar sua potencialidade, a mera possibilidade de que se realizem (MUNIZ; DIAS, 2022). Assim, regulada no país enquanto “organização criminosa” (BRASIL, 2013), a atribuição da “organização” depende da comprovação efetiva da associação entre os seus membros, da verificação do “*animus* (intenção de agir conjuntamente)” e da “*affectio societatis* (realização do ato conjunto)” (MUNIZ; DIAS, 2022, p. 133). Contudo, a inconsistência classificatória tem favorecido “a produção de sobre alcances incriminatórios no afã de colocar, além de indivíduos, um ente imaterial e intangível, as próprias interações sociais, no banco dos réus” (MUNIZ; DIAS, 2022, p. 133). No mesmo passo, os telejornalistas enunciam o “crime organizado” enquanto o alvo do “combate”, realçando uma

“entidade” a partir dos atos incriminatórios praticados por indivíduos. Ao focalizarem os suspeitos de tráfico pelo prisma do “crime organizado”, sem a demonstração da “organização”, generalizam a concepção de que qualquer grupo ou modalidade de tráfico podem ser assim considerados.

A nomeação, pelos telejornalistas, das atividades e coletivos criminais enquanto “comando”, “facção”, “cartel”, “máfia”, “empresa” ou “crime organizado”, embora imprima sentidos específicos conforme notamos, serve à uma finalidade comum, de familiarização com a complexidade de um mercado ilícito construído à sombra do mercado legal, onde a ausência de formalidade não impede o recurso às lógicas próprias da formalidade e da legalidade, como a “organização”, a “hierarquia”, as “sanções” disciplinares e os ideais de “lucratividade”, “competitividade” e “empreendedorismo”, mas os concilia com estratégias peculiares à criminalidade, como a “violência” física e a ilicitude dos serviços e “mercadorias”. Por esse prisma, o tráfico e os grupos nele atuantes, são percebidos pelos telejornalistas como algo ao mesmo tempo distante, porque criminoso, e familiar, porque passível de ser interpretado a partir dos referenciais comuns empregados no universo das relações cotidianas de trabalho fora do “crime”. O marco do trabalho auxilia, portanto, tal familiarização, servindo a ancoragem da “organização”, “estrutura” e modo operacional do tráfico em um referencial de noções sobre os modelos e relações de trabalho formal e legal com o qual estão acostumados.

2.3.6 *Themata*: natureza/cultura

Os *themata* natureza/cultura orientam parte expressiva do senso comum compartilhado pelos telejornalistas policiais no processo de representação social dos traficantes de drogas. Talvez, ao nível mais aparente eles se manifestam pragmaticamente (LIU, 2004) na linguagem do grupo, sob a forma de metáforas que auxiliam na compreensão e ação sobre as operações policiais de cumprimentos de mandado de prisão, busca e apreensão, eventos constituintes da maior parte de sua programação e que estão presentes, portanto, em seu cotidiano profissional. As metáforas em questão são as das operações policiais como “caçadas” e de seu alvo como “caças”. Este também é um aspecto polêmico e tensionador porquanto fontes alternativas de informação contestam (SILVA, 2019; ARIDA, 2019; CESEC, 2019) a narrativa da mídia sensacionalista a respeito da eficácia e da legalidade das operações policiais (DANTAS; BERTONI; FERNANDES, 2020), apontando sua abordagem desumanizante. Esse fato, decerto concorre para a necessidade que o grupo tem de recorrer às

metáforas, estas possibilitam a persuasão (CASTRO; CASTRO, 2018) e a condensação em uma imagem (CAMPOS; LEMGRUBER; CAMPOS, 2020, p. 173) que naturaliza as operações policiais contra o tráfico e desse modo, coloca em segundo plano seu caráter polêmico e controverso.

A relevância da expressão dos *themata* em metáforas reclama o cotejo à crítica realizada por Tarso Mazzotti (2002) ao não reconhecimento de tais figuras retóricas por parte de Holton. Como mostra Mazzotti (2002), ao teorizar sobre os *themata*, Holton, por vezes, confundiu tais noções orientadoras com as metáforas, como quando se referiu como sendo *themata* a ideia de Kepler do universo como máquina, quando ela era evidentemente metafórica: “Holton não considera o valor das distinções clássicas sobre os esquemas retóricos, dessa maneira não compreende que os *themata* são regulados pelas metáforas nas quais estão envolvidos”; ao confundir e misturar uma coisa com a outra, Holton “não reconhece o valor argumentativo das figuras ou esquemas retóricos” (MAZZOTTI, 2002, p. 107). Mazzotti (2002) nos lembra de que os *themata* são, por definição, concepções orientadoras das quais partimos para argumentar, eles não exercem por si próprios a função predicativa exercida pelas metáforas que brotam de tais argumentações. São as metáforas quem predicam, elas quem designam os atributos de uma coisa, suas propriedades características, de acordo com as quais podem ser qualificadas. Mazzotti (2002, p. 108) comenta passagens extraídas do trabalho de Moscovici e Vignaux sobre os *themata* nas quais a confusão é levada adiante, o que ratificaria a necessidade de reconhecer a “eficácia argumentativa das metáforas” nos estudos de representações sociais. Entretanto, diferentemente de Mazzotti (2002) para quem tais conclusões levariam a reivindicar o lugar de núcleo figurativo das RS para as metáforas, nós as encaramos como um processo de regulação metafórica dos *themata*.

Tanto a metáfora da “caça” como a da “caçada” tendem à naturalização da abordagem desumanizante da segurança pública em relação ao tráfico, mas enquanto a metáfora da “caça” imprime ao objeto o pertencimento ao campo da natureza (traficantes como animais), a da “caçada” afirma o domínio estatal sobre tal objeto, inserindo-se no polo da cultura ou da civilização (MUNIZ, 1990). Esse aspecto é salientado na dimensão visual das cenas nas quais se põe em evidência a tecnologia e o poder bélico das forças de segurança.

A tematização dessa antinomia é bastante antiga e promoveu concepções distintas de cultura (BAUMAN, 2012). Como explica Bauman (2012, p. 131), uma concepção de cultura chamada genérica “é construída em torno da dicotomia mundo humano-mundo natural”, ela “tem a ver com os atributos que unem a espécie humana ao distingui-la de tudo o mais”. De

origem muito antiga, essa concepção se mostrava na fronteira estabelecida por povos primevos entre a sua comunidade e as demais existentes no mundo, fossem elas o espaço povoado por tribos estranhas ou por animais. Havendo sido instalada a necessidade de entrar em contato com os habitantes do outro lado da fronteira estabelecida entre ser humano-natureza, foi necessária uma alteração no teor da fronteira que agora seria estabelecida entre os seres humanos como um todo e os seres vivos não humanos, leões, monstros, ogros, demônios, selvagens. Cultura passa a ser a qualidade universal inerente ao ser humano, mas só a ele. Dessa concepção se pôde passar a noção de cultura “hierárquica”, bastante evidente na concepção de “civilização” ou de “civilização culta” ou “avançada”, como uma elevação da cultura acima do “comum”. Cultura é nesse sentido passível de ser possuída ou não, ou serve, ainda, para a distinção entre culturas “requintadas” e “grosseiras”.

A longevidade desse tópico de discussão sob a forma de metáforas animais se verifica na memória social e no senso comum (BISSCHOPS, 2018; FERNANDES, 2021). Ralph Bisschops (2018) sustenta uma abordagem historicamente orientada das metáforas, indagando-se sobre a origem de seus domínios fonte. Em sua perspectiva, as metáforas animais comprovam o fato das noções fontes metafóricas estarem “enraizadas no conhecimento baseado em emblemas”, verificado em uma memória de longa tradição, desde fábulas e lendas antigas. Para esse autor, o “conhecimento emblemático pode enquadrar-se na categoria de ‘conhecimento comum’” e ele é por toda parte acessado para animalização de seres humanos. Reconhecendo essa abordagem, Kristina Fernandes (2021) analisa como falantes espanhóis julgam as metáforas animais traduzidas do inglês, empregadas para o reforço de estereótipos de gênero, realizando associações com as metáforas animalizantes produzidas em seu próprio contexto cultural. Segundo Fernandes (2021), a metáfora conceitual HUMANOS SÃO ANIMAIS tem estabilidade na memória social.

Derivações de tal metáfora conceitual com fins de animalização e desumanização de seres humanos foram analisadas por pesquisadores de diferentes partes do mundo, produzidas em sociedades distintas, como a britânica (PRAYMO, 2020), espanhola (FERNANDES, 2021; LOPÉZ, 2023), japonesa (PRAYMO; AUGUSTYN, 2020), canadense (LOPÉZ, 2023), indonésia (USMAN; YUSUF, 2020). Em todos esses estudos podemos ver como apesar de partir de uma mesma metáfora conceitual, as derivações metafóricas são reelaboradas de modo diverso em cada lugar. O estudo de Jarjani Usman e Yunisrina Yusuf (2020) a respeito das metáforas desumanizantes empregadas na memória coletiva e na vida cotidiana dos habitantes de um povoado da Indonésia (povo de Aceh), mostra como esse enquadramento metafórico varia não apenas em relação aos territórios, mas reconhece também um fator

geracional, variando entre os grupos de anciãos e de jovens de um pequeno povoado. Os “*millenials*”²³ de Aceh não compreendem como desumanizante a metáfora da “cabra no mercado” dirigida contra as mulheres para dizer que seus corpos estão disponíveis ao toque alheio. Eles vivem em um contexto no qual contam com legislações que proíbem a livre circulação de animais nos mercados, de modo que as cabras já não podem ser tocadas e manipuladas por qualquer visitante.

O conhecimento sobre a vitalidade da metáfora conceitual HUMANOS SÃO ANIMAIS depõem a favor de sua força na memória ou no pensamento social e em qualquer caso onde ela se produz, a sociedade está a mobilizar implicitamente a antinomia natureza/cultura. Conforme sustentam Praymo e Augustyn (2020), Vaes, Paladino e Haslam (2021), e Sevillano e Fiske (2023, p. 5-6), a metáfora animalizante desumanizante só consegue se produzir baseando-se na distinção do ser humano em relação ao mundo animal, ela “reforça a ideia de cultura e civilização (*versus* selvagem) como um atributo exclusivamente humano que separa os humanos de todos os outros animais, uma divisão sobre a qual a desumanização animalesca é construída”. Ao seu turno, López (2023, p. 83) comenta que essa metáfora conceitual:

[...] está geralmente inserida no contexto dos humanos como animais evoluídos, capazes de refrear seus impulsos inatos graças às suas faculdades mentais superiores. Subjacente à maioria das metáforas faunísticas está a noção de (falta de) controle que pressupõe que o lado animal de uma pessoa deve ser mantido sob controle como parte do comportamento civilizado.

Os *themata* da natureza também estão presentes no senso comum do grupo de telejornalistas policiais na naturalização que fazem das favelas como *locus* da “caça”, cobrando certo olhar biologizante sobre a criminalidade (VALLADARES, 2005; ZALUAR; ALVITO, 2006; SILVA, 2006; NESIMI; BOTELHO, 2021; GARAU; SANTOS, 2022) compartilhado na memória social do país e referendada pela mídia (BATISTA, 2003b; MORETZSOHN, 2003; COIMBRA, 2002). Assim como está presente na imagem prototípica compartilhada pelos telejornalistas acerca do traficante de drogas, que por um viés “biologizante”, reúne critérios como a cor da pele como a principal “certificação” da conduta

²³ *Millenials* ou Geração do milênio é um termo utilizado para designar às gerações de pessoas que nasceram entre os anos de 1992-2005, embora também haja quem considere que tal período geracional teve início entre 1977-1983 ou mesmo 1980-2000 (ANGEL, 2022). A expressão *Millenials* busca se referir principalmente às pessoas cuja infância foi vivida no início do atual milênio (ANGEL, 2022). À essa geração se atribuem, dentre outras características psicológicas, a satisfação no sentimento de imediatez e a urgência pelo êxito; características familiares como o individualismo e a independência; e características sociais, tal qual a habilidade de manejo tecnológico, fluência digital e estabelecimento de relações que ultrapassam limites geográficos (ANGEL, 2022).

criminosa. Como vimos, outros elementos importantes para a objetivação dessa imagem prototípica como o da “juventude” e do “gênero”, são relativizados diante da cor da pele dos suspeitos.

A antinomia natureza/cultura se cristalizou na antropologia e na sociologia modernas (ABRANTES, 2014). Como explica Paulo Abrantes (2014), a antropologia cultural emergente no século XIX se defrontou com a comparação etnocêntrica entre sociedades “civilizadas” e grupos humanos exóticos, considerando as primeiras o resultado da ultrapassagem de escalas de civilização ascendentes. No século XX esse evolucionismo foi refutado principalmente por antropólogos como Franz Boas que descarta a concepção universalista e etnocêntrica de cultura e emprega o termo no plural para reconhecer suas singularidades: os grupos humanos seriam diferentes, não há que se falar em uma natureza humana comum a todos. No esforço de ir contra o evolucionismo de outrora, que estava assentado em uma biologia que encontrava oposição no próprio Darwin, e de demarcar o campo de sua disciplina, antropólogos e sociólogos delimitaram seus lugares, conceitos e métodos em face ao das ciências naturais, consolidando suas ciências sobre a dicotomia natureza *versus* cultura (ABRANTES, 2014). No século XXI, a dicotomia já é criticada (ABRANTES, 2014; IANNI, 2011) e pauta-se a interdependência entre os polos, apontando para a compreensão de que mesmo as características biológicas são produzidas pela cultura. A chamada natureza humana não é entendida mais apenas pela relação causal que vai da biologia para a cultura, mas inverte-se o nexos também para a direção da cultura à biologia (ABRANTES, 2014).

Enquanto na seara científica já se reconhece, por exemplo, que tanto os chamados “traços inatos” como os ditos “adquiridos” são resultado da interação entre os genes e o ambiente, no senso comum a antinomia natureza/cultura é bastante vívida (GRIFFITHS, 2011). Como observa Paul Griffiths (2011) ao estudar a *folkbiology* (“biologia popular” ou intuitiva), no senso comum as pessoas continuam a acreditar em uma natureza humana que lhes é interior, consistente em características geneticamente herdadas (“natureza”) que se diferem das características resultantes da ação do ambiente. Tal natureza “interior” seria a própria “essência” da espécie humana – um tipo de essencialismo psicológico (GRIFFITHS, 2011).

Em análise do jornalismo sensacionalista no Brasil, Enio Passiani e Alex Teixeira (2019) permitem notarmos como o essencialismo psicológico em questão fomenta a naturalização dos casos de violência apresentados. Como escrevem os autores, “os motivos da violência são biologizados: são o produto de distúrbios químicos ou inscritos na psique

humana”, de modo a promoverem “uma espécie de naturalização do mal. O mal está na natureza humana, por isso é difícil explicá-lo e combatê-lo” (PASSIANI; TEIXEIRA, 2019, p. 266). Com essa visão corrobora Fábio Ribeiro (2020, p. 273) quando, em análise do discurso dos telejornalistas do Brasil Urgente e do Cidade Alerta, identifica como sendo uma de suas características “[...] a essencialização do comportamento humano, que é tido como um dado de natureza.” Além do compartilhamento de uma imagem prototípica do traficante, calcada no fenótipo, pudemos notar esse tipo de biologização ou de essencialização em cenas como as destacadas abaixo:

(BU) Traficante é acusado de cometer série de crimes em SP - 0:01 à 0:55min	
Manchete: ASSASSINO, LADRÃO E TRAFICANTE – “Piá” é acusado de cometer uma série de crimes	
Exibição da fotografia do suspeito (branco, sem camisa, em pose descontraída, com uma mochila nas costas e um óculos escuro na cabeça). Imagens de um assalto, atribuído ao suspeito, à uma loja, filmado pela câmera de segurança, onde três pessoas aparecem encapuzadas e armadas.	Repórter: - Ele tem apenas 21 anos. Passou pouco tempo na cadeia, o que já lhe deu força para voltar a cometer crimes.
Nova fotografia do suspeito, sinalizando positivamente para a câmera com as mãos, sem camisa, com óculos escuro sobre a testa e correntes no pescoço.	Emerson Piá Lima Reis ganhou fama no mundo da bandidagem depois de participar de grandes assaltos,
Imagens de assalto a um caixa eletrônico, filmadas por câmeras de segurança, nas quais aparecem policiais em confronto com assaltantes	homicídios e principalmente de ataques a policiais que ousam invadir o terreno dominado por ele, a comunidade morro do sabão no jardim arpoador, zona oeste de São Paulo.
As fotografias do suspeito são novamente exibidas no centro da tela	Frio, cruel, Piá passou a controlar o tráfico de drogas na região.

(BU) Homem assassina sete pessoas por vingança no RS - 0:43 à 1:02min	
Manchete: 7 MORTOS EM CHACINA – assassino agiu sozinho motivado por vingança	
No interior de uma delegacia, uma mulher branca fala para a câmera; um microfone é apontado em sua direção. Ao fundo, uma parede coberta de logos da polícia civil.	Delegada: - Ele era conhecido na localidade por ser o matador do grupo deles. Então, ele era uma pessoa conhecida como fria, dificilmente sorria e costumava, quando matava, ele matava de cara limpa, ele não se escondia.

Na primeira cena, a posição de controle no tráfico de drogas, assim como os comportamentos criminosos de roubo e homicídio são explicados na “natureza humana” do suspeito, ele é “frio” e “cruel”. Na segunda cena, o comportamento criminoso é explicado

pelos jornalistas como um ato motivado pela vingança de um indivíduo “frio”, de difícil sorriso, que mata de “cara limpa”. Essa forma de conceber o “crime” ou o “criminoso” parece se dever à própria busca do jornalismo de sensação pela “credibilidade” do público que “muitas vezes [...] está fundamentada nesse imaginário já constituído, que relaciona, por exemplo, a vítima à bondade, à pureza e o criminoso à maldade, à crueldade, como elementos inatos e incontornáveis da própria natureza humana” (PASSIANI; TEIXEIRA, 2019, p. 261). Como também identificado por Fábio Ribeiro (2020, p. 237), um elemento de senso comum compartilhado por telejornalistas policiais do Brasil Urgente e do Cidade Alerta corresponde a “essencialização do comportamento humano, que é tido como um dado de natureza”.

Luiz Henrique Marques (2022) sustenta que o paradigma biologizante adotado pela criminologia brasileira do século XIX ainda não se perdeu nem no sistema judicial, nem no senso comum. De acordo com o autor, a criminologia obteve sua consolidação enquanto ciência por meio da Criminologia Positivista desenvolvida pela Escola italiana de Cesare Lombroso, Raffaele Garofalo e Enrico Ferri, pautando as ideias do “criminoso nato” e do evolucionismo das raças de um ponto “inferior” até o “superior”. Exponente desse pensamento o antropólogo, médico, professor da Faculdade de Medicina de Salvador, Nina Rodrigues (1862–1906), pregava, nos fins do século XIX, a inferioridade racial dos negros e mestiços e uma maior responsabilização penal desses grupos aos quais atribuía o aumento da criminalidade, pois como discutia Rodrigues em sua obra **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil** (publicada em 1894), se “a evolução mental na espécie humana é uma verdade”, à medida que descemos a “escala evolutiva” nos deparamos com indivíduos cujas ações são “automáticas” e cujas reflexões são “iniciais”, nos quais predomina sobre “as ações refletidas e adaptadas” uma “impulsividade primitiva, fonte e origem de atos violentos e antissociais”, ao passo que nas “raças cultas e povos civilizados” prevalece uma “ordem moral mais elevada” (RODRIGUES, 2011, p. 20).

Nina Rodrigues (2011) acreditava que tanto o negro escravizado quanto o “índio domesticado” não se tornariam “civilizados” mediante a convivência estabelecida com os brancos e que só podiam conter sua “natureza” diante do medo de serem castigados ou violentados, mas não porque tivessem “consciência” de que os seus atos pudessem violar direitos ou deveres. Nesse passo, defendia o médico a previsão de uma desigualdade das raças no Código Penal Brasileiro, aduzindo que a “raça” deveria figurar entre as atenuantes da responsabilidade penal, uma vez que os descendentes de europeus não tinham a mesma índole criminosa dos descendentes de africanos (RODRIGUES, 2011). Segundo Marques (2022), com a assunção da Escola Criminológica Culturalista, o paradigma biologizante foi transposto

para pensar a relação entre a raça negra e a criminalidade, de modo a apregoar que esta se tratava de uma construção histórica e social, não era o atributo “biológico” da raça puramente, mas sua cultura que era inadequada, incivil, “deformada” pelo passado escravocrata responsável por fazer das pessoas negras irremediavelmente violentas e criminosas. A desnaturalização do crime não cedeu completamente diante do paradigma cultural. Na concepção de Marques (2022, p. 1053), ambas persistem na contramão da criminologia crítica que vem se desenvolvendo: “se outrora este pensamento vigorava em lei, nos discursos de juízes, desembargadores, e ministros, circulavam nos manuais de Direito Penal, hoje circula como prática cotidiana nos tribunais, na atuação da polícia e no senso comum”. A criminologia apenas dera uma aparência científica às concepções cultivadas no Brasil sobre as pessoas negras desde a escravidão como sendo irracionais, dispostas a sentimentos animalescos, sexualmente desregradas, brutas e violentas (MARQUES, 2022). O estudo da infra-humanização desenvolvido na psicologia social aborda essa questão ao considerar que a percepção de determinados seres humanos como menos humanos, como ocorre com as pessoas negras e outros grupos alvos de preconceito, busca estratégias para “aproximar os ‘nossos’ do polo da cultura e da sofisticação intelectual e os ‘outros’ do polo da natureza, da biologia, dos instintos, infra-humanizando-os” (LIMA, 2020, p. 22).

Enquanto “ponto de partida básico para a geração de representações sociais” (MARKOVÁ, 2020, p. 23), os *themata* natureza/cultura mostram seu desempenho na representação do traficante de drogas compartilhada pelo grupo de telejornalistas ao definir os campos de ancoragem, isto é, “locais” correspondentes aos campos *thematicos*. Como explicam Moscovici e Vignaux ([2000] 2020), a definição dos limites entre os campos *thematicos* se revela no estabelecimento de relações de contraste “entre os conteúdos que os caracterizam”, nesse passo, compreendidos como “internos” e “externos” a cada campo (MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020, p. 239). Tais conteúdos, correspondem aos objetos indexados por um ou outro campo enquanto objetos “exemplares”, isto é, deles são extraídas as propriedades características do campo: “o jogo sociocognitivo total da representação repousa então nos tipos dessas propriedades atribuídas sempre aos objetos de um campo com o objetivo de ilustrá-los” (MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020, p. 240).

Por essa ótica, os objetos, traficantes, “morros” ou favelas são indexados ao interior do campo *thematico* “natureza” e as propriedades típicas ou exemplares aplicadas a tais objetos como o “perigo”, a “violência” e a insegurança são tensionados com os objetos do campo *thematico* oposto (os agentes de segurança, armas e veículos policiais) e suas propriedades

características (“eficácia”, “coragem”, “preparo” e potencial bélico) – determinando suas posições em cada campo.

Realizado o posicionamento de cada objeto no interior de um campo e em relação aos objetos do campo oposto, a articulação simbólica é completada “pela legitimação recíproca dessas reconstruções ou representações através da ‘apresentação’ argumentativa de objetos que autenticam esses campos (objetivação de conteúdos)” (MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020, p. 239). Como já salientamos, tal apresentação argumentativa é realizada pelo grupo através de figuras retóricas como as metáforas que objetivam os conteúdos pertencentes tanto ao campo *themático* da natureza como da cultura (ex: objetivação do traficante como “caça” e das favelas onde estão situados como *locus* da “caça”); além da legitimação do campo *themático* da natureza que também ocorre através da objetivação do traficante em uma imagem prototípica calcada principalmente no fenótipo dos suspeitos.

Se nos determos sobre as metáforas da “caça” e da “caçada”, podemos notar como esse processo de conformação dos “objetos” aos seus campos *themáticos* não dispensa nem o tensionamento e nem a “aceitação” das contradições emergentes. Desse lado, por mais contraditório que possa parecer o fato de a “violência” poder servir à caracterização dos “traficantes” como animais (caças) e dos policiais como “caçadores”, integrando-os aos seus respectivos pólos, da natureza e da cultura em oposição, os telejornalistas conseguem enfrentar esse ponto para se familiarizarem com o “tráfico” ou com o “traficante”. Como nos permite ver Susana Seidmann (2015) e Seidmann *et al* (2006, p. 294), a dinâmica generativa dos *themata* mostra como os pares de opostos conseguem conviver no pensamento de senso comum através da síntese de “aspectos contraditórios que se aceitam e naturalizam, produzindo um sentimento de familiaridade”. Trata-se, na perspectiva de Moscovici e Vignaux ([2000] 2020, p. 243), das “[...] ‘aberturas’ e ‘fechamentos’ que [no senso comum] integram ‘opostos’ em um relance”.

Acreditamos que o enquadramento metafórico naturalizante ou biologizante dos suspeitos de tráfico, assim como a imagem prototípica do “traficante” elaborada pelos telejornalistas policiais serve também à geração dos indícios de representação e das memórias comuns do público do telejornal policial. Como veremos na análise dos comentários do público, os *themata* natureza/cultura atuarão facilitando a ancoragem no quadro fornecido pela memória social e coletiva dos telejornalistas, seja por meio das derivações metafóricas faunísticas que brotam na recepção do conteúdo televisionado, seja no foco naturalizante ou biologizante imprimido sobre relações do tipo tráfico e violência, violência e pobreza ou pobreza e criminalidade.

O estudo empreendido nesta seção nos permitiu evidenciar o quadro de noções e imagens constituído pelos telejornalistas policiais a respeito do tráfico de drogas e atores nele implicados. Tal quadro é conformado pelas memórias e representações sociais que observamos orientar o pensamento do grupo. Todavia, para atender ao problema de pesquisa formulado nessa tese, necessitamos ainda demonstrar se tal marco desempenha um papel referencial no pensamento do público, o que implica na análise da recepção dos conteúdos veiculados pelos telejornais. Enquanto nessa primeira seção analisamos a produção simbólica dos telejornalistas como memória social e coletiva e representações sociais, o que se adequa ao caráter grupal do telejornalismo policial, na próxima seção nos debruçamos sobre uma produção mnemônica e representacional compartilhada por múltiplos indivíduos e grupos, dispersos entre si, todavia, agrupáveis em torno do interesse pela programação do telejornalismo policial. Se não podemos atribuir suas concepções e imagens à uma memória coletiva ou compreendê-las enquanto representações sociais de um grupo em específico, não podemos ignorar a capacidade de pessoas desconhecidas entre si, todavia expostas ao mesmo conteúdo, ainda assim, compartilharem de ideias e imagens comuns.

3 O TRAFICANTE DE DROGAS NA RECEPÇÃO PELA AUDIÊNCIA

Apresentamos, nessa seção, uma discussão sobre a recepção pela audiência do telejornalismo policial dos conteúdos veiculados em sua programação e a análise dos comentários escritos pelos telespectadores nas páginas onde estavam hospedadas as reportagens. A princípio, realizamos uma discussão teórica sobre as memórias comuns a partir de reflexões sobre a memória social em um contexto de mediação das experiências de vida através dos meios de comunicação. Em seguida, apresentamos a metodologia de análise de conteúdo utilizada para categorizar os comentários analisados. Conforme salientamos, em tal análise procuramos evidenciar o caráter referencial da memória social e coletiva dos telejornalistas na interpretação, pelo público, dos atores e relações implicadas no tráfico de drogas, bem como na constituição de suas memórias comuns sobre o traficante. Nesta oportunidade, identificamos também os eventuais *themata* que subjazem às elaborações do público, refletindo sobre o papel auxiliador desempenhado por tais ideias fonte na ancoragem, pela audiência, no marco de noções e imagens oferecido pelos telejornais policiais.

3.1 Memórias comuns de experiências mediadas

As memórias comuns referidas por Jedlowski (2005; 2003, p. 226) designam o agregado de memórias que não dizem respeito a um grupo específico e sim a um conjunto de pessoas desconhecidas entre si, que não necessariamente interagem mutuamente, mas por terem sido expostas às mesmas mensagens da mídia (televisão, cinema, jornais, rádios etc) ou a “contextos de vida semelhantes”, têm recordações comuns sobre os mesmos fatos. É também assim que a memória social chega até nós, isto é, pela simples razão de convivermos em sociedade nos alcançam suas noções e imagens. Como afirma Halbwachs ([1925] 2004, p. 323): “não pode existir, nem vida nem pensamento social sem a presença de um ou vários sistemas de convenções”. Se as tradições, acontecimentos, valores, noções, objetos, personagens e palavras que compõem a memória social são aqueles vivenciados pela sociedade, a memória não pode deixar de incorporar ao seu repertório a atualidade, as novidades e as transformações (HALBWACHS, [1925] 2004). As interações mediadas pela televisão, rádio, *internet*, entre outros meios técnicos, possivelmente, não escapam a essa dinâmica de incorporação. Recordamo-nos daquilo que ouvimos, vemos e dizemos face a face, mas também daquilo que vemos na televisão, dizemos em um *chat*, ouvimos no rádio ou em um *podcast*. Podemos nos perguntar se não consistiriam também esses eventos em

interações, experiências, relevantes de serem assimiladas pela memória social. Se os próprios eventos cotidianos não são igualmente televisionados ou registrados nas redes sociais, isto é, se não somos informados sobre o nosso próprio cotidiano, e outros tantos, também através dos meios. Certamente, a memória social está aberta às implicações midiáticas sobre a vida em sociedade. Outrossim, os meios de comunicação não interfeririam nas nossas relações com os quadros gerais da memória, ou não conformariam eles próprios um quadro referencial? Se preferimos o termo memórias comuns em lugar do termo memória social para a análise das memórias produzidas em contextos de recepção midiática não é para diferenciá-las de uma memória social, portanto, mas para acentuarmos a especificidade de sua produção pela mídia e os seus desdobramentos.

Conforme argumenta Stig Hjarvard (2019, p. 247), a interatividade via *internet* e meios móveis de comunicação deu lugar a “uma nova forma de ‘individualismo em rede’ baseado em laços muito mais fracos”. Em outras palavras, nas redes, os indivíduos se relacionam com outros sem a necessidade de estabelecerem laços duradouros e grupais. Todavia, ao mesmo tempo em que são libertados dos constrangimentos espaciais e obrigações locais, se deparam com novas dependências criadas pelos meios interativos *online*. Nesse sentido, tais meios são institucionalizados enquanto exigências do trabalho, do mercado, da convivência familiar, das instituições políticas e administrativas (HJARVARD, 2019). Ao serem integrados à vida social, os meios contribuem para uma virtualização dos domínios institucionais e sociais (a família, a indústria, a educação, a política etc) e para a reestruturação da relação entre indivíduos, meios e sociedade. Uma “nova geografia social” é criada, “através da qual os limites da instituição se tornam permeáveis e menos ligados ao espaço físico” (HJARVARD, 2019, p. 251). Por exemplo, famílias separadas pelo trabalho à distância ou pela migração de seus membros para outro país podem manter suas interações e a “coesão familiar” independentemente da partilha de um espaço físico comum, desde que conectada através de um meio de comunicação; ou ainda, no domínio do ensino e aprendizagem, novas pedagogias podem combinar atividades *online* com atividades *off-line* desenvolvidas em sala de aula. Com efeito, através da interconectividade, as dependências, obrigações, regras e compromissos podem ser transmitidos de um lugar para outro. Os meios se tornam, em suma, “um recurso crucial para a condução da vida cotidiana” (HJARVARD, 2019, p. 251).

Vivemos cada vez mais através dos meios e de forma mediada. Nessa direção, argumenta Moscovici (1979) que, na modernidade, a experiência de vida dos indivíduos e grupos se tornou mais indireta, ou melhor dizendo, à sua experiência direta somou-se uma

experiência mediada por ocasião da emergência das ciências, do aumento das especializações e do montante de realidades inalcançáveis por nós mesmos (novos fenômenos naturais, disciplinas científicas, regiões do planeta recém descobertas etc), mas que sabemos existir devido à História ou os meios de comunicação. A mediação oferecida pelas mídias é apenas uma dessas formas de experimentar e interpretar o mundo aludidas por Moscovici, e é ela que temos em vista quando nos referimos à experiências mediadas. Desse lado, a midiaticização, processo pelo qual as instituições e domínios se tornam dependentes das mídias, apenas amplia as possibilidades para que a mediação²⁴ ocorra, modificando a forma como as pessoas se comunicam e interagem através da mídia (ALENCAR; HJARVARD, 2023).

Complexificando ainda mais esse cenário, a *internet* promoveu também uma diversificação dos enunciadores nos espaços públicos. Agora não somente os meios de comunicação ditos massivos, como também qualquer indivíduo ou coletivo, profissional ou amador, se torna um potencial enunciador midiático a respeito dos mais diversos acontecimentos, desde os eventos dos quais participou àquilo que comeu. Nesse passo, surgem “novos tipos de notícias”, centradas no cotidiano dos indivíduos, em sua esfera íntima e privada (CARLÓN, 2019, p. 113), em parte estimulados pelas próprias redes sociais que perguntam aos seus usuários “o que você está pensando (*Facebook*)?” ou “o que você está fazendo (*Twitter*)?” (CARLÓN, 2019, p. 113). Em consequência, ocorre “um aumento exponencial de informações que a sociedade circula sobre si mesma, não apenas sobre as instituições, mas sobre todos nós” (CARLÓN, 2019, p. 114). Todos produzimos e compartilhamos informações, somos ao mesmo tempo produtores e receptores desse conhecimento.

Segundo Thompson (2018; 1998, p. 41-42), a atividade receptiva é “mundana”, “a recepção dos produtos da mídia é uma rotina, uma atividade prática que muitos indivíduos já integram como parte de suas vidas cotidianas”. Ao contrário do que sugere o mito da “passividade” da recepção, essa atividade rotineira e prática é criativa: “os indivíduos percebem e trabalham o material simbólico” recebido, utilizando-o de acordo “com as suas próprias finalidades” e de forma diversa (THOMPSON, 2018; 1998, p. 42). É uma atividade ao mesmo tempo situada, porque os indivíduos recebem as mensagens em contextos sócio-históricos específicos, e distante, “porque permite aos indivíduos se distanciarem dos contextos práticos de suas vidas cotidianas”, “[elevarem-se] acima de seus contextos de vida

²⁴ A mediação corresponde ao “uso da mídia para a comunicação e interação” (ALENCAR, HJARVARD, 2023, p. 5). A própria escolha de uma forma de mediação repercute sobre a forma e o conteúdo da mensagem, tornando-se parte do “ato comunicativo”. Por isso mesmo “A mediação é uma ação comunicativa” (ALENCAR, HJARVARD, 2023, p. 5).

e, por um momento [perderem-se] em outro mundo” (THOMPSON, 1998, p. 43). Enquanto um “processo hermenêutico”, as mensagens das mídias requerem algum grau de atenção e interpretação dos receptores para fazerem sentido, e essa atividade interpretativa inclui também “conjecturas e expectativas” de caráter pessoal, grupal, histórico e social, “que constituem um tipo de pano de fundo de conhecimentos implícitos que os indivíduos adquirem através de um processo gradual de inculcação, e que lhes fornece uma estrutura para interpretar e assimilar o que é novo” (THOMPSON, 1998, p. 44).

Essa estrutura, como as representações sociais e os quadros da memória, pode, então, apoiar a recepção da mensagem, promovendo mutações e renovações, de modo que a compreensão do conteúdo simbólico recebido varia entre os diferentes indivíduos, grupos e contextos. Devido à exposição ao conteúdo midiático, as memórias comuns dos indivíduos apresentam um entrelaçamento entre “as memórias da vida pessoal e as memórias de imagens e sons mediados”, pois na vida em sociedade recorrem ao conteúdo visto na mídia para narrar sua própria história, bem como “para construir imagens do passado coletivo” (JEDLOWSKI, 2005, p. 92-93). Essa dinâmica de incorporação do conteúdo midiático à memória se relaciona à experiência de vida nas sociedades após o advento dos meios técnicos de comunicação, quando a experiência se tornou cada vez mais mediada (HJARVARD, 2019; THOMPSON, 2018; 1998; LEVY, 1999; CARLÓN, 2019).

Segundo Denise Jodelet (2023, p. 434), “a experiência está diretamente associada à dimensão do vivido pelo sujeito”, ela “se refere à consciência que o sujeito tem do mundo em que vive” (JODELET, 2023, p. 434). Como aduz a autora, este vivido pode ser entendido em níveis abstratos ou concretos, envolvendo diferentes níveis de apropriação da realidade direta ou indireta. A dimensão do vivido corresponde “a um estado que o sujeito vivencia e sente emocionalmente”, quando é tomado pela emoção, mas também pela “consciência da sua subjetividade e da sua identidade” (JODELET, 2023, p. 436). Essa dimensão pode ser verificada também grupalmente ou socialmente, como o exemplo dos movimentos sociais nos quais as situações vivenciadas pelos grupos podem afetar similarmente os seus membros “nos níveis emocional e identitário”; também pode ser exemplificada na “forma de apreensão de um acontecimento histórico através de imagens em tempo real veiculadas pelos meios audiovisuais (como o ataque ao *World Trade Center*)” (JODELET, 2023, p. 437).

Ao vivido se acrescenta, ainda, a dimensão cognitiva da experiência, o fato de ela favorecer “a experimentação do mundo e sobre o mundo, e contribui[r] para a construção da realidade segundo categorias que ocorrem socialmente” (JODELET, 2023, p. 437). Para a autora, neste nível notamos a relação da experiência com as representações sociais:

Os termos em que esta experiência será formulada e a sua correspondência com a situação em que emerge serão emprestados de pré-construções culturais e de uma reserva comum de conhecimento que lhe dará forma e conteúdo; esta experiência é em si constitutiva do significado que o sujeito atribui aos acontecimentos, situações, objetos e pessoas que habitam o seu ambiente imediato e o seu mundo de vida. Nesse sentido, a experiência é social e socialmente construída. (JODELET, 2023, p. 437)

Poderíamos compreender enquanto memória estas “pré-construções” e esta “reserva comum de conhecimento”, por servirem de referencial à formulação e pragmatismo da experiência. Sabemos que Halbwachs ([1925] 2004; [1950] 1990) ligou a memória à experiência vivida pelos indivíduos no interior dos grupos sociais. A própria memória social seria constituída em grande parte por experiências vividas preteritamente em formações grupais anteriores a nós e nos alcançariam mediante a experiência vivida no presente dos grupos com os quais compartilhamos uma memória coletiva (HALBWACHS, [1925] 2004; [1950] 1990). Da perspectiva traçada pelo autor, recordamos porque nos mantemos em relação com outros indivíduos, cujos depoimentos nos ajudam a reconstituir os acontecimentos desenrolados em um passado comum. São as relações havidas em sociedade, o contato nos diferentes grupos que a compõe, o que assegura a atividade de recordação, a capacidade de pensar e recordar coletivamente (HALBWACHS, [1950] 1990).

Mas qual seria a especificidade dessas experiências adquiridas através dos meios. Para alguns autores, elas seriam efêmeras, transitórias ou em certo ponto aniquiladas (CARLÓN, 2019; SODRÉ, 2014; RUGGIERO, 2022). Nesse caminho, conforme Carlón (2019, p. 106), se antes estávamos à mercê das “instituições de comunicação social” para consumir conteúdos mediados – porque estes só podiam ser acessados no momento em que o rádio ou a TV considerassem conveniente transmiti-los – agora eles podem ser acessados, via de regra, quando “quisermos” e através do dispositivo que “preferirmos”. A perda de audiência da televisão e dos cinemas nos países em que há maior difusão da *internet* seriam um sintoma dessa mudança, mas a causa seria um “presentismo”: o fato “de o espectador viver e desejar viver cada vez mais no presente que modela de acordo com as suas próprias necessidades e não as impostas pelas instituições” midiáticas (CARLÓN, 2019). A *internet* teria favorecido o “presentismo” ao “ampliar” o presente, mediante o oferecimento de “novos e dinâmicos espaços de produção, recepção, apropriação e publicação de conteúdos” (CARLÓN, 2019, p. 107). Nela, a produção discursiva predominante não visa a duração ou a atemporalidade, como um livro ou um filme, mas a transitoriedade, tal como adotado no *Snapchat* e em outras redes sociais onde as mensagens são apagadas automaticamente após 24 horas de exposição

(CARLÓN, 2019). De modo semelhante, Muniz Sodré (2014) argumenta que a informação eletrônica “‘desrealiza’ o tempo”, uma vez que “a produção ilimitada de acontecimentos dá lugar a um imediatismo que, impossibilitando a consciência de representar os fenômenos dentro de uma duração (portanto, dentro da espessura temporal), abole efetivamente o tempo”. Nas mídias eletrônicas, os acontecimentos se adiantariam à capacidade dos indivíduos de assimilá-los, sem deixar espaço para a reflexão, ou para que o passado intervenha sobre a recepção, de modo que a “experiência do atual” seria afetada pela imediatez da acessibilidade oferecida pelas novas tecnologias comunicacionais, na qual o tempo se acelera, “criando efeitos de simultaneidade e sensações de imediatismo dos acontecimentos” (SODRÉ, 2014, p. 87).

Na mesma esteira de argumentação, Saba Ruggiero (2022) considera que, a fim de aumentar o consumo e “os impulsos compulsivos de cliques”, o tempo, assim como as atividades, foram gradualmente integrados aos parâmetros eletrônicos, e se investiu cada vez mais recursos financeiros e científicos em “pesquisas sobre Inteligência Artificial, *machine learning*, treinamento de máquinas, para que um clique não demore”, para que as “tomadas de decisão” dispendam menor tempo e se elimine “o tempo inútil de reflexão e contemplação” (RUGGIERO, 2022, p. 22). Nesse passo, a velocidade do consumo alavancada pelos serviços midiáticos teria redefinido a experiência a fim de fazê-la acompanhar o ritmo de redundância, aceleração e homogeneização. Toda experiência ficou sujeita a ser “filtrada, gravada e construída” por um meio eletrônico, bem como a ser padronizada e sincronizada (RUGGIERO, 2022, p. 25). Os fenômenos sociais que mudam lentamente perdem o valor, assim como as atividades cujo tempo despendido não pode ser “acelerado” por um *link* ou uma interface. A impressão é a de que “sempre haverá online algo mais informativo, surpreendente, engraçado, divertido, impressionante do que qualquer outra coisa nas circunstâncias reais imediatas” (RUGGIERO, 2022, p. 24).

A memória também teria sido afetada pelas mudanças promovidas pelos meios sobre a experiência e a interação, não escapando ao imediatismo, à aceleração e à automatização dos meios. Primeiramente, a memória construída nas redes sociais seria volátil e fragmentada, em razão do “desejo de apreensão do presente” alimentado pela dinâmica temporária de exposição do conteúdo nesses serviços (como *Instagram* e *TikTok*), onde as imagens são efêmeras, fixam por pouco tempo, deslizam antes de se estabilizarem como um registro mnemônico (RUGGIERO, 2022). Viveríamos uma situação paradoxal, onde, de um lado, a memória é caracterizada pela vertigem de registros cotidianos e, de outro, é difícil de ser acessada diante da “lógica das *timelines*” que apregoam o mais atual (BEIGUELMAN, 2021,

p. 146). O mesmo paradoxo alcançaria a memória enquanto mnemotécnica. Nesse sentido, ela teria sido expandida pelo digital e ao mesmo tempo contraída por ele (CÁDIMA, 2020). A memória eletrônica auxiliaria os indivíduos a exteriorizarem faculdades complexas, como a conservação das informações, o cálculo rápido e o controle, mesmo que sob uma forma automatizada por meio de programas e dispositivos magnéticos (CÁDIMA, 2020). Entretanto, para Rui Cádima (2020, p. 200) essa “memória vertiginosa que nos traz o digital é assim uma espécie de desmemoriação, uma não-memória”, porquanto as tecnologias digitais nos conduziriam ao esquecimento através da manipulação dos arquivos virtuais, da sua instabilidade ou da confiança excessiva depositada sobre os meios para registrar o presente (CÁDIMA, 2020, p. 200). Como explica o autor, delegamos nossas memórias cotidianas a dispositivos eletrônicos encarregados de recordá-las (fotos, números de telefone etc), enfrentamos automatismos como *chatbots*, “câmeras de eco”, “*troll-factories*”, “*machine Learning*”, inteligência artificial, inflexão algorítmica, entre outras peculiaridades dos meios que concorreriam para que a memória estivesse sujeita a se perder ou ser manipulada (CÁDIMA, 2020, p. 200 – 201). Se enquanto mnemotécnica a memória é enfraquecida, enquanto referencial de pensamento ela apenas assume a feição ditada pelos novos meios, onde há pouco espaço para o passado e pouca duração para os registros, o que lhe retira em profundidade, mas lhe acrescenta em velocidade. Assim, as recordações decorrentes das interações mediadas não seriam estáveis como aquelas compartilhadas em grupos de pertencimento (HALBWACHS, 1950 [1990]), devido a flacidez dos vínculos que permitiriam a sua reconstrução constante. Todavia, é razoável ponderarmos que devido ao alcance global propiciado pela *internet*, as recordações seriam propagadas com maior facilidade e alcançariam um maior número de pessoas e grupos, mesmo que isso também as fizesse efêmeras e voláteis. Desse ponto de vista, a memória não desapareceria, apenas dependeria mais fortemente do contexto imediato de recepção para se fixar, isto é, dependeria, para manter-se viva, do valor imprimido pelo indivíduo ou grupo às imagens e conhecimentos que ela comporta. A questão se torna, valorizamos as experiências *online* a esse ponto?

Ao argumentarem sobre a relação entre memória social e *internet*, Stphanie Sá Leitão Grimaldi *et al* (2019) consideram que a memória nas redes sociais é marcada por uma “potencial do real”, diante da valorização das narrativas positivas em detrimento da negatividade. De acordo com os autores, “o mosaico memorial construído pelos indivíduos na rede procura a perfeição, os bons momentos, as mais extraordinárias vivências”, mesmo que *offline* nem tudo esteja tão bom ou tão belo (GRIMALDI *et al*, 2019, p. 64). Esse transladar entre a realidade virtual e real, faria mesclar ambas as experiências, conformando uma vida e

uma memória cíbrida, simultaneamente *online* e *offline* (GRIMALDI *et al*, 2019, p. 64). Por essa ótica, valorizamos as experiências *online* a ponto de elas interferirem sobre a experiência *offline*, mesmo que, para tanto, selecionemos delas somente aquilo que queremos mostrar. Segundo Grimaldi *et al* (2019, p. 5) “essa realidade cíbrida torna a memória ainda mais fluida, no momento em que as redes aumentam as possibilidades de modelagem memorial, de esquecimento intencional e da alteração da realidade analógica”.

O paradoxo já apresentado, entre o excesso de registros da vida cotidiana, pelo qual se veria uma memória “vertiginosa”, e a efemeridade desses registros sob o império do “atual”, pode ser ilustrada a partir de uma pesquisa realizada com usuários do *Instagram*. Ao serem entrevistados, 97 usuários da rede consideraram “o registro da memória cotidiana” como a “principal função do Instagram”, e 76,9% afirmaram registrar suas fotos no dia a dia com o objetivo de postá-las no perfil ou nos *stories* (22,3%) (GRIMALDI *et al*, 2019, p. 70). Ao mesmo tempo, 60% desses usuários afirmaram já ter apagado suas fotos publicadas, entre outros motivos porque estavam “antigas”, “feias” ou porque mudaram sua opinião quanto à importância de publicizar o registro na rede (GRIMALDI *et al*, 2019, p. 70). O valor ou a afetividade imputada aos registros mudam com fluidez sob a lógica da atualidade e da “beleza”. Conforme concluem os autores: “as novas relações estabelecidas no ciberespaço requerem curtidas, comentários e repercussão, cibridamente. Se a memória ali representada não for capaz de trazer isso, ela facilmente é deletada.” (GRIMALDI *et al*, 2019, p. 70). No *Instagram*, particularmente, a funcionalidade “*stories*”, demonstra a valorização de um conteúdo cuja “extinção” é “programada”, pois caso a interação publicada não seja “salva” ou “destacada” no perfil, “desaparece” em 24 horas, deixando “rastros memoriais”, vestígios sem suporte material, que passam a existir somente na lembrança de quem postou ou visualizou (DAMIN; DOBEDEI, 2018).

Os meios também permitiriam o surgimento de novas configurações mnemônicas. Nesse sentido, Gustavo Daudt Fischer e Gabriel Rocha Palma (2022, p. 256) propõe que o *TikTok* seja compreendido “como um dispositivo de audiovisualização de construtos de memória”. Dessa perspectiva, os autores analisam o *challenge* (desafio)²⁵ *#memoryunlocked*, ou “memória desbloqueada”, onde os usuários “constroem uma espécie de passado audiovisual a partir da convocação de uma canção pop associada à sua adolescência”, que os permita “voltar” àquele tempo (FISCHER; PALMA, 2022, p. 250). Nas encenações analisadas, uma música lançada recentemente (em 2021) é associada a uma canção do

²⁵ O *challenge* consiste em “uma reencenação de algum vídeo viral (de rápida disseminação) que é repetida pelos participantes [do *TikTok*] utilizando sua própria imagem” (FISCHER; PALMA, 2022, p. 250)

passado (2007) cuja base musical é semelhante, sendo acrescida de imagens e signos denotativos da época vivenciada na infância ou adolescência pelos usuários, como as roupas, penteados e maquiagens. Para além do plano subjetivo do usuário, os autores observam a memória também nas propriedades tecnoculturais das produções, como o uso de filtros capazes de imprimir à imagem a estética dos filmes caseiros gravados com as câmeras usadas na época – *camcorders*. Conforme concluem Fischer e Palma (2022, p. 271), o efeito produzido é de uma “lembrança fiel”, mesmo que se trate de uma ficção, de modo que o *TikTok* serve como meio para os sujeitos se experimentarem, construírem “performances de audiovisualização de si” e de suas lembranças.

O desenvolvimento dos meios também produziu uma relação especial da sociedade com o tempo e o espaço, que por serem quadros referenciais da memória também demandam considerações. A princípio, cumpre notar que as mídias são, por definição, “tecnologias que tornam possível expandir a comunicação humana no tempo, espaço e modalidade” (ALENCAR; HJARVARD, 2023, p. 7). Essa expansão é, todavia, intensificada com a midiatização (HJARVARD, 2019) e a difusão da *internet* (ALCÂNTARA, 2021, p. 225). Segundo Samuel Alcântara *et al* (2021, p. 225), a *internet* quebrou de forma extrema o “paradigma espacial geográfico”, pois as informações circulam por ela velozmente trazendo uma “sensação aparente de simultaneidade espaço-temporal” e instantaneidade. Não é que o espaço físico tenha se tornado supérfluo, mas a “virtualização das instituições e da interação social” promoveram uma mistura entre o espaço físico e virtual (HJARVARD, 2019, p. 252). A memória cívica pode ser um exemplo dessa mistura (GRIMALDI *et al*, 2019).

Quando a “revolução digital [...] estava apenas começando a se fazer sentir”, nos anos de 1990, Thompson (2018, p. 18) desenvolvia uma “teoria da mídia” onde já apresentava a mistura, ou interpolação, entre a realidade virtual e real, promovida pelos meios, tomando como exemplo a televisão. Conforme o autor, a interação televisiva (a relação dos receptores com o conteúdo emitido pela televisão), ou “quase-interação televisiva”²⁶ como a chamou, produz uma “experiência espaço-temporal descontínua”, pois na recepção das mensagens nos orientamos por coordenadas espaço-temporais diversas, desde as coordenadas do contexto onde a mensagem é produzida (geralmente, o estúdio do programa), às diferentes coordenadas que a mensagem televisiva carrega em si mesma (por exemplo, os diferentes espaço-tempos exibidos em uma reportagem) e as coordenadas relativas aos contextos onde as mensagens são

²⁶ A expressão “quase-interação televisiva” foi utilizado por Thompson (1998, p. 86) para caracterizar a televisão enquanto um meio de “quase-interação mediada”, expressão que por sua vez salienta o caráter monológico da comunicação nos meios de grande circulação como a televisão, o rádio e a imprensa, cujas mensagens são transmitidas a um público indefinido que, via de regra, não pode alterar a forma ou conteúdo das mensagens.

recebidas (THOMPSON, 1998, p. 86). Quando assistimos TV, interpolamos as coordenadas espaço-temporais do contexto de produção e da mensagem às estruturas espaço-temporais de nossa vida cotidiana, intercambiando “experiências mediadas de outros tempos e lugares” com as nossas próprias experiências diárias (THOMPSON, 1998, p. 86). A recepção das mensagens televisivas insta os espectadores a transacionar pelo mundo “real” (através de documentários, noticiários etc) e “imaginário” (filmes, novelas, séries etc), de modo que a interpolação-espaço temporal por ela suposta envolve a intersecção de espaços-tempo reais e fictícios, ou de espaço-tempo fictícios que estão relacionados a lugares reais, como as séries do tipo Dallas ou Texas, o que enriquece a experiência simbólica (THOMPSON, 1998). A descontinuidade da experiência espaço temporal decorre, pois, da possibilidade de locomoção por outros “mundos” ao “simples estalo de um interruptor”, sem que para isso seja necessário deixar o solo do contexto prático e imediato onde se encontra e onde está “enraizada” nossa vida, nossos projetos e planos (THOMPSON, 1998, p. 88).

A descontinuidade da experiência espaço-temporal revela as mudanças operadas pelos meios nos quadros do tempo e do espaço. De acordo com Thompson (2018; 1998) o desenvolvimento dos meios técnicos de comunicação alterou a “constituição espacial e temporal da interação social” mediante a separação da interação social da partilha de um espaço físico comum, permitindo a comunicação entre indivíduos situados em contextos espaço-temporais diferentes. Antes da sofisticação das tecnologias de telecomunicação, a partir de meados do século XIX, para estarem disponíveis, as informações e conteúdos simbólicos dependiam de serem transportados fisicamente de um a outro ponto do espaço, o que implicava no dispêndio de tempo relativo ao seu deslocamento. A telecomunicação trouxe consigo uma “disjunção entre o espaço e o tempo”, na medida em que o distanciamento espacial não mais exige o distanciamento temporal, isto é, mensagens podem ser “transmitidas para distâncias cada vez maiores num tempo cada vez menor” (THOMPSON, 1998, p. 36). Essa disjunção espaço-temporal amanhou o terreno para “a descoberta da simultaneidade não espacial”, para uma “experiência de simultaneidade” separada “de seu condicionamento espacial” (THOMPSON, 1998, p. 36). Isto porque em períodos históricos anteriores ao “progresso” das telecomunicações, “simultaneidade pressupunha localidade: “o mesmo tempo exigia o mesmo lugar”, não se podia experimentar mais de um evento ocorrido “ao mesmo tempo” sem que eles tivessem acontecido em um mesmo local (THOMPSON, 1998, p. 37). Ao desprender a interação social do compartilhamento de um espaço-tempo comum, os meios complexificam a experiência do tempo e do espaço. Podemos nos comunicar com pessoas que moram do outro lado do planeta, confraternizar simultaneamente

em um ambiente digital, independentemente de estarmos situados em contextos espaço temporais distintos, isto é, em diferentes lugares e fuso horários.

Ao revisar sua teoria, Thompson (2018, p. 18) considera que ela ainda se sustenta, entretanto, reconhece a dimensão vertiginosa que o fenômeno assumiu com “as rápidas ascensão e evolução da *internet* e das muitas formas de comunicação móvel e em rede” disseminadas desde a publicação de seu estudo. De acordo com o autor, a ascensão da *internet*, inaugura uma nova forma de interação, mediada por dispositivos móveis como o computador e os *smartphones*, a “interação mediada *on-line*”, que apesar de ser potencialmente dialógica como a interação face-a-face e a mediada, é, tal como a quase-interação mediada, voltada para múltiplos destinatários (THOMPSON, 2018, p. 20). As redes sociais como o *Youtube*, *Instagram* ou *Twitter* são exemplos de cenários para esse tipo de interação, onde a experiência de simultaneidade espaço-temporal é ainda mais dilatada.

Diante do exposto, podemos considerar que as experiências mediadas alimentam recordações também mediadas, onde o referencial temporal e espacial das recordações mescla o contexto imediato e mediado das nossas interações cotidianas. Como permite ver Halbwachs ([1925] 2004), nós recordamos as nossas experiências e interações, que por terem sido desempenhadas em um local no tempo e no espaço, tornam o tempo e o espaço em um referencial para a sua localização em meio ao passado coletivo e grupal. É necessário localizar o acontecimento que se quer recordar em um lugar, data ou período do tempo, ou encontrar pelo menos o conjunto de imagens e noções espaço-temporais às quais ele se liga (HALBWACHS, [1950] 1990). Uma vez que as imagens e fatos mediados estão integrados ao nosso cotidiano, tornando, em alguns casos, difícil separar o que vimos nas ruas do que assistimos na televisão ou vimos nas redes sociais, o que vivenciamos imediatamente ou de forma mediada (THOMPSON, 2018; 1998), enriquecemos o conteúdo de nosso passado com experiências mediadas e podemos tornar o próprio espaço mediado um marco de reconstituição dessas experiências, mesmo que sejam memórias fragmentadas e voláteis (RUGGIERO, 2022).

O espaço na memória social e coletiva é simbólico e não somente físico ou geométrico, pois assim como determinadas tribos primevas atribuíam ao espaço características místicas e se orientavam por regiões definidas, separadas e nomeadas pelos espíritos que acreditavam dominá-las, tendemos a representar o espaço de forma não homogênea e a atribuir-lhe características subjetivas, imateriais e afetivas (HALBWACHS, [1925] 2004). Nesse sentido, uma família pode recordar os acontecimentos e personagens que compõem o seu passado doméstico a partir dos objetos, portas e janelas da casa em que

conviveram, mas um novo teto e novas paredes não são por si mesmos suficientes para “apagá-los” de sua memória (HALBWACHS, [1925] 2004). Seria antes por meio do enfraquecimento dos vínculos de afeto ou da constância da interação que perderíamos a capacidade de pensar ou recordar em comum. Não se trata de despojar o espaço de sua dimensão física, na qual também atrelamos recordações, mas de ressaltar sua dimensão simbólica, para a qual concorrem as relações de proximidade e afetividade.

Até aqui argumentamos sobre as implicações dos meios de comunicação nos quadros sociais gerais do tempo-espaço a partir da mediação da experiência cotidiana, quando os indivíduos e grupos interagem com e através dos meios. Conforme sustentamos, eles se recordariam também das ideias e imagens decorrentes de tais interações. Nesse caso, ao invés de um novo quadro mnemônico, os meios funcionam, talvez, como expressão do quadro espaço temporal, no qual localizamos e reelaboramos as imagens e ideias mediadas. Entretanto, o quadro espaço-tempo mediado não irrompe despido de novidade. Desta feita, cabe indagarmos sobre o que ele acrescentaria de específico à memória social, permitindo-a se apresentar enquanto uma memória comum.

À princípio, a multiplicidade de espaços-tempo disponíveis nos meios, assim como o despreendimento da interação da partilha de um espaço físico comum enriqueceriam a memória. Esta seria limitada, entretanto, pela aceleração promovida pelos meios, onde as experiências dispõem de uma menor espessura temporal, contando com uma menor possibilidade de recuo no passado e de reflexividade em prol do imediatismo exigido pelas tecnologias de informação (SODRÉ, 2014). A memória também seria marcada pela contradição entre excesso e fugacidade das imagens (BEIGUELMAN, 2021), ou em outras palavras, suas imagens seriam transitórias (CARLÓN, 2019) e fragmentadas (RUGGIERO (2022)). Assim como, apresentariam um entrelaçamento de experiências mediadas e pessoais. Além disso, a extensa disponibilidade de conteúdo simbólico (THOMPSON, 1998) forneceria um “quadro interpretativo abstrato de cenários e situações” (BELLELLI; LEONE; CURCI, 1999, p. 106). Todo quadro social é abstrato e concreto (HALBWACHS, [1925] 2004), o que salientamos é um maior protagonismo do conhecimento abstrato diante da velocidade na disponibilidade da informação, sobretudo nos meios de grande circulação (BELLELLI; LEONE; CURCI, 1999; RUGGIERO, 2022).

Por esse lado, as memórias comuns podem corresponder ao compartilhamento de ideias e imagens comuns, extensamente disponíveis, efêmeras, instantâneas, encenadas, baseadas em uma visão mediada e abstrata – em termos de profundidade do conhecimento, dado que suas imagens também podem consistir na figura concreta de artistas vistos nos

filmes, nos acontecimentos políticos televisionados, ou como focalizamos neste trabalho, nas imagens de traficantes veiculadas pelo telejornalismo policial (e os valores, representações sociais e *themata* que os acompanham) – abertas à recordação por uma pluralidade de pessoas tamanha a difusão midiática, e que podem ser reempregadas na interpretação cotidiana que fazemos dos fatos da vida (JEDLOWSKI, 2005; 2003; THOMPSON, 2018, 1998; BELLELLI; LEONE; CURCI, 1999; HJARVARD, 2019; ALENCAR; HJARVARD, 2023; GRIMALDI, 2019).

Conforme discutimos anteriormente, se assumimos a perspectiva de Halbwachs ([1925] 2004; [1950] 1990) sobre a memória, compreenderemos que as memórias comuns não são equivalentes à memória coletiva (JEDLOWSKI, 2005; 2003; SÁ, 2007). Elas são constituídas de forma mais pulverizada, nos agrupamentos menos estáveis formados, especialmente, a partir das relações espaço-tempo mediadas. Estudando agrupamentos desse gênero, Arruda *et al* (2019) observam como a comunicação entre os participantes de sua pesquisa não escapa à força do pensamento social. Quando consideramos o público dos meios, podemos não encontrar nele os grupos afetivos analisados por Halbwachs ([1950] 1990), cujos laços entre seus membros são tão estreitos que um deles é quase capaz de “adivinhar” o pensamento dos demais, nem tampouco os grupos reflexivos aludidos por Wagner (1998), que se sabem um “grupo” e podem dizer quem pertencente ou não a ele. Ou melhor dizendo, encontramos todos eles juntos e dissolvidos.

Desse ponto de vista, tem sido questionado o caráter grupal das “comunidades virtuais²⁷” emergentes nas chamadas “novas mídias” (CAMPOS; MAZZOTTI, 2011; CASALEGNO, 2006; MOSCOVICI, 2006), caracterizados por uma maior fluidez das relações. Se elas seriam ou não comunidades, não é uma questão pacífica. Segundo Campos e Mazzotti (2011), há uma busca por coesão, um compartilhamento de crenças, experiências, posicionamentos, valores e informações nessas “comunidades”. Para Pierre Levy (1999, p. 127), independentemente de não haver proximidade geográfica ou institucional, “uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca”. Enquanto para Moscovici (2006, p. 72), embora importantes, “as comunidades das quais se fala hoje são comunidades de energia afetiva muito fraca”, diferente das comunidades tradicionais construídas “com muito ódio e muito amor”. Mesmo este ponto é controverso. Levy (1999, p. 128) argumenta

²⁷ Pierre Levy (1999, p. 27) define comunidade virtual como “um grupo de pessoas se correspondendo mutuamente por meio de computadores interconectados”.

que “longe de serem frias, as relações *on-line* não excluem as emoções fortes”, “nem a responsabilidade individual nem a opinião pública e seu julgamento desaparecem”, pelo contrário, os participantes desenvolvem “uma forte moral social, um conjunto de leis consuetudinárias - não escritas - que regem suas relações”, uma espécie de “netiqueta” relativa à pertinência das informações, ao que pode ou não ser dito. De acordo com esse autor, “a vida de uma comunidade virtual raramente transcorre sem conflitos, que podem exprimir-se de forma bastante brutal nas contendas oratórias entre membros” ou na repreensão daqueles que tenham “infringido as regras morais do grupo” (LEVY, 1999, p. 128). Ao mesmo tempo, “afinidades, alianças intelectuais, até mesmo amizades podem desenvolver-se nos grupos de discussão” (LEVY, 1999, p. 128).

No mesmo sentido, Silva e Fernandes (2021) argumentam que as ações desempenhadas no espaço virtual repercutem na sociedade “real”, o exemplo das mobilizações virtuais sobre a forma de *hashtag*, que expressam pautas enfrentadas no mundo *off-line* (SILVA, FERNANDES, 2021, p. 212). As *hashtags* permitem que usuários se agrupem em torno de um mesmo ideal, constituindo grupos de interesse. São ilustrativas as *hashtags* “#VemPraRua” (durante o golpe de Dilma Roussef), “#ForçaChape” (em apoio aos jogadores de futebol do time Chapecoense vítimas de um acidente de avião em 2016), “PrayForFrance” (devido ao incêndio da Catedral de Notre Drame de Paris), “PrayForVietnã” (contra os ataques terroristas ao país) e “PrayForUkraine” (em solidariedade aos ucranianos em guerra com a Rússia) (SILVA; FERNANDES, 2021, p. 212).

A questão das comunidades virtuais nos remete novamente à problemática do espaço. Mais especificamente, a problemática do ciberespaço e da cibercultura que ele conforma:

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e valores que se desenvolvem junto com o crescimento do ciberespaço.” (LEVY, 1999, p. 17).

Segundo Levy (1999, p. 92), o ciberespaço é o “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”, no qual são compartilhadas informações provenientes de fontes digitais, a sua marca distintiva é o virtual. O ciberespaço se baseia na ideia de interconexão: uma tendência a conectar cada artefato físico tornando-os os capazes de trocar informações entre si em uma conexão sem fio (LEVY,

1999). A comunicação emergente dessa tendência, seria menos uma rede ou um canal do que “uma sensação de espaço envolvente” (LEVY, 1999, p. 127). Se bem sucedida em seu empreendimento de interconexão a cibercultura conduziria a humanidade à “telepresença generalizada”, constituindo a própria humanidade “em um contínuo sem fronteiras”, onde seres e coisas são banhados pela mesma interatividade (LEVY, 1999, p. 127). A cibercultura expressa, nesse sentido, a:

[...] aspiração de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre *links* territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre as relações de poder, mas sobre a reunião de pontos de interesses comuns, sobre o jogo, sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos de colaboração. (LEVY, 1999, p. 130).

A partir das discussões encetadas por Levy (1999), Danilo Morais da Silva e Valdir Fernandes (2021, p. 212) consideram o ciberespaço como “uma nova territorialidade proporcionada pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC)”, que por alterar hábitos, costumes, valores, redefinir a compreensão do mundo e os processos cognitivos, conforma uma cibercultura – condição de existência nesse novo território. A *internet* seria o território cibernético eminente, uma vez composta por redes dinâmicas formadas pelas conexões e troca informacional entre diferentes atores. A sua cibercultura estaria passível de ser observada, entre outros elementos, na linguagem particular adotada pela rede ou por seus usuários, nos códigos de interação e manifestação (*likes*, comentários, compartilhamentos, memes, *stickers*, *policies* etc). Para os autores, no decorrer de mais de 50 anos de *Internet*, a virtualização da sociedade se intensificou, tornando ainda mais compreensíveis as proposições de Levy sobre a Cibercultura e o Ciberespaço.

No mesmo sentido, André Lemos (2023, p. 10) considera que, desde o princípio da década de 1990 até os dias atuais, “a cibercultura foi se complexificando e se consolidando como um fenômeno total, planetário”. Ela se tornou, mais do que nunca uma Cibercultura. Há 20 anos, não haviam aparecido ainda as *Fake News* ou a “manipulação algorítmica das emoções”; agora a lógica algorítmica e datataficação capta, trata e distribui “informações customizadas sobre e para cada usuário, gerando induções de ações sob a forma de recomendações (“que mais se parecem coerções”) (LEMOS, 2023, p. 11). Para Lemos (2023), talvez este seja o “ponto de inflexão” da *internet*, “a grande bifurcação da cibercultura”: a personalização da informação para fins comerciais pela captação da atenção do usuário e a correlata indução de ações levando-o a interagir (para o consumo) com produtos e serviços específicos”. A medida em que a *internet* se transformava em “uma grande máquina

comercial e publicitária”, sofisticando seus algoritmos de extração de informação, a cibercultura se metamorfoseava, portanto, em “uma grande máquina de captação de dados pessoais para recomendação” (LEMOS, 2023, p. 12).

Moscovici (2006, p. 76) notou também que a reunião de uma comunidade virtual no ciberespaço, em uma cibercultura, é propiciada por laços compartilhados entre “grupos que não possuem outros laços que a representação, uma ciber-representação”. Eles nada saberiam um dos outros, porque só teriam em comum a partilha de uma representação (MOSCOVICI, 2006). O conceito de ciber-representação “define o espaço público e o “lugar” (ou ciber-espaço) compartilhado por um grupo” (MOSCOVICI, 2006, p. 79). Estaríamos “tentando fazer uma representação dividida e, portanto, uma linguagem e sentimentos compartilhados” (MOSCOVICI, 2006, p. 79). Partindo da ideia de que “as representações de uma sociedade se associam e formam grupos relativamente estáveis”, Moscovici (2006, p. 79) postula que “o ‘*ciber*’ é em si mesmo a raiz de uma nova representação social que se difunde no fluxo da vida e, talvez, de uma outra maneira de se representar, ou de uma outra “espécie” de representação”. Conforme argumenta o autor:

[...] a ciber-representação subtende a realidade virtual, que não é um simulacro do real ou um complemento, mas uma concretização da própria representação, uma inscrição de seus “objetos” pela técnica, de entidades que podem alucinar e perceber as correspondentes sensações. A ciber-representação também é a condição de existência e de participação em uma comunidade virtual. Assim, uma comunidade “real” pressupõe um contrato, uma instituição ou ainda uma função produtiva específica. Para explicar a comunidade “virtual”, é preciso um conceito novo, e o pertencimento a essas comunidades se exprime de uma maneira nova, que, às vezes, substitui a relação face a face. Ela pode ser vivida a distância, paralelamente com a nossa participação em outras comunidades, reais ou virtuais. Trata-se então de agir segundo as regras e normas estabelecidas coletivamente, com dialetos e rituais específicos e que possuem a capacidade de estimular a participação nos grandes processos de interação e nas iniciativas comuns. (MOSCOVICI, 2006, p. 78-79).

O ciber-espaço conformado pela ciber-representação é, pois, “real” apesar de ser “virtual”. O “virtual” aqui expressa ideia de que a “comunidade” só existe na representação que partilhamos, objetivada nas técnicas que nos transmitem a sensação de presença ou interação. Conforme explica Levy (1999), a expressão “realidade virtual” ou “mundo virtual” costuma envolver mais de um sentido da palavra virtual. No sentido técnico, virtual remete à digitalização informática, no sentido filosófico àquilo que existe em potência e aguarda concretização efetiva para se atualizar (passar de potência à ato), e no sentido corrente designa “irrealidade”, pelo atrelamento da “realidade” à tangibilidade. No uso corrente ou filosófico, o

“virtual” não se confunde com o real, porque não se manifestam ao mesmo tempo. Contudo, para a filosofia o virtual não é oposto ao real, como opõe o uso corrente, mas ao atual, porque se compreende “virtualidade e atualidade” enquanto “dois modos diferentes de realidade”: o virtual também é “real”, embora aguarde atualização (LEVY, 1999, p. 47). Assim, “é virtual toda entidade ‘desterritorializada’, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar em particular” (LEVY, 1999, p. 47). Dessa perspectiva, o “virtual” está relacionado à cibercultura porque a “digitalização da informação” permite a transmissão invisível e em rede do conteúdo, assim como porque a informação digital fica localizada fisicamente em um suporte, mas também “virtualmente presente em cada ponto da rede onde seja pedida”, ou ainda porque ela depende de um “meio” para ser exibida (LEVY, 1999, p. 48). O que chamamos de “mundo virtual” corresponde então a “um potencial de imagens”, codificadas digitalmente, atualizadas no contexto particular de cada cena desenrolada nesse “mundo” (LEVY, 1999, p. 49). Por esse prisma a ciber-representação subtende o virtual porque ele “atualiza” o “laço de representação” (MOSCOVICI, 2006, p. 78) compartilhado nas redes *online*, concretizando-o para todos que dele partilham.

O fato de as redes relacionais mediadas constituírem, ou não, comunidades, é algo de fato importante para o entendimento da memória construída em uma cibercultura. Mas quer sejam elas assim consideradas, quer não sejam, não ignoramos que a interação social está presente nas mesmas, ponto relevante na consideração do caráter coletivo ou social imprimido à memória e as representações. Nesse sentido, um postulado comum à TRS e à teoria da memória social e coletiva, é o de que os fenômenos dos quais se ocupam são coletivos ou sociais não porque sejam compartilhados de modo meramente distributivo em um grupo, mas porque foram construídos na interação entre os membros (MOSCOVICI, 2000 [2020]; HALBWACHS, 1950 [1990]; JEDLOWSKI, 2003). Como afirmou Halbwachs, (1950 [1990]) a memória não é coletiva porque corresponderia à soma de memórias individuais, mas porque não há memória, mesmo individual, que não se desenvolva em um quadro coletivo e social. Por que não dizer o mesmo sobre as memórias comuns, que embora não sejam elaboradas no interior de um mesmo grupo, resultam da interação de diferentes grupos.

Por esse lado, mais do que ter instituído novas redes comunicativas entre os indivíduos, os meios de comunicação incidiram sobre as relações entre eles, criando novas formas de sociabilidade e interação (THOMPSON, 2018). Compartilhando da proposição de que os laços construídos na rede são fracos, todavia, significativos, Stig Hjarvard (2019) explica que a interação social pode ser aumentada pelos meios digitais mediante a constante

disponibilidade de informação *online*. O que pode ser uma faca de dois gumes. Conforme afirma o autor, o mundo exterior é tornado disponível virtualmente em quase qualquer local, permitindo um envolvimento ativo do indivíduo e a navegação por uma diversidade de situações sociais, assim como a interação com outros distantes ou próximos fisicamente. Segundo Hjarvard (2019, p. 254-255), o espaço interacional “fornece a base para a experiência de empoderamento individual”, por permitir, por exemplo, que estando presente no ambiente de trabalho, alguém mantenha o contato com seus filhos, opere transações bancárias ou busque informações em outro lugar ao simples toque sobre uma tela. Contudo, apesar desse “empoderamento”, “a atenção do indivíduo fica dividida entre várias situações sociais, *online* e *offline*, e a capacidade do grupo de fazer com que todos cumpram uma definição primordial da situação social é enfraquecida” (HJARVARD, 2019, p. 255). Enfraquecida porque a situação social pode se parecer com uma escolha, entre permanecer na situação presente ou sair dela para se envolver em outra situação disponível *online*. Essa “capacidade” de interagir simultaneamente em situações *online* e *offline*, e dividir a atenção em mais de uma situação pode levar os indivíduos a “uma perda de atenção e comprometimento com as situações sociais com as quais estão engajados” (HJARVARD, 2019, p. 255).

A relação entre meios de comunicação e interação tornou-se tão íntima que o mero recurso à um meio pode já definir o curso da interação e expressar intenções afetivas. Nesse sentido, Mirca Madianou e Daniel Miller (2013) consideram que a proliferação e a convergência de novas tecnologias comunicacionais transformaram a comunicação interpessoal, particularmente aquela feita à distância. Os autores utilizam o termo *polimídia* para se referirem a esse cenário, onde dispomos de “um ambiente comunicativo de recursos” conformado pelas novas mídias, onde cada meio possui uma intenção comunicativa e uma consequência emocional e social (MADIANOU; MILLER, 2013, p. 169).

Dessa perspectiva, a navegação pelo ambiente comunicativo da *polimídia* se tornou intrínseca à maneira como experimentamos nossas relações interpessoais, controlamos e expressamos nossas emoções (MADIANOU; MILLER, 2013). Por exemplo, um usuário do *facebook* que se envolva em uma discussão na *timeline*, pode resolver estendê-la de forma privada no *chat*, ou ainda, pais que vivem distante de seus filhos podem preferir se comunicar com eles através do *Skype*, por meio do qual podem vê-los e comprovar seu bem-estar, mas podem também preferir não usá-lo quando estão se sentindo tristes para que seus filhos não pensem que estão com problemas, caso no qual recorrem ao *email* por lhes dar um maior controle da comunicação (MADIANOU; MILLER, 2013). As mensagens de texto podem

evitar o constrangimento que uma mensagem de voz poderia ter causado, ou mesmo evitar ouvir uma resposta estressante, assim como pode facilitar uma declaração íntima. Por sua vez, alguém pode utilizar perfis em mais de uma rede social ou mais de um perfil na mesma rede, um para socializar somente com os amigos próximos, outro que inclua familiares e conhecidos, outro para relacionamentos. Enfim, alguns meios podem revelar as emoções mais do que outros, serem “vistos como mais ou menos apropriados para certos tipos de relacionamento, mas a questão é que “a maioria dos relacionamentos cria uma configuração específica de mídia que funciona melhor para suas necessidades comunicativas específicas” (MADIANOU; MILLER, 2013, p. 179).

Posto que a memória se vitaliza a partir de nossas interações e que essas interações não desaparecem com o desenvolvimento tecnológico dos meios, mas pelo contrário, dependem ou assumem cada vez mais formas mediadas, é justo considerarmos a existência de memórias constituídas a partir de tal configuração específica. A memória social, ao ser “transportada”, junto com nossas interações, para os meios e redes digitais, de alcance “ilimitado”, teria, portanto, assumido certas características exigidas dos conteúdos que circulam nesses espaços, como a banalidade e a fugacidade, o que de um lado pode ser visto como instabilidade, mas de outro como um potencial de dilatação, a partir do qual o social se torna “comum”.

3.2 A análise de conteúdo

Consoante à Laurence Bardin (2016), a Análise de Conteúdo pode ser compreendida como um conjunto de técnicas metodológicas voltadas ao desvelamento de conteúdos latentes em documentos, discursos ou mensagens, mediante deduções e inferências rigorosas e sistemáticas. Por meio da contagem das frequências e da extração dos modelos e estruturas implícitos no conteúdo, elas habilitam o analista para fazer vir ao plano de sua visão as “camadas” mais nucleares e que se não fosse por uma “tarefa paciente de ‘desocultação’” permaneceriam furtivas ou não aparentes (BARDIN, 2016, p. 15). Segundo Bardin (2016, p. 5), “enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade”. A interpretação acontece quando analista se faz de “agente duplo”: analisa as mensagens por uma “dupla leitura onde uma segunda leitura se substitui à leitura ‘normal’ do leigo” (BARDIN, 2016, p. 15). Maria Franco (2006, p. 26) assevera que o analista deve “falar” do conteúdo latente partindo do conteúdo

manifesto e não “por meio” deste, “a inferência, é o procedimento intermediário que vai permitir a passagem explícita e controlada, da descrição à interpretação”.

Isso é importante porque apesar de as inferências se basearem nos objetivos, referencial teórico e na quantificação obtida pela contagem da frequência das unidades registradas, “o rigor não é exclusivo da quantificação, nem tão pouco a quantificação garante por si a validade e a fidedignidade de que se procura” (VALA, 1986, p. 103). Nesse sentido, AD possibilita ao analista, assim como o pressupõe, que a lógica de suas inferências sejam explicitadas. É preciso, pois, produzir “um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação”, o que é feito a partir da “desmontagem de um discurso” manifesto, isto é, do material ao qual o analista tem por fito analisar (VALA, 1986, p. 104).

A fim de procedermos uma análise de conteúdo sobre os comentários realizados pela audiência nos telejornais policiais, apresentamos, em seguida, os critérios e procedimentos de coleta dos dados e o modo como procedemos à sua codificação e categorização.

3.2.1 Critérios e procedimentos de coleta

Para coletarmos os comentários, utilizamos a ferramenta online *Youtube Data Tools* (RIEDER, 2015). Trata-se de um módulo que permite a recuperação de dados de vídeo, oferecendo, dentre outros resultados, “um arquivo tabular contendo todos os comentários recuperáveis, tanto de nível superior quanto de respostas” (RIEDER, 2015, p. 1). Os comentários de “nível superior” são aqueles publicados primariamente, do qual decorrem outros.

Para essa atividade selecionamos o ID (segmento da *url* posterior ao sinal de =) de cada um dos vídeos das reportagens dos telejornais (Brasil Urgente e Cidade Alerta) analisados, e submetemos, um de cada vez, à conversão operada pelo módulo. Cada extração gerou um arquivo no formato tab, cuja leitura demandou o uso do *software* Excel, no qual os dados puderam ser codificados, tornando-se legíveis. Em seguida reunimos todos os comentários, separados por telejornal, em uma mesma planilha. O resultado das extrações nos disponibilizou a integralidade dos comentários, identificados por data, horário, nome, *nickname* e canal de cada comentarista, bem como a qual internauta o comentário responde (nos casos onde há interação entre o público).

Uma vez que os vídeos hospedados no *Youtube* continuam disponíveis após a data de sua transmissão, encontramos comentários publicados em 2018, mas também no período subsequente até o presente ano. Nesse momento, selecionamos somente os comentários

compatíveis com o critério temporal adotado para a coleta das reportagens, o ano de 2018. Do total “bruto” de 3.576 comentários publicados nas reportagens do Brasil Urgente e 882 do Cidade Alerta, restaram para a codificação e análise, 336 comentários feitos ao Brasil Urgente e 516 feitos ao Cidade Alerta.

3.2.2 Codificação e categorização

Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo é organizada em torno de polos ou “fases”, sendo a primeira delas a fase de pré-análise, em seguida a de exploração dos documentos e, por fim, a fase na qual tratamos dos resultados por meio de inferências e interpretações.

Nessa primeira fase, escolhemos os documentos a serem alvo de análise (os comentários do público de dois telejornais policiais) em consonância com o problema e os objetivos de nossa pesquisa, qual seja, a análise dos *themata* e memórias comuns do público comentarista. Para tanto, realizamos uma leitura inicial, chamada “leitura flutuante”, a fim de entrarmos em contato com o material produzido pelo público na plataforma do *Youtube*, para despertarmos primeiras impressões e intuições, apenas posteriormente sistematizadas.

Com o objetivo definido e a delimitação do material, procedemos à constituição do *corpus*, obedecendo às regras propostas por Bardin (2016) para essa finalidade: as regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Nesse sentido, sob a égide da exaustividade, levamos em consideração todos os elementos do *corpus*, isto é, todos os comentários feitos pela audiência dentro do critério temporal estabelecido (o ano de 2018), sem deixarmos de incluir algum elemento “que não possa ser justificável no plano do rigor” (2016, p. 127). Desse modo, a partir de uma observação rigorosa, os únicos comentários que “desconsideramos” foram aqueles ininteligíveis (ex: “m.”, “lammm”, “alugv” etc.); os *links* “quebrados” (ou seja, endereços eletrônicos que não funcionam) ou *urls* incompletas; as reproduções exatas dos títulos das reportagens, realizadas nas matérias pelos responsáveis pela hospedagem dos vídeos no canal dos telejornais no *Youtube*; pedidos de inscrição e outros tipos de publicidade “inseridas” por diferentes setores comerciais e “coladas” em quaisquer canais da plataforma, sem relação com o conteúdo dos vídeos. A regra da exaustividade foi completada, portanto, com a da “não seletividade”, ou melhor dizendo, da “seleção” não arbitrária dos elementos (BARDIN, 2016).

Também obedecemos à representatividade que diz respeito a escolha de uma amostra de material rigorosa e representativa do universo temático que se tem em vista, capaz de

possibilitar sua generalização ao todo (BARDIN, 2016). Desta feita, a seleção do critério temporal do ano de 2018 assegurou a representatividade dos comentários devido ao contexto de intervenção federal no Rio de Janeiro ter fomentado a abordagem do tema do tráfico pelos telejornais policiais, focalizados em razão desse comércio ter sido utilizado como justificativa para a ação interventiva. Apesar de parte das matérias, e por conseguinte, parte dos comentários, tratarem das dinâmicas do tráfico de drogas nesse contexto específico das ações militares no território carioca, a programação do telejornal também aborda outros eventos relativos ao tráfico em contextos espaciais e temporais distintos, inclusive, editando as matérias com imagens filmadas nos anos anteriores à 2018, tornando possível, portanto, sua generalização.

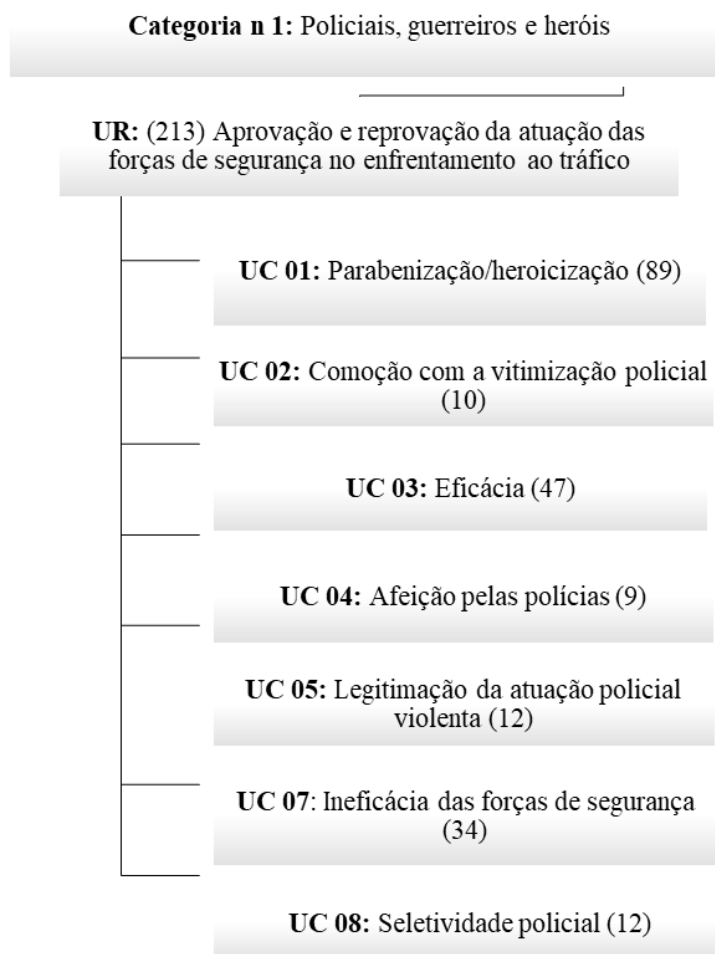
Como regra, também seguimos a homogeneidade em razão de os comentários terem sido coletados de acordo com os mesmos critérios em ambos os telejornais. Por fim, contemplamos a pertinência, regra que supõe a adequação do *corpus* aos objetivos e hipóteses da análise. Por essa guia, os comentários do público dos telejornais são pertinentes para verificarmos a hipótese de que tais canais possibilitam a composição de memórias comuns pela audiência. Assim como é adequado para respondermos ao objetivo de analisar tais memórias.

Procedemos à codificação do material, isto é seu tratamento por recorte (escolhendo as unidades), enumeração (escolhendo as regras para a contagem) e classificação, e por conseguinte, agregação, por meio da escolha de categorias (BARDIN, 2016). A codificação é definida por Bardin (2016, p. 133) como “uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto [...]” de modo a “atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão”. Tal representação deve ser efetuada a fim de nos auxiliar sobre as características do material (BARDIN, 2016). Para efetuarmos a codificação e categorização adotamos as técnicas de análise categorial temática. Como pontua Bardin (2016), a análise categorial, ou seja, a análise mediante categorias, é a mais antiga e mais utilizada. Como uma de suas expressões, a análise temática nos orienta a partir dos temas para desmembrar o texto, constituindo unidades analogicamente agrupadas. Por sua vez, os temas devem ser apreendidos em consonância com os objetivos e o referencial teórico. Como unidades de registro, eles correspondem a “unidades de base” habilitados à categorização e contagem frequencial. Ao fixarmos como unidades de registro os temas emergentes no material analisado estamos efetuando “recortes a nível semântico”, diferentemente do nível linguístico onde palavras e frases são as unidades registradas – suas dimensões e natureza podem ser variáveis (BARDIN, 2016, p. 134). Segundo Bardin (2016), quando guiados pela teoria e seus

critérios, nosso olhar sobre o material analisado promove a “libertação natural” dos temas em relação ao texto. Trata-se de recortar ideias constituintes, proposições e enunciados “portadores de significados isoláveis” ou de “núcleos de sentido” (BARDIN, 2016, p. 135).

As unidades de registro temáticas são compreendidas a partir das unidades de contexto, ou seja, o próprio contexto dos temas, constantes como unidades de dimensão superior às primeiras (BARDIN, 2016). A compreensão da significação do tema está vinculada a verificação de seus contextos de emergência e, por vezes, sua extensão e intensidade são consoantes a de seus contextos (BARDIN, 2019). Por isso mesmo, contamos a frequência das unidades de registro em relação aos seus contextos, para nos possibilitar a leitura de sua intensidade (BARDIN, 2016). Nesse caminho, verificamos a emergência dos temas: aprovação e reprovação da atuação das forças de segurança no enfrentamento ao tráfico, nos contextos “parabenização/heroicização”, “comoção com a vitimização policial”, “eficácia”, “afeição pelas polícias”, “legitimação da atuação policial violenta”, “ineficácia das forças de segurança” e “seletividade policial”; a política de combate aos “traficantes”, nos contextos “aniquilamento”, “política contra o tráfico” e “metáforas desumanizantes sobre os ‘traficantes’”; e a atuação da mídia, nos contextos “incredulidade e questionamento da informação”, “crítica”, “valorização”, “autopreservação pelos grupos criminosos”, “percepção da insegurança” e “deslocamento da atenção à narrativa”.

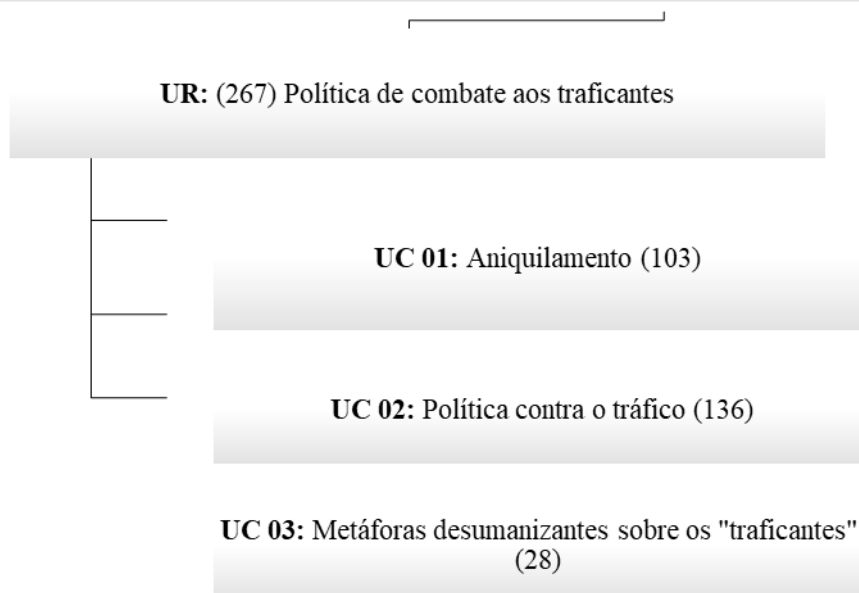
Enquanto a definição das unidades de registro e contexto dizem respeito a recortes e diferenciação, a categorização implica em seu “reagrupamento segundo gênero (analogia)” ou seja, unindo-os a partir daquilo que guardam em comum (BARDIN, 2016, p. 147). A categorização é, desse modo, a impressão sobre um “agrupamento” de unidades de um título conceitual genérico e semanticamente ordenado (BARDIN, 2016). Por essa ótica, elaboramos as seguintes categorias:

Quadro 08 – Categorias resultantes da análise de conteúdo - 1

Fonte: elaboração própria.

Quadro 09 – Categorias resultantes da análise de conteúdo - 2

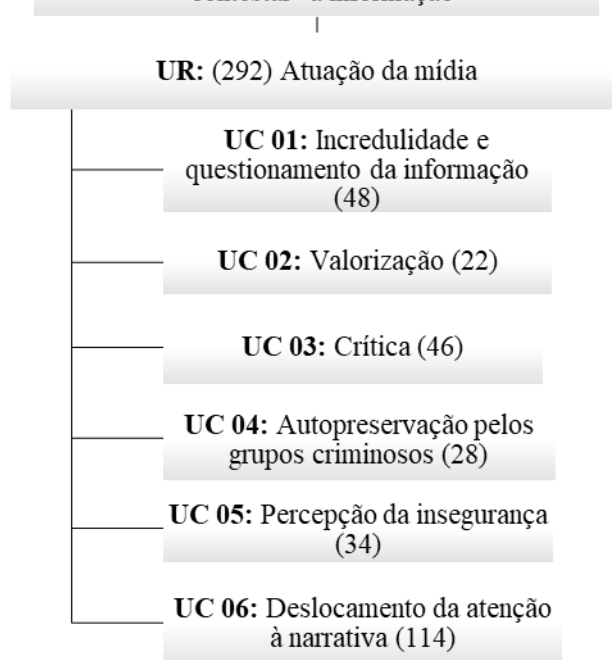
Categoria n 2: Do lixo à limpeza: a "esperança" do público no aniquilamento dos "traficantes"



Fonte: elaboração própria.

Quadro 10 – Categorias resultantes da análise de conteúdo - 3

Categoria n 3: "Amar", "desconfiar" ou "contestar" a informação



Fonte: elaboração própria.

3.2.2.1 Policiais, guerreiros e heróis

A atuação das forças de segurança no enfrentamento ao tráfico é objeto da atenção do público durante o processo de recepção do conteúdo transmitido pelos telejornais. Ela anima os comentários que aprovam e, com menos força, reprovam as operações e práticas policiais desenroladas nas reportagens. A valorização desse conteúdo pelo público expressa a relevância atribuída ao enfrentamento armado do tráfico de drogas pelo Estado e à narrativa telejornalística que legitima esse enfrentamento. Bem como, revela o caráter referencial do pensamento dos telejornalistas para a construção de imagens comuns a respeito da repressão ao tráfico. Verificamos a emergência de comentários avaliando positivamente a atuação policial nos contextos: UC 01) parabenização/heroicização; UC 02) comoção com a vitimização policial; UC 03) eficácia; UC 04) afeição pelas polícias e UC 05) legitimação da atuação policial violenta.

Como demonstra a UC 03, a eficácia policial aparece como um respaldo ao “saldo positivo” informado pelos telejornalistas a cada operação, apreensão de drogas ou prisão de suspeitos pelas polícias e pelo exército:

Depois dessa operação com certeza eles ficaram na crise (CA)
 Tomaram um prejuízo gostoso (CA)
 KD os bandido pra trocar tiro agora troque kkk (CA)
 E isso ai Polícia nesses vagabundos... (CA)
 Isso tem que prender mesmo (CA)
 São uns Malditos, covardes, de arma na mão são Machos ...Na mão da
 Polícia mijam nas calças (CA)
 peita pra ver 🍷 (BU)
 Cadeia neles (BU)
 A cobrança chegou (BU)
 Hahaha se fodeu quem tentou transportar essa merda (BU)
 Chupa PCC (BU)

A visibilidade conferida pelos telejornalistas à concepção de uma polícia eficaz repercute sob a forma de comentários orientados por essa mesma compreensão. Sob essa ótica, podem ser lidas as alusões à “crise” ou ao “prejuízo” dos grupos criminosos face às apreensões de drogas e a prisão de seus supostos “integrantes”. Assim como a confiança depositada sobre o trabalho policial na forma de uma expectativa de “sucesso” (“peita pra ver”; “kd os bandido pra trocar tiro agora”). A imagem de uma polícia eficaz é visível ainda na mera validação das prisões dos suspeitos (“a cobrança chegou”; “cadeia neles”, “isso, tem que prender mesmo”).

Mais uma vez, parabéns para os envolvidos da Rota. (BU).
 Rota sempre Rota pronta pra combater o crime! (BU).
 Isso aí polícia tem que dá moral estes vagabundos intubido os filhos dos outros de drogas e usuários que assalta nas ruas é isso aí rota (BU).
 Parabéns a Rota! (BU).
 A rota é a rota se cai cai atirando (BU).
 Só a ROTA mesmo outras polícias não vai nesses lugares de jeito nem um.....os guardas municipais que dá uma de ROTA 😄.... Principalmente onde eu moro os caras são folgados.... poderia mandar eles em missão assim não voltava um vivo 😄😄😄😄 (BU).
 Existem algumas comunidades que só o pelotão Tobias de Aguiar consegue entrar. (BU).
 Rota dignidade acima de tudo. (CA).
 O trabalho da equipe de Rota tá de parabéns são os melhores em cumprimento da lei! (CA).
 Parabéns aos policiais da rota, fazem um excelente trabalho. (CA).
 Rotaaaaaaa parabéns guerreiros (CA).
 ROTA É ROTA, QUERO VER QUEM TIRA UMA COM ELES. (CA).
 Rota nas ruas de todo Brasil já. (CA).
 Rotaaaaaaa!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!! (CA).

A ROTA passa a sintetizar a eficácia do trabalho policial, por uma série de características destacadas pelo público: é “digna”, está “sempre pronta pra combater o crime”, não “dá moral” pra “bandido”, consegue “entrar” em qualquer “comunidade”, “são os melhores em cumprimento da lei” e “se cai, cai atirando”. As características da ROTA ressaltadas pelo público recuperam princípios compatíveis com a “doutrina” do batalhão (MACEDO, 2019). Segundo Henrique Macedo (2019), a “doutrina da ROTA” é uma categoria nativa, utilizada pelos próprios policiais do 1º batalhão da polícia militar de São Paulo que integram essa modalidade de policiamento ostensiva, para se referirem ao conjunto de prescrições, valores, “saberes e moralidades” que orientam a sua atuação. Essa doutrina mescla procedimentos institucionais da PM com procedimentos singulares que, embora não estejam escritos, devem ser compartilhados e obedecidos pelos policiais da ROTA a fim de uniformizar uma forma “militarizada” de “fazer polícia”, valorizadora da “combatitividade” em lugar da “administração dos conflitos” (MACEDO, 2019, p. 140).

Como explica o autor sobredito, entre os valores da doutrina se inclui a “honestidade” de fato e em “aparência”, o que cobra do policial que esteja sempre “posturado”, “sério” e preparado para a ação. Para além da preservação da ética policial, essa doutrina incentivaria um forte elo e companheirismo entre os agentes. A doutrina da ROTA orienta a visão do mundo e de si mesmo dos policiais a partir de uma lógica que dispensa a formalidade e a legalidade em prol da “guerra” contra o crime, a imoralidade e a desordem (MACEDO, 2019). Tal “guerra” aconteceria por duas “frentes”: a “batalha” no “serviço” (nas ruas) “onde

irão ‘caçar’ o ‘inimigo criminoso’ para preservar a segurança do ‘cidadão de bem’”, e a “batalha” contra tudo o que acreditam “adoecer” a sociedade, representar a “desordem” ou a “inversão de valores” (MACEDO, 2019, p. 140).

Segundo uma comentarista, a ROTA deveria estar “nas ruas de todo Brasil já”. A ROTA consegue, portanto, atender a expectativa do público quanto a atuação policial adequada para lidar com o tráfico. A expectativa é de uma atuação violenta como sugerem os comentários “Uma polícia da primeira qualidade aí sim quero ver bandido bom com a ROTA 😂” (CA), “Rota, *Bad ass*” (CA), “Eh a rota poha fujam senão vcs morrem, aliás se entreguem logo” (CA). A atuação violenta da ROTA é consequência do transbordamento daquilo que considera o seu dever: eliminar o mal da sociedade, independentemente do meio utilizado (MACEDO, 2019). Desse modo os policiais acreditam estar cumprindo com sua doutrina e ajudando a sociedade. Nesse sentido, os policiais da unidade são orientados no cotidiano por um *ethos* heróico, mobilizando práticas oficiosas e ilegais para demonstrar sua vocação (MACEDO, 2019). Afinal, para eles, todo policial da ROTA é herói, mas essa condição não lhes é imanente, precisando ser demonstrada o tempo todo. Na sua crença, são heróis os policiais que não trabalham somente pelo salário, mas os “bons” policiais, aqueles movidos pela vocação para a atividade ostensiva e através dela para a mudança social, a extirpação do mal e o reestabelecimento da ordem e da paz social (MACEDO, 2019).

De acordo com Macedo (2019), os policiais tem utilizado as mídias sociais para disseminar seus valores, através da criação de páginas ou da disputa moral nas redes de relacionamento, onde propagam a violência enquanto resposta para o medo e a insegurança relativa ao crime. Tal prática se adequa a exigência da ROTA de seguir sua doutrina em tempo integral, nos diferentes âmbitos da vida pessoal e social, e não somente em serviço. Nesse sentido, observamos como o canal dos telejornais no *Youtube* tem servido aos policiais de espaço para interagirem com colegas de profissão, compartilhem suas crenças e militarem sobre suas práticas e visão de mundo:

EU SOU O SARGENTO JACKSON ESTOU NO BATALHÃO FAZ 4MESES EU ESTOU FAZENDO CURSOS, ESTOU NA ESCOLA MILITAR.TEM Q MATAR TUDO ESSES VAGABUNDO, PÉ DE CHINELO 🍷 TEM Q MANDAR DIRETO PRO XADREZ. (BU).

@Jackson Rëiis. Falou tudo irmão é isso aí. 👍 . (BU).

@Yan Castello ISSO MESMO MEU IRMÃO; AQUI NÃO TEM VEZ NÃO COM NOZ SE RESOLVE NA BALA PARCEIRO. VOCÊ CONVERSA E SE NÃO DER TU ATIRA...AQUI EM SÃO PAULO SEMPRE ESTÃO MORRENDO 🤔 TEM VEZ NÃO TROXA SÃO ELES Q ACHAM Q PODE TROCAR TIRO CM A POLICIA E FICAR DE PÉ 😂 . (BU).

@Yan Castello TMJ IRMÃO, NÓS SOMOS OS VERDADEIROS HERÓIS DO MUNDO NÓS GARANTIMOS A PROTEÇÃO, SOMOS OS HERÓIS E VAMOS MANDAR ESSES MARGINAIS PRO XADREZ..TEM Q VEZ NÃO BANDIDO BOM É BANDIDO MORTO 🦴. (BU).

Embora não se identifiquem enquanto policiais da ROTA nos comentários, os valores compartilhados entre os agentes se compatibilizam com aqueles prezados pelo 1º batalhão da PM/SP, como a autoimagem de “heróis” e a crença de que é preciso matar os “bandidos”. Tal semelhança demonstra a força da doutrina da ROTA sobre a polícia de um modo geral, e particularmente sobre a polícia militar de São Paulo. Talvez ela seja fruto da própria doutrina, segundo a qual a “cruzada” deve começar de dentro, o que reverbera sobre os policiais na crença de que eles devem dar exemplo e multiplicar sua ética e moral sobre toda a instituição (MACEDO, 2019). Ou ainda, a manifestação de intenções violentas por policiais também de outras corporações pode ser resultado da violência sistêmica da instituição policial. Segundo Ramachiotti (2021), as “estratégias de guerra” (tortura, execução, emboscadas etc.) incorporadas pela polícia para gerir a ordem urbana, onde se avaliza a suspensão do direito e das garantias legais, não são episódicas ou meros desvios das regras normativas da instituição, mas uma prática constitutiva da formação policial. Na lógica de “guerra”, o “homicídio” é mais um instrumento para solucionar os problemas apresentados pelo cotidiano laboral dos policiais, o mais “eficaz” já que a solução por ele oferecida é definitiva: “um “bandido” morto é uma possibilidade a menos de ocorrência futura de crimes” (RAMACHIOTTI, 2021, p. 4).

Corroborando para a visualização do caráter sistêmico e historicamente construído da violência policial, Vera Malaguti Batista (2018) permite observar que desde o período imperial do país já se podia notar a expectativa de letalidade depositada sobre uma instituição policial ainda nascente. Entre os seus dados, a autora destaca um fragmento veiculado em um jornal carioca de 1835, bastante ilustrativo do clamor da imprensa, à época, “por uma polícia que ‘nos inspire confiança e aos escravos infunda terror’” (BATISTA, 2018, p. 161). Na mesma esteira, acredita Zaluar (2007, p.37) que a instituição policial foi criada com o propósito de “satisfazer os proprietários de terra e a eles submeterem-se, reprimindo somente os pobres, os negros e os indígenas”. Ainda hoje, as pessoas negras são as mais paradas em abordagens (revistas) policiais no Rio de Janeiro, representando 66,3%²⁸ em contraste com as

²⁸ O percentual é calculado a partir do total de 739 moradores da cidade que já foram abordados (CESEC, 2022).

peças brancas (31%) (CESEC, 2022). São também a maioria das vítimas de homicídios por policiais (87,35%²⁹) em 8 estados (CESEC, 2023).

Na UC 05, registramos comentários que ilustram a legitimação, pelo público, de uma atuação policial violenta:

Isso papi tenque chegar assim mesmo com o pé na porta (CA).

Rotaaaaaaaaaaaaaaaa..... 🗡️ 🦴 (CA).

Coro e choque nos malandros 🗡️ 🦴 (CA).

Isso é enxugar gelo, tinha que sentar o sarrafo (CA).

Não tem quantidade de bandidos para superar o efetivo das FFAA's junto com a polícia. Vão perder... se bater de frente vão morrer. Perdas do bem vão ocorrer, porém a vitória é certa. Que Deus conforte os familiares dos guerreiros da Pátria, mas não existe outra opção. É AÇO NELES SEM DÓ. Chega de insegurança, o povo não aguenta mais. (BU).

finalmente estou vendo um *call of duty* na guerra vida real eu esperava por muito tempo que isso acontecesse. (BU).

Isso já é Guerra, os Militares tem de reagir conforme uma guerra, já existem todos os elementos que caracterizam uma guerra, fuzis, granadas, armas anti aérea. (CA).

Para o público, “prender” os suspeitos não é suficiente, pois seria “enxugar gelo”, segundo a expressão utilizada por um comentarista. Mais do que isso, é preciso “sentar o sarrafo”, dar “coro e choque”. A interpretação das operações policiais enquanto uma “guerra”, também compartilhada pelos telejornalistas, é utilizada pelo público para justificar a necessidade de uma atuação policial que justifique a morte dos “criminosos”, bem como a letalidade dessa atuação sobre as pessoas que não estão envolvidas com práticas criminais enquanto danos “necessários”. A comparação das operações desenroladas na “vida real” com um jogo de *videogame* (“*Call of duty*”) ambientado na Segunda Guerra Mundial também sugere a letalidade esperada das polícias. O público reconhece que a polícia pode ser violenta, mas não enquanto motivo para sua indignação, pelo contrário, enquanto um potencial a ser explorado e colocado em prática.

Os posicionamentos repressivos do público demonstram a efetividade da narrativa telejornalística em criar uma atmosfera para a implementação de uma necropolítica (MBEMBE, 2018) dirigida à população negra e pobre e aos territórios favelizados. Nesse sentido, são legitimados os cercos, as execuções e a atuação estatal violenta e arbitrária, mediante a qual os direitos dessas populações são suspensos e suprimidos.

²⁹ Percentual calculado em um universo de 3.171 óbitos provocados pela polícia nos estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, cuja certidão informa a cor/raça. (CESEC, 2023).

A violência policial é legitimada por uma “armadura institucional” formada por medidas e práticas legais e extralegais voltadas ao desmanche dos mecanismos que permitem regular e controlar a atuação dos agentes, ela visa a garantia de que os policiais não sejam responsabilizados pela violência institucional (RAMACHIOTTI, 2021, p. 1). Embora essa armadura não tenha sido inventada pela ditadura civil e militar, foi após o golpe de 1964 que os mecanismos legitimadores da arbitrariedade e das violações de direito pelo Estado (desaparecimentos, tortura, execuções) foram harmonizados em um sistema de repressão ainda vigente (RAMACHIOTTI, 2021). Reformas institucionais encarregaram exclusivamente às polícias militares do policiamento ostensivo, extinguindo a guarda civil; um código penal e de processamento foi criado particularmente para os militares e a competência dos tribunais militares estaduais foi dilatada constitucionalmente (RAMACHIOTTI, 2021). Foi também o regime ditatorial quem criou o “auto de resistência”, instrumento utilizado para mascarar as execuções de opositores enquanto “resistência armada à prisão” (BENTO, 2018, p. 53). A transição do país para uma democracia não desmontou a estrutura militarizada construída durante a ditadura, mas ofereceu, a partir de 1988, através da nova ordem constitucional, mecanismos de controle e regulação do arbítrio estatal que, todavia, sofreram desgastes (RAMACHIOTTI, 2021).

O governo de Temer foi, para Ramachiotti (2021), ilustrativo desses “desgastes”. A autora argumenta que Temer, a fim de angariar apoio e legitimidade ao seu governo decorrente do golpe contra Dilma Rousseff, intensificou “o processo de militarização da segurança pública” através da alocação de militares em postos cruciais desse setor e, com maior ênfase, mediante o decreto de intervenção federal no RJ em 2018 (RAMACHIOTTI, 2021, p. 5). Durante o seu governo, outras medidas ajudaram a forjar a armadura: a aprovação da lei 13.491 (BRASIL, 2017) que “transferiu para a Justiça Militar da União a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida cometidos por militares das Forças Armadas contra civis”; e a lei 13.500 (BRASIL, 2017) que autorizou a aplicação de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional nas atividades de policiamento e inteligência policial, além de estender “a possibilidade de uso de reservistas pela Força Nacional de Segurança Pública” (RAMACHIOTTI, 2021, p. 7). Para Ramachiotti (2021), o uso de reservistas pela FNSP possibilita a formação de “milícias”, já que os reservistas são civis fardados e armados, tecnicamente desprovidos de “investidura estatal” para assumirem tal posição. A partir dos comentários do público, podemos notar que a “armadura” das forças policiais não é somente institucional e política, mas também social, uma vez que os comentaristas ajudam a blindar a ideia de que a polícia pode e deve ser letal.

A indignação do público é com o resultado contrário, a morte da polícia pelos “criminosos”. Esta se torna um motivo de comoção e revolta, como pode ser observado nos comentários da UC 02:

Coitado do pm 🤔🤔🤔, que tristeza para a família. (BU).



Juliane Descanse em paz ela. (BU).



Polícia muito cuidado nesse caso (CA).

Linda Juliane descanse em paz 🙏 Que a justiça seja feita! (CA).

Questão de honra a Polícia têm que prender todos esses bandidos. (CA).

Tem que encontrar quem fez isso com essa PM, e vão encontrar sim. (CA).

Os policiais deveriam ter um salário melhor deveria valorizar mais essas pessoas que da vida pela população. (CA).

Que triste! O tribunal de Deus vai ser triste na lei de Deus! A lei do retorno é verdadeira e é em dobro. Tem que sofrer em vida e vão pagar. Deus tenha ela em bom lugar. (CA).

A advertência à polícia para tomar cuidado durante a operação e o apelo por uma melhor valorização salarial dos policiais indicam a preocupação do público com a segurança e o bem estar desses profissionais. O fato de se tratar de uma profissão de risco, onde os agentes se expõem rotineiramente ao “confronto” com “criminosos”, enseja a interpretação do risco profissional enquanto um “sacrifício”. Nesse sentido, uma comentarista se refere aos policiais como “pessoas que dão a vida pela população”. Por esse prisma, o público se ancora na imagem do “policia herói” (CANO, 2013) construída pelos telejornais e as agências de segurança, onde o policial assume a imagem de um guerreiro cuja vida está a serviço da proteção da sociedade. O “sacrifício” parece ampliar a valorização do trabalho das polícias, assim como parece concorrer para as reações dos comentaristas diante da morte dos agentes em serviço. *Emojis* simbolizando a “tristeza”, o “choro”, o “coração partido” e a “prece”, as lamentações pelos familiares das vítimas, os votos de descanso eterno, como também as exigências por “justiça”, demonstram a empatia com os “combatentes” do tráfico de drogas.

Luciano Puccini (2023) observa que a comoção diante da vitimização policial conduz à classificação da morte dos agentes em duas categorias, a de herói ou de vítima, a depender do contexto da ação. O autor analisa a mobilização nas redes sociais por pessoas e instituições direta ou indiretamente relacionadas à segurança pública diante de dois casos emblemáticos de vitimização policial ocorridos no Rio de Janeiro, que adquiriram ampla repercussão

Amores 🐶🐶🐶🐶🐶. (CA).

Se Deus quiser eu serei uma futura Policial....Meu Sonho ❤️ Orgulho Do meu Pai ❤️👏. (CA).

Amo polícia. (CA).

Um abraço pra todos vocês aí. (CA).

Sou de Minas Gerais e sou fã da rota. (CA).

❤️❤️ ROTAAAAAAAAAAAA ❤️❤️❤️. (CA).

Os *emojis* “carinhosos”, as saudações e declarações de amor dirigidas aos policiais e cães farejadores são indícios da afetividade imprimida pelo público à imagem dos agentes de segurança. Tal imagem, ao ser propagada nos telejornais, ganha popularidade, e pela força da visibilidade conferida pelos meios, pode ser celebrizada. Alguma “celebrização” colore os agentes policiais, mesmo que não sejam os seus nomes ou a sua imagem pessoal que ganham fama, mas a sua profissão. É por esse ângulo que os policiais se tornam ídolos, ganham “fãs” e admiradores, e a sua posição profissional se torna cobiçada e almejada. De acordo com Jedlowski (2005, p. 92), as memórias comuns podem representar “um recurso que viabiliza a constituição de identidades coletivas”, por exemplo, servindo como “fontes de auto-reconhecimento”. Para o autor, os fã-clubes que emergem da interação com as mídias, ilustrariam seu argumento. Tal fato, demonstra a força das memórias comuns do público, pois embora os comentaristas não constituam oficialmente um fã-clubes dos policiais, ainda assim, eles se identificam e se reconhecem nos agentes. O imbricamento entre a imagem enaltecida dos policiais – disponível de forma mediada – com as memórias pessoais do público, algo característico das memórias comuns, pode ser notado em comentários do tipo “orgulho do meu pai”, que aliam a imagem pública dos policiais com as expectativas de foro íntimo e particular.

Conforme sugerem os comentários registrados nos contextos UC 07) ineficácia das forças de segurança e UC 08) seletividade policial, apesar de certo consenso a respeito da imagem eficaz da polícia no “combate” ao tráfico de drogas, o público também disside em relação aos atributos dessa imagem, acusando, por vezes, a ineficácia, o despreparo e a arbitrariedade das forças policiais.

Na UC 07 reunimos as críticas dos comentaristas que expressam a insatisfação com o trabalho realizado pelas polícias:

Vish 300 cara pra pegar um rapaz. (CA).

Mega operação para apreender embalagem, era mais simples ir nas fábricas das cápsulas e pegar os pedidos do mês e prender. Vai entender. (CA).

Total de viaturas: 40. Total de policiais envolvidos na operação: 160. Material apreendido na operação: Duas facas e uma lanterna recarregável. Haaa vá catar coquim. (BU).
 Se não fosse trágico, seria cômico. (BU).
 Policiais envolvidos. (BU).
 Com tanta polícia na comunidade, os assassinos conseguiram sair com o corpo dela de BOA, no sábado?? Mais de 200 policiais ??? (CA).
 O cara nem tava na casa a polícia quebrou td casa que despreparo neh falta de investigação, polícia brasileira kkkkkk. (CA).
 Operação na crackolândia que pegou maconha?? kkk na boa.... cadê o crack... o que realmente faz a população ficar zumbi e enriquece os traficantes. (BU).
 Só queria saber pra onde vai esse dinheiro todo apreendidos!? (BU).
 Esses policiais caga de medo deses cara. (BU)
 A polícia não resolve, fracasso na segurança pública, o governo tá enxugando gelo, fã, uma intervenção cerca a favela com a polícia, ninguém entra e nem sai, ai entra com o exército, vasculhando casa por casa, até prender o ultimo bandido. (BU).
 Esse exército ta ae, mas não pode atirar, então sai dae porra. (BU).
 Se o traficante fuminho, está na Bolívia por q não vão lá buscar ele ??? (BU).
 Que humilhação meu Deus ele foi pego injustamente. (CA).
 Os PF inteligente tá falando da postagem dos vídeos dos marginais só para os marginais não postar mais vídeo para eles ã ter q correr atrás. (BU).

Entre as razões para a insatisfação do público, notamos uma crítica ao uso de muitos recursos (forças humanas e equipamentos) para obter poucos resultados. Os comentaristas fundamentam suas críticas nas imagens divulgadas nos telejornais, interpretando-as, contudo, de forma contrária à narrativa elogiosa na qual elas foram inscritas e transmitidas. Sob o olhar do público, a polícia aparece dispendendo um grande número de agentes ou viaturas para realizar prisões inexpressivas ou nenhuma prisão, mas apenas a apreensão de embalagens de drogas ao invés das próprias substâncias, ou de armas leves e objetos que não oferecem risco, ou ainda, a apreensão de maconha na crackolândia, onde o público esperaria que fosse encontrado o *crack*. Tais situações são relatadas com um tom de chacota e frustração. Também se aponta o fato de a polícia realizar prisões “injustas”, e a sua “morosidade” para perseguir os “traficantes”. Nesse passo, o público sugere como deveria ser o trabalho policial e do exército: cercar a favela e vasculhar todas as casas “até prender o último bandido” e permitir ao exército atirar sob a mínima suspeição, por onde vemos o desejo de que a polícia seja mais arbitrária e truculenta.

A ineficácia recai, implicitamente, sobre a própria política repressiva de combate às drogas, quando os comentaristas apontam a inépcia das operações para extinguir o comércio de drogas ilícitas que após a prisão de um ou outro “traficante”, continua existindo:

Mas infelizmente eles comandam tudo mesmo estando presos. (CA).
 E aí viciado pode voltar pra favela que já tá tendo dnv. É o pó de 10, de 15, maconha de 5, 10, 50. (CA).
 Essas operações não dão em nada, só politicagem e muito blá blá blá blá, desde a intervenção não mudou nada na segurança. Isso é uma nojeira
 🍌 🍌 🍌 🍌 🍌 🍌 🍌 🍌 🍌 🍌 🍌 🍌 🍌 🍌 🍌 🍌 🍌 . (BU).

Conforme destaca um usuário do *youtube*, a repressão ao tráfico cumpre, na verdade, com objetivos políticos, sem conseguir pôr um fim a esse mercado. Por sua vez, também é destacado o fato de os traficantes continuarem “comandando” o tráfico após a prisão, o que se ancora no contexto prisional brasileiro, onde são conhecidas as redes estabelecidas entre as favelas e o cárcere pelos grupos criminosos atuantes no comércio varejista de drogas, também divulgadas pelos telejornais em reportagens sobre o PCC e o Comando Vermelho.

O público ainda questiona o “preparo” e o “treinamento” do Exército para realizar a intervenção federal:

Sob para 3 o número de mortos do Exército, não é rogando praga, mas continuar desta forma de operar e agir, pra exercerem uma função que não possuem a mínima capacidade e formação esses serão fatos frequentes e manchetes de jornais e a mídia se esbaldar com o fracasso das forças armadas, tem que haver uma contra partida esses jovens brincam de ser militares, são engajados, e o treinamento inadequado pra essa função letal. Quantos mais desses jovens irão ter que abraçar a morte cumprindo uma função que é inadequada e imprópria a capacidade deles. O governo brinca e envia seus jovens para morte é tudo número peça de reposição e sofre nenhum prejuízo, treinamento, qualificação profissional, compromisso com a função, conhecer seu inimigo e usar os meios necessários para conter sua ação. Imagine esse país em guerra, sem chance de vida e Vitória. (BU)
 O exército nao tem preparo para entrar em favela isso e assunto para o bope. (BU).

Desta forma pode se dizer que as forças federais tiveram participação em alguma ação, irão enterrar dois dos seus e dizer ninguém fica para trazer. Brincando de fazer policiamento repressivo e atuando em fogo contra fogo, governo tem que investir em equipamentos modernos e viaturas e sem o homem atuante representado o ESTADO, seja melhor remunerado e amparando, vcs estão brincando de fazer guerra, mas esqueceram que isso é real e letal, essa rapaziada de Verde oliva não tem fevor, estão ali porque são engajados e recebem ordens. Vamos deixar quem sabe agir e voltar vivo pra casa trabalhar, o pior é ter que tomar conta de criança com fuzis na mão, achando que isso assusta alguém. O exército ficou desmoralizado ao se envolver onde não devia, enquanto isso dois jazigos debaixo da terra. (BU).
 Será que agora vão resolver alguma coisa já que o exército tá sendo vítima não adianta ficar só no centro da cidade tem que vir pra baixada fluminense e outro municípios do Rio falta inteligência pra sufocar a violência no Rio e baixada. (BU).
 Soldados despreparados jogados de qualquer jeito sem estudar o terreno. (BU).

No Brasil Urgente, as notícias sobre a intervenção federal veiculadas no ano de 2018, e em janeiro e fevereiro de 2019, quando o jornal noticiava o “balanço” sobre a medida interventiva, situavam as operações das Forças Armadas enquanto uma “intervenção” sobre a “guerra” entre grupos de traficantes, destacando a “violência” e a “insegurança” a qual ficaram expostos os moradores do Rio antes da medida, e o controle da criminalidade obtido após sua realização (DANTAS; BERTONI; FERNANDES, 2020). A “eficácia” da medida era evidenciada através da apresentação da “redução” da criminalidade e da “estabilização” das áreas favelizadas “controladas” pelos criminosos. Entretanto, a “redução” não considerava a “maximização” das violações e homicídios cometidos pelo exército e pela polícia nas favelas onde as operações foram realizadas (DANTAS; BERTONI; FERNANDES, 2020). A bem da verdade, 99 agentes (soldados e policiais) foram vitimados em relação aos 1.375 mortos deixados pelas forças de segurança (CESEC, 2019).

A despeito do número de mortos, a letalidade policial foi noticiada timidamente, e quando o faziam era a vitimização policial e não a morte dos civis pela polícia que aparecia com maior expressão, sugerindo uma “guerra” onde as forças de segurança eram as mais vitimadas (DANTAS; BERTONI; FERNANDES, 2020). Por sua vez, a “estabilização” descrevia as ações de “remoção de barricadas instaladas nas ruas das ‘comunidades’ por ‘criminosos’, e o posicionamento estratégico dos militares nas principais vias de acesso a estas regiões” (DANTAS; BERTONI; FERNANDES, 2020, p. 55), embora tais ações não atestassem o controle da criminalidade.

Nas reportagens que analisamos nesta pesquisa a intervenção federal é apresentada com o mesmo “êxito”, assim como é encoberto o lado mais “sangrento” da história. Considerando este panorama, podemos compreender que as críticas do público à intervenção federal não rompem drasticamente com o marco compartilhado pelo telejornalismo policial, da medida interventiva enquanto símbolo de eficácia (DANTAS; BERTONI; FERNANDES, 2020). Embora tenham comentários contrários à intervenção, não é o caráter da medida em si mesma que está sendo criticado, nem os riscos e danos que ela representa para a população das favelas onde foi aplicada, mas, aos seus olhos, a falta de “treinamento” dos soldados, de “estudo” do território, por isso mesmo, a letalidade e o “fracasso” que a intervenção representa para as forças armadas e por conseguinte, a desmoralização do exército diante do olhar da sociedade.

Outro aparente dissenso presente nas memórias comuns do público consiste em uma crença na seletividade da polícia, no fato de sua atuação sobre o tráfico incidir sobre traficantes “pequenos”, não alcançar os “donos do poder”, nem os “verdadeiros” “bandidos”

como assassinos e sequestradores. Nesse sentido, destacamos os comentários registrados na UC 08:

Quero ver se entra na casa de um rico. (CA).

Quero ver no Jardins! (CA).

Também, sim, mas a polícia vai atrás desses caras aí que levam droga pra lá e pra cá e nem são bandidos, agora sequestro e assassinato eles não pegam, eu acho que a polícia passa um pano pros bandidões mesmo. (CA).

E os verdadeiros donos estão lá no PODER...com os filhos andando de YEAT. (CA).

Pelo que eu sei os chefões estão e no legislativo no judiciário no executivo no STF e no STJ. (CA).

Esses chefes aí estavam foragidos de Brasília? Porque tem mais lá em Brasília esses são peixe pequeno 🐟 (BU).

Pena que a operação está sendo feita no lugar errado, se o povo fosse inteligente essa operação estaria sendo feita no lugar onde estão os verdadeiros chefes do crime organizado, congresso, intervenção militar nos três poderes que estão contra o povo brasileiro acorda galera. (BU).

Como podemos inferir, o público compreende que a atuação policial se restringe aos bairros pobres, quando os “chefões” do crime organizado estariam ocupando, na verdade, os espaços da política e do judiciário: o STF, o STJ e o Congresso. Nessa crítica está contida uma crença na impunidade dos crimes de colarinho branco, sobretudo a corrupção, como um dos motores para a permanência e propagação do tráfico de drogas no país. A acusação de que o tráfico é liderado de dentro do Estado por funcionários do alto escalão do sistema político e de justiça, parece se ancorar nos acontecimentos desempenhados no país nas últimas décadas divulgados pelas mídias, por onde foram publicizadas as relações entre o tráfico e os membros do executivo.

No decorrer dos anos de 1990, a participação de membros do executivo nas atividades do tráfico já havia se tornado mais do que mera suspeita. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) aberta em 1991 com o objetivo de investigar o “narcotráfico” havia resultado na prisão do deputado federal do Acre Jabes Rabelo (RODRIGUES, 2003), e em 1999 a CPI relatava a cassação e prisão de Hildebrando Pascoal, também deputado federal, apontado como “um grande líder do tráfico” (RODRIGUES, 2003, p. 9), preso durante os preparativos para se tornar governador do Acre. Os depoimentos coletados pela Comissão revelavam a ação de organizações formadas por políticos estaduais e federais operantes, para além do tráfico de drogas, no tráfico de armas, “desvio de fundos públicos”, “lavagem de dinheiro”, e roubos de veículos e cargas (RODRIGUES, 2003, p. 9). O tráfico era visto como uma rede em expansão, a estender suas malhas inclusive sobre o Estado. Assim, destacava a Comissão:

“Cresce o poder do narcotráfico. Esse poder ameaça, alicia, mata. Onde consegue chegar ao governo, destrói a democracia” (TORGAN, 2000, p. 1).

Outro caso de grande repercussão nas mídias foi a apreensão, no ano de 2013, em uma propriedade rural no Espírito Santo, de “450 kg de pasta base de cocaína” dentro do helicóptero da empresa Limeira Agropecuária, pertencente ao deputado, à época, do estado de Minas Gerais, Gustavo Perella, filho do senador José Perella, ex-presidente do clube de futebol Cruzeiro (PEREIRA; JORDÃO, 2020, p. 89). O piloto da aeronave “era funcionário da família Perella e também servidor da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, tendo sido nomeado pelo então deputado” (PEREIRA; JORDÃO, 2020, p. 89). No mesmo dia, os advogados dos Perella afirmaram a responsabilidade exclusiva do piloto que teria agido sem autorização, e somente depois o deputado revelou ter autorizado o frete, sem, contudo, admitir saber qual seria a carga transportada. O piloto e outras quatro pessoas foram, mais tarde, condenados à prisão por dez anos, mas os políticos não foram sequer indiciados ou convocados a falar em audiência (PEREIRA; JORDÃO, 2020). O caso tornou a circular nos meios de comunicação durante as eleições presidenciais de 2014, quando o candidato Aécio Neves era acusado pela imprensa e pela justiça de diversas condutas “inconsistentes” com a sua candidatura, dentre elas “o envolvimento com drogas” (MANZANO; CARREON, 2019, p. 142). Aécio era acusado, não somente de “desvio de verbas” e “uso de cocaína”, mas também de participação no episódio do helicóptero, pois o senador Perella era seu amigo e “três horas antes da apreensão, o helicóptero teria abastecido a 14km da pista de Cláudio, aeroporto pertencente à” sua família (MANZANO; CARREON, 2019, p. 142). Nas redes sociais, o envolvimento de Aécio com o episódio repercutiu sob a forma de memes, como a foto do candidato com uma expressão interrogativa, acompanhada do texto: ““Sabe como seria o Aécio na presidência?”” – ““só o pó”” (DIOLINA; BUENO, 2019, p. 134).

O envolvimento de políticos com as drogas continua ressoando no pensamento social do país, aparecendo também sob a forma de “*fake-news*”. Segundo Pasquim, Oliveira e Soares (2020), no ano de 2018, os principais alvos das *fake news* sobre drogas foram as pessoas públicas como artistas, famosos, atletas e políticos. Os resultados apresentados pelos autores evidenciam diversas notícias sobre o uso de cocaína por senadores ou sobre a suposta declaração de Dilma de que o “consumo de cocaína mostra o desenvolvimento do país” (PASQUIM; OLIVEIRA; SOARES, 2020, p.5).

Tais eventos, compartilhados na memória social do país, popularizaram a ideia de que o tráfico de drogas não é realizado somente pela classe pobre e pelos moradores das favelas, assim como acionaram a sociedade para a arbitrariedade do sistema de justiça no julgamento

dos casos de tráfico. A assimilação dessa compreensão por parte do público emerge também enquanto um questionamento sobre a seletividade da polícia: “Quero ver se entra na casa de um rico”, “Quero ver no Jardins!”. Desse lado, Flávia Soares e Ludmila Ribeiro (2018) observam que a polícia exerce um papel primordial na definição do criminoso, pois esta agência seleciona a população que será apresentada ao sistema de justiça com tal rótulo (“homens jovens”, negros e pobres), e que, uma vez lá dentro, será progressivamente homogeneizada em razão da seleção judicial igualmente baseada na “origem social”, sendo por fim, condenada efetivamente como criminosa.

Nesse caminho, ao analisarem 3.735 sentenças judiciais individuais por tráfico de drogas na cidade e região metropolitana do Rio de Janeiro, proferidas entre os anos de 2014 e 2016, Carolina Dzimidas Haber e Natalia Cardoso Amorim Maciel (2018, p. 15) verificaram que os réus mais condenados no total das comarcas eram “homens (91%), sem antecedentes criminais (77,36%) e sem condenações em juízo (73,85%)”. Nas sentenças, o local onde se desenvolveu a ação, assim como a presença de rádios transmissores ou armas, eram o argumento mais comumente utilizado para justificar a dupla condenação por “tráfico” e “associação para o tráfico” (HABER; MACIEL, 2018, p. 7). Esse entendimento se baseava na lógica segundo a qual o mero flagrante de porte de drogas num território “tido como favela” e no qual existe alguma atividade de organização criminosa, é suficiente para que a pessoa seja “presumida como associada ao tráfico local, haja vista que estas organizações exercem domínio do território e não permitem o tráfico em sua região sem que haja prévia associação” (HABER; MACIEL, 2018, p. 7). Corroborando com a leitura de Soares e Ribeiro (2018), a polícia exercia nos julgamentos um papel determinante sobre o processo de incriminação. Nesse sentido, a maioria dos casos (57,6%), eram decorrentes de “flagrante em operação regular da polícia” e não de “investigações mais apuradas sobre o tráfico de drogas” (HABER; MACIEL, 2018, p. 5). Bem como, em 62,33% dos processos, os agentes de segurança foram as únicas testemunhas escutadas nos autos, e em 94,95% os agentes foram pelo menos uma das testemunhas a prestar depoimento (HABER; MACIEL, 2018). As autoras constataram também que na maioria das sentenças os juízes recorrem à Súmula 7.017 a fim de justificar a ausência de provas vinculando o réu a alguma organização criminosa, para fundamentar sua decisão na palavra dos policiais, alegando a legitimidade de sua “palavra” pelo fato de se tratarem de funcionários públicos. Basta que o policial deponha “dizendo que o local é dominado pelo tráfico, e que ninguém poderia comercializar drogas de forma isolada nesse local”, para que o juiz endosse o depoimento sem questionamento e dispense a produção de provas (HABER; MACIEL, 2018, p. 10).

Os dissensos em torno da imagem “eficaz” da polícia demonstram a heterogeneidade do pensamento social (ROUQUETTE, 2009), onde encontramos concepções contraditórias e visões distintas sobre a atuação policial em relação ao tráfico de drogas. Enquanto os telejornais glorificam o papel das forças de segurança, o público, ao mesmo tempo que endossa tais percepções, legitimando uma atuação policial violenta, suscita também questões omissas, porém, latentes na programação telejornalística, como a seletividade policial e judicial que não alcança as classes abastadas nem os políticos ligados ao tráfico. Nesse caminho, as diferentes situações criminais televisionadas servem de base ao posicionamento do público sobre tráfico, somando-se, por vezes, aos conhecimentos sobre esse comércio ou sobre as polícias adquiridos na experiência de vida fora do meio ou em outras mídias. Mesmo nesse cenário de heterogeneidade, é possível constatar a emergência de uma memória comum, qual seja, a legitimidade do enfrentamento policial ao tráfico, pois apesar dos dissensos em torno do “preparo”, “imparcialidade” e “eficácia” das forças de segurança, a ideia de que o tráfico deve ser combatido pela polícia não é contestada. Dois únicos comentários, escritos ao Brasil Urgente, afirmam a “legalização” da maconha (“baseadinho é bom, se eu fumar eu posso viajar e se eu beber eu ão posso dirigir. Legalize” e “Liberação total da maconha pra viver como qualquer planta”) o que aponta para uma perspectiva de “despolicialização” e “extinção” do tráfico de drogas, todavia restrita à uma única substância ilícita e pouco expressiva diante da concepção compartilhada pelos telejornais e pela audiência quanto a legitimidade do encargo policial da questão. Tal memória resulta de uma legitimação social mais ampla na sociedade que, sob o filtro do meio, o telejornalismo policial, é enriquecida pela propagação visual das experiências policiais desenroladas nas grandes cidades. Nesta memória comum, a imagem da ROTA centraliza a simbologia da polícia almejada pelo público.

3.2.2.2 Do lixo à limpeza: a “esperança” do público no aniquilamento dos “traficantes”

Nessa categoria discutimos o tema da política de segurança direcionada ao tráfico, observando a maneira como o “traficante” de drogas é caracterizado pelo público dos telejornais analisados e como o modo de conceber a política de combate a esses sujeitos conduz à tal caracterização. Desta feita, verificamos a unidade de registro “política de combate aos traficantes” nos seguintes contextos: UC 01) aniquilamento; UC 02) política contra o tráfico; UC 03) metáforas desumanizantes sobre o “traficante”.

Diferentemente dos telejornalistas, o público comentarista não emprega a metáfora da “caça” ou da “caçada” para se referirem, respectivamente, aos suspeitos de tráfico ou às operações policiais no enfrentamento a esses sujeitos. Não é que descartem os sentidos e imagens condensadas por tais metáforas dos “traficantes” como seres desprovidos de humanidade, desumanizados através de sua animalização, pelo contrário, evocam expressões metafóricas que podem ser tomadas como derivações daquela metáfora conceitual (HUMANOS SÃO ANIMAIS), quando não a extrapolam no sentido da desumanização desses sujeitos vistos também como “demônios” e material inanimado descartável. Desta feita, as metáforas desumanizantes utilizadas pelo público são as dos suspeitos de tráfico como “vermes”, “pragas”, “insetos”, “lixo”, “lixo humano”, “carniça”, “cão”, “demônio”, “diabo” e “satanás”. Em todos os casos, tais noções metafóricas deixam explícita a desumanização desses sujeitos que é expressa de modo mais sutil pelos telejornalistas policiais. Isto é, enquanto os telejornalistas utilizam a metáfora da “caça” ou da “caçada” para economizar e condensar imagens e argumentos (CAMPOS; LEMGRUBER; CAMPOS, 2020) sobre o “traficante” como alguém destinado naturalmente à morte ou ao “abate”, os comentaristas utilizam esse tipo de metáfora para suplementar e ilustrar comentários nada eufemísticos, nos quais as metáforas desumanizantes não são usadas como um modo de atenuar aquilo que se quer dizer, mas para acentuar e explicitar aquilo que se diz.

Ilustramos, abaixo, comentários da UC 03 (metáforas desumanizantes) nos quais o público do telejornal utiliza algumas das referidas expressões metafóricas:

Que bom que esse **verme** se foi pro inferno ja era pra ter ido a tempo. (BU)
 MENOS 1 **VERME** NO MUNDO. (BU)
 Medalha para esses caras q detonou esse **lixo**. (BU)
 Que **pessoa satânica**. (BU)
 Ela traiu um Zé droguinha e acabou pagando o preço de se envolver com esse tipo de **lixo**. Que nem gente da pra chamar. (CA)
 Tem que matar essas **pragas**. (CA)
 A impunidade nesse país é muito grande devia ter pena de morte pra esse tipo de **lixo humano**. (CA).
 Esses **vermes** são valentes com uma arma na mão, de mãos vazias são um bando cagões, mata esses filhas das putas, torturando os antes de morrer. (CA)
 Pq não matou esse **satanás**? Tinha que meter uns 50 tiros na cabeça desse **diabo**. (BU)
 Olha a gíria dessas **carniças**
Se matassem essas desgraças já iam muito tarde. (CA)
 Mata esses **cão**. (CA)

Nos comentários citados, podemos notar como a desumanização animalizante (PRAYMO, 2020; PRAYMO; AUGUSTYN, 2020; USMAN; YUSUF, 2020; VAES;

PALADINO; HASLAM, 2021; SEVILLANO; FISKE, 2023; FERNANDES, 2021; LOPÉZ, 2023) apela para metáforas de seres considerados inferiores, abjetos, “descartáveis” e que devem ser eliminados, como os “vermes” e as “pragas”, o que entra em confluência com as metáforas de seres inanimados como “carniças” e “lixo” que invocam um sentido de “refugo”, mesmo nos casos nos quais o atributo “humano” é vinculado ao “lixo” como forma desclassificar uma humanidade tida como refugo (“lixo humano”). O grau de desumanização é, portanto, acentuado no recurso à metaforização de seres considerados inferiores e asquerosos (PRAYMO, 2020; PRAYMO; AUGUSTYN, 2020).

Por sua vez, as expressões “carniça” e “lixo” podem ser compreendidas como derivações da metáfora conceitual “HUMANOS SÃO MATÉRIA INANIMADA” que, segundo Praymo (2020), consistem em um tipo mais extremo de desumanização, envolvendo a objetificação de pessoas e a negação de capacidades como sentir dor, se emocionar ou se relacionar afetivamente. De acordo com Praymo (2020), o anonimato possibilitado aos utilizadores de espaços virtuais para a expressão de linguagem violenta e discursos de ódio seriam facilitadores para o florescimento desse segundo tipo metafórico e para sua combinação com o primeiro (PRAYMO, 2020).

Quanto às metáforas “demônio” e “diabo”, estas não correm muito distantes das demais, pois também implicam em desumanizar os suspeitos de tráfico. Como sustenta Daniel Bar-Tal (1990), o uso de imagens de criaturas sobre-humanas ou subumanas como demônios e satanás, assim como aquelas de animais “inferiores” para se referir a seres humanos, corresponde a um modo de negar a humanidade e deslegitimar os agrupamentos humanos que contrariam as crenças e normas do grupo deslegitimador. Chamadas pelo autor de “crenças de deslegitimação”, sua mobilização implicaria no acionamento de intenções comportamentais em prol da tutela dos limites normativos de um grupo, o que é insuflado pelas próprias emoções que costumam acompanhar o emprego de tais categorias desumanizantes (BAR-TAL, 1990, p. 94).

“Vermes” se combinam com “lixo” na referência comum à impureza. Esta, como mostrou Mary Douglas (1976), possui uma dimensão simbólica que serve para demarcarmos as coisas que estão fora de seu lugar. Além de uma questão de higiene, a proibição de contato com as coisas consideradas impuras e o fato de buscarmos repeli-las, desvela, antes de tudo, um processo no qual procuramos defender a organização de nosso meio social, condenando seus elementos transgressores. Nesse sentido, diante das notícias nas quais são relatadas a morte de alguma pessoa suspeita de tráfico, encontramos comentários como: “Mais um CPF

cancelado com sucesso. kkkkkkk. Que o demônio o receba com todas as honras. O mundo está mais limpo” (CA), ou simplesmente a frase “O mundo está mais limpo” (BU).

A imagem da morte de seres humanos considerados “vermes” ou “lixos” como uma ação de “limpeza” encontra ponto de ancoragem na memória social do país, no contexto de ligação entre higienismo e eugenia no início do século XX. Pela via da chamada eugenia neolamarckiana, se difundia uma corrente de pensamento pouco afeita ao aprofundamento da literatura científica da época³⁰, confundindo-se com a campanha higienista de “saneamento” do Brasil. Como explica Nancy Stepan (2004), havia a chamada “eugenia positiva” ou “anti-racista”, fundada no mendelismo e oposta ao enfoque na raça e havia a eugenia neolamarckiana, chamada “negativa” e “racista”. Esta última acreditava que certas pessoas, acentuadamente negras e pobres, tinham uma tendência à criminalidade inscrita em sua composição genética devido às suas supostas relações com a criminalidade e a viciosidade e ao seu contexto de vida precarizado. Para tanto, pensavam em estratégias como controle de natalidade, esterilização forçada e controle de matrimônios entre pessoas de diferentes raças, como um modo de evitar a “degeneração” da sociedade e as supostas doenças e comportamentos desviantes que daí resultariam (STEPAN, 2004). O “saneamento”, correspondente à “limpeza” do Brasil, ressoa ainda hoje quando se pensa, mesmo que em termos metafóricos, que exterminar um ser humano considerado refugo é um modo de deixar o mundo mais “limpo”. Para Daniel Andrade (2020), assistimos a uma “gestão militarizada da pobreza” que bradando o epíteto da “guerra” às drogas, revitaliza a “racionalidade eugênica” capaz de fixar sobre os moradores das favelas e outros lugares empobrecidos, a alcunha de criminosos potenciais naturais, prescindíveis do reconhecimento de seus direitos e passíveis da eliminação física (ANDRADE, 2020).

Quando temos em vista que a população “supérflua” (FIGUEIREDO, 2021), executada pelas polícias devido ao seu suposto “envolvimento” no tráfico de drogas, é

³⁰ Segundo Nancy Stepan (2004), a eugenia no Brasil de 1920 e 1930 destoava em muito da existente na Inglaterra e outras partes da Europa, onde se baseavam na visão mendeliana. Só no final de 1940 os eugenistas e a ciência brasileira dariam mais atenção e incorporariam com mais efeito a perspectiva mendeliana. Por aqui, nos trabalhos de Renato Kehl e outros eugenistas brasileiros, verifica Stepan (2004), as referências diretas feitas por esses autores à textos de Galton e até mesmo de Mendel apenas encobriam a parca leitura e o conhecimento pouco aprofundado que possuíam a respeito dos mesmos. À Lamarck então, os cientistas sequer se referiam expressamente. Contudo, apesar do pouco conhecimento sobre a perspectiva mendeliana e a pouca referência direta ao trabalho de Lamarck, os eugenistas brasileiros citavam com constância os autores eugenistas franceses, estes de tradição conhecidamente lamarckiana. Embora o trabalho de Mendel já causasse alguma impressão no Brasil, até que viesse a ser de fato dominante em nosso país, predominava a consulta a produção neolamarckiana acerca dos caracteres adquiridos (STEPAN, 2004). O resultado era uma concepção neolamarckiana da eugenia: a “conciliação da genética ao estilo lamarckiano com a linguagem do moderno mendelismo” (STEPAN, 2004, p. 347). Essa postura implicava em desconsiderar as contribuições de Mendel para o entendimento de que as influências ambientais não alteravam o plasma genético (STEPAN, 2004).

composta de sujeitos negros e geralmente, jovens (SILVA; JÚNIOR; TANNUSS, 2023), podemos notar também como sua morte precoce – que se não fosse a violência, a pobreza ou a desigualdade social, poderia ser evitada – caracteriza uma mistanásia. Isto é, a morte indiferente e indigna que chega a tais sujeitos “desimportantes” como o descarte final e físico de uma “morte social” experimentada desde quando estavam vivos (PESSINI, 2015; RICCI, 2017; CABRAL, 2022; SANTOS; MACHADO; NOVAIS, 2022).

A perspectiva higienista e eugenista também emerge nos comentários analisados diante de inquietações e debates sobre a procedência dos traficantes brasileiros. Nessa direção, alguns comentaristas dos telejornais analisados, respondem aos pedidos de morte e fuzilamento dos “vermes” e do “lixo humano”, chamando a atenção para sua suposta origem nordestina:

Pq os bandidos do nordeste quando a coisa aperta pra eles correm pra são paulo? pra que vem pra cá? por isso que maioria de bandidos daqui são nordestinos. (BU)
 @Abençoado Por Deus gente assim Juninho a gente não precisa nem responder mas quero lembrar que dois dos maiores chefes do PCC vieram morrer justamente no Ceará pq será? (BU)

Nísia Lima e Gilberto Hochman (2000) discutem como o início do século XX esteve marcado por uma articulação entre um movimento em prol do saneamento do país e a busca por reconstruir uma identidade nacional condizente com os ideais de modernidade e “civilização”. Para tanto, a doença foi eleita como questão principal, pois a identidade do ser brasileiro, tido como ser doente, ser indolente e resistente à mudança, ser atrasado, em suma, precisava ser superada. Em 1918, uma Liga PróSaneamento fora fundada com o objetivo de “alertar as elites políticas e intelectuais para a precariedade das condições sanitárias e obter apoio para uma ação pública efetiva de saneamento no interior do país ou [...] para o saneamento dos sertões” (LIMA; HOCHMAN, 2000, p. 315). Como sustentam os autores, as visitas aos sertões produziram uma mudança na ótica pela qual eram vistos “caboclos” e sertanejos. Doentes, isolados do restante do país, ignorantes, primitivos, foco de epidemias, não possuíam, portanto, a identidade nacional. Para falar apenas do mal de chagas, eram muitos os infectados e não dava, portanto, para acreditar na retórica que o ufanismo romântico tentara imprimir a tais personagens, como personagens fortes, autênticos, capazes de viver em comunhão com o meio natural. Assim, jecas, matutos e caipiras, tornavam-se símbolos de incivilidade, da luta entre o ser da cultura ou da civilização e o ser da natureza. Eles representavam a natureza dificilmente domesticada. Essa forma de conceber os sertões foi

acentuada sobre os nordestinos, cujas imagens já vinham sendo exibidas pela imprensa do século XIX que retratava um povo miserável e assombrado pela fome (MORAES, 2022). São exemplos – destacados por Moraes (2022) e por Sobrinho e Ramires (2022) – as fotografias de Joaquim Correa retratando pessoas desnutridas fugindo à seca de Fortaleza em 1878, e também os registros de Flávio Barros durante a incursão final do exército no território de Canudos, publicados em 1897, de pessoas desesperadas, magras e apresentadas como fanáticas por seguirem Antônio Conselheiro. Como destacam Helson Sobrinho e Lídia Ramires (2022), a imprensa acendia a preocupação e o medo de que essa população de “famintos” chegasse ao Sudeste do país, o que veio a se efetivar na proporção de 1,3 milhões de pessoas emigrantes entre os anos de 1930 e de 1950, com especial acento nesta última década. A partir daí, nas capitais brasileiras, a hostilidade em relação aos pobres e miseráveis (aporofobia) foi ligada diretamente aos nordestinos. O Sudeste representando “atração” e o Nordeste “repulsão” (SOBRINHO; RAMIRES, 2022). Essas representações não ficaram reservadas à tais períodos históricos.

Em análise de publicações feitas por internautas no Twitter, Adriana Menezes (2019), analisou como discursos de ódio foram elaborados sobre os nordestinos em 2014, no contexto das eleições presidenciais. Os *tweets* abordavam o caso de um cidadão nordestino agredido por 7 homens em Niterói, em razão deste ter nascido no Nordeste. Como analisa a autora, o caráter político dos discursos de ódio travados no Twitter só pôde se desenvolver em um país no qual esse tipo de discurso e o extermínio de nordestinos já estavam naturalizados. Conforme constatou, eles repercutiam o caso paulistano da estudante do curso de Direito chamada Mayara Petruso. A estudante havia se manifestado no Twitter em 2010 quando da vitória eleitoral da presidente Dilma Roussef (Partido dos Trabalhadores - PT) contra o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, José Serra. Nos *tweets* compartilhados em sua conta pessoal, Mayara atribuía o resultado do pleito eleitoral aos estados nordestinos, onde Dilma teve mais votos. Em um caso que repercutiu nacional e internacionalmente, recebendo o repúdio da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e da Procuradoria Geral da República, ficava famosa a frase postada pela referida estudante: “Nordestista [sic] não é gente, faça um favor a SP, mate um nordestino afogado” (MENEZES, 2019, p. 11). Em 2018 – no contexto de produção dos dados dessa pesquisa – como nota Fabiana Moraes (2022), o discurso contra os nordestinos tornou a aparecer, desta vez, por parte da mídia reativa à suposta “estratégia” perpetrada pelo então ex-presidente Lula (nordestino), de lançar Fernando Haddad como candidato do PT – partido historicamente apoiado pelos estados do Nordeste (LOPES; SILVA, 2019).

O reconhecimento da suposta origem nordestina dos suspeitos de tráfico aparece para endossar sua morte, na guisa da naturalização do extermínio e dos discursos de ódio sobre esses sujeitos que já vem ocorrendo no contexto de polarização política (MENEZES, 2019). A remissão ao contexto político é evidente quando, considerando que o Brasil precisa ser “limpo” dos “lixos humanos”, parte dos comentaristas apontam Bolsonaro como o personagem capaz de promover a “limpeza”. Os comentários da UC 02 (política contra o tráfico) ilustram esse argumento:

Calma que Bolsonaro ta chegando, ele vai mandar o exército limpar as ruas. Ladrão traficante vai tudo pra valeta. (BU)

Prender pra que em? Uma peste dessa gente isso é um absurdo deixa um desgraçado desse vivo tem q jogar esse demônio no Alto mar com uma pedra de 10 toneladas amarradas nos pés pra ver se ele é valente pra brigar com tubarão desgraçados lixo humano nojo o Satanás está esperando esse verme. Como meu Deus q uma mãe da a luz a um demônio desse Bolsonaro (BU)

BOLSONARO é minha última esperança. Eu não ia voltar mais em ninguém, mas não posso ficar assistindo o pt continuar destruindo o Brasil. (BU)

Bolsonaro é a solução (BU)

Bolsonaro vem aí pra acabar com isso (BU)

É melhor Jair se acostumando bandidagem! Bolsonaro vai acabar com essa palhaçada, só espera pra vê no que vai da. (BU)

Bolsonaro neles (BU)

Bolsonaro 17 confirma 🤔👍👍. (BU)

BOLSONARO PRESIDENTE (BU)

Bolsonaro vem aí pra acabar com isso (BU)

MITO 17 ROTA 2019 MAIS FORTE SEGURANÇA 1000 GRAUS! (CA)

O segundo comentário destacado revela a imbricação entre a objetivação dos “traficantes” como “vermes”, “demônios” e “lixo humano” e a imagem de “Bolsonaro” como elemento de “esperança” para o extermínio dos traficantes e “solução” da segurança pública e do governo brasileiro. Esse último aspecto (a “esperança” em Bolsonaro) também é salientado nos demais comentários elencados acima.

Podemos considerar, de acordo com a leitura de Esther Solano (2019) e Rosana Machado e Lucia Scalco (2018), que tal “esperança” pairava sobre determinados grupos no contexto de produção dos comentários analisados, correspondendo a um quesito importante para a composição das direitas políticas que, de fato, elegeriam Bolsonaro. Ela esteve atrelada a certo sentimento de inconformidade, frustração e desconfiança em relação à lógica e o *status quo* político (PEREIRA, RIBEIRO, 2020; SOLANO, 2019; MACHADO; SCALCO, 2018; KALIL, 2018). De acordo com Solano (2019, p. 313), a “esperança” depositada em Bolsonaro também é fruto de um marketing político responsável por operar uma transformação em sua imagem de deputado federal numa espécie de “figura *antimainstream*, capaz de capturar o

voto de protesto, frustração e raiva contra o sistema político”. Concepção semelhante emergiu nos comentários da UC 02, que apresentam a “descrença” no governo brasileiro, tido como corrupto:

Culpa dos corruptos que permitem isso acontecer (BU).

Muitos políticos estão envolvidos com essas facções criminosas por isso o Brasil tá essa nojeira. (BU).

Intervenção urgente e corte marcial para os traidores da pátria começando pelo TEMER e STF e LULA e DIRCEU e FHC! SELVA! (BU).

Cada dia fica mais difícil à Polícia bater de frente com esses vagabundos. Estamos cada dia mais vulneráveis. É tudo culpa do governo. Mudança já (CA).

Calma gente é nossa ex presidenta, é de se esperar. (CA).

Isso tudo só acontece no nosso Brasil que tem no comando políticos corruptos. (CA).

A figura de Bolsonaro como alguém diferente dos demais políticos, portanto, o único capaz de lidar com o cenário corrompido e corruptível, é salientada em comentários como “O PT deixou uma bomba grande na mão do bolzo pra ele resolver kkkkkkkkk.É um pepino dos grandes pro bolso” (BU). A crença de que só um *outsider* político ou um político *antimainstream* pode dar conta da situação aparece ainda sob a forma de pergunta retórica: “Será q ele consegue kkkk o cara é outro político (BU)”.

No mesmo sentido, a inconformidade com a alegada impunidade do sistema de justiça também emergiu nos comentários. Os comentaristas desacreditam nas leis brasileiras, vistas como brandas e licenciosas, graças as quais o país estaria uma “zona”. O próprio sistema judicial é criticado, pois a justiça passa a ser vista como o resultado imediato dos inquéritos e prisões efetivadas pela polícia, dispensando a atividade judicial, encarada como óbice e facilitadora da impunidade. Em suma, o trabalho policial é colocado à frente do próprio processo de julgamento dos suspeitos de tráfico, estes não merecem ser julgados. Na verdade, eles “não precisam”, pois o que parece pesar nessa avaliação é aquela imagem prototípica do traficante de drogas compartilhada pelos telejornalistas policiais: sendo os suspeitos negros, moradores de favelas ou outros lugares ditos “perigosos” e, tendo sido eles, “capturados” pela polícia e expostos nos telejornais, são imediatamente “culpados”. A polícia estaria apenas “enxugando gelo”, pois mesmo quando a “justiça” não absolve os suspeitos e estes são condenados ao cárcere, o cerceamento de sua liberdade é considerada uma “vantagem”, como um leniente “paternalismo” financiado pelo povo. Os comentários da UC 02 ilustram esse resultado:

Acho que a Polícia tem as mãos amarradas pelas leis e pela mídia... (BU)

Prende e depois solta pra que adianta deveria ter uma prisão perpétua (BU)

Pior que tem advogado que defende uma praga dessa e a justiça nesse país é só pra bandidos. (BU)
 Fazem isso porque a lei permite. (CA)
 Se fosse um país de leis séria duvido se ele faria isso [...]. (CA)
 Senhor tenha misericórdia... Olhe pelo nosso país onde ã existe lei. Estamos à mercê da sorte. (CA)
 Edinaldo Ferreira C certeza!!!Anoja tanta impunidade!!! (CA)
 A polícia tem tanto trabalho pra investigar, prender os indivíduos, mas a justiça solta. Serviço sem utilidade. (CA)
 O país sem lei norte a sul, leste a oeste virou uma bagunça sem controle uma zona! (CA)
 Vai responder mas vai ficar impune. Quem aí tem dúvida 🤔 (CA)
 Mãos pra cima porque vocês vão para a cantina kkkkk bancados pelo povo sofrido desse país. Policiais enxugando gelo kkkk (CA)

Como também se lê nos comentários destacados, a “justiça” brasileira só seria facultada aos “bandidos”. Também concorre para esse modo de conceber a atuação do sistema judicial e da segurança pública em relação ao tráfico, a propaganda contrária aos direitos humanos divulgada pelas mídias, por onde retumba, no pensamento social, a imagem de pessoas encarceradas como sujeitos que gozam de “estadia” em algum tipo de pensão bancada pelo povo (SILVA, 2019; SOLA, 2020). As garantias e direitos estariam a favor dos “bandidos” e apenas deles, crença que tem gerado indignação e ódio nas direitas (LEITE; ALENCAR, 2020; SILVA, 2019; SILVA, 2020).

A literatura nos ajuda a compreender a relação de Bolsonaro – como figura na qual se materializa a “esperança” na “resolução” dos problemas da segurança pública – com os sentimentos de ódio e indignação em relação à suposta impunidade dos criminosos e a corrupção do sistema político e de justiça. Isabela Kalil (2018) pesquisou os atos e manifestações políticas por parte de conservadores, liberais e integrantes da direita e da extrema-direita, ocorridos entre os anos de 2013-2018, em São Paulo, buscando identificar os perfis dos eleitores, apoiadores e potenciais eleitores de Bolsonaro. Constatando uma multiplicidade de perfis³¹, a autora observa como a inconformidade, a raiva e a descrença

³¹ 1) “Pessoas de bem” (apesar de um traço comum do eleitorado, esse perfil pode ser destacado também quanto ao gênero e a classe, se tratando de mulheres e homens com idade de aproximadamente 35 anos que repudiam a corrupção e a impunidade, acreditam na “família” e preocupam-se com seus “filhos”, defendendo o fortalecimento das instituições policiais, a intervenção militar, e são contrários aos direitos humanos ; 2) “Masculinidade viril” (se diferem das “pessoas de bem” por acreditarem que a justiça deve ser efetivada com “as próprias mãos” e são, geralmente, homens, com idade entre 20 e 35 anos; 3) “Nerds, gamers, hackers e haters” (composto por homens de idade entre 16 a 34 anos e que pode se combinar ao perfil da masculinidade viril); “Militares e ex-militares” (coesos quanto a crença na “guerra às drogas” como solução da segurança pública no país); 4) “Femininas e ‘bolsogatas’ (mulheres que dizem ir além do “mimimi” e usam o termo “femininas” para se opor ao “feminismo” e o termo ‘feminista’); 5) “Mães de direita” (que lutam pelo fim da suposta “ideologia de gênero” nas instituições escolares); 6) “Homossexuais conservadores” (que acreditam que ‘homem é homem’, independentemente da sexualidade); 7) Etnias de direita (apesar de pouco numeroso é bastante diverso, englobando negros, indígenas, imigrantes, orientais; sejam eles homens ou mulheres); 8) “Estudantes pela

conduziram à composição de um traço comum no eleitorado, o chamado “cidadão de bem”. Embora possa ser destacado como um perfil heterogêneo, o “cidadão de bem” desponta também como um valor comum compartilhado entre as direitas que comporiam o chamado “bolsonarismo”. De acordo com Kalil (2018), o termo que até então comportava o sentido de alguém cuja conduta individual podia ser dita “correta”, ganhou, a partir do contexto das manifestações de 2016³², quando serviu, primeiramente, para distinguir protestos “violentos” (esquerda) e “pacíficos” (direita), o sentido de um conjunto de condutas, valores e agendas políticas, geralmente culminantes em discursos anticorrupção. O cidadão de bem vê a corrupção como um problema “inerente” ao governo, aos próprios partidos políticos e sua gestão, e tendem a não a ver com a mesma intensidade em relação ao setor privado, pois a corrupção neste setor é interpretada como consequência da gestão pública corrupta. Trata-se, na concepção de Kalil (2018, p. 10), de uma “barreira moral” que inspira a ir “contra tudo e contra todos”, contra os partidos e os políticos, tornando-se, paulatinamente capaz de captar tendências antissistema e uni-las aos grupos que buscam se distinguir da “esquerda”. De acordo com a autora, a difusão do cidadão de bem como um “valor” concorreu para que se entendesse como sendo uma “solução” para a corrupção, “a substituição de políticos profissionais por figuras *outsiders* (estratégia amplamente explorada por Bolsonaro) ou por políticos não profissionais” (KALIL, 2018, p. 9).

Rosana Machado e Lucia Scalco (2018), observam como no contexto de campanha eleitoral de Bolsonaro há a existência de uma “esperança no ódio”. Em seu estudo etnográfico, realizado em 2018, em Porto Alegre, em uma escola da periferia, as autoras observam a simpatia de homens jovens com o então candidato à presidência Jair Bolsonaro, visto como uma figura de “pulso firme”, inspirador de “disciplina”, recurso último do qual acreditam poder esperar uma mudança no cenário de violência, corrupção e impunidade do país. “Eles demonstram raiva contra um sistema penal e prisional que consideram frouxo e que ninguém respeitaria: ‘as leis são fracas e ninguém respeita’, ‘bandido sabe que nada vai lhe acontecer’ [...]” (MACHADO; SCALCO, 2018, p. 10). As autoras consideram este fato um resultado de um processo de frustração por parte da juventude e da população em geral que, após um período de incentivo econômico e ao consumo, possibilitado pelo governo Lula (2003-2011), enfrentou uma política de austeridade e crise econômica nos governos de Dilma

liberdade” (correspondem a um perfil diverso de jovens estudantes que apoiam Bolsonaro como uma reação supostamente antissistêmica e que acreditam rebelar-se contra a “doutrinação marxista”); “Periféricos de direita” (homens e mulheres pobres, empregados e desempregados, que desejam “Estado mínimo”). (KALIL, 2018, p. 14, 15 16, 18, 19).

³² Manifestações públicas a favor do golpe contra Dilma Rousseff.

(2011-2016) e Temer (2016-2019). A juventude pobre e masculina estudada pelas autoras veem em pautas defendidas pela campanha de Bolsonaro como a da liberação de armas para porte pessoal e de extremismo no trato da violência urbana como uma esperança para seu desalento. Envolto por um “pacote estético de memes, piadas e uma gramática de *internet*”, o “mito”, como chamam Bolsonaro, atende a um desejo antissistêmico “[...] contra tudo o que está aí” (MACHADO; SCALCO, 2018, p. 10).

Apesar de compor parcela relevante do público que viria a compor as direitas eleitoras de Bolsonaro, a juventude pobre e masculina representou apenas uma parte daquela população heterogênea identificada por Isabela Kalil (2018) e Esther Solano (2019). Porém, o atributo da “esperança” parece ter sido um elemento consistente que acompanhou o candidato aos olhos de diferentes padrões de eleitores, apoiadores e simpatizantes (SOLANO, 2018). Como constatou Solano (2019), a partir de 30 entrevistas com perfis diversos do eleitorado bolsonarista, a expressão “esperança” foi vinculada à Bolsonaro em 23 das entrevistas. Em consonância com nossos dados, o público entrevistado partia de uma visão de Bolsonaro como *outsider*, diferente dos demais, de um engajamento “antissistema” supostamente capaz de lidar com a política corrompida em sua própria lógica. Nas palavras de Solano (2019, p. 313):

[...] Os partidos tradicionais são percebidos como indistintos, fisiológicos e preocupados com os privilégios. [...]. É a concepção binária do velho frente ao novo como nova categoria de enorme impacto político. O velho é rejeitado e a novidade política aparece como um valor em si mesmo.

Como permitem notar Leonardo Pereira e Sara Ribeiro (2020), trata-se de uma “esperança” que surge da desconfiança em relação às instituições tradicionais e mira na direção de um apelo ao punitivismo. A retórica de Bolsonaro é direcionada a certo populismo penal, com recurso à expressões como “mudança” e “reconstrução”, conforme ilustra uma de suas mais famosas frases, destacadas pelos autores: “tem que mudar tudo isso que tá aí” (PEREIRA, RIBEIRO, 2020). De acordo com Pereira e Ribeiro (2020, p. 4), o populismo penal em questão se baseia no descontentamento de diferentes parcelas da sociedade com “a crença de que os criminosos estão em uma posição social de vantagem podendo se beneficiar as custas de suas vítimas, seja por uma licenciosidade das leis seja pela corrupção dos agentes de segurança pública”; ele se manifesta em sociedades nas quais a tensão social entre classes forja “identidades” baseadas no “ressentimento contra o *status quo*” e que só admitem como resposta, portanto, a punição desmesurada e imediata dos “criminosos”. Segundo os autores, o telejornalismo policial consiste em um suporte privilegiado para tal populismo por elaborar

uma linguagem punitiva que é tornada usual e cotidiana pelo público, capaz de instrumentalizá-lo para perceber socialmente a realidade a partir da desconfiança sobre as instituições democráticas (PEREIRA; RIBEIRO, 2010).

Segundo Javier Sola (2020), o populismo penal implica em uma politização do crime e da punição que passam a ser usados como uma “arma” para a polarização social (ex: “nós” *versus* “eles”, “honestos” *versus* “criminosos”), em um processo que implica na simplificação da realidade criminal, entendida como uma questão de eliminação ou afastamento dos “outros”, “maus”, criminosos “incorrigíveis”. De acordo com Sola (2020), uma de suas estratégias típicas é o enquadramento (*framing*) da política criminal por meio de uma “*sloganização*”, isto é, frases do tipo “bandido bom é bandido morto”, cujo objetivo é estabelecer uma rápida conexão entre aspirações do senso comum, do universo publicitário, televisivo e das redes sociais com uma abordagem emocional e posições extremas sobre a política criminal. Essa perspectiva entra em consonância com nossos dados, como mostram os comentários emergentes na UC 01 (aniquilamento):

Bandido bom é bandido morto, bala na cara desses meliantes dos infernos.

👊👊👊👊👊👊👊 (CA)

Isso bandido bom é bandido morto (CA)

[...] Esse remédio aí deve ser dado a todo traficantezinho de merda. Dar 2 cápsulas de 762. [...] Mas tem que matar mais. Senta o dedo nessa porra. ...bandido bom é morto...Exterminar bandidos políticos juntos...desgraçados comunista, ladrão esquerdopatas...Vai morrer tudo.... Solta os caveiras, kkkkkkk... porra. (BU)

Que beleza...bandido bom é bandido morto... (BU)

Além da clássica reprodução do “*slogan*” (“bandido bom é bandido morto”), os comentaristas elaboram outras frases extremas na mesma direção:

Traficante? Mata logo de uma vez. (CA)

Prender???...seria correto cortar no aço...(CA)

Tirem esses covardes de cima da terra... (CA)

Bando de vagabundos morte pra eles uai (CA)

Pra que prender. Lei do Brasil é uma bosta. Põe no paredão e chumbo grosso. (CA)

Esses vermes são valentes com uma arma na mão, de mãos vazias são um bando cagões, mata esses filhas das putas, torturando os antes de morrer. (CA)

Solução para isso é jogar no mar esses traficantes e junto os viciados (CA)

O certo era matar esse inseto. Ele não tem dó de ninguém pq ter pena desse safado. Bolsonaro e o exército no cu desses filha da puta. (BU)

Pena de morte, sem dó e sem massagem! (BU)

Tinha que ter enchido ele de tiro, alto de reação, vai prende esse lixo? (BU)

Bandido tem mais que morre fuzilado degolado odeio bandido traficante (BU)

Lugar de bandido e vagabundo e debaixo da terra. Tem que ter pena de morte pra traficante. 🙌🙌🙌🙌 (BU)

Adoro quando eles mesmo se matam... (BU)

Menos um vagabundo nas ruas desse Brasil (BU)

Traficante tem que ser fusionado e passar ao vivo na tv para acabar com esses vermes de vez. (BU)

Só vai haver resultado na hora que o exército pegar e executar cada um desses merdas metidos a violentos. (BU)

Tinha que manda esses vagabundo pra VALA. (BU)

Bandido é bandido. Não importa se é pcc, comando vermelho ou seja lá de qual facção, todos tem que morrer, só fazem peso na terra. (BU)

Segundo Michel Misse (2010), a justificção habitual de que os “criminosos” devem ser eliminados fisicamente remonta, no Brasil, aos anos de 1950, quando se afunila a compreensão dos “bandidos” como essencialmente maus, de subjetividade incorrigivelmente perigosa. Esquadrões e grupos dedicados ao extermínio de pessoas ditas “criminosas” floresceram nesse contexto justamente pela legitimação social sobre a validade do cometimento de um crime como forma de justificar e punir o outro (MISSE, 2010). Essa crença estaria imiscuída no pensamento social de nosso país, sempre pronta para ser reelaborada e reatualizada.

A expressão “bandido bom é bandido morto”, por exemplo, “ganhou o imaginário social brasileiro ao longo das décadas de 2000 e 2010 através de programas de televisão cuja audiência fora potencializada por reportagens sensacionalistas e o sentimento de indignação da população com a segurança pública” (LEITE, ALENCAR, 2020, p. 67). No contexto de elaboração dos dados dessa pesquisa, o ano de 2018, a frase era naturalizada, especialmente em virtude da campanha presidencial de Bolsonaro (LEITE, ALENCAR, 2020; SILVA, 2019). Desse lado, Emanuel Silva (2019) analisa discursos proferidos por Bolsonaro desde o período em que este ocupava o cargo de deputado até os de sua candidatura e posse na presidência, observando como a confecção de seu discurso (o “bolsonarismo”) foi carregada pela propaganda anti-direitos humanos. Além do supracitado *slogan*, constam declarações semelhantes às dos comentaristas do telejornal, execrando os direitos humanos para “bandidos” e aspirando explicitamente sua morte violenta. Uma das ideias mais ventiladas por ele era a de que os direitos humanos no Brasil só servem para a defesa e custeio de “vagabundos” e que todas as verbas públicas gastas com as políticas e ONGS encarregadas de sua tutela deveriam ser revertidas para o armamento das polícias, as quais dizia, tornaria permitido executar os “bandidos”. Para Silva (2019), a composição do “bolsonarismo” pode ser melhor compreendida se tivermos em vista a força das imagens compartilhadas pelas mídias na propaganda contrária aos direitos humanos. Alguns marcos simbólicos são

especialmente relevantes como a fala da telejornalista Rachel Sherazade, proferida em 2014, enquanto apresentadora do Jornal SBT, sobre um grupo de “justiceiros” que havia agredido com pauladas um jovem homem negro reincidente na prática de assaltos e o prendido com uma corrente a um poste. O comentário de Sherazade sobre tais imagens de repercussão mundial respaldava os “justiceiros” e encerrava com uma “campanha” lançada contra os “[...] defensores dos direitos humanos que se apiedaram do marginalzinho preso ao poste”. Ela dizia, “faça um favor ao Brasil, adote um bandido” (SILVA, 2019, p. 142).

A “campanha” que garantiu fama a apresentadora e foi intensamente compartilhada e repetida nas redes sociais sintetiza a visão dos direitos humanos como proteção de “bandidos”, como “vantagem” financiada com dinheiro público. Acreditamos que esse contexto serve de ancoragem para parcela dos comentaristas dos telejornais analisados, porquanto além de se reportarem aos suspeitos de tráfico como “vagabundos” ou seres “desumanos”, tecem elaborações nas quais os elementos da propaganda contra os direitos humanos são bastante evidentes. Ilustra esse fato comentários como: “Vai fazer coleção de traficantes na cadeia? Sustentar vagabundos e família?” (CA), “Tem que matar um cara desse não pode deixar vivo não... Vai usar nosso dinheiro pra sobreviver” (BU), “Joga essa criatura no mar para os tubarões comer, vai ficar no xilindró comendo as nossas custas fala sério!!” (BU) ou, ainda, “Mais um filho de Maria do Rosário. Logo vai aparecer aqueles que vivem de defender bandidos” (BU).

Também encontramos a ancoragem pelo público no contexto de 2015, quando as mídias apresentavam as imagens de 2 brasileiros executados pelo pelotão de fuzilamento da Indonésia devido a condenações por tráfico de drogas: Marco Archer Cardoso Moreira, executado em 17 de janeiro e Rodrigo Gularte em 29 de abril (SEDEP, 2015; G1, 2015; SENADO, 2023). Conforme destacamos abaixo, os comentaristas do Cidade Alerta se ancoram nesse contexto quando elaboram os seguintes comentários sobre o aniquilamento de traficantes:

Tem que matar todos os traficantes do mundo, igual fazem lá na Indonésia!
(CA)
TENHO UM PROGETO PRA RECUPERA ESTA TURMA INDONESIA
MANDA PRA LA E RESOLVIDO RAPIDO (CA)
Tem que morrer igual na Indonésia. (CA)

Ao tempo do ocorrido, as mídias acompanhavam os pedidos de clemência da então presidente Dilma Rousseff ao presidente da Indonésia Susilo Bambang Yudhoyono e seu sucessor Joko Widodo para que revertissem a sentença, isso porque a legislação indonésia só

admite a reversão de sentenças de morte por meio da aceitação de um pedido de clemência ao presidente do país (SEDEP, 2015; G1, 2015; SENADO, 2023). Os jornais exploravam as tentativas infrutíferas e os pedidos negados por Yudhoyono à Lula e à Roussef, e por Widodo à esta última. Em 2014, um ano antes da execução dos brasileiros, a mídia apresentava o pedido feito por telefone por Dilma Roussef que além de rejeitado, veio acompanhado da advertência de Widodo de que negaria não apenas essas clemências, mas também as que poderiam ser pedidas em nome dos demais 64 brasileiros condenados no país por crimes de drogas (SEDEP, 2015; G1, 2015; SENADO, 2023). A frustração dos clamores por direitos humanos para os brasileiros condenados se intensificava em 2015 e a narrativa midiática trazia a Indonésia, para aqueles que queriam vê-la dessa forma, como um governo de legislações mais firmes e consistentes que as do Brasil.

As elaborações sobre o caráter “exemplar” das leis indonésias para o extermínio de traficantes se mantiveram vívidas entre 2015 e 2018, também em razão de as mídias brasileiras terem veiculado em 2017 a prisão da brasileira Yasmin Fernandes em território filipino ocorrida em outubro do ano anterior, quando tentava desembarcar em Manila, com uma mala na qual estavam escondidos 5,9 quilos de cocaína (PINTO, 2017). A comparação com o caso indonésio tornava-se frequente, pois nas Filipinas também se aplica a pena de morte por tráfico de drogas. Ao tempo do acontecido, a mídia expunha as condições nauseabundas da prisão filipina, a insalubridade e a existência de ratos nas celas, ao lado das declarações de inocência da brasileira (PINTO, 2017). A intransigência dos exemplos estrangeiros em relação ao tráfico era novamente colocada em voga quando se divulgava a promessa feita pelo presidente filipino, Rodrigo Duterte, de que mataria 100 mil “traficantes”, bem como, seu cumprimento parcial quando, no mesmo ano de sua posse, já tinha permitido a morte de 7.000 pessoas condenadas pelo crime em questão (PINTO, 2017). Por esse prisma, quando o público comenta sobre o caráter “exemplar” da política contra o tráfico adotada na Indonésia, um comentarista recorda, acrescentando: “E nas Filipinas” (CA). Outro comentarista endossa a abordagem militarizada sobre o tráfico aplicada pelo governo filipino, recobrando a intervenção militar perpetrada pelo presidente filipino, Rodrigo Duterte, de modo a respaldar a intervenção da mesma natureza que acontecia também no Brasil, nas favelas do Rio de Janeiro: “O presidente das Filipinas disse ao ministro de Israel, que depois que usou as forças armadas em conjunto com a policia auxiliares, para combater o crime, as ocorrências de crime diminuíram nas Filipinas.” (BU).

Até então, podemos considerar que os comentaristas se ancoram em uma porção de contextos e imagens compartilhadas pelo telejornalismo policial e pela mídia em geral. Ao

mesmo tempo em que seus comentários deixam ver a ancoragem em uma memória social que remonta aos finais do século XIX e início do XX, em um contexto de cruzamento entre eugenia e higienismo (STEPAN, 2004), por onde suspiram ideais como “limpeza” social dos “refugos” humanos, também indicam a riqueza e, simultaneamente, a abstração de um repertório mnemônico capaz de ligar e reelaborar tal memória social através de uma forte vinculação com imagens recebidas pela mídia. Desse lado, a orientação por uma imagem prototípica do traficante de drogas compartilhada pelo telejornal policial, o uso de metáforas animalizantes desumanizantes, e o próprio fato de seus comentários responderem diretamente ao conteúdo assistido no Brasil Urgente e no Cidade Alerta demonstra como essa parcela do pensamento social tem no referencial mnemônico e representacional compartilhado pelo telejornalismo policial um de seus marcos de ancoragem. Mas isso não priva o público de buscar por outras imagens veiculadas em outros contextos e por mídias distintas. São exemplos disso, as imagens da propaganda contra os direitos humanos – anterior, mas também reelaborada nas imagens da campanha “bolsonarista” – de onde importam acontecimentos e concepções que são mesclados ao contexto presente, seja na forma de expressões linguísticas ou de personagens que sintetizam essas expressões. Isto é, quando um comentarista diz “Mais um filho de Maria do Rosário” para fazer oposição “aqueles que vivem de defender bandidos (BU)”, torna-se explícita a ancoragem no contexto da propaganda midiática contrária aos direitos humanos, quando era intensamente compartilhada a frase da jornalista Sherazade “adote um bandido”; assim como a simples imagem de “Maria do Rosário” (que em diferentes episódios vieram a ser compartilhadas nas mídias³³) pôde materializar o discurso de defesa dos direitos humanos.

Uma memória comum, portanto, se forma, da reelaboração e do entrelaçamento de imagens recebidas através da mídia (JEDLOWSKI, 2005; 2003). Esse conceito da memória parece apropriado para nos referirmos aos dados porquanto, apesar de apresentarem uma tendência comum, os comentaristas não interpretaram tais imagens coletivamente, mas no seio de seus particulares e diversos agrupamentos.

Alguns elementos encontrados na análise podem indicar o emolduramento “comum” dessa memória, eles dizem respeito a sua dimensão afetiva. Conforme acompanhamos, as imagens transmitidas pelo telejornalismo policial mobilizam emoções e sentimentos como

³³ Há o episódio de 2003, quando em contexto de debate sobre os direitos humanos, o então deputado Bolsonaro disse à deputada Rosário que ela não “merecia ser estuprada” porque era “feia”(ABRAMO, 2023), ou o de 2014, quando após proferir um discurso em razão do Dia Internacional dos Direitos Humanos, Rosário foi respondida por Bolsonaro que comparou este dia ao da “vagabundagem” e tais direitos a coisa que só serviria para a defesa de “bandidos, estupradores, marginais, sequestradores e até corruptos” (SILVA, 2019, p. 145).

ódio, desconfiança, indignação, raiva, importantes para a materialização na imagem de “Bolsonaro” de certa “esperança” na “resolução” da política de segurança pública sobre o tráfico de drogas. A carga afetiva está inscrita em uma série de comentários que vão desde o “deboche” e a insensibilidade com a morte dos suspeitos de tráfico (como atestam as expressões “kkkkk”, dispostas nesse sentido), àqueles cujo tom radical se revertem em ódio depositado sobre a “esperança”. Desta feita, o elemento da “esperança”, tem um papel de destaque nos indícios de representação social encontrados na memória comum do público, o que entra em consonância com estudos que tem discutido a relevância das inclinações, aspirações e expectativas em relação ao futuro para a reelaboração de memórias e para o processo de representação social (JEDLOWSKI, 2016; DANTAS, 2022). A própria insensibilidade em relação à repressão ou mesmo sobre a morte dos suspeitos de tráfico aponta para um dos efeitos das memórias comuns, chamado por Jedlowski (2005) de “esterilização emotiva”, quando o excesso de imagens e narrativas apresentadas pela mídia redundam na banalidade ou na naturalização das mesmas. Ao que parece a esterilização emotiva não quer dizer uma ausência de emoções. Como pudemos notar, determinadas emoções e sentimentos podem estar presentes inclusive para a ausência de comoção e a insensibilidade quanto ao destino dos “traficantes”. Talvez, ela possa ser referida como uma esterilização emotiva seletiva frente a determinados fatos, sujeitos e objetos, pois como vimos nos resultados discutidos na categoria anterior, a comoção com a vitimização policial é uma tônica nos comentários de parte público.

Ainda sobre o ódio, e os afetos de indignação e raiva, cabe estabelecermos uma distinção. Quando endereçados às categorias “tráfico” ou “traficantes”, ou (como exploraremos em seguida) à “esquerda”, os mesmos podem consistir em “simples” ação afetiva de desprezo, inferiorização e desumanização, mas quando temos em vista os sujeitos que efetivamente corporificam tais categorias, ou melhor dizendo, os sujeitos aos quais se atribui o rótulo de traficantes (pessoas negras e pobres), o ódio pode dizer algo mais. Estamos, nesse segundo caso, diante de “discursos de ódio”, ou seja, o desprezo, a inferiorização e a desumanização sistemática e historicamente endereçada à coletividades minoritárias, e para os quais, segundo Liriam Sponholz (2020), emoções e afetos não são elementos essenciais de sua constituição. Dito de outro modo, não é que discursos de ódio prescindam do ódio enquanto afeto, mas sua caracterização central cobra que sejam definidos como “[...] uma forma de discriminação [...] de exclusão construída sobre relações de poder baseadas em uma característica coletiva [...]” (SPONHOLZ, 2020, p. 223). Mesmo as coletividades “atacadas” pelos comentaristas como a dos “pobres” e “nordestinos” podem se constituir como alvos de

discursos de ódio por sua histórica espessura de populações negras, sendo o racismo a forma (SODRÉ, 2023) da qual exala a desumanização.

Uma memória comum sobre o traficante de drogas como “bandido” irrecuperável e descartável, e que, portanto, só pode ter como destino a morte (e em alguns casos prisão perpétua), inscreve um comércio e suas relações que envolvem violência na própria subjetividade dos suspeitos, elaborando indícios de representação que correm no pensamento social sobre o “bandido” como sujeito essencialmente mal e criminoso (MISSE, 2010). Podemos nos indagar se esta é mesmo uma memória comum, pois não é difícil imaginarmos grupos para os quais a imagem do traficante pode não ser assumida a partir da referida caracterização. Mas a teoria nos ajuda a compreender a questão. Desse lado, Jedlowski (2003; 2005) argumenta que quando uma memória comum é compartilhada por um grupo de pessoas cujas relações são estreitas, ela pode vir a se tornar uma memória coletiva. Dificilmente seria o caso dos dados de nossa análise, oriundos das comunicações de pessoas de diferentes agrupamentos. Diante disso, outra possibilidade é levantada pelo autor: a de uma memória comum para agrupamentos distintos que tem uma imagem comum sobre determinados fatos ou “objetos” devido ao interesse comum por conteúdos midiáticos específicos. Desta sorte, podemos falar de diferentes memórias comuns, distinguidas pelas “especialidades” de seu conteúdo e pelos interesses específicos de um público (JEDLOWSKI, 2003; 2005).

De acordo com Jedlowski (2005, p. 91), a “pluralidade de memórias comuns” é evidente no fato de serem parcialmente diversas as memórias elaboradas entre aqueles que compõem a “audiência das telenovelas”, dos “amantes de *pop*”, dos que “assistem predominantemente a programas esportivos”, entre outros exemplos trazidos pelo autor, frente aos quais podemos opor também o público comentarista dos telejornais policiais. Para Jedlowski (2005, p. 91-92), isso se deveria ao fato de a produção midiática ser “amplamente autorreferencial” em relação à sua *performance* ao longo do tempo, enfatizando continuamente “seu próprio passado” e “divulgando-o” ao público, “por meio do recurso a fontes documentais internas – revistas de programas passados, reprises, citações constantes de personagens da mídia ou eventos do passado”. As memórias comuns se constituiriam, portanto, como rebentos das inflexões e flexões dos atores midiáticos, respectivamente, em direção à suas memórias e à do público, numa espécie de “ritual evocativo voltado ao seu próprio passado e à memória do público.” (JEDLOWSKI, 2005, p. 92).

3.2.2.3 “Amar”, “desconfiar” ou “contestar a informação”

Verificamos a unidade de registro “atuação da mídia” nos seguintes contextos: UC 01) incredulidade e questionamento da informação; UC 02) crítica; UC 03) valorização; UC 04) autopreservação e disputa pelos grupos criminosos; UC 05) percepção da insegurança e 06) deslocamento da atenção à narrativa. Conforme demonstram os contextos de emergência, a compreensão da atuação dos telejornalistas pela audiência é controversa, movimentando opiniões favoráveis e desfavoráveis aos programas analisados.

Os comentários registrados na UC 03 ilustram a valorização do conteúdo e dos profissionais do telejornalismo policial:

Sou muito fã do Bacci a maioria dos crimes solucionados ele é o responsável. Tem moral até mesmo para ensinar a Polícia e a própria justiça a trabalhar. Ele cobra mesmo de dona justiça. (CA).

Eu também amo o cidade alerta. (CA).

Amo CIDADE ALERTA. VEJO TODOS OS DIAS. BOA NOITE. (CA).

👉 👁️ 👉 😳 😳 👍 👍 👏 👏. (CA).

Parabéns pelo vídeo, 👏 👏 👏. (BU).

Gosto muito do cidade alerta ficou melhor sinto falta do Marcelo está descansando no céu. (BU).

Esse repórter é nota 10. (BU).

A audiência manifesta a valorização através de declarações de “amor” e de admiração (“sou fã”), revelando a afeição construída a partir de experiências mediadas. Seus comentários sugerem a constância na qual acompanham os programas, assim como a relevância atribuída por eles à interação que estabelecem com os telejornais. Essa adesão ao programa é estimulada pelas estratégias de aproximação com o público adotadas pelo telejornalismo policial, como a “linguagem popular”, o modelo “opinativo” (ROMÃO; OSMO, 2021) e o julgamento moral com apelo a “valores” supostamente “universais” (RIBEIRO, 2020). Além disso, ambos os telejornais analisados se apresentam enquanto “defensores” da sociedade, preocupados não somente com a divulgação dos crimes, mas também com a “justiça” (legal e moral), a punição dos “bandidos” e os direitos do “cidadão” (ZEILMANN, 2021; 2022; SOUZA, 2018).

Essa defesa é encenada principalmente pelos apresentadores, o que explica o apreço e a referência direta do público à “Bacci”, apresentador do Cidade Alerta, e à “Marcelo” Rezende, ex-apresentador do programa. Deste lado, explica Zeilmann (2021, p. 38), que o apresentador é quem irá “se comunicar com o público, indicar quem faz o bem e quem faz o mal, apontar os mocinhos e os vilões, defender os mais fracos e glorificar os bons exemplos”.

Ademais, nos dois telejornais o apresentador atua enquanto “uma espécie de diretor”, comandando a equipe ou pedindo imagens sem roteiro prévio, comandos dos quais nascem os “bordões” (ex: “me dá as imagens”) que marcam sua figura (SOUZA, 2018, p. 170). Conforme enuncia um dos comentários destacados acima, o apresentador do telejornal é entendido como responsável pela resolução de crimes, afiançando o “pacto” de denúncia e vigilância sustentado pelo formato da programação (GOMES, 2004).

Em contrapartida, na UC 01, podemos notar como uma parcela do público desacredita na narrativa midiática, ou pelo menos, não adere automaticamente ao conteúdo apresentado nos telejornais sem antes avaliar a pertinência, a ausência ou carência de informações:

E o moço que tá dentro da viatura foi preso por quê? Se mostra ele já de dentro da viatura, oxih. (CA).
 Afinal aonde que foi feita a operação? (CA).
 tem prova? Onde? Cadê a reportagem? Cadê o processo? (CA).
 drogas?? aonde? (CA).
 Cadeeee o jornal????? (CA).
 CADE A TRANSMISSÃO AO VIVO? (CA).
 Tudo mentira desses pilantra. (BU).
 Kkkkk prendeu ninguém,essa mídia mente pra caraio. (BU).
 Mídia mente demais! (BU).
 Só sabe falar a mentira do meu irmão. (BU).

As lacunas no noticiamento dos fatos e a falta de provas para embasar as informações alegadas são percebidas e apontadas, como a ausência de um “por quê” para algumas das prisões exibidas ou de imagens que comprovem o envolvimento dos suspeitos. Os telejornais são objeto também de uma qualificação genérica da mídia como “mentirosa”, produto de uma desconfiança em relação às informações mediadas (MICK, 2019). Tal desconfiança por parte do público pode se dever à percepção de que a mídia se orienta a partir do interesse de seus proprietários (MICK, 2019), ao contexto de produção de *Fake News*³⁴ (SANTAELLA, 2018; 2020) ou ao formato sensacionalista dos telejornais, que priorizam a “superficialidade” e a “emoção” em detrimento da profundidade das informações (ROMÃO; OSMO, 2021).

A narrativa sobre o crime construída pelos telejornais é vista pelo mesmo olhar suspeito:

³⁴As *fake news* são notícias falsas que visam produzir credulidade. Variam os tipos de *fake news* (boatos, fofocas, notícias etc), com diferentes níveis de distanciamento da “verdade” e aproximação da “mentira”. (SANTAELLA, 2020). Segundo Santaella (2020, p. 20), entre diferentes signos (enganosos, manipulados, “de riso fácil”, preconceituosos etc) as *fake news* podem emergir enquanto “signos sensacionalistas” presentes em matérias jornalísticas, por vezes, corretas, mas cujos títulos ou chamadas são falsos; assim como podem assumir a forma de “signos apressados e mal fundamentados”, também característicos do jornalismo.

Em crise ... ?! rs. (CA).
 Aqui é sossegado eu moro onde eles tavam. (CA).
 caramba , td mundo é chefe ai. (CA).
 parça na minha quebrada tem uns 300 irmão aq na z 1 , esses video de net a maioria tudo mentira kkkjj Os cara sabe até quanto os cara ganha \$\$\$ kkkkkkkkkkk. (BU).
 Isso é só uma base, por ano é muito mais! (BU).
 Por ano é muito mais. (BU).
 400 milhoes em 3 mes e meio!! (BU).
 Eu acho q ngn sabe o tanto q eles ganha a midia estimula um valor xxxx mais iso c baceia no q eles aprendem magine oq passa despercebido. (BU).
 Esses cara nem sabe oque fala ge do mangue era monstro no comando ,as cadeia do estado inteiro ficou de luto por sua morte ai o cara fala que ele foi julgado para de falar merda. (BU).
 Mas ele não morreu porque era bandido, morreu por causa dos bandidos. (BU).
 Tornar Brasília o novo reduto do crime organizado é inventar a roda. Sempre foi assim. (BU).
 Aaaaa guerra que a tv feiz né. (BU).
 isso não é cápsula de fuzil. (BU).

A validade das conclusões elaboradas pelos telejornalistas a respeito das operações de enfrentamento ao tráfico, como o “prejuízo” dos grupos criminosos após as batidas policiais, a prisão de “lideranças do tráfico” ou o estado de “guerra” vivenciado nas favelas, é colocada em xeque pelo público. Nesse sentido, comentários questionam a suposta a “crise” do tráfico e ironizam a atribuição da posição de “líder” aos múltiplos suspeitos presos em uma operação. Os questionamentos são movidos, por vezes, pela própria experiência pessoal do público, cuja proximidade com as favelas objeto das operações na vida “real” tornam as informações mediadas difíceis de acreditar. Deste lado, diante da afirmação de que a favela é perigosa pela presença de traficantes, um comentarista afirma: “Aqui é sossegado eu moro onde eles tavam”. Com o mesmo efeito, um comentarista utiliza sua experiência de convívio em uma região onde são realizadas atividades do “movimento” para contestar o fato de os telejornalistas saberem e informarem com exatidão os valores recebidos pelos “criminosos”. Ainda a respeito da contabilidade do tráfico, divulgada pelos telejornais, o público contesta a informação de que o PCC lucra em média R\$ 400 milhões por ano. Não é estranho que o público conjecture um valor anual muito superior, afinal a ideia de que os comandos do tráfico “faturam” freneticamente é compartilhada na própria programação dos telejornais.

A recepção criativa do conteúdo veiculado pelos telejornais, por onde o conhecimento pessoal apoia e intervém sobre o conhecimento mediado (THOMPSON, 2018; 1998; GRIMALDI *et al*, 2019), também pode ser observada quando a audiência corrobora com a

versão telejornalística dos fatos. A atualização ou complementação das informações pelo público é ilustrativa:

Pior q foi verdade mas ele já foi solto o o juízo viu q os policia. Forjaram ele Raquel Regina já fugiu. (CA).
 ela é namorada do traficante rival ai o traficante (namorado) mandou ela pra outra favela. (CA).
 A sonia era unica que estava na loja mas estava com a filha dela. (BU).

Ao mesmo tempo em que a informação mediada é assimilada, ela é acrescida de novos dados obtidos pelo público a partir de outras interações cotidianas, como o contexto em que vivem, a sua rede de amizades ou o acesso a diferentes meios de comunicação. O intervalo entre a gravação e divulgação da reportagem e o momento em que acontece a recepção – ainda mais alargado pela disponibilização *online* do conteúdo no *Youtube* – também podem motivar e incitar a atualização dos fatos pela audiência.

Os comentários registrados na UC 02 demonstram ainda como os telejornais são criticados:

O texto está errado. (CA).
 Nossa esse Bacci funk idiota. (CA).
 esses repórteres são chatos pra caramba. (CA).
 reporter...alguns mentem...kkk. (CA).
 Olha sei que a Juliane foi vítima porém já está exaustivo esse assunto, chega já né! (BU).
 isso é mais velho que minha vó. (BU).

A subjetividade dos repórteres, vistos como “chatos” e “mentirosos”, é um dos aspectos criticados pelo público. No mesmo sentido, um comentarista chama o apresentador de “Bacci funk idiota”, se referindo à música de “funk” criada por um DJ, espectador diário do programa, em homenagem ao apresentador, utilizando seus bordões como “enche a tela”, “cara pálida” e “a casa caiu” (NT, 2021). Aspectos formais da notícia, como o “texto” das manchetes, o conteúdo “exaustivo” e “ultrapassado”, também são destacados. Conforme depreendemos, o prolongamento da cobertura de determinados eventos criminais em múltiplas reportagens, como a morte da PM Juliane, não agrada o público, em razão da repetição do mesmo assunto. Esta frustração se liga à aceleração da comunicação alavancada pelos novos meios, valorizadora da rapidez, da efemeridade, da atualidade, da excitação constante provocada por novas informações que deslizam sem durar (RUGGIERO, 2022; SODRÉ, 2014).

O formato sensacionalista das notícias é outro tópico das críticas, que ajudam a explicar a incredulidade do público em relação às informações televisionadas:

Tudo pela audiência. (CA).
 Sensacionalismo clássico kkk. (CA).
 que drama em mídia. (CA).
 Enquanto a imprensa for hipócrita, sensacionalista e descumpridora das leis este país não vai melhorar. (BU).

A acusação pelo público de que os telejornais apelam para a audiência e a dramatização encontra lastro no padrão sensacionalista de jornalismo realizado pelo Brasil Urgente e o Cidade Alerta (ARCOVERDE, 2020; RIBEIRO, 2020; SILVA, 2020; ROMÃO; OSMO, 2021). Desse lado, o sensacionalismo no telejornalismo policial se expressa a partir de um enquadramento específico da informação com o objetivo de espetacularizá-la: a presença de repórteres no local do crime; a cobertura da violência nas grandes cidades; a divulgação de fatos absurdos e com apelo à indignação social; a veiculação de opiniões, interpretações e críticas dos apresentadores; a primazia do “ao vivo”; a dramatização; a liberdade do apresentador para se mover e se expressar facialmente e a linguagem atraente, cômica, melodramática e chocante que apela para clichês (ZEILMANN, 2021; 2023). Analisando a performance do apresentador de telejornalismo policial, a partir do estudo da atuação de Marcelo Rezende em 2016, quando ainda apresentava o Cidade Alerta, Fabíola Carolina de Souza (2018), observa a adoção de um tom melodramático na veiculação dos acontecimentos e durante o diálogo com o público, no qual o apresentador detém o controle do momento e da forma como o conteúdo será revelado, a fim de instigar seu interesse e sua cumplicidade, interpretando papéis com os quais possam se identificar como o “trabalhador explorado” e o “ignorante” da linguagem culta, e se apresentando enquanto um defensor do povo e da justiça. É este modelo de noticiamento que fomenta a desconfiança em relação aos telejornais.

Tal modelo orienta a prática profissional dos telejornalistas, colocando o “ineditismo” acima de outros deveres éticos e profissionais, conforme destaca o público:

To vendo tbm. Amo o programa mas eles ficam divulgando coisas que parecem ser passadas de gente que participa da investigação e alerta os suspeitos, compromete toda a investigação. (CA).
 Mds, qual a necessidade de falar que foi um vizinho, agora é perigoso morrer quem denunciou!! (CA).
 tinha que proibir reporter de acompanhar acoes da policia eles ficam tentando ferrar os policiais. (CA).

A irresponsabilidade com relação aos atores das notícias, passíveis de retaliação após terem seus nomes divulgados pelos telejornais, assim como a divulgação de informações que atrapalham o curso da investigação, são características que incomodam o público. Sobre o primeiro ponto, o monitoramento durante 30 dias de 28 programas policiais de rádio (9) e TV (19) veiculados em 10 cidades³⁵ do país, incluindo os telejornais objetos desta análise, identificou em 1.928 narrativas a presença de “violações de direitos e infrações”, bem como a sobressalência do Cidade Alerta responsável por 18% dessas narrativas (ANDI, 2016, p. 18). Foram registradas 4.500 violações de direitos, dentre as quais se destacam “a ‘Exposição indevida de pessoa(s)’, com 88,4% de incidência, e o ‘Desrespeito à presunção de inocência’, com 82%” (ANDI, 2016, p. 24). Os principais personagens das violações consistem em pessoas negras, sejam elas “suspeitas” ou “vítimas”, totalizando 1.134 negros, entre pretos (385) e pardos (749), em comparação com 420 brancos (ANDI, 2016).

Na contramão das imagens transmitidas pela programação do telejornalismo policial, no qual são exibidos, a todo o tempo, suspeitos de tráfico sendo presos, perseguidos ou mortos, determinados grupos criminosos apresentam, por meio de seus comentários, algo semelhante a uma “autopreservação” de sua imagem. Citamos abaixo, algumas ilustrações, registradas na UC 05:

É O Primeiro Da Capital Mísera 🤩 TCP PCC ADA TCA BDM TCM.
(CA).
Primeiro comando da capital sempre 016 na bala 157 fechado. (CA).
Máfia do 1533 tudo dominado de ponta a ponta. (BU).
Td2 rocinha. (BU).
É pela paz que o comando faz a guerra. (BU).

Se nos telejornais eles são “alvo”, “caça”, estão na “mira” dos agentes de segurança representados como “guerreiros” belicamente armados, os grupos criminosos sentem a necessidade de afirmar o seu “domínio” no tráfico de drogas, o que não deixa de ser uma forma de se “resguardarem” da narrativa midiática sobre suas supostas “perdas”, “derrotas” e “prejuízos” promovidas pelas operações dos agentes de segurança ou mesmo pelos noticiados “confrontos” entre facções rivais. As manifestações de “domínio” pelos comentaristas integrantes ou apoiadores do PCC ou do Comando Vermelho traduzem disputas e afirmações de poder não somente em relação às polícias, ou aos telejornais, como também entre os próprios grupos criminosos. Este resultado aparece mais explicitamente nos comentários

³⁵ Belo Horizonte, São Paulo, Brasília, Salvador, Campo Grande, Rio de Janeiro, Fortaleza, Belém, Recife e Curitiba (ADNI, 2016).

suscitados por uma reportagem sobre a “guerra” entre o PCC – Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho, onde adeptos de ambas as “facções” rivalizam entre si:

Bala No Cu Desses Cu Vermelho FDN PM 🚩. (BU).
 ja estavam aliados ao ADA e perderam a rocinha.
esqueça PCC nunca vai se criar no rio de janeiro. (BU).
 Pra você ver como p cara falou o PCC é totalmente diferente das facções enquanto o PCC é hierarquia as outras facções são uma merda kkkkkk. (BU).
 Cu vermelho não tem vez. (BU).
 Os mano aqui da capital quer selar a paz Cu vermelho,esse crime sujo de voces nao tem vez com noix e o 15. (BU).
 PCC se dizem maior do Brasil ,kkkkkkkkmo polícia faz oq quer com eles , realmente não são de guerra, tem que respeitar o CV e o ADA únicas facções que larga o aço na polícia sem pano. (BU).

Por outro lado, a percepção da “insegurança” decalcada pelos telejornalistas sobre o tráfico é ressaltada pelo público, ao afirmarem a “tensão”, a “violência” e o “perigo” decorrente das situações instaladas por esse comércio, como as mortes e as perseguições policiais:

Daqui uns dias voltarão os ataques de 2002. (CA).
 Tá cada vez mais tenso! (CA)
 É muita violência! (CA)
 São Paulo tá perigoso 😬 😬. (BU).
 Meu deus 🤖 🤖 🤖 🤖. (BU).
 Misericórdia... As pessoas vêem esse corre corre da polícia e ficam assim nessa calmaria na rua neh.. se estou ali saio correndo me enfio em qualquer buraco kkk. (BU).
 Aqui em Itabuna também está muito perigoso. (BU).
 Aqui também (BU).
 Aqui também tá (BU).

A maioria dos comentários destacados na UC 05 dizem respeito a expressões de anuência e ratificação do cenário descrito na mídia (ex: “aqui também”, “Aqui em Itabuna está muito perigoso”, “São Paulo tá perigoso” etc.). O endosso de uma insegurança da qual se sente estar próximo também é elaborada por um comentarista sob a forma de uma recordação dos “ataques” letais em escolas, despontados no país desde 2002, cuja memória evocada é direcionada ao futuro, no sentido de se adiantar, de traçar os contornos do que pode vir a se tornar o cenário de insegurança (ex: “Daqui uns dias, voltarão os ataques de 2002”). Segundo Thompson (1998), por nos permitir “prever” outros aspectos da vida e empatizar com situações radicais, a mobilidade mediada torna a vida mais “imprevisível”, aumentam as alternativas do que pode acontecer conosco, surgem novas oportunidades, mas também novos

riscos. O efeito da multiplicação da mobilidade é, pois, um sentimento de insegurança em relação ao futuro: “a vida social começa a parecer mais insegura à medida que os indivíduos começam a imaginar o que poderá acontecer no futuro, antes de pressupor que ele será igual ao passado, como sempre foi” (THOMPSON, 1998, p. 167). A percepção da insegurança é, possivelmente, resultado da proximidade mediada com as situações criminais, policiais e de violência envolvendo o comércio de drogas, embora o contexto imediato onde se encontra o público também concorra para essa percepção, conforme os comentários que identificam o “perigo” das grandes metrópoles, como São Paulo, ao “perigo” das próprias cidades onde vivem os telespectadores (ex: “aqui também”, “Aqui em Itabuna está muito perigoso”). Nesse sentido, estudos de vitimização realizados no país evidenciam que a sensação de insegurança das pessoas com relação à criminalidade ou à violência urbana não decorre apenas das experiências pessoais de ter sido vítima de um crime ou da proximidade com situações e locais ditos “violentos”, pois, dentre outras variáveis, a distância corrobora para a percepção do crescimento da violência (COSTA; DUARTE, 2021; MJSP, 2017). Quanto mais distante a pessoa reside do local tido como violento, tal percepção se amplia, e diminui quando é o seu bairro que está em questão, como se a violência crescesse sempre em um lugar mais distante. Assim, a “familiaridade com o ambiente imediato torna as pessoas mais seguras, mas as notícias cotidianas de dezenas de crimes dão a impressão de que a violência nos outros lugares é sempre maior” (MJSP, 2017, p. 145; COSTA; DUARTE, 2021). Desse modo, à distância se soma ainda a variável relativa ao “grau de confiança” depositada pelas pessoas nos meios comunicacionais, pois a experiência de visibilização dos crimes propiciada pelos meios pode ajudar a tornar mais próxima a violência distante, aguçando a percepção sobre seu crescimento (MJSP, 2017), ou ainda, conforme acontece com o público dos telejornais, pode apoiar a percepção da violência no contexto próximo e imediato onde vivem.

Por fim, a UC 06 compreende comentários nos quais a atenção do público se dispersa dos temas principais de uma notícia, indo em direção à aparência dos repórteres, policiais e suspeitos e à qualidade de determinados objetos ou aspectos pouco relevantes no cenário das reportagens, ou ainda, assume a forma de zombarias e gracejos extrínsecos à forma ou ao conteúdo da narrativa midiática. As expressões mais preponderantes desse deslocamento são os comentários sobre a aparência das repórteres ou demais personagens femininas que aparecem nas cenas, mas também das masculinas:

Porque será a toda mulher q aparece no cidade alerta é LINDA.
Que repórter deliciosa essa
Essa repórter e uma gata quero beija ela

Que reporte gatinha, casa comigo amore !!

Chama o Bat pra mim kkk

Jean Gomes alemão belo portuga

Já passou da hora da Rota lança um novo uniforme até porque são diferenciados dos demais batalhões.... Não no intuito de desprezo mais sim por se tratar de uma tropa de combate ao crime organizado... Essa é minha opinião.

A farda da rota é horrível.

[...] ficaria um luxo uma farda cor-de-rosa com pedrarias em pérola, super na moda!

Tal deslocamento pode ser relacionado ao que Thompson (1998), designou como uma ausência de “monitorização reflexiva”. Por essa ótica, diferentemente da interação face a face e de algumas formas de interação mediada, a interação televisiva não se caracteriza pela “monitorização reflexiva” da comunicação, pela consideração “das respostas alheias” e a modificação subsequente das “ações e expressões à luz destas respostas” (THOMPSON, 1998, p. 89). Via de regra, os produtores não podem olhar nos olhos os receptores e sondar suas expressões faciais como em uma conversa face a face ou, com algumas limitações, em uma conversa mediada *online*; nem mesmo confirmar se estão escutando, concordando ou assentindo tal como falamos ao telefone, de modo que a interação televisiva oferece alguma margem de liberdade e criatividade interativa. Para os produtores isso permite a determinação da comunicação independentemente da resposta imediata ou do *feedback* contínuo dos receptores, enquanto para os receptores (como parece ser o caso do público comentarista) permite a escolha do grau de atenção que dispensarão aos produtos da mídia, bem como de uma margem para responder como quiserem, do riso ao desdém (THOMPSON, 1998). Mesmo que as reportagens tenham sido recebidas pelo público através do *Youtube*, não há um engajamento por parte dos telejornais analisados nessa plataforma, sendo o conteúdo da programação simplesmente hospedado no *Youtube*, não indo, portanto, muito distante de um padrão ausente de “monitorização reflexiva”. Se esta acontece é apenas a posteriori, sendo os conteúdos dos vídeos que vão para o *Youtube*, elaborado sem a resposta imediata do público – sua resposta é considerada apenas de modo suposto ou potencial, o que de fato acontece, haja vista que a linguagem, os valores e o próprio formato do telejornal policial é pensado para agradar um determinado público (RIBEIRO, 2020).

A partir da discussão exposta, verificamos o compartilhamento pelo público de opiniões divergentes sobre a atuação dos telejornalistas na cobertura dos crimes de tráfico de drogas. Alguns comentaristas apreciam o programa e os repórteres, outros criticam; alguns aderem à versão midiaticizada dos fatos, outros a questionam. Em meio às divergências, a contestação e a crítica prevalecem, numericamente, sobre a valorização. Tal aspecto torna

interessante a comparação com a valorização dos profissionais da segurança pública, onde a parabenização, eficácia e comoção predominam em relação às críticas. O público parece, portanto, acolher melhor os policiais do que os telejornalistas, apesar dos esforços destes últimos para imprimirem um caráter policial às suas figuras. Em qualquer caso, é evidente o recurso às imagens e ideias compartilhadas pelo grupo de telejornalistas, tanto para corroborá-las quanto para contestá-las. Elas se tornam pontos de referência na orientação por temas como o “tráfico”, a “criminalidade” e a “segurança pública”, denotando o processo de influência que tem o marco compartilhado pelos telejornalistas sobre as memórias do público, mas revelando também a opinião de sujeitos ativos que assimilam as imagens assistidas e as reelaboram de acordo com suas experiências e contextos de vida.

3.2.2.4 *Themata* natureza/cultura

Os *themata* natureza/cultura que vimos exercer um papel relevante na produção da memória social e coletiva e das representações sociais compartilhadas pelos telejornalistas policiais, também assumem um papel generativo (MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020) sobre a memória comum e os indícios de representações sociais do público. Se no âmbito do conteúdo do telejornalismo policial, o polo antinômico da natureza serve de campo de ancoragem para noções metafóricas animalizantes sobre os suspeitos de tráfico (“caças”), para a confecção de uma imagem prototípica do traficante de drogas conformada por critérios “biológicos”, e para a própria naturalização da criminalidade, o polo da cultura motiva a representação dos policiais como “guerreiros”, aclamados pela “coragem” e pelo poder bélico e tecnológico que aplicam nas “caçadas”. No tocante à recepção pelo público, os comentaristas partem de derivações da mesma metáfora conceitual “HUMANOS SÃO ANIMAIS” – excetuando-se os casos nos quais partem da metáfora “HUMANOS SÃO MATÉRIA INAMIMADA” – o que indica, assim como vimos em relação aos telejornalistas, o recurso a um domínio fonte milenar (BISSCHOPS, 2018).

Como apresentamos anteriormente, tal domínio fonte (metáfora conceitual “HUMANOS SÃO ANIMAIS”) tem sua base na distinção entre o mundo “selvagem” da natureza e o mundo “civilizado” dos humanos, e costuma ser mobilizado como forma de distinguir determinados seres humanos como menos humanos que os outros por não conseguirem controlar seu lado animal e atender aos requisitos de civilidade julgados necessários (BISSCHOPS, 2018; PRAYMO; AUGUSTYN, 2020; VAES; PALADINO; HASLAM, 2021; SEVILLANO; FISKE, 2023). A distinção que implica na desumanização

do alvo da metáfora é ainda mais explícita no caso dos comentaristas dos telejornais analisados do que dos telejornalistas policiais, porquanto o público seleciona a imagem metafórica de seres “abjetos”, “sujos” ou “impuros”, e de “inferioridade” flagrante como “vermes”, “insetos”, e “pragas” – o que implica em um grau mais intenso de desumanização (PRAYMO, 2020; PRAYMO; AUGUSTYN, 2020). A metaforização desumanizante mais intensa do que a realizada pelo telejornal policial pode ter a ver com o próprio meio virtual no qual se expressam, dado o caráter propício das comunidades virtuais ao possibilitarem o anonimato (PRAYMO, 2020).

É interessante notarmos que os policiais também são chamados de “vermes” e “demônios”, o que acontece em menor medida do que o uso de metáforas faunísticas e de seres sobrehumanos/subumanos sobre os traficantes. Destacamos abaixo os casos nos quais isso acontece:

Não pode passar desse ponto por questão de segurança. Kkkkk tlgd passo desse ponto a bala come a chapuleta esquentada os vermes passa mal antes da operação acontece os irmãos já sabe que os vermes vai em bica os irmãos só esperar subi o morro. (CA)

Vermes (CA)

Também acho, esses bandidões de merda são tudo vermes (CA)

Rota os famosos demônios de farda (BU)

Verificamos, com acerto no primeiro comentário, que o uso das referidas expressões metafóricas é realizado por parte de pessoas que se identificam com os suspeitos de tráfico e as favelas onde ocorrem as operações transmitidas pelos telejornais. Nesse caso, mesmo correspondendo a um uso menos frequente das metáforas desumanizantes, observamos como elas estão presentes no referencial de diferentes grupos que compõem a parcela analisada do pensamento social, seu uso se efetua mesmo por parte daqueles alvos preferenciais da desumanização e, portanto, não estão adstritas apenas à objetivação do “traficante” de drogas. Como também identificaram Marilha Garau e Solano Santos (2022, p. 40), a tensão entre moradores de favelas e agentes policiais é expressa na linguagem metafórica: esses últimos são chamados pelos moradores de “vermes fardados”, não sem que revidem, utilizando, até mesmo sobre as crianças que se mostram afáveis e apreciadoras do trabalho policial, a metáfora das “sementinhas do mal”, pela qual ressaltam a crença em seu potencial criminoso intrínseco.

Para além da regulação metafórica dos *themata* (MAZZOTTI, 2002), podemos notar como o polo *thematico* da natureza orienta o senso comum do público de modo semelhante ao dos telejornalistas. Nesse sentido, o público se afina com os telejornalistas policiais no

Os comentaristas generalizam a concepção das favelas como *locus* da criminalidade (BATISTA, 2003b; VALLADARES, 2005; NESIMI; BOTELHO, 2020; SILVA, 2021; GARAU; SANTOS, 2022). Alguém comenta defendendo a proibição da oferta de condições para a habitação de pessoas nesses territórios, como se o tráfico fosse um rebento natural da “invasão” (ocupação) de terras ou de quem vem ocupá-las. Para outro comentarista, a favela dispensa a adjetivação dada pelos telejornalistas como “perigosa”, indicando que ser perigosa está em sua essência, pois seria generalizado o porte de armas pela população local. As pessoas que são filmadas no decorrer das operações transmitidas pelos telejornais, por estarem presentes em locais onde há suspeita do cometimento de crimes ou simplesmente por habitarem os espaços focalizados pelos telejornalistas, são vistas como cúmplices por omissão ou “traição”: “traidoras nojentas”, alguém escreve. Em determinada ocasião, diante de uma reportagem sobre a investigação do caso da morte da PM Juliane, na qual os telejornalistas destacam que 3 testemunhas da “comunidade” de Paraisópolis irão depor sobre o caso, um comentarista expressa: “Dando valor a opinião de bandido affs.” (CA). Mais uma vez, o público demonstra a ancoragem no pensamento do telejornalismo policial que apresenta como natural a relação entre as favelas, seus habitantes, o tráfico e a criminalidade.

De outro lado, como revela o contexto “parabenização/heroicização”, os comentaristas nem sempre sentem necessidade de criar derivações metafóricas em relação ao conteúdo transmitido pelo telejornal policial. Assim como os telejornalistas, utilizam a metáfora “guerreiros” ou “heróis” para saudar os policiais e suas operações, em expressões do tipo “Parabéns heróis” (BU), (CA) “Salve esses G U E R R E I R O S, Deus os abençoe” (CA), “guerreiros que arriscam suas vidas pela sociedade” (CA), “parabéns guerreiros” (CA) ou “guerreiros da Pátria” (BU) – metáforas de uma imagem (a do herói), cuja origem mitológica servia à caracterização dos que se dispunham a enfrentar as forças naturais e “selvagens” (MUNIZ, 1999).

A caracterização dos policiais como “guerreiros” resulta da própria maneira como a política de segurança direcionada ao combate ao tráfico de drogas é representada pelo público: como uma “guerra”. O uso dessa metáfora, ao mesmo tempo em que denota um contexto no qual as pessoas de fato podem se sentir ameaçadas, também promove no ato de sua enunciação a delimitação de uma “linha” que separa dois pólos sociais e naturaliza, de modo a justificar e tornar plausíveis, a morte dos “inimigos” (ROBLEDO, CISNEROS, 2006, DANTAS, 2022). De fato, é o que aparece nos comentários do público, tecidos de modo a naturalizar e justificar a morte dos suspeitos de tráfico pela polícia ou pelo exército:

É complicado estando em guerra não a tempo para as lágrimas. (BU)
 Pra cada um ferido na guerra manda 20 pra cidade do pé junto. (CA)
 Para cada soldado que morrer o exército deveria matar 100 desses marginais.
 (CA)
 O exército não pode perder esta guerra não (CA)

De acordo com Caroline Rosaneli, Ramon Ferreira e Cezar Lima (2021), a civilização é tomada como critério pela política de “guerra às drogas” na medida em que o ser civilizado é avaliado com relação a um ideal de culturas ditas evoluídas e civilizadas porque compostas por sociabilidades pacíficas. A ideia de tal “sociabilidade evoluída” remontaria à política de gerência da vida humana no século XIX, ao racismo de estado com suas práticas genocidas no século XX, chegando ao século XXI ainda sob a forma de políticas que legitimam a morte da parcela pobre e negra da população, que se acredita difundir as drogas por uso ou comércio e que “merece”, portanto, o aprisionamento ou a eliminação de seus “corpos” pelas polícias sob a alegação da gerência, saúde e tutela dos demais.

Podemos considerar que os *themata* natureza/cultura emergem nas comunicações analisadas em conexão com o *themata* do reconhecimento social pela negativa (MARKOVÁ, 2003), ou enquanto expressão desse *themata* básico. Na condição de *themata* básico, o reconhecimento social apresenta uma relação de dialogicidade entre *Alter* e *Ego*, mobilizando “julgamentos, avaliações e paixões” em prol do esforço ou do desejo de ser reconhecido ou da “tentativa de negar o reconhecimento social dos outros” (MARKOVÁ, 2003, p. 258). Conforme argumenta Marková (2003), a tematização do reconhecimento social costuma acontecer em conexão com outros *themata* e antinomias, o que viabiliza a sua análise enquanto “*themata* interconectada”. Por esse prisma, notamos que a polarização entre natureza e cultura exprime uma negativa de reconhecimento do outro, o que acontece mediante a alocação dos “traficantes” e moradores das favelas no pólo da natureza. Apresentados pelos telejornalistas, e com maior vigor, pelo público, enquanto animais, seres e coisas desprezíveis, tais sujeitos são inferiorizados e tem sua humanidade negada, assim como os direitos que a acompanham. A oposição entre o Eu, conformado pelos telejornalistas e comentaristas, face ao outro, os “criminosos”, torna evidente a relação dialógica de negação da alteridade.

O perfil étnico-racial dos “suspeitos” de tráfico “favorece” a supressão de seu atributo humano. Como explica Eduardo Bonilla-Silva et al (2023, p. 271), “a classificação de um povo em termos raciais tem sido um ato eminentemente político associado a práticas como a conquista e colonização, escravidão”, entre outras, com o fito de legitimá-las. Nesse passo, “negros”, assim como “índios”, foram categorias construídas com esse objetivo “nos séculos

XVI e XVII”, a fim de naturalizar a “selvageria” ou “escravização” que lhes fora imputada pelos europeus “brancos”, nesse ato qualificados a si próprios como “civilizados” e “livres” (BONILLA-SILVA et al, 2023, p. 271). Apesar de construída socialmente, a “raça” não orientou relações imaginárias, pelo contrário, tornou-se “uma categoria real”, efetivamente empregada na identificação grupal e geradora de associações humanas marcadas por diferenciação de *status* (BONILLA-SILVA et al, 2023, p. 271). Trata-se, segundo Bonilla-Silva et al (2023, p. 271) de em um processo dialético, onde “a criação de uma categoria de ‘outros’ envolve a criação de uma categoria de ‘mesmo’”. Assim, os “traficantes”, “bandidos”, “vermes” e “lixos” são subtraídos da condição humana à qual se avocam exclusivamente os “cidadãos de bem”, os “heróis” e “guerreiros” das forças de segurança.

3.2.2.5 Antinomia direita/esquerda

Pudemos observar como parte dos comentaristas apresentam uma tendência ao alinhamento à determinado espectro político, sobretudo às direitas que naquele contexto (2018) viam em Bolsonaro a “esperança” e a solução das políticas de segurança destinadas ao combate ao tráfico de drogas. A subjetividade política (DALMONTE; DIBAI, 2021) desses comentaristas aparece moldada por um esforço de distinção e oposição às forças políticas contrárias aos seus projetos e aspirações. De um lado, Bolsonaro, representante dos “cidadãos de bem”, do outro, o PT, o comunismo, os “esquerdopatas”. Os comentários destacados abaixo ilustram esse argumento:

[...] aprende escrever primeiro... Petista. (CA)
 [...] então vai pra venezuela... meu vai se acostumando seu anta do caray Pt da desgraça (BU)
 [...] desgraçados comunista, ladrão esquerdopatas... Vai morrer tudo. (BU)
 PT lixo afundou o Brasil (BU)
 É melhor Jair se acostumando bandidagem! Bolsonaro vai acabar com essa palhaçada, só espera pra vê no que vai da. (BU)
 Não posso ficar assistindo o pt continuar destruindo o Brasil. (BU)
 [...] Ficam aí de ele não com essa baitolagem!!! (BU)

Os termos “petistas” ou “comunistas” são utilizados como signos de baixo valor, aos quais se atribui desde a “ignorância” à aliança com a criminalidade. A expressão “esquerdopata” salienta a distância demarcada pelos comentaristas em relação a seus projetos e ideais políticos, imprimindo ao alinhamento com o espectro político da esquerda a condição de uma patologia ou de um comportamento fanático que a impediria de ver o mundo como a “direita” ou ainda, a condição de pessoas cegamente crentes nas ações de partidos

esquerdistas como o PT. Mediante comentários que, como vimos, reelaboram a campanha contra os direitos humanos defendida por tais direitas, a parte do público considerada petista ou esquerdista é comparada aos “bandidos” que a “direita” os acusa de defender. Os “filhos” de Maria do Rosário, como destacamos na fala de um comentarista, não são apenas os “bandidos” aos quais se quer garantir direitos humanos, mas também os seus próprios defensores. Desta feita, ao assistirem as imagens do telejornal policial apresentando a morte de algum suspeito de tráfico, comentaristas escrevem: “Lula tá perdendo muitos votos kkkkkkkkkkkk...” (BU) ou “Menos um voto para Lula” (BU). Trata-se de uma lógica de senso comum encadeada, segundo a qual: se a direita é contra os “bandidos”, os “bandidos” são de “esquerda”, e se a esquerda defende os direitos desses sujeitos é porque ela também é “bandida”.

Mesmo tendo seus comentários chamados de “MI MI MI MI MI MI”(BU), partidários do PT ou pessoas que fazem oposição à Bolsonaro participam do antagonismo forjado por uma visão polarizada. Conforme se lê:

Fora bolsonaro, a rota forjou o mano na cara dura (CA)
 ESTE LIXO AQUI NA BAHIA JAMAIS OTARIO, VAI ACHANDO QUE
 O SAFADO VAI RESOLVER TUDO, LOGO SE VE QUE É UM MINION
 BABACA! (BU)
 Bolsonaro vai toma no seu cu (BU)
 Cadê a prova contra LULA? ?? HEI verme imundo! Aercinho TEMER ônix
 Alckmin Serra etc. tudo solto e você VAGABUNDO é só pt VTNC!
 PORRA onde estão as contas no exterior, gravações imagem e malas cheia
 de dinheiro do PT LULA PRESO POLÍTICO se manca mula da elite. (BU).

No emprego de expressões como “lixo”, “verme”, “anta”, “mula”, podemos notar o recurso às categorias metafóricas (metáforas animalizantes e de seres inanimados) utilizadas para caracterizar o “traficante” de drogas, imprimidas sobre um comentarista associado ao PT (“anta”), como também sobre comentaristas associados à “Bolsonaro” (“lixo”, “verme”, “mula”), o que denota como as metáforas conceituais, sobretudo aquelas oriundas da metáfora conceitual “HUMANOS SÃO ANIMAIS”, fomentadas pelos *themata* da “natureza”, regulam metaforicamente os *themata* (MAZZOTTI, 2002) de maneira a ampliar os locais potenciais de ancoragem dos esquemas de oposição (MOSCOVICI; VIGNAUX, [2000] 2020) de modo que, como mostra o caso em questão, serve à classificação de “traficantes”, em menor medida de policiais, mas também “direitistas” e “esquerdistas”.

Uma antinomia (direita/esquerda), portanto, assume um papel central no senso comum dos comentaristas, a partir da qual o público emula projetos e aspirações que irão compor

memórias comuns. Estas se desvelam, por conseguinte, como resultado de disputas, travadas entre os comentaristas de acordo com a identificação ideológica inferida ou explicitada nos comentários, das quais a imagem comum do “traficante” como “bandido” incorrigível e “descartável”, de Bolsonaro como solução do “tráfico” e da eficácia policial como melhor forma de combater esse comércio sai vitoriosa. Acreditamos que direita/esquerda não chegam a configurar *themata*, mas uma antinomia problematizada e portanto, passível de vir a ser tematizada (MARKOVÁ, 2003) – o que pode ser explorado por outros estudos. Mas antes de entrarmos nesse ponto, cabe ainda argumentarmos sobre o conceito do par antinômico em questão, assim como sobre seu transladar histórico e o contexto de elaboração dos comentários do público dos telejornais policiais, por onde podemos ver seu potencial na elaboração de memórias e indícios de representação social.

Segundo Norberto Bobbio ([1994; 1995], 2001), a antinomia direita/esquerda surgiu, com certo grau de casualidade, a partir de uma metáfora espacial. Diferentemente das demais metáforas espaciais orientadoras do campo político (alto/baixo, adiante/atrás, superficial/profundo etc), esta teria conseguido se universalizar, tornando-se habitual nas referências ao contraste entre ações políticas, pensamentos ou ideologias. A literatura não é muito objetiva quanto a natureza do referido casal, pois enquanto alguns o abordam como formas ideológicas de identificação ou alinhamento político (SINGER, 2021; LEITE; MARQUES; 2021, FUKS; MARQUES, 2020; SILVA, 2014) outros o veem como uma espécie de identificação subjetiva com determinados valores, (CRUZ, 2015; ORTELLADO; RIBEIRO; ZEINE, 2022; DALMONTE; DIBAI, 2019) ou mesmo, através da sobreposição de ambas as lentes (TABATA; FILHO, 2020; SEVERO; CAMPOS, 2020). Reconhecendo sua complexa composição, Bobbio ([1994; 1995] 2001) considera a diversidade de modos de encarar a dupla, mas busca compreendê-la a partir de uma tendência do “comportamento [social] natural” frente a cenários nos quais dois lados estão em disputa. “O alinhar-se preenche a necessidade de identificação, a formação de um ‘nós’: nós de direita, vocês de esquerda, ou vice versa” (BOBBIO [1999] 2001, p. 11). O que no universo da política, onde germinou e se disseminou o dueto, implica na ligação a um viés ideológico. Pode-se então distinguir – não sem certo grau de “simplificação” – os de esquerda como aqueles que se posicionam ética, social e politicamente por princípios como a igualdade, e os de direita como aqueles cujos posicionamentos vão em direção contrária. O autor reconhece a relatividade do termo “igualdade”, mas acredita que esta é uma boa maneira de sintetizar a gama de valores carregados por cada um dos pólos. A “igualdade” poderia existir como um valor para a direita ou para a esquerda, mas a distinção reside no modo como cada uma a tem, como regra ou

exceção. Para pessoas de esquerda, portanto, a igualdade seria uma regra, um princípio do qual se parte, e a desigualdade a exceção que precisa ser justificada, enquanto para alguém de direita as ações de desigualdade são a regra, mas aquelas que visam a igualdade (ex: direitos humanos) precisam ser justificadas (BOBBIO [1995] 2001).

Tomando como válido o critério da “igualdade”, e procurando explorar a atualidade da classificação antinômica, Célia Barbosa Pereira (2019) apresenta uma definição do par em questão. Em suas palavras, podemos:

[...] entender a direita como forças sociais prócapitalismo, cujas práticas políticas e orientação ideológica possuem o intuito de manter as estruturas econômicas, políticas, culturais e morais que favorecem a reprodução desse sistema. Historicamente, o conservadorismo e o liberalismo e suas variantes dominam esse campo. Já a esquerda na sociedade moderna capitalista comporta as forças sociais que disputam a direção das massas com vistas a um projeto societário socialista construído por e em prol da classe trabalhadora. Destacadamente, os socialistas, os anarquistas e os comunistas dominam esse campo. (PEREIRA, 2019, p. 80).

De um ponto de vista acadêmico, o texto de Bobbio, publicado em 1994, foi criticado por aqueles que não viam mais “aplicabilidade” para o par direita/esquerda – críticas que mesmo extensamente respondidas pelo autor em 1995, persistiram sendo reformuladas (BOBBIO [1995] 2001; SILVA, 2014). Estas questionam o “esvaziamento” dos termos para pensar sobre sociedades que poderiam vir a atingir uma “democracia plena” ou a disseminação completa de apenas uma das visões; propõem novas dicotomias, consideradas mais pertinentes para a descrição do cenário político como “exclusão/inclusão” ou “centro/periferia”; ou simplesmente, as consideram bastante “vagas” para se referir às relações que poderiam ser colocadas em termos como “liberal” x “socialista” (a fim de enquadrar as ações políticas através de seu aspecto econômico) ou “liberal” x “conservador” (como um modo de ressaltar valores morais dessas ações) (SILVA, 2014; BOBBIO [1995] 2001; DALMONTE; DIBAI, 2019). As conceitualizações de Bobbio, entretanto, foram respaldadas pela comunidade acadêmica, conforme consta em estudos recentes que o utilizam como embasamento (OLIVEIRA; LUCAS, 2020; SEVERO; CAMPOS, 2020; PEREIRA, 2019; CEPÊDA, 2018). E se os críticos se indagam sobre a pertinência da aplicação científica do famoso par é, por outro lado, de amplo reconhecimento que no senso comum direita/esquerda são as designações mais usadas para falar de política e engajar ações nessa direção (OLIVEIRA; LEITE; MARQUES, 2021; SILVEIRA, 2015; SILVA, 2014; MADEIRA; TAROUÇO, 2011; BOBBIO, [1994; 1995], 2001).

Com as devidas distâncias, o pensamento de Bobbio ([1994] 2001) se aproxima do de Holton (1979) no que se refere ao modo de conceber as antinomias. De modo semelhante a esse segundo autor, Bobbio ([1994] 2001, p. 30) defende a existência de um “típico modo de pensar por díades” nos diferentes campos de saber, movimentando as disciplinas científicas, mas também o senso comum. Direita/esquerda corresponderiam a esse tipo de “díade onicompreensiva” no pensamento político ou no pensamento sobre a política. Como explica Bobbio [1994] 2001, p. 31), o casal corresponde a um par de termos antitéticos que diferente dos pares complementares, onde os elementos distintos podem convergir, opõem mutuamente seus pólos, expressando-se de modo excludente (ex: quem é de esquerda não pode ser simultaneamente de direita, e *vice versa*) e exaustivo (“no sentido de que, ao menos na acepção mais forte da dupla”, alguém pode ser “apenas ou de direita ou de esquerda”).

A emergência das expressões antinômicas direita/esquerda aconteceu acidentalmente, por pura eventualidade, para definir aqueles que na França revolucionária do século XVIII, principalmente durante a Assembléia Constituinte (1789), sentavam-se na lateral direita onde ficavam os defensores do regime e os que tomavam assento no lado esquerdo junto aos defensores da nova ordem, respectivamente à direita ou à esquerda do rei. A antinomia se fortalece ainda mais após a Revolução, quando ainda se aspirava ideais de unidade e repudiava-se a partidarização e faccionalização, estabelecendo-se no período da Restauração (1814-1830) em virtude da obrigatoriedade ao poder executivo (1815-1820) de apoiar-se na maioria direita ou esquerda da Assembleia (LOTY, 2021; SILVA, 2019; SILVA, 2014; MADEIRA, TAROUÇO, 2011; GAUCHET, 1996; BOBBIO [1994] 2001). Até a Terceira República (1870-1940), a antinomia já alcançou a linguagem popular e passa a ser usada não apenas por parlamentares ou governantes, substituindo o par de opostos tradicional “vermelhos” *versus* “brancos” (LOTY, 2021; GAUCHET, 1996). Seu vigor transcende seu lugar de nascimento e durante o século XVIII e XIX a antinomia viaja ao redor do mundo (SILVA, 2019; MADEIRA, TAROUÇO, 2011; BOBBIO [1994] 2001). No século XX, para além da França, outros países tiveram a antinomia revigorada em razão da polarização entre comunismo/fascismo (LOTY, 2021; GAUCHET, 1996). Todavia, a queda do muro de Berlim em 1989 e a assunção do fenômeno chamado “globalização” apareceram para alguns como fatores de um enfraquecimento na adoção da antinomia, enquanto outros veem nesse segundo fenômeno, por exemplo, apenas mais um motivo para a irrupção dos problemas de onde nascem partidos de tipo “direitista” (MADEIRA; TAROUÇO, 2011; BOBBIO, [1994] 2001). “Direita e esquerda persistem? Quais os seus rumos?” questionavam seus críticos no final do século XX. Além da dimensão política da antinomia que tem séculos de vida, também é

antiga sua presença na linguagem religiosa cristã por onde se entende que aqueles sentados à direita do pai são “os bons” e os situados à esquerda são “os maus” (BOBBIO [1994] 2001).

Em pesquisa realizada sobre bases de dados de identificação eleitoral, André Singer (2021) defende a polarização baseada em direita/esquerda no Brasil em 2018 como uma continuidade, marcada pela preferência pela direita, que foi despolarizada no interregno do governo Lula e reativada durante a campanha eleitoral de Bolsonaro (momento em que se teve 45% de eleitores de direita). A continuidade comportou interrupções. Nesse sentido, Singer (2021) divide duas fases. A primeira entre 1964 e 1992, respectivamente durante o período ditatorial e do *impeachment* de Collor, seguido pela transição de Itamar Franco. Até a campanha e eleição de Collor a direita fora a preferência do eleitorado brasileiro, em uma articulação que denunciava a mistura, assim como em 2018, de discursos anticorrupção e anticomunistas, mas começava a perder sua hegemonia. Todo o período ditatorial comandado por governos de direita teria sido ainda bastante forte para tal preferência. A segunda fase vai de 1994 até 2018, com a campanha e eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência, quando a polarização é realinhada. Como explica Singer (2021, p. 710), “o lulismo teria desativado essa predisposição conservadora entre 2006 e 2014. Por isso, faria sentido pensar que Bolsonaro contribuiu para reativar posições adormecidas, mas não extintas”. Evidentemente, partidos de direita ainda vigoraram após 2006, assim como ainda em 2017 os militares já estavam desempenhando papéis destacados na política, mas o que o autor mostra é que “os eleitores com predisposição à direita constituíram uma massa silenciosa quando não havia candidatos presidenciais conservadores competitivos” (SINGER, 2021, p. 713). Destoando no padrão de identificação eleitoral, no período lulista a filiação ao espectro ideológico direita/esquerda cai:

Enquanto no Datafolha, a direita cai de 41% para 35%, entre 2003 e 2006, no Eseb ela afunda mais, indo de 38% para 24%, entre 2002 e 2006. Algo parecido acontece com a esquerda, se bem que, por razões a serem descobertas, os auges esquerdistas são menores no Eseb do que no Datafolha. [...] Trata-se, aliás, de fenômeno previsível: para desativar a direita, o lulismo precisaria desativar, também, a esquerda. (SINGER, 2021, p. 725).

Embora a identificação nesses polos tivesse sido adormecida no lulismo, a reativação da direita vinha sendo preparada desde as manifestações ocorridas em junho de 2013, da exposição da Lava Jato desenrolada em 2014, da recessão do ano de 2015, do golpe de Dilma em 2016, culminando então, com a campanha de Bolsonaro (SINGER, 2021). A reativação ocorre devido ao extremismo ou a radicalidade do discurso “bolsonarista”, através de táticas

de execração da suposta “esquerdização” nacional como problema assolador de valores morais, admirando publicamente a ditadura e cercando-se por militares (SINGER, 2021). Como assevera o autor, “Nunca se viram tantos entrevistados dispostos a escolher uma localização no espectro [direita/esquerda] como ao redor de 2018 [...]” (SINGER, 2021, p. 713).

O eleitorado brasileiro esteve mais ideologicamente orientado entre direita e esquerda no ano de 2018, principalmente o voto conservador sobre os costumes e a segurança pública (FUKS; MARQUES; 2020). Nesse contexto, a crença na pena de morte para “bandidos” motivava 65,9% a mais de chances para o voto em Bolsonaro, assim como a oposição ao casamento de pessoas do mesmo gênero (FUKS; MARQUES; 2020). No mesmo passo, medidas de enrijecimento da política de segurança e do armamento foram as mais salientes para a consistência da orientação ideológica direita/esquerda (FUKS; MARQUES; 2020). Para tanto, a presença digital, acentuadamente em canais do *Youtube*, teria tido importância por possibilitar a organização e a mobilização das direitas contra “Lula”, a “esquerda” e o “PT” (FUKS; MARQUES; 2020). Elementos que, como vimos, emergem nos comentários do público dos telejornais policiais, imbricados às expectativas de eliminação dos “traficantes” de drogas e de “resolução” dos problemas da segurança pública.

Aquilo que vem à tona em 2018 é uma radicalização do discurso da direita (SANTOS; TANSCHKEIT, 2019), argumentativa, interdiscursiva e metaforicamente direcionada pelo discurso de Bolsonaro (MORAIS, 2019). O então candidato argumentava apelando para as emoções de seu eleitorado através de recursos de afirmação de “seu grupo” por meio da negação dos “outros” (ex: os outros são corruptos, parasitas, inimigos e nós somos “cidadãos de bem”), sempre focalizando os elementos que separam as pessoas e lhes colocam em oposição com as outras (MORAIS, 2019).

De certo modo, desde o período do golpe de Dilma tornava-se possível observar um nível mais alto de polarização (FERNANDES; VIEIRA, 2019). A partir da ideia de que o governo desta presidente “foi o pior da história”, irromperam outras como as de que “o PT é um antro de roubalheira e corrupção [...] de que o partido, Lula e Dilma seriam autoritários, antidemocráticos, mentirosos e arrogantes; de que os eleitores e simpatizantes do PT seriam ingênuos, manipulados e ignorantes ou cúmplices e criminosos [...]” (FERNANDES; VIEIRA, 2019, p. 181). Nos anos seguintes, a corrupção seria mais uma vez associada à esquerda, agudizando a crença das direitas de que um governo não corrupto só poderia advir sob uma feição militarizada (ORTELLADO; RIBEIRO; ZEINE, 2022; FUKS; MARQUES; 2020)

O “gosto/desgosto por petistas, por comunistas e por quem defende o regime militar” consistiriam em elementos fomentadores da polarização de identidades políticas acirrada em 2017, parecendo, para alguns, mais uma polarização das opiniões de cunho moral do que de fato ideologicamente orientada por direita/esquerda (ORTELLADO; RIBEIRO; ZEINE, 2022, p. 65). Nessa perspectiva, o sucesso eleitoral de Bolsonaro teria sido resultado de uma tradição conservadora, cujos pilares da religião e dos valores autoritários não distinguem o “bolsonarismo” como um elemento exatamente “novo”, dificultando chamar de “novas” as “novas direitas” que compuseram seu eleitorado (GONZÁLEZ *et al.*, 2021). Foram especialmente tais valores os elementos atrelados à direita/esquerda, especialmente à “extrema-direita” (OLIVEIRA; LUCAS, 2020). Desse lado, a análise realizada por Edson Dalmonte e Priscilla Dibai (2019) sobre as comunicações de Bolsonaro, mostra como a defesa de um estado punitivo, do retorno dos militares ao poder, de que os “bandidos” são irrecuperáveis e por isso devem ser exterminados fisicamente, de que os policiais são heróis nacionais e o “cidadão de bem” é o único representante “bom” e “honrado” da sociedade, expandem a polarização do discurso do então candidato às “direitas radicais” de seu eleitorado. Ademais, a polarização nos espectros direita/esquerda foi atestada por Stéphanie Tabata e Antonio Filho (2020) em entrevistas realizadas com jovens universitários. Estes veem com clareza a referida polarização (80%) e tem suas subjetividades políticas balizadas pelas noções direita/esquerda. Na “direita”, inserem o apoio à política neoliberal do tipo privatização das empresas estatais, a priorização da propriedade privada e concentração de riquezas e a desigualdade como tema de suas pautas, enquanto na “esquerda” alocam a salvaguarda de direitos e a igualdade social.

De modo geral, podemos considerar que as pesquisas tem abordado o ano de 2018 como período marcado pela polarização entre direita e esquerda, tornada ainda mais visível com a assunção de determinadas direitas. Mesmo que também sejam chamadas de “nova direita”, preferimos sua designação como extrema-direita, na qual “coabitam ‘famílias’ políticas diferentes, na qual convive uma aliança entre liberais e conservadores com segmentos de direita radical e neofascista” (CEPÊDA, 2018, p. 56). São precisamente esses últimos segmentos o que completa sua caracterização, haja vista que ela comporta desde os chamados “radicais”, que aceitam noções democráticas como “governo da maioria” e “soberania popular” e se opõe “aos pilares da democracia liberal, como direitos de minorias, Estado de Direito e separação dos poderes”, até os fascistas que rejeitam a democracia e glorificam a “a violência direta como necessária para imposição de seu projeto político” (SEVERO; CAMPOS, 2020, p. 6).

sentido a base antinômica que alimenta tais projetos e lhes dão matéria e campo para se inclinar sobre o porvir almejado. Como sustentam Delson Oliveira e Carlos Lucas (2020) nos termos de projetos culturais compartilhados pela extrema-direita, esses projetos são assentados em perspectivas extremistas que “subestimam” a mera intolerância para apostar na explícita liquidação das diferenças. Projetos esses que tem se combinado de modo a pretenderem uma dimensão global (OLIVEIRA; LUCAS, 2020).

Embora não consideremos *themata* a díade direita/esquerda, mas uma antinomia, em certo sentido vigorosa, não eliminamos com isso a possibilidade de esta vir a assumir espessura *themática*. Apenas em uma consideração prospectiva que, no entanto, parece caber aqui, não descartamos a possibilidade de que direita/esquerda venham a se tornar *themata* ou sejam identificadas como *themata* por outros estudos. A possível manutenção de sua aderência e vigor no tempo, e o papel generativo que daí resultaria, o dirão, mas não perdemos de vista a existência daquelas antinomias ditas proto-temas, que esperam por serem *thematizados*, elas não deixam de orientar o pensamento, apenas o fazem mais implicitamente (MARKOVÁ, 2007). Por ora, podemos considerar que o debatido par antinômico está presente nas memórias comuns e nos indícios de representação social compartilhados pelo público dos telejornais policiais, auxiliando-o em seu posicionamento face à política repressiva direcionada ao tráfico de drogas.

4 CONCLUSÃO

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa buscamos responder ao problema relativo ao modo como as memórias e representações sociais sobre o tráfico veiculadas no telejornalismo policial oferecem um marco à produção de memórias comuns pelo seu público sobre o traficante de drogas. Consideramos a hipótese de que os *themata* poderiam, eventualmente, facilitar a comunicação entre os conteúdos mnemônicos e representacionais compartilhados por telejornalistas policiais e seus telespectadores a respeito de um mesmo objeto, devido à força generativa com a qual se estendem pelo pensamento social fundamentando o senso comum de diferentes grupos. Após a realização da pesquisa, podemos elaborar algumas conclusões sobre a confirmação da referida hipótese e a contemplação do problema e objetivos de nosso estudo.

Nesse caminho, não somente a veiculação televisiva da programação do telejornalismo policial, como também a hospedagem desse material no *Youtube* contribui para o avanço da disseminação da narrativa sobre o tráfico e para que a sociedade se posicione sobre esse comércio. Em uma perspectiva halbwachiana da memória, o telejornal policial serve ao pensamento de sua audiência, de quadro referencial. A relação do público com esse quadro, entretanto, não é livre de conflitos e discordâncias, embora tais “resistências” possam sugerir igualmente a força de um repertório comum sob o qual a tensão e os dissensos ficam circunscritos.

Nesse caminho, um elemento característico do pensamento dos telejornalistas policiais é a objetivação da figura do traficante de drogas ilícitas em uma imagem típica ancorada na associação, presente na memória social, da população pobre, negra e moradora da “favela” com a criminalidade. Tal imagem se torna um parâmetro também para o público, como sugere a validação, pelo último, da imputação do rótulo de “traficante” aos suspeitos sem a necessidade de julgamento, o que é levado ao extremo através do apelo à execução sumária. De acordo com nossas análises, a afinidade entre o pensamento dos telejornalistas e de seu público pode se dever à experiência mediada de assistir aos telejornais, mas também, e de certo modo propiciada por essa experiência, à plasticidade dos *themata* para atender ao senso comum circulante entre diferentes grupos.

Outra imagem compartilhada nos telejornais analisados é a de uma polícia “diligente” e “eficaz” no combate ao tráfico de drogas ilícitas, que oferece materialidade, personagens e rostos, para a política direcionada ao comércio dessas substâncias. A parabenização da polícia aplaude o modelo bélico e militarizado de enfrentamento adotado pelo Estado para lidar com

a questão. Do outro lado da tela, contudo, o público avalia dubiamente a atuação das forças de segurança. A polícia “eficaz” protagoniza suas percepções, colocadas em oposição a imagem de uma polícia “ineficaz”, “despreparada” e “seletiva”. A força do quadro grupal dos telejornalistas sobre o público pode ser observada no desenvolvimento de ambas as percepções sobre a polícia em um mesmo terreno: o da validação do enfrentamento policial ao tráfico – porquanto a inconformidade do público acusa a “arbitrariedade” ou a necessidade de “reformas”, “rigor”, “imparcialidade” e “treinamento” dos agentes, sem questionar o caráter institucional da violência por eles praticada durante o “combate”, ou o próprio modelo de “combate” a esse comércio. A atuação dos telejornalistas e o formato sensacionalista adotado pelos programas também divide opiniões, mas não elidem do pensamento do público as noções e imagens noticiadas, porquanto servem de base às elaborações que fazem sobre o tráfico, mesmo que, às vezes, tais elaborações consistam em “correções”, “complementações” ou “contestações”.

Com mais efeito, o alcance do quadro grupal do telejornalismo sobre o público pode ser mensurado na legitimação de uma atuação policial violenta contra o tráfico de drogas. Por vezes, endossada explicitamente, por vezes, subliminarmente pelos telejornais, a letalidade policial é encorajada abertamente pela audiência, mediante anseios punitivos extremistas sobre os traficantes, como a tortura e a “morte”. Inscrita na memória social do país, a legitimação da violência policial é enriquecida pela narrativa dos telejornais adquirindo um lastro de imagens que aproximam o público de uma versão do cotidiano profissional dos agentes onde o uso da “força” é necessário e natural diante das favelas e traficantes “perigosos”. As reportagens sobre a atuação policial popularizam a performance policial de “defesa” da sociedade, as agências encarregadas de desempenhá-la e os sucessivos “feitos” dos agentes, mesmo quando estes podem corresponder a violações. Assimiladas pelo público durante o processo de recepção, tais reportagens parecem deixar rastros semelhantes, como uma imagem comum da ROTA, reelaborada e compartilhada em suas memórias enquanto sinônimo da polícia que defende o “cidadão de bem”, mas é letal com o “criminoso”.

A análise da recepção da audiência sob o prisma das memórias comuns nos permitiu compreender o compartilhamento de conteúdo por um número indefinido e disperso de pessoas, desconhecidas entre si, mas que, em razão da exposição frequente às “mesmas” imagens veiculadas nos telejornais, registram e elaboram traços e imagens comuns. As memórias comuns constituídas a partir da audiência a este tipo de programa, possivelmente, se diferem das memórias comuns constituídas da exposição a outros gêneros midiáticos, pois estão ligadas a um interesse particular sobre a programação criminal. Nesse sentido, emergem

as memórias comuns e indícios de representações sociais sobre o traficante enquanto um indivíduo essencialmente “criminoso”, “incurável” e “descartável”; sobre a “guerra” ao tráfico, que torna “natural” o “abate” dos indivíduos envolvidos ou próximos ao comércio de drogas ilícitas; sobre uma atuação policial “eficaz” porque violenta; alimentadas pela experiência mediada de assistir aos telejornais, pelas imagens de operações policiais, prisões de suspeitos, apreensões de drogas, que aproximam o público do universo onde o tráfico de drogas, e mais precisamente, o “combate” ao tráfico acontece. As referências comuns à “ROTA” e ao desempenho das agências policiais, são um exemplo.

Trata-se, evidentemente, de uma memória social, posto que tais concepções sobre o tráfico, a polícia e a política repressiva participam do pensamento social do país. Contudo, ao atravessar o filtro midiático, tal memória social ganha a velocidade dos meios, e pelo filtro específico do telejornalismo policial, adquire também signos, imagens, metáforas, em suma, uma linguagem particular, reelaborada pela audiência ao interpolar experiência mediada e mediata ou pessoal. As memórias comuns se mostraram, portanto, como uma retórica holista pertinente para a focalização da produção mnemônica emergente do processo de recepção da memória social através de um meio técnico de comunicação.

O quadro da linguagem se destaca na memória social e coletiva compartilhada pelos telejornalistas policiais, o que se afina com a perspectiva halbwachiana por onde ele se configura como marco elementar no qual qualquer memória ganha concreticidade. Podemos ver seu caráter geral nutrir a ancoragem pelos telejornalistas em noções longevas circulantes no pensamento social, reelaboradas de um arcabouço eugênico-higienista, assim como observamos a sua face específica possibilitar ao grupo compor um repertório particular de expressões e imagens que ganham sentido característico em suas comunicações. Assertiva que se explica pela dupla natureza dos quadros da memória. Na perspectiva halbwachiana, é na dimensão específica que podemos divisar uma memória coletiva (sem desvinculá-la da dimensão geral onde é cultivada a memória social). Exemplo do repertório específico, como vimos, são as metáforas utilizadas pelos telejornalistas, capazes de condensar conceitos em torno da figura do “traficante”, concedendo-lhe uma imagem familiar que assegura a comunicação grupal. Desse lado, sendo polêmico o tratamento dispensado pelas agências policiais aos suspeitos de tráfico e tratando-se esse fato de um acontecimento corriqueiro no cotidiano das relações profissionais dos telejornalistas, o grupo encontra na metáfora dos traficantes como “caça” e das operações policiais como “caçadas” uma forma de driblar a tensão e atenuar a polêmica, naturalizando o tratamento desumanizante dos “traficantes”. Outras expressões metafóricas os auxiliam nesse processo de modo a estabilizar ou legitimar

tal naturalização, como os termos “heróis” e “guerreiros” imprimidos sobre os agentes de segurança, a partir dos quais a desumanização dos suspeitos (incluindo o aniquilamento) pode ser apresentada como “feito” altruísta, realização “corajosa” ou “virtuosa”; bem como a metáfora das favelas enquanto entidades discretas, que circunscrevem o tráfico a um território tido como seu “viveiro” natural, onde o escrutínio midiático e a violência policial estão, portanto, autorizados.

Ademais, a análise das metáforas da “caça” e da “caçada” nos mostraram como os *themata* podem ser orientados metaforicamente, mobilizando seu poder generativo para se expressarem através de tais figuras retóricas. Isso porque conformam um nível latente, porém mais abrangente e anterior à representação, onde geram domínios fonte metafóricos (ex: SERES HUMANOS SÃO ANIMAIS), que servem de campo para a ancoragem e objetivação das representações. Conforme pudemos acompanhar, no caso das metáforas em ilustração, a “caça” inscreve os “traficantes” nos domínios “inferiores” da natureza e a “caçada” situa as forças de segurança nas imediações “civilizadas” da “cultura”. Mas, para tanto, o grupo de telejornalistas necessita conciliar a contradição inerente ao fato de que os elementos que servem para animalizar, desumanizando, os “traficantes”, podem servir para a caracterização inversa, do policial “guerreiro-caçador”. Isso implica no enfrentamento do caráter contíguo ou relacional dos atributos que estão sendo colocados em oposição e na necessidade de delimitar as posições de cada um dos pólos. Observamos, portanto, a capacidade dos *themata* de atuarem na conciliação de contradições no pensamento de senso comum. Pudemos notar também como subjazem e orientam diferentes “instâncias” da objetivação dos “traficantes”, pois não estão adstritos ao nível metafórico, porquanto alguns de seus “rastros” mais poderosos, digamos assim, estão na confecção pelo grupo de uma imagem prototípica para o “traficante” de teor “biologizante”, conforme a qual os traficantes seriam negros e os negros, essencialmente criminosos.

Os *themata* natureza/cultura auxiliam a ancoragem pelo público no quadro referencial fornecido pelos telejornalistas policiais, apresentando aos comentaristas o mesmo plano onde repousam os domínios fonte metafóricos oferecidos aos telejornalistas. Mas as metáforas desumanizantes empregadas pelo público, como “vermes”, “pragas”, “lixo”, radicalizam e nesse passo, explicitam, os sentidos de “descartabilidade” e “inferioridade” imputados aos suspeitos de tráfico que são condensados pelos telejornalistas em categorias animais genéricas (“caças”), onde eles estão, por conseguinte, mais atenuados sem, contudo, deixarem de estampar o sentido principal de “seres”, e em alguns casos de “coisas”, cuja expectativa social é o “descarte”, a “captura”, o “abate”, a morte. Isso também nos mostra como é, em certo

sentido, bem sucedida a recepção do quadro referencial do telejornal, sem limitar a margem “criativa” do público para exacerbá-la.

Esse processo é acirrado por uma intensa carga afetiva (de ódio e indignação) manifestada pelo público sobre o tráfico, a segurança pública e o sistema político e de justiça, e estimulada por um contexto de polarização política. Por essa ótica, o clamor pelo aniquilamento dos traficantes e a “esperança” depositada em Bolsonaro, um “líder” da extrema direita, desvelam, pelo menos no que diz respeito à parcela da população que assiste aos telejornais analisados, visões de mundo em tensão, para as quais não é bastante alinhar-se entre os “seus” para disputar com o “outro”, o “outro” como tal já não deve existir. No atrito que se instala, uma antinomia, direita/esquerda, ganha realce no senso comum e na memória comum do público, orientando o posicionamento contrário ao tráfico como meio de se distinguir da “esquerda” ou afirmar seu pertencimento ao outro lado do espectro, a “direita” – o que nos mostra como os grupos cujos pensamentos políticos estão comprometidos com a polarização, assim o estão através do movimento dialógico das antinomias.

Consideramos que o contexto político que insuflava a antinomização direita/esquerda no ano de 2018 foi inflamada nos anos seguintes, como o mostraria a assunção de Jair Bolsonaro à presidência que, ao tempo da produção das comunicações analisadas, fazia ainda a sua campanha. Parece-nos que a antinomia é ainda viva ao tempo de escrita da tese, de modo que pesquisas futuras podem aprofundar o estudo de suas repercussões no pensamento de senso comum. No que tange aos resultados encontrados nessa pesquisa, acreditamos que podem, então, contribuir para a compreensão de como memórias e representações sociais são elaboradas nos contextos de desenvolvimento do fenômeno que levaria a efetiva coalizão das direitas políticas, da produção do chamado “bolsonarismo” e cristalização de uma extrema-direita, com impactos sobre as políticas relativas ao tráfico de drogas ou, pelo menos, em sua legitimação.

Em suma, as relações teóricas que estabelecemos entre *themata* e memória nos pareceram profícuas para nossa compreensão das ideias primárias comuns às escalas grupais distintas, explorando a premissa da TRS sobre as possibilidades dadas pelo conceito para refletirmos sobre níveis micro e macro onde são produzidas representações; bem como sobre o aspecto geral e específico dos quadros mnemônicos. Desse lado, a faculdade generativa dos *themata* fez emergir memórias e representações sociais que se nutrem de imagens e noções ofertadas pelos campos temáticos onde se ancoram: aprofundando-os para o acesso a conteúdos mais antigos e estáveis e recuando em seus limites quando a reelaboração pelos grupos se desenvolve sobre elementos mais contemporâneos.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Paulo. Natureza e Cultura. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, v. 48, p. 7-21, 2014.
- ABRIC, Jean-Claude. **Prácticas sociales y representaciones**. México: Coyoacán, 2001.
- ADORNO, Sérgio. Fluxo de operações do crime organizado: questões conceituais e metodológicas. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 33-54, 2019.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGUIAR, Larissa Angélica de Santana Madruga Ponce Leon. **Alerta nacional: as mulheres enquanto notícia no telejornalismo policial**. Orientador: Laerte José Cerqueira da Silva. 2021. 141f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Comunicação, Turismo e Artes, João Pessoa, 2021.
- ALAYA, Dorra Ben. Fundamentos de uma representação social em construção – a Revolução Tunisiana. *In.*: JESUÍNO, Jorge; MENDES, Felismina e LOPES, José (Org.). **As representações sociais nas sociedades em mudança**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2015. (Coleção Psicologia Social).
- ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; PESSOA, Manuella Castelo Branco. Trabalho infantil no tráfico de drogas: o que diz a produção acadêmica? **Documento Base do Grupo Técnico "Prevenção do Envolvimento de Crianças e Adolescentes no Tráfico de Drogas"**. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil [FNPETI], 2018.
- ALCÂNTARA, Samuel; MARTINS, José Clerton de Oliveira; BARBOSA JUNIOR, Francisco Wellington de Sousa; LIMA, Maria Celina Peixoto. Notas sobre o mal-estar na cibercultura em tempos de hiperaceleração digital. **Tempo psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 221-248, 2021.
- ALBA, Martha de. Representações Sociais e memória coletiva: uma releitura. *In.*: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araujo (Org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. 2. ed. Brasília: Technopolitik, 2014.
- ALENCAR, Breno Rodrigo de Oliveira; HJARVARD, Stig. A lógica da mídia e as condições mediatizadas de interação social. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 1-22, 2023.
- ALVARENGA, Rodrigo; ROSANELI, Caroline Filla; FERREIRA, Ramon Andrade; LIMA, Cezar Bueno de. Violência, guerra às drogas e racismo de estado no Brasil. **Polis Revista Latinoamericana**, v. 20, n. 60, p. 130-148, 2021.
- ALMEIDA, Silvio de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

ALVES, Ygor Diego Delgado; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Da guerra às drogas à guerra ao vírus: necropolítica e resistência na Cracolândia. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, São Paulo, v. 29, p. 319-328, 2020.

AMARAL, Liliane Souza; ALVES, Mariana Silva. Themata. **Cadernos CESPUC de Pesquisa Série Ensaio**, Belo Horizonte, n. 23, p. 69-76, 2013.

AMARAL, Thaísa Vilela Fonseca et al. “**Existirmos, a que será que se destina?**”: trabalho e reconhecimento no tráfico de drogas varejista. Orientadora: Vanessa Andrade de Barros. 2020. 177f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

ANDI. **Violações de direitos na mídia brasileira**: Pesquisa detecta quantidade significativa de violações de direitos e infrações a leis no campo da comunicação de massa. Guia de monitoramento de violações de direitos. v.3. Brasília, DF: ANDI, 2016.

ANDRADE, Daniela Barros da Silva Freire; DE SOUZA, Clarilza Prado; SEIDMANN, Susana. As crianças face a Continuidade e a Descontinuidade da mente: notas em Psicologia Social. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 24, n. 3, p. 942-952, 2019.

ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana; ALMEIDA, Silvio. Neoliberalismo autoritário no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-25, 2021.

ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo autoritário no Brasil – Reforma econômica neoliberal e militarização da administração pública. **Sens public**, p. 1-28, 2020.

ANGEL, Lina María Ramírez. Caracterización de la generación del milenio en el contexto laboral: una revisión de la literatura. **Revista Universidad y Empresa**, Bogotá, Colômbia, v. 24, n. 42, p. 1-37, 2022.

ARCOVERDE, Marcela Rochetti. **O homicídio dramatizado**: fragmentos do cotidiano violento em Cidade Alerta e Brasil Urgente. Orientador: Renata de Rezende Ribeiro. 2020. 280f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ARRUDA, Angela Maria Silva. Modernidade & cia: repertórios da mudança. *In.*: JESUÍNO, Jorge; MENDES, Felismina; LOPES, José (Org.). **As representações sociais nas sociedades em mudança**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2015. (Coleção Psicologia Social).

ARRUDA, Angela Maria Silva; ABRAHIM, Karina; OLIVEIRA, Anderson Penavilla de; RAMOS, Renata Queiroz. O assassinato de marielle franco: olhar psicossocial sobre polarização em um recorte do pensamento social. **Psicologia & Sociedade**, v. 34, p. 1-25 2023.

ARIDA, Anna Livia. “**Eles prometeram matar 30**”: Mortes decorrentes de ação policial na Baixada Santista em São Paulo. Human Rights Watch [HRW], 2023.

BARBOSA, Antonio Rafael. O baile e a prisão: onde se juntam as pontas dos segmentos locais que respondem pela dinâmica do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Especiaria** (UESC), v. 9, p. 119-134, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 70, 2016.

BARATA, Francesc. Los medios, el crimen y la seguridad pública. **Violencia y Medios**, v. 3, p. 23-42, 2007.

BARROS, Betina Warmling. **A coerência da crueldade**: os significados da violência extrema para os envolvidos no tráfico de drogas no Rio Grande do Sul. Orientadora: Melissa de Matos Pimenta. 2020. 229f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Grande do Sul, 2020.

BAR-TAL, Daniel. **Group Beliefs**: a conception for analyzing group structure, processes, and behavior. Springers series in social psychology. Nova Iorque: Springer-Verlag, 1990.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro** – Dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. As tragédias dos bairros onde moram. **Transversos**: Revista de História, Rio de Janeiro, n. 12, p. 154-167, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da imagem**: vigilância e resistência na dadosfera. São Paulo: Ubu, 2021.

BELLELLI, G; LEONE, G; CURCI, A. Emocion y Memoria Colectiva (El recuerdo de acontecimientos públicos). **Psicología Política**, València, n. 18, p. 101-124, 1999.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, p. 1-16, 2018.

BIONDI, Karina. **Etnografia no movimento**: território, hierarquia e lei no PCC. Orientador: Jorge Luiz Mattar Villela. 2014. 334f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

BISSCHOPS, Ralph A. “Pursuing a diachronic approach to metaphor. Metaphorical precedents and emblems”. In: BARCELONA SÁNCHEZ, Antonio (Org.): **Spanish Cognitive Linguistics Association (AELCO)**, 11th international conference of the Spanish Cognitive Linguistics Association (AELCO), 17th–19th October 2018. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2018.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda razões e significados de uma distinção política**. 2. ed. São Paulo: Unesp, [1994] 2001.

BOBBIO, Norberto. Resposta aos críticos, 1995. In: **Direita e Esquerda razões e significados de uma distinção política**. 2. ed. São Paulo: Unesp, [1995] 2001.

BOEING, Flávia Tocci; MACHADO, Patrícia Fernandes Lootens; KLAUTAU-GUIMARÃES, Maria de Nazaré. Educação científica e mídia: difusão do fenômeno da gemelaridade em Cândido Godói. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 28, p. 1-19, 2022.

BONILLA-SILVA, Eduardo; OLIVEIRA, Fernanda; PERUSSATTO, Melina; MORAIS DE ASSUNÇÃO, Marcello Moraes de. Repensar o racismo: Rumo a uma interpretação estrutural. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 256–283, 2023.

BORGES, Nicholas Santiago. A Necropolítica nas Intervenções Federais no Brasil (2018) e no México (2006–2012). **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 13, n. 24, p. 120-136, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017. Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar. Brasília, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017. Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre a transferência de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para permitir a prestação de serviços, em caráter excepcional e voluntário, à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), na qual se inclui a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), e as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e revoga a Medida Provisória nº 755, de 19 de dezembro de 2016. Brasília, 2017.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília-DF, 2006.

BRITO, André Lucas Maia de; BARREIRA, César. Dos crimes de mando à violência difusa: medo e insegurança no processo de interiorização da violência no Estado do Ceará. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 20, n. 41, p. 243-278, 2022.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. **Até o último homem**: Visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRODEUR, Jean-Paul. La peur de la peur. **International Review of Community Development/ Revue internationale d'action communautaire**, n. 30, t.70, p. 19–27, 1993.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube e a revolução digital** – Como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009.

CÁDIMA, Rui F. A Memória e a Era Digital. **Media and Jornalismo**, v. 20, n. 36, p. 193-206, 2020.

CALDAS, Emmanuel Antonio Rapizo Magalhães (Org.). **Panorama das apreensões de Drogas no Rio de Janeiro 2010 - 1026**. Rio de Janeiro: ISP, 2016.

CAMPELLO, Alexandre Assis. **Novo olhar sobre os telejornais policiais** – Interação pelo formato. Orientador: Vera Regina Veiga França. 2008. 220f. Dissertação (Mestrado em

Comunicação Social). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2008.

CAMPOS, Denise Teles Freire; LEMGRUBER, Márcio Silveira; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. Metáforas e objetivação: questões acerca da produção de sentidos nas representações sociais. **Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 161-178, 2020.

CANO, Ignacio. Uma polícia para o século XXI: comentário sobre o artigo de Minayo e Adorno. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 596–598, 2013.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARLÓN, Mario. Under the sign of presentism: mediatization, culture, and contemporary society. *In.*: FERREIRA, Jairo; BRAGA, José Luiz; GOMES, Pedro Gilberto; NETO, Antônio Fausto; ROSA, Ana Paula da (Org.). **Between what we say and what we think: Where is mediatization?**. Santa Maria: FACOS – UFSM, 2019.

CASALEGNO, Federico. **Memória cotidiana: comunidades e comunicação na era das redes**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

CASTRO, Cláudia Rabello de; CASTRO, Monica Rabello de. Metáforas no processo de objetivação de representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. 1-11, 2018.

CASTRO, Paula; GOMES, Isabel. Genetically modified organisms in the Portuguese press: Thematization and anchoring. **Journal for the theory of social behaviour**, v. 35, n. 1, p. 1-17, 2005.

CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 23, n.2, p. 40-74, 2018.

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania [CESEC, 2019]. Observatório da Intervenção. Disponível em: <http://observatorioidaintervencao.com.br/dados/apresentacaode-infograficos>. Acesso em: 20 out. 2022.

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania [CESEC, 2019]. **Elemento Suspeito Negro Trauma: racismo e abordagem policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CESeC, 2022.

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania [CESEC, 2019]. **Pele alvo: a bala não erra o negro**. Rio de Janeiro: CESeC, 2023.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Cia da Letras, 2004.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

COSTA, Ana Paula Motta; BARROS, Betina Warmling. “Traficante não é vagabundo”: trabalho e tráfico de drogas na perspectiva de adolescentes internados. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 2399-2427, 2019.

COSTA, Marcelo Henrique da; CASTRO, Ricardo Vieiralves de. Os filhos da causa: memórias de filhos de exilados do regime militar (1964-1985). **Trivium-Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 188-216, 2015.

COSTA, Viviani Cristina; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria; CUNHA, Marize Bastos da. O SUS em territórios vulnerabilizados: reflexões sobre violência, sofrimento mental e invisibilidades nas favelas do Rio de Janeiro. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, p. 974-986, 2023.

CRUZ, Fernanda Novaes; COSTA, Perla Alves Bento de Oliveira. É tudo ganso? A (in) distinção entre usuários e traficantes de drogas e seus limites na perspectiva dos policiais militares do Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 243-261, 2021.

CRUZ, Sebastião Velasco e. Direita nas redes sociais online. *In.*: CRUZ, Sebastião Velasco; CODAS, G; KAYSEL, A. **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

DALMONTE, Edson; DIBAI, Priscilla. A direita radical 'bolsonarista': da aporofobia à defesa da memória de regimes de exceção. **IdeAs. Idées d'Amériques**, n. 14, p. 1-22, 2019.

DAMIN, Marina Leitão; DODEBEI, Vera. Objetos digitais com extinção programada. **Memória e Informação**, v. 2, n. 2, p. 45-57, 2018.

DANFÁ, Lassana; DOS SANTOS ALÉSSIO, Renata Lira; TORRES, Ana Raquel Rosas. Ebola na Folha de São Paulo (1976-2015): invisibilidade e desvalorização cultural da África. **Athenea Digital**, v. 21, n. 1, p. 1-29, 2021.

DANTAS, Carlos Augusto; BERTONI, Luci Mara; FERNANDES, Ângela Viana Machado. Memórias e Representações Sociais do Telejornalismo Policial sobre a Intervenção Federal no Rio De Janeiro. **Revista brasileira de segurança pública**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 46-59, 2020.

DANTAS, Carlos Augusto Sousa. **Memórias e representações sociais do telejornalismo policial sobre usuários e traficantes de drogas ilícitas**. Orientadora: Luci Mara Bertoni. 2020. 162f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

DANTAS, Carlos Alberto Sousa. **Criando leis e problemas**: memórias e representações sociais de legisladores federais sobre usuários de drogas. Orientadora: Luci Mara Bertoni. 2020. 245f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DIOLINA, Kátia; BUENO, Luzia. Nas ondas do meme em prol do multiletramento. **Revista Prolíngua**, v. 14, n. 2, p. 126-138, 2019.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

DUARTE, Thais. PCC versus Estado? A expansão do grupo pelo Brasil. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 11, n. 1, p. 263-285, 2021.

DUVEEN, Gerard. Introdução – O poder das idéias. *In.*: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. 11. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, [2000] 2020.

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. *In.*: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, [1950] 1990.

FELIX, Carla Baiense; VIANNA, Antonio Carlos Ferreira. O preconceito e o estigma na cobertura midiática sobre drogas no Rio de Janeiro. **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura**, v. 13, n. 3, p. 566-581, 2015.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos**: uma história do PCC. Editora Companhia das Letras, 2018.

FERREIRA, Marcos Alan; FRAGMENTO, Rodrigo. Degradação da Paz no Norte do Brasil: o conflito entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN). **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 4, n. 2, p. 91-114, 2019.

FERRUGEM, Daniela. Guerra às drogas?. **Revista Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 44-54, 2020.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini; VIEIRA, Allana Meirelles. A direita mora do mesmo lado da cidade: especialistas, polemistas e jornalistas. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, p. 157-182, 2019.

FERNANDES, Kristina. Translating English WOMAN IS AN ANIMAL metaphors: Spanish native speakers' associations with novel metaphors. **Linguistik online**, v. 108, n. 3, p. 33-66, 2021.

FIGUEIREDO, Carlos Eduardo. **A gestão dos supérfluos**: neoliberalismo e prisão-depósito. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2022.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 2.ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

MIRANDA, Julia Lery. **Entre o “bandido” e o “trabalhador”**. Orientadora: Vera Lucia Follain de Figueiredo. 2022. 244f. Tese de Doutorado (Doutorado em Comunicação Social da PUC-Rio). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2022.

FISCHER, Gustavo Daudt; PALMA, Gabriel Rocha. #Challenge Memory Unlocked: o TikTok como dispositivo construtor de memórias audiovisuais a partir da música. **Revista Eco-Pós**, v. 25, n. 1, p. 249-273, 2022.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Edição Especial 2018: Análise dos Estados e Facções Prisionais**. São Paulo: FBSP, 2018.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. **Datafolha Instituto de Pesquisas**. Rio sob intervenção. São Paulo: FBSP, 2018.

FRIXIONE, Marcello; LIETO, Antonio. Representing non classical concepts in formal ontologies: Prototypes and exemplars. **New Challenges in Distributed Information Filtering and Retrieval: DART 2011: Revised and Invited Papers**, p. 171-182, 2013.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, Campinas, v. 26, p. 401-430, 2021.

G1, SP. **Brasileiro Rodrigo Gularte é executado na Indonésia**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/04/brasileiro-rodrigo-gularte-e-executado-na-indonesia-diz-tv.html>. Acesso em: dez. 2023.

GARAU, Marilha Gabriela Reverendo; SANTOS, Solano Antonius. “O tráfico sempre organizado”: a ordem pública em territórios favelados e seus significados na interação polícia militar x favela. **Revista Campo Minado-Estudos Acadêmicos em Segurança Pública**, Niterói, v. 2, n. 3, p. 33-54, 2022.

GAUCHET, M. Right and Left. *In.*: NORA, P. (Org.). **Realms of Memory: Rethinking the French Past. Conflicts and Divisions**. New York: Columbia University Press, 1996.

GODINHO, Letícia Cruxen. Ato de fala: a intervenção federal no rio de janeiro explicada pela teoria da securitização. **O Cosmopolítico**, v. 5, n. 1, p. 16-22, 2018.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; BAQUERO, Marcello; GROHMANN, Luis Gustavo Mello. Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 9-44, 2021.

GOMES, Itania Maria Mota. **Brincadeira de bandido e mocinho**: um exercício de análise do programa Cidade Alerta. Artigo desenvolvido na disciplina COM511 – Linguagens da Comunicação e da Cultura. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, 2004.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRIFFITHS, Paul. Our plastic nature. *In.*: **Transformations of Lamarckism: From subtle fluids to molecular biology**. Massachusetts Institute of Technology: 2011.

GRILLO, Carolina Christoph; POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos. A “dura” e o “desenrolo”: efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, p. 135-148, 2011.

GRILLO, Carolina Christoph. O “morro” e a “pista”: um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 127-148, 2008.

GRIMALDI, Stphanie Sá Leitão; ROSA, Maria Nilza Barbosa; LOUREIRO, José Mauro Matheus; OLIVEIRA, Bernardina Freire de. O patrimônio digital e as memórias líquidas no espetáculo do instagram. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte-MG, v. 24, p. 51-77, 2020.

GRIFFITHS, Paul. Our plastic nature. **Transformations of Lamarckism: From subtle fluids to molecular biology**, p. 319-30, 2011.

HAAS, Valérie; JODELET, Denise. Pensée et mémoire sociales. *In.*: PÉTARD, Jean-Pierre (Org.). **Psychologie sociale**. 2. ed. Rosny: Bréal, 2007.

HABER, Carolina D.; MACIEL, Natalia Cardoso Amorim. As sentenças judiciais por tráfico de drogas na cidade e Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Cadernos de Segurança Pública**, v. 10, n. 10, p. 1-16, 2018.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Anthropos, [1925] 2004.

HALBWACHS, Maurice. **La topografía legendaria de los evangelios en Tierra Santa: Estudio de memoria colectiva**. 1 ed. Espanha: Centro de Investigaciones Sociológicas, [1941] 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, [1950] 1990.

HARRÉ, Rom. Grammaire et lexiques, vecteurs des représentations sociales. *In.*: JODELET, Denise (Org.). **Les représentations sociales**. Paris: P.U.F., 1989.

HIRATA, Daniel Veloso, GRILLO, Carolina Cristoph. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, p. 75-97, 2017.

HIRATA, Daniel Veloso; GRILLO, Carolina Cristoph. Movement and death: illicit drug markets in the cities of São Paulo and Rio de Janeiro. **Journal of Illicit Economies and Development**, v. 1, n. 2, p. 122-133, 2019.

HJARVARD, Stig. The Janus face of digital connectivity: the transformation of social dependencies. *In.*: FERREIRA, Jairo; BRAGA, José Luiz; GOMES, Pedro Gilberto; NETO, Antônio Fausto; ROSA, Ana Paula da (Org.). **Between what we say and what we think: Where is mediatization?**. Santa Maria: FACOS – UFSM, 2019.

HOFF, Natali; BLANCO, Ramon. A pacificação como governo: as UPPs cariocas como dispositivos da governamentalidade global. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 33, p. 1-48, 2020.

HOLTON, Gerald. **A imaginação científica**. Zahar: Rio de Janeiro, 1979.

HOLTON, Gerald. The Role of Themata in Science. **Foundations of Physics**, v. 26, n. 24, p. 453-465, 1996.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE Diretoria. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro, 2021b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2021_dez.pdf. Acesso em, v. 22, 2022.

INSTITUTO CIDADE SEGURA. **Relatório da primeira pesquisa de vitimização de Porto Alegre**. Porto Alegre: Instituto Cidade Segura; Instituto Pesquisas de Opinião, 2018. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/433226_1311d3d412114adbb7c8ca7fee800a12.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

JEDLOWSKI, Paolo. Memórias. Temas e problemas da sociologia da memória no século XX. **Pro-posições**, Campinas, v. 14, n.1, p. 217-234, 2003.

JEDLOWSKI, Paolo. Memória e mídia: uma perspectiva sociológica. *In.*: SÁ, Celso Pereira de. (Org.). **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro-RJ: Editora do Museu da República, 2005.

JODELET, Denise. **Les représentations sociales**. 1. ed. Paris: Les Presses universitaires de France, 1989. (Collection Sociologie d'aujourd).

JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão**. *In.*: JODELET, Denise. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

JODELET, Denise. Pensamiento social e historicidad. **Relaciones**, México, v. 24, n. 93, p. 97-114, 2003.

JODELET, Denise. **Representações sociais e mundos de vida**. São Paulo: Carlos Chagas; Curitiba: PUCPress, 2017.

JODELET, Denise; HAAS Valerie. Mémoires et représentations sociales. *In.*: EMILIANI, F; PALMONARI, A. (Org.). **Repenser la théorie des représentations sociales**. Paris: Editions des archives contemporaines, 2019.

JODELET, Denise. **El lugar de la experiencia vivida en los procesos de formación de representaciones sociales**. Trad. RIVERA-LEÓN, Jesus Arturo. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356122355_El_lugar_de_la_experiencia_vivida_en_los_procesos_de_formacion_de_representaciones_sociales. Acesso em: 02 jul. 2023.

KALIFA, Dominique. **Os bas-fonds: história de um imaginário**. São Paulo: EDUSP, 2017.

KALIL, Isabela Oliveira et al. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Bolsonaro**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%20C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2019.

Kantar Ibope Media [KIM]. **Dados de audiência nas 15 praças regulares com base no ranking consolidado – 30/07 a 05/08**. KIM, 2018. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-pracas-regulares-com-baseno-ranking-consolidado-3007-a-0508/>. Acesso em: 09 out. 2022.

Kantar Ibope Media [KIM]. **Perfil dos telespectadores**. KIM; RECORDTV, 2019. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com>. Acesso em: 30 mar. 2023.

Kantar Ibope Media [KIM]. **Audiência de vídeo** – 2023. KIM, 2023. Disponível em: <https://kantaribopemedia.com/audiencia-de-video/>. Acesso em: 06 dez. 2023.

KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. **A política no banco dos réus: a Operação Lava Jato e a erosão da democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: EDUC/Mercado de Letras, 2002.

LEITE, Vivianne Carolina Oliveira de Sousa; ALENCAR, Breno Rodrigues de Oliveira. “Bandido bom é bandido morto”? análise do discurso crítica aplicada a reações sobre chacinas publicadas pelo jornal Diário Online em sua página no Facebook. **Margens: Revista Interdisciplinar do PPGCITI**, v. 14, n. 22, p. 66-87, 2020.

LE MOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2023.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias [INFOPEN]. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. **Psicologia social do preconceito e do racismo**. São Paulo: Blucher, 2020.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são...: discurso médico-sanitário e interpretação do país. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 313-332, 2000.

LINO, Luisa Amélia; MACHADO, Bruno Amaral. Imaginários e representações sociais acerca da violência e do crime organizado em Rio Branco (Acre, Brasil). **Revista Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 2478-2511, 2022.

LOPES, Amanda Rezende; DE SOUZA SILVA, Laís Giupponi. Neoliberalismo, identidade e preconceito: discursos sobre o Nordeste nas eleições de 2018. *In.*: **Anais...** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belém: UFPA, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1291-1.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

LÓPEZ, Irene. An Analysis of Animal Metaphors in Episodes of Gender Violence Reported in Spanish and Canadian Newspapers. **ES Review, Spanish Journal of English Studies**, n. 44, p. 81-110, 2023.

LOTY, Laurent. “Left”? “Right” - Making history of blinding words, escaping from Manichaeism, freeing the political and legal imagination. Disponível

em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/107/o/Loty_Left__Right_2021-12-15.pdf. Acesso em: 03 jan. 2024.

LIU, Li. Sensitising Concept, Themata and Shareness: A Dialogical Perspective of Social Representations. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 34, n. 3, p. 249-264, 2004.

MACEDO, Henrique de Linica dos Santos et al. A doutrina da ROTA: o *ethos* do “Policial de ROTA”. **Áskesis-Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 8, n. 1, p. 131-144, 2019.

MACHADO, Lia Osorio. Espaços transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança. *In.*: **Geopolítica das Drogas (Textos Acadêmicos)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/MRE, 2011.

MACHADO, Rosana Pinheiro; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Cadernos IHU Ideas**, São Leopoldo, v. 16, n. 278, p. 1-13, 2018.

MADEIRA, Rafael Machado; DA SILVA TAROUÇO, Gabriela. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, p. 171-186, 2011.

MADIANOU, Mirca; MILLER, Daniel. Polymedia: Towards a new theory of digital media in interpersonal communication. **International journal of cultural studies**, v. 16, n. 2, p. 169-187, 2013.

MALVASI, Paulo Artur. A “mente” e o homicídio: a gestão da violência no tráfico de drogas em São Paulo. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 675-698, 2013.

MANDICH, Giuliana et al. Fare casa fuori casa: pratiche di appropriazione dello spazio urbano e memorie comuni. **Rivista Internazionale de Scienze Umane Sociali**, v. 9, n. 3, 2011.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia SA, 2018.

MANZANO, Luciana Carmona Garcia; CARREON, Renata de Oliveira. A verdade no discurso político: o *ethos* de honestidade em campanha eleitoral. **Revista Linguagem**, v. 30, n. 1, p. 133-152, 2019.

MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicidade e representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

MARKOVÁ, Ivana. Themata in dialogue: taking social knowledge as shared. *In.*: MARKOVÁ, Ivana; LINELL, P; GROSSEN, M; SALAZAR-ORVIG, A. (Org.): **Dialogue in Focus Groups: Exploring Socially Shared Knowledge**. London: Equinox, 2007.

MARKOVÁ, Ivana. On thematic concepts and methodological (epistemological) themata. **Papers on Social Representations**, v. 24, n.2, p. 4.1-4.31, 2015.

MARKOVÁ, Ivana. Themata in science and in common sense. **Kairos - Journal of Philosophy & Science**, v. 19, n. 1, p. 68-92, 2017.

MARQUES, Adalton José. **Crime, proceder, convívio-seguro**: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Orientadora: Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer. 2009. 120f. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2009.

MARQUES, Luiz Henrique Gamboa. Criminologia e relações étnico-raciais no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 4, p. 1038-1054, 2022.

MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro; DE SANTIAGO NETO, João Pedro. Redes criminais, tráfico e consumo de drogas nas periferias de Fortaleza, Ceará, Brasil (2000-2020). **Cultura y Droga**, v. 26, n. 32, p. 17-39, 2021.

MAZZOTTI, Alda Judite Alves; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. Cibercultura: uma nova era das representações sociais? *In*: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araujo (Org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. 2. ed. Brasília: Technopolitik, 2011.

MEDEIROS, Flavia. Matabilidade como forma de governo: violências, desigualdades e Estado numa perspectiva comparativa entre Florianópolis e Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 29, n. 65, p. 1-36, 2023.

MEIRELES, Renata Tereza Brandão. **Àgbára entre linhas**: memórias e representações sociais de mulheres em situação de cárcere. Orientadora: Luci Mara Bertoni. 2023. 145f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MENEZES, Adriana Vilar. **Nordestino na rede**: discurso de ódio e disputa de sentidos no Twitter nas eleições 2014. Orientadora: Cristiane Pereira Dias. 2019. 109f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, 2019.

MICK, Jacques. Profissionalismo e confiança: o curioso caso do país que acredita mais nos jornalistas do que na mídia. **Política & Sociedade**: Revista de Sociologia Política, Florianópolis, v. 18, n. 43, p. 242-260, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ADORNO, Sérgio. Risco e (in) segurança na missão policial. **Ciência & saúde coletiva**, v. 18, p. 585-593, 2013.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **Revista Voces En El Fenix**, v. 68, p. 44-49, 2018.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 13-25, 2011.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 139-157, 2007.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, 2008.

MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 93-116, 1997.

MOLAS, Juan Martens. Presencia y actuación del Primer Comando de la Capital (PCC): Implicancias políticas y sociales. **Revista jurídica - Investigación en ciencias jurídicas y sociales**, v. 2, n. 9, p. 59-75, 2019.

MOLONEY, Gail, WILLIAMS, Judith, BLAIR, Duncan. Cognitive Polyphasia, Themata and Blood Donation: Between or Within Representation. **Papers on Social Representations**, v. 21, n. 1, p. 1-12, 2012.

MONTEIRO, Claudio Dantas. ‘Pebas’ e ‘vagabundos’: A representação midiática de criminosos no programa DF Alerta. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 827-848, 2021.

MORAES, Fabiana. Rejeição da elite a Lula tem origem na racialização do Nordeste. The Intercept Brasil, 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/08/09/lula-nordeste-racializacao-elite-preconceito/>. Acesso em: 09. Ago. 2022

MORAIS, Argus Romero Abreu de. O discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 152-172, 2019.

MORETZSOHN, Sylvia. Imprensa e criminologia: O papel do jornalismo nas políticas de exclusão social. **Praia Vermelha** (UFRJ), Portugal, v. 9, 2003, p. 138-165.

MOSCOVICI, Serge. **El Psicoanálisis, su imagen y su público**. Buenos Aires: Huemul, 1979.

MOSCOVICI, Serge; HEWSTONE, Miles. De la ciencia al sentido común. *In.*: MOSCOVICI, Serge. (Org.). **Psicología Social**, II. Barcelona: Ediciones Paidós, 1984.

MOSCOVICI, Serge. Introductory Address. **Papers on Social Representations - Textes sur les Représentations Sociales**, v. 2. n. 3, p. 1-170, 1993.

MOSCOVICI, Serge. Memórias, rituais e ciber-representações. *In.*: CASALEGNO, Federico. **Memória cotidiana: comunidades e comunicação da era das redes**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes [1961], 2012. (Coleção Psicologia Social).

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis - RJ: Vozes, [2000] 2020. (Coleção Psicologia Social).

MOSCOVICI, Serge; VIGNAUX, Georges. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis - RJ: Vozes, [2000] 2020. (Coleção Psicologia Social).

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; DIAS, Camila Nunes. Domínios armados e seus governos criminais - uma abordagem não fantasmagórica do “crime organizado”. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 105, p. 131-152, 2022.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**. Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Orientador: Luiz Eduardo Soares. 1999. 289f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

NAIFF, Luciene Alves Miguez; NAIFF, Denis Giovani Monteiro; DE SÁ, Celso Pereira. Misses e normalistas, ícones da presença feminina na geração “Anos Dourados”: um estudo de memórias e representações sociais. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, v. 25, p. 127-148, 2013.

NEGRI, Camilo; LEMOS IGREJA, Rebecca; RODRIGUES PINTO, Simone. “Aconteceu também no Brasil”: a captura das redes de esperança pela extrema direita. **Cahiers des Amériques latines**, n. 92, p. 1-22, 2019.

NENQUIN, Annick. Insécurité et guerre sociale. **L'Homme et la société**, n. 107-108, p. 109-123, 1993.

NESIMI, Mariana; BOTELHO, Maurilio Lima. Das favelas às prisões: transformações na segregação urbana no rio de janeiro. **Revista Continentes**, n. 16, p. 285-315, 2020.

NOBRE, Fábio Rodrigo Ferreira; FERREIRA, Daniel. Atores não estatais violentos e instituições informais no Brasil (2008–2018). **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 8, n. 2, p. 127-151, 2021.

NT [Na Telinha]. **Luiz Bacci, do "Cidade Alerta Rio", ganha funk e vira sucesso**. Disponível em: <https://natelinha.uol.com.br/noticias/2013/01/04/luiz-bacci-do-quotcidade-alerta-rioquot-ganha-funk-e-vira-sucesso-56408.php>. Acesso em: 02 dez. 2023.

OLIVEIRA, Ednéia Alves; DE OLIVEIRA MORANDO, Luca; DE OLIVEIRA RODRIGUES, Pedro. Tráfico de drogas no Brasil: a face oculta do desemprego e da informalidade. **Observatório de la economía latinoamericana**, Curitiba, v. 21, n. 8, p. 8588-8605, 2023.

OLIVEIRA, Flaviane da Costa; GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; SANTOS, Thayna Larissa Aguiar dos; FREITAS, Janaína Campos de. Fronteiras e pertencas: representações sociais e dinâmicas identitárias do tráfico de drogas na revista *Veja* (1968-2010). **Psicologia e Saber Social**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 277-297, 2015.

OLIVEIRA, Flaviane; ROCHA, Jaíza; BREUGELMANS, Janaína; GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; CRUZ, Fatima. Memórias familiares sobre as dinâmicas de socialização e apoio materno às trajetórias de militância política contra a ditadura militar no Brasil. **L'Ordinaire des Amériques**, n. 222, 2017.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Marcio Moretto; ZEINE, Leonardo. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. **Opinião Pública**, v. 28, p. 62-91, 2022.

OLIVEIRA, André Silva; MESSIAS LEITE, Breno Rodrigo; MARQUES, Rodolfo Silva. As novas direitas no Brasil e as estratégias de comunicação política nas mídias sociais. **Em Tese**, v. 18, n. 2, p. 245-269, 2021.

OLIVEIRA, Delson dos Santos; LUCAS, Carlos Henrique. A violência enquadrada: projetos culturais da extrema-direita global. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, v. 4, n. 1, p. 48-61, 2020.

OLMO, Rosa Del. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

ORDAZ, Olga; VALA, Jorge. Objectivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita. **Análise social**, v. 32, n. 143, p. 947-874, 1997.

PALEY, Dawn Marie. Guerra às drogas como guerra neoliberal: quadros interpretativos sobre as Américas no pós-Guerra Fria. *In.*: VIANA, Manuela Trindade; TELLES, Ana Clara; LAGE, Vitor Coutinho. (Org.). **Drogas, violência e racismo: as alternativas no limite, os limites das alternativas**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2023.

PAOLI, Letizia. The paradoxes of organized crime. **Crime, Law & Social Change**, Netherlands, v. 37, p. 51-97, 2002.

PASSIANI, Enio; TEIXEIRA, Alex Niche. “O menino do sorriso triste”: a imprensa e a comercialização da violência no Brasil. *In.*: TAVARES-DOS-SANTOS, José Vincente; VISCARDI, Níli; CAÑAS, Pablo Emilio Angarita; BRASIL, Maria Glaucéria Mota. (Org.) **Violência, Segurança e Política**, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2019.

PASQUIM, Heitor; OLIVEIRA, Marcos; SOARES, Cássia Baldini. Fake news sobre drogas: pós-verdade e desinformação. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 1-13, 2020.

PEREIRA, Célia Barbosa da Silva. A atualidade da classificação político-ideológica: esquerda e direita. **Argumentum**, v. 11, n. 1, p. 69-83, 2019.

PEREIRA JUNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. **Jornalismo e Representações Sociais: algumas considerações**. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n.12, p. 1-12, 2005.

PEREIRA, Leonardo Faustino; RIBEIRO, Sara Carolina Zica. Eu quero imagens, cadê as imagens, comandante Hamilton? A retórica do populismo penal contemporâneo e a ‘democracia da desconfiança’, uma análise dos impactos do populismo penal no contemporâneo complexo punitivo brasileiro. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 1-18, 2020.

PEREIRA, Paulo José dos Reis; JORDÃO, Leonardo Chilio. O crime sob uma lente transnacional: o caso “helicoca”. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 9, n. 17, p. 70-104, 2020.

PERSEU ABRAMO. **Bolsonaro vira réu no caso contra Maria do Rosário**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2023/10/02/bolsonaro-vira-reu-no-caso-contramaria-dorosario/>. Acesso em: 03 dez. 2023.

POMPEU, Júlio César. **Cara de Bandido: As Representações Sociais de Criminosos para Juristas e Não-juristas**. Orientador: Edinete Maria Rosa. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2013.

PONTES, Júlia da Silva et al. **Sensacionalismo e violência no contexto da indústria cultural: a ideologia como (de) formação e barbárie**. Orientador: Silvia Rosa da Silva Zanolla. 2020. 192f. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2020.

PINHEIRO, Caroline Costa. **Jornalismo Policial. Revista Científica Multidisciplinar UNIFLU**, Campos de Goytacazes, v. 8, n. 2, p. 109-122, 2023.

PRADAL, Fernanda Ferreira; RESENDE, Noelle. 2018: 50 anos entre permanências e o recrudescimento da violência de estado. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, p. 1122-1144, 2018.

PRAYMO, Ewelina. Foids are worse than animals. A cognitive linguistics analysis of dehumanizing metaphors in online discourse. **Topics in Linguistics**, v. 21, n. 2, p. 16-27, 2020.

PRAYMO, Ewelina Maria; AUGUSTYN, Rafał. Parasites, herbivores and dried fish: Dehumanising metaphorical blends in Japanese. **GEMA Online Journal of Language Studies**, v. 20, n. 2, p. 148-167, 2020.

PUCCINI, Luciano. A morte de policiais no estado do Rio de Janeiro: o dilema de se ser vítima ou herói. **Etnográfica - Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, n. 27, p. 553-568, 2023.

RAMACHIOTTI, Bruna. Armadura institucional e legitimação da violência policial: Um olhar a partir de São Paulo em tempos de pandemia. **Dilemas, Reflexões na Pandemia**, Rio de Janeiro, p. 1-19, 2021.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

RAMOS, Sílvia; RIBEIRO, Dudu; SANTANA, Luciene; NEVES, Larissa; LINS, Ana Letícia; BARREIRA, Luiz Fabio; MOURA, Ricardo; BRANDÃO, Thiago; SILVA, Luiz; CELESTE, Dália; MARTINS, Deila; JATOBÁ, Edna; SILVA, Elton Guilherme; XAVIER, Lila; BRITO, Marcondes; FERREIRA, Maria Dalva; SOTERO, Bruna; PACHECO, Jonas; GONÇALVES, Juliana; LIMA, Matheus; SILVA, Nathália; NUNES, Pablo; PAULO, Pedro; CAFUZO, Renato; SOARES, Wellerson; MANSO, Bruno Paes; RIBEIRO, Francine. **Pele alvo: a cor que a polícia apaga**. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, 2022.

RAMOS, Sílvia. **Máquina de moer gente preta: a responsabilidade da branquitude**. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios/CESeC, 2022.

RAMOS, Sílvia. **Intervenção Federal no Rio de Janeiro cinco anos depois: uma análise de operações policiais na região metropolitana do Rio de Janeiro entre 2018 e 2022.** Rio de Janeiro: Rede de Observatórios/CESeC, 2023.

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. Mídia e violência: Como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil. **Boletim Segurança e Cidadania**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 1-16, 2005.

REZENDE, Felipe Augusto Oliveira. Guerra às Drogas na América do Sul: uma leitura discursiva sobre as abordagens de Securitização, Dessecuritização e Macrossecuritização da Escola de Copenhague (EC). **Conexões Internacionais**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 5-15, 2021.

RIBEIRO, Dudu. A necropolítica da guerra às drogas e a eliminação do Outro: um projeto de nação. *In.*: VIANA, Manuela Trindade; TELLES, Ana Clara; LAGE, Vitor Coutinho. (Org.). **Drogas, violência e racismo: as alternativas no limite, os limites das alternativas.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2023.

RIBEIRO, Fábio. O apelo à ordem nos telejornais policiais. **Plural – Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 231-255, 2020.

RIBEIRO, Fábio. Gosto e classe social no interior da indústria cultural brasileira: o caso do telejornalismo policial. **CSONline-Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 23, p. 161-176, 2017.

RIDER. **YouTube Data Tools** (Version 1.22) [Software]. 2015.

ROCHA, Andréa Pires; LIMA, Rita de Cássia Cavalcante; FERRUGEM, Daniela. Autoritarismo e guerra às drogas: violência do racismo estrutural e religioso. **Revista Katálysis**, Santa Catarina, v. 24, p. 157-167, 2021.

ROCHE, Sebastian. L'insécurité: entre crime et citoyenneté. **Déviance et société**, v. 15, n. 3, p. 301-313, 1991.

RODRIGUES, Daniel Rohe Salomon da Rosa; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo; IUNES, Ana Luísa da Silva. Representações sociais do crack na mídia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 31, p. 115-123, 2015.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2011.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e repressão estatal no Brasil um panorama do tráfico de drogas brasileiro. *In.*: ALAIN, Labrousse. (Org.) **Dictionnaire Géopolitique des drogues.** Bruxelas, DeBoeck, 2003.

ROMÃO, Davi Mamblona Marques; OSMO, Alan. O perigo mora ao lado: jornalismo policial televisivo e paranóia. **Subjetividades**, Fortaleza, v. 21, p. 1-12, 2021.

ROSE, Diana. Análise de imagem em movimento. *In.*: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

ROUQUETTE Michel-Louis. Introduction. Qu'est-ce que la pensée sociale?. ROUQUETTE, Michel-Louis. (Org.). **La pensée sociale**. Toulouse: Érès, Hors collection, 2009.

SABADINI, Greice; MARTINS-SILVA, Priscilla; MOREIRA, Ramon. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E THEMATAS EM CARREIRA. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, Petrolina, v. 12, n. 29, p. 346-366, 2022.

RUGGIERO, Amanda Saba. (Des) controle entre a memória coletiva e a cultura digital. **Revista Ara**, v. 12, n. 12, p. 17-28, 2022.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: 1998.

SÁ, Celso Pereira de. Sobre o Campo de Estudo da Memória Social: uma perspectiva psicossocial. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 290-295, 2007.

SÁ E SILVA, Fabio de. **Barcos contra a Corrente: a Política Nacional de Segurança Pública de Dilma Rousseff a Michel Temer**. **Boletim de Análise Político-Institucional** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, n.11, p. 17-27, 2017.

SAMPÓ, Carolina et al. De la fragmentación de las estructuras criminales a una proto-mafia: un análisis del Primeiro Comando da Capital (PCC) en Sudamérica. **Revista de Estudios en Seguridad Internacional**, v. 6, n. 2, p. 101-115, 2020.

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?**. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.

SANTAELLA, Lucia. A semiótica das fake news. **Verbum**, PUC-SP, v. 9, n. 2, p. 9-25, 2020.

SANTANA, Luiz Henrique Costa de; SILVA, Clarice Freitas; SOUZA, Emanuel Rodrigues de. O discurso hegemônico e idealista na troca do termo favela por comunidade. **Porto Das Letras**, Palmas, v. 7, n. 1, p. 14-33, 2021.

SANTIAGO, Jairo. **Mídia, Tráfico e Violência - Do comércio à imagem**. Orientador: Raquel Paiva de Araújo Soares. 2004. 228f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, Bruno Cavalcante Leitão; FRANÇA JUNIOR, Francisco de Assis de; WEDEKIN, Thaís Sarmiento Cardoso. O caráter perpétuo da condenação midiática. **Libertas: Revista de Pesquisa em Direito**, Ouro Preto, v. 6, n. 1, p. 1-31, 2020.

SANTOS, Fabiano; TANSCHKEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colombia internacional**, n. 99, p. 151-186, 2019.

SANTOS, Rodrigo Miranda Nunes; SANTOS, Fábio. A guerra às drogas como instrumento de aniquilação de pessoas negras e pobres na cidade de Tucano – Bahia entre os anos de 2017 e 2019. **Direito UNIFACS - Debate Virtual**, Salvador, n. 283, p. 1-27, 2024.

Secretaria Nacional de Segurança Pública [SENASP]; Ministério da Justiça e da Segurança Pública. **Estudos sobre vitimização**. Brasília: Ministério da Justiça; Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2017.

SEDEP, 2015. **Brasileiro é executado**. <https://www.sedep.com.br/noticias/brasileiro-executado-por-trfco-de-drogas-na-indonsia/>. Acesso em: 02 dez. 2023.

SEIDMANN, Susana. Identidad personal y subjetividad social: educación y constitución subjetiva. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 45, p. 344-357, 2015.

SENADO, 2023. Notícia. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/510350/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 dez. 2023.

SENA, Lúcia Lamounier; AZEVEDO, Letícia Silva. Mulher comparsa: o testemunho midiático sobre o delito feminino. **Cadernos de História**, Uberlândia, v. 21, n. 34, p. 144-164, 2020.

SENA, Lúcia Lamounier. Tecnologias do gênero: media e mercados de drogas ilegais. **Dispositiva**, v. 5, n. 2, p. 138-150, 2016.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar; SOUZA, Luís Antônio Francisco; CIRILLO, Fernanda Russo. Guerra às drogas no Brasil contemporâneo: proibicionismo, punitivismo e militarização da segurança pública. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 92-103, 2020.

SEVERO, Gonçalves Ricardo; CAMPOS, Rodrigues. Apresentação do Dossiê: Breves notas sobre o estudo da extrema-direita: introdução ao dossiê especial. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, Rio Grande, v. 4, p. 5–13, 2020.

SEVILLANO, Verónica; FISKE, Susan. Animals are diverse: distinct forms of animalized dehumanization. **Current Opinion in Behavioral Sciences**, v. 51, p. 1-9, 2023.

SILVA, Adriano Florencio de Lima. **Antagonismo e protagonismo social**: a violação dos direitos humanos no telejornalismo policial da Paraíba. Orientador: Caroline Delevati Colpo. 2020. 114f. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2020.

SILVA, Pedro Paulo. O “sucesso” da intervenção federal. *In*: RAMOS, Silvia (Org.). **Intervenção federal: um modelo para não copiar**. Rio de Janeiro: CESeC, 2019.

Disponível em: <http://www.observatoriodaintervencao.com.br/dados/relatorios1/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SILVA, Anne Kelly Barbosa; SILVA JUNIOR, Nelson Gomes; TANNUSS, Rebecka. Neoliberalismo, Política criminal e Gestão da morte: o acionamento da “guerra às drogas” como instrumento de controle dos descartáveis no Brasil. *In*.: RIBEIRO, Luziana Ramalho; RODRIGUES, José (Org.). **Violência, segurança pública, eugenia e direitos humanos**. Paraíba: CCTA; João Pessoa - PA: Editora do CCTA, 2023.

SILVA, Bruno; SILVA, Valéria; PINTO, Erika; SOUZA, Nilba; MIRANDA, Francisco. Estrutura das representações sociais da enfermagem sobre a morte decorrente da COVID-19. **Revista Cuidarte**, v. 14, n. 1, p. 1-12, 2023.

SILVA, Danilo Morais da; FERNANDES, Valdir. Ciberespaço, cibercultura e metaverso: a sociedade virtual e território cibernético. **Humanidades & Inovação**, Palmas, Tocantins, v. 8, n. 67, p. 211-223, 2021.

SILVA, Geraldo Emanuel. “Bandido bom é bandido morto”: como as grandes mídias e o estado reforçam esse discurso de ódio no Brasil. **Revista Falange Miúda-Revista de Estudos da Linguagem**, Garanhuns, v. 5, n. 1, p. 1-10, 2020.

SILVA, Gustavo Jorge. Conceituações teóricas: esquerda e direita. **Humanidades em diálogo**, São Paulo, v. 6, p. 149-162, 2014.

SILVA-SÁNCHEZ, Jesus Maria. **A Expansão do Direito Penal**: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SILVA, Viviane. Favelas como dano estético: mecanismos estatais de desvalorização de cultura e de memória no Rio de Janeiro. **CECIL. Cahiers d'études des cultures ibériques et latino-américaines**, n. 7, p. 99-113, 2021.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado; SCHWARTZ, Clarissa. Brasil rural como espaço de oportunidades e privações: representações de uma categoria em transformação. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 11, n. 2, p. 63-81, 2017.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Direita nas redes sociais online. In: CRUZ, S. V.; CODAS, G; KAYSEL, A. **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 27, p. 705-729, 2022.

SMITH, Nicholas; JOFFE, Helene. **How the public engages with global warming**: A social representations approach. *Public Understanding of Science*, v. 22, n. 1, p. 16-32, 2013.

SOBRINHO, Helson Flávio; RAMIRES, Lídia. Discursos dispersos e articulados: a região Nordeste e os sentidos de evidência reproduzidos na mídia. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Capinas, v. 25, n. 50, p. 14-165, 2022

SOUZA, Yuri Sá Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALÉSSIO, Renata Lira dos Santos. Maconha e representações sociais em matérias de jornal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 34, p. 1-11, 2018.

SOUZA, Yuri Sá Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; APOSTOLIDIS, Thémis. Drogas no espaço público: consumo, tráfico e política na imprensa brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, p. 1-16, v. 40, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Prefácio. In.: GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUZA, Luis Antonio; SERRA, Carlos Henrique. Quando o Estado de exceção se torna permanente: reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 205–227, 2020.

SOUZA, Marco Aurélio Dias; FINGUERUT, Ariel. Que direita é esta? As referências a Trump na nova direita brasileira pós-Michel Temer. **Revista Tomo**, São Cristovão, Sergipe, n. 33, p. 229-269, 2018.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. *In.*: ABRANCHES, Sérgio et al. (Org.). **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOLA, Javier Cigüela. Populismo penal y justicia paralela: un análisis político-cultural. **Revista electrónica deficiencia penal y criminología**, n. 22-12, p. 1-40, 2020.

SOARES, Flávia Cristina; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. Rotulação e seletividade policial: óbices à institucionalização da democracia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 31, p. 89-108, 2018.

SOUZA, Fabíola Caroline de. **Marcelo Rezende, um apresentador performático: telejornalismo policial e celebração**. Orientador: Vera Regina Veiga França. 2018. 240f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2023.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

SPONHOLZ, Liriam. O papel dos discursos de ódio (online) na ascensão da extrema direita: um aporte teórico. **Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, Niterói-RJ, v. 22, n. 3, p. 220-243, 2020.

STEPAN, Nancy. Eugenia no Brasil, 1917-1940. *In.*: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. (Org.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe** [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

TABATA, Stéphanie Chiconeli; EUZÉBIOS FILHO, Antonio. Ser de direita e de esquerda hoje: A política pelo olhar de universitários recém-ingressos. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, v. 29, n. 3, p. 478-491, 2019.

TORGAN, Moroni. **Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o avanço e a impunidade do tráfico de drogas**. Brasília-DF: Congresso Nacional; Câmara dos Deputados, 2000.

THOMPSON, Jhon Brookshire. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, Jhon Brookshire. A interação mediada na era digital. **Revista Matrizes**, São Paulo, v.12, n. 3, p. 17-44, 2018.

USMAN, Jarjani; YUSUF, Yunisrina Qismullah. The dehumanizing metaphors in the culture of Acehnese in Indonesia. **Balai Bahasa**, Universitas Pendidikan Indonesia, v. 10, n. 2, p. 397-405, 2021.

VAES, Jeroen; PALADINO, Maria Paola; HASLAM, Nick. Seven clarifications on the psychology of dehumanization. **Perspectives on Psychological Science**, v. 16, n. 1, p. 28-32, 2021.

VALENTIM, Joaquim Pires. Noções básicas sobre representações sociais. *In.*: VALENTIM, Pires. (Org). **Representações sociais** – Para conhecer o senso comum. Lisboa: Sílabo, 2022.

VALA, Jorge. A Análise de conteúdo. *In.*: SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira. (Org.). **Metodologia das Ciências Sociais**. Porto: Afrontamento, 1986.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VECCHI, Roberto. Espelhos de palavras e lacunas da história: o gênero da biografia e a reconstrução do passado. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Salvador, v. 25, n. 50, p. 126-136, 2023.

ZACCONE, Orlando. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZAFFARONI, Raul Eugenio. Crime organizado: Uma categorização frustrada. **Discursos Sediciosos: Crime Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-67, 1996.

ZALUAR, Alba Maria. Nexos entre droga, violência e crime organizado. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.7, n.17, p.55-76, 2019.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.21, n. 61, p.31-49, 2007.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. “Favelas sob o Controle das Milícias no Rio de Janeiro: Que Paz?”. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 21, n. 2, p. 89-101, 2007.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZEILMANN, Cassius. **A performance teatral no telejornalismo (dito) sensacionalista** - Os recursos de dramatização de Marcão do Povo no Primeiro Impacto. Orientador: Marli dos Santos. 2021. 108f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2021.

ZEILMANN, Cassius. **A performance teatral no telejornalismo (dito) sensacionalista**. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

WACHELKE, João. As estruturas simbólicas da vida social: comentários integradores sobre a arquitetura do pensamento social. **Psicologia e Saber Social**, v. 2, n. 2, p. 167-175, 2013.

WAGNER, Wolfgang. Sócio-gênese e características das representações sociais. *In.*: MOREIRA, Antônia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de. (Org.). **Estudos interdisciplinares em Representações Sociais**. Goiânia: AB, 1998.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.